

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE 2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS (NEIS 2)	5
1.1. Base para a elaboração	6
1.1.1. Bases gerais para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade (BP-1)	6
1.1.2. Informação relativa a circunstâncias específicas (BP-2)	7
1.2. Modelo de Governo	9
1.2.1. O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão (GOV-1)	9
1.2.2. Governança da Sustentabilidade (GOV-2)	16
1.2.3. Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos (GOV-3)	19
1.2.4. Declaração de Due Diligence (GOV-4)	21
1.2.5. Gestão de riscos e controlos internos para a divulgação de informação sobre sustentabilidade (GOV-5)	22
1.3. Estratégia	24
1.3.1. Modelo de negócio (SBM-1)	24
1.3.2. Estratégia de Sustentabilidade (SBM-1)	31
1.3.3. Cadeia de Valor (SBM-1)	33
1.3.4. Diálogo com as partes interessadas (SBM-2)	36
1.4. Análise de Dupla Materialidade (IRO-1; SBM-3)	39
1.5. Políticas no domínio da sustentabilidade	55
1.6. Ações, objetivos e métricas no domínio da sustentabilidade	61
2. INFORMAÇÃO AMBIENTAL	62
2.1. Divulgação de informação nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento da Taxonomia)	64
2.1.1. Métricas Contabilísticas	64
2.1.2. Análise de elegibilidade e alinhamento	65
2.2. Alterações climáticas (NEIS E1)	77
2.2.1. Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (SBM-3) (IRO-1)	78
2.2.2. Plano de Transição para Emissões Net Zero (E1-1)	85
2.2.3. Políticas relacionadas com as alterações climáticas (E1-2)	87
2.2.4. Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos de descarbonização (E1-3) (E1-4)	88
2.2.5. Consumo e Eficiência Energética (E1-5)	92

2.2.6. Emissões de GEE de Âmbito 1, 2 e 3 (E1-6)	94
2.3. Utilização de recursos e economia circular (NEIS E5)	99
2.3.1. Políticas relacionadas com a economia circular	100
2.3.2. Principais ações e objetivos relacionados com a economia circular (E5-2 e E5-3)	100
2.3.3. Desagregação de resíduos (E5-5)	109
2.4. Outras questões ambientais (Lei 11/2018)	111
2.4.1. Desperdício alimentar	111
2.4.2. Certificações ambientais	112
2.4.3. Consumo de água	114
3. INFORMAÇÃO SOCIAL	115
3.1. Trabalhadores Próprios (NEIS S1)	117
3.1.1. Políticas relacionadas com os trabalhadores próprios (S1-1)	119
3.1.2. Diálogo com os trabalhadores próprios	120
3.1.3. Características do quadro de pessoal (S1-6)	123
3.1.4. Principais ações relacionadas com os trabalhadores próprios (S1-4) (S1-5)	127
3.2. Trabalhadores da cadeia de valor (NEIS S2)	151
3.2.1. Políticas e compromissos relacionados com os colaboradores na cadeia de valor	154
3.2.2. Diálogo com os colaboradores na cadeia de valor	154
3.2.3. Principais ações relacionadas com os colaboradores na cadeia de valor (S2-4) (S2-5)	157
3.3. Consumidores e utilizadores finais (NEIS S4)	167
3.3.1. Políticas relacionadas com o cliente (S4-1)	168
3.3.2. Diálogo com os clientes (S4-2; S4-3)	169
3.3.3. Principais ações relacionadas com os clientes (S4-4; S4-5)	173
3.4. Responsabilidade Social Corporativa e patrocínios (Informação específica)	188
3.4.1. Políticas relacionadas com a responsabilidade social corporativa e patrocínios	188
3.4.2. Principais ações relacionadas com a responsabilidade social corporativa e patrocínios	189
4. INFORMAÇÕES DE GOVERNO	196
4.1. Conduta empresarial (NEIS G1)	198

4.1.1. Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (G1-1; G1-3; G1-4)	198
4.1.2. Canal Ético	203
4.1.3. Programas de Formação em Conduta Empresarial	207
4.2. Cibersegurança (Informações específicas)	211
4.2.1. Políticas relacionadas com a cibersegurança	211
4.2.2. Principais ações relacionadas com a cibersegurança	213
4.3. Fiscalidade (Informações Específicas)	216
4.3.1. Políticas relacionadas com a tributação	216
4.3.2. Principais ações relacionadas com a tributação	217
4.3.3. Contribuição para as finanças públicas	219
4.3.4. Tabelas de Informação Fiscal (GRI 207-4)	221
5. ANEXOS	231
QUADRO 1 - Lista de pontos de dados incluídos em normas transversais e temáticas derivadas de outras legislações da UE	232
QUADRO 2 - Índice da Lei 7/2021, de 20 de maio, sobre alterações climáticas e transição energética	243
QUADRO 3 - Índice dos Requisitos de Divulgação incluídos na Demonstração Consolidada de Informação Não Financeira	244
QUADRO 4 - Índice da Lei 11/2018 e do Regulamento (UE) 2020/852	253
6. RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE	269

1. INFORMAÇÕES GERAIS (NEIS 2)

1.1. Base para a elaboração

1.2. Modelo de Governo

1.3. Estratégia

1.4. Gestão de impactos, riscos e oportunidades

1.5. Políticas no domínio da sustentabilidade

1.6. Ações, objetivos e métricas no domínio da sustentabilidade

1.1. Base para a elaboração

1.1.1. Bases gerais para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade (BP-1)

[BP-1 / DP 5 a, b, c, d, e] [BP-2 / DP 15] [BP-1 / DP 16]

Este documento apresenta o Relatório de Informação Não Financeira e de Sustentabilidade (doravante, o Relatório de Sustentabilidade ou o Relatório) da sociedade El Corte Inglés, S.A. (doravante, “a Empresa”, “o Negócio” ou “a Sociedade”) e das suas subsidiárias (doravante, o “Grupo El Corte Inglés”, “o Grupo” ou “a Organização”) para o exercício de 1 de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026 (doravante, exercício de 2025). O âmbito do Relatório coincide com o perímetro definido no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo El Corte Inglés.¹

O Relatório de Sustentabilidade faz parte do Relatório de Gestão Consolidado, é apresentado em documento separado e está sujeito aos mesmos processos de aprovação, arquivo e publicação que as Demonstrações Financeiras Anuais.

A informação constante do presente Relatório foi elaborada em conformidade com a legislação espanhola em vigor sobre informação não financeira, cumprindo os requisitos estabelecidos na Lei 11/2018, de 28 de dezembro, sobre informação não financeira e diversidade. Além disso, como prática recomendada em matéria de governo societário, e na sequência da recomendação conjunta emitida pela Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários (CNMV) e pelo Instituto de Contabilidade e Auditoria (ICAC) em 19 de novembro de 2025, o cumprimento da Diretiva (UE) 2022/2464 sobre Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) e do Regulamento Delegado 2023/2772, que aprova as Normas Europeias de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS), é abordado de forma voluntária e proativa, tal como no ano anterior.

Além disso, num contexto em que esta Diretiva ainda não foi transposta para a legislação espanhola, o Grupo adotou as medidas previstas no Regulamento Delegado (UE) 2025/1416, de 11 de julho, relativo à aplicação transitória (solução rápida) da Declaração de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDS). O Grupo considerou o impacto potencial destas adaptações na comunicação da sustentabilidade, de forma a assegurar uma aplicação coerente e progressiva dos requisitos de comunicação.

Por outro lado, o Relatório de Sustentabilidade foi elaborado tendo em conta os critérios estabelecidos pelo Regulamento (UE) 2020/852 sobre a Taxonomia Verde da União Europeia, bem como pela Lei 7/2021, de 20 de maio, sobre alterações climáticas e transição energética, e pelo Real Decreto 214/2025 sobre o registo da pegada de carbono. As tabelas que detalham os requisitos estabelecidos pelo NEIS, pela Lei 11/2018 e por outros regulamentos europeus, com referência às respetivas secções do Relatório, encontram-se incluídas no capítulo “5. Anexos”.

Em conformidade com o NEIS, este Relatório abrange as atividades diretas realizadas pelas empresas do Grupo e inclui as atividades da cadeia de valor em que foram identificados impactos, riscos e oportunidades (IROs) na análise de dupla materialidade (ver secção “1.4. Análise de Dupla Materialidade” do capítulo “1. Informação Geral”). Em particular, o seu âmbito estende-se às fases a montante e a jusante da cadeia de valor, que incluem todas as atividades, recursos e relações envolvidas no modelo de negócio da Empresa e no ambiente externo em que opera para criar os seus produtos ou serviços, desde a sua conceção até à entrega, ao consumo e ao fim de vida (ver secção “1.3.3. Cadeia de Valor” do capítulo “1. Informação Geral”).

¹Empresas nas quais o Grupo El Corte Inglés detém uma participação superior a 50%, listadas no Relatório Consolidado de 2025, no Anexo I, “Detalhes das empresas que compõem o Grupo El Corte Inglés”. Ao longo deste Relatório podem ser referidas algumas empresas do Grupo pelas suas siglas, tais como: ECI (El Corte Inglés), ECIGA (El Corte Inglés-Grandes Almacenes), ECICS (El Corte Inglés Supply Chain), Grupo VECI (El Corte Inglés Travel Group) e empresas SICOR (referindo-se às diversas empresas do grupo SICOR).

Neste sentido, o Relatório permite compreender o âmbito de atuação, o modelo de negócio e a cadeia de valor do Grupo El Corte Inglés, bem como as estratégias adotadas nas áreas ambiental, social e laboral, dos direitos humanos e do combate à corrupção e ao suborno.

O Grupo El Corte Inglés exerceu a sua opção de omitir informações sensíveis protegidas como propriedade intelectual, know-how ou resultado de inovação, e optou por não divulgar eventos iminentes ou assuntos em curso. No entanto, para dar resposta a determinados pedidos de informação, foram incluídas referências ao Relatório Anual Consolidado de 2025 do Grupo El Corte Inglés e a outros relatórios.²

A informação contida neste documento foi sujeita a uma revisão limitada pela Ernst & Young Auditores, S.L., atuando como auditora independente. O Relatório de Verificação está disponível no capítulo “6. Relatório de Verificação Independente”.

1.1.2. Informação relativa a circunstâncias específicas (BP-2)

Horizontes temporais

Neste relatório, o Grupo El Corte Inglés considera os seguintes horizontes temporais definidos nos Requisitos Gerais do NEIS 1:

Curto prazo	Até 1 ano
Médio prazo	De 1 a 5 anos
Longo prazo	Mais de 5 anos

No entanto, para a análise dos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas realizada pelo Grupo, foram definidos diferentes horizontes temporais, de forma a ajustá-los às circunstâncias específicas e à natureza da análise efetuada.



Para mais informações sobre os horizontes temporais utilizados nas alterações climáticas, consulte a secção “2.2.1. Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima” no capítulo “2.2. Alterações climáticas”.

Implementação gradual

No âmbito do processo de adaptação progressiva ao NEIS, o Grupo El Corte Inglés decidiu adotar a abordagem de implementação faseada da informação, em conformidade com as disposições estabelecidas pelo Regulamento relativamente à informação relacionada com:

- Distribuição da receita total por setor significativo (NEIS 2 – SBM-1).
- Efeitos financeiros previstos associados aos impactos materiais, riscos e oportunidades identificados na análise de dupla materialidade (NEIS 2 – SBM-3), incluindo os efeitos financeiros derivados da receita de atividades expostas a riscos físicos e de transição nas áreas das alterações climáticas e economia circular (E1 – 9 / E5 – 6).
- Proteção social dos trabalhadores (S1-11).

²A informação relativa aos recursos financeiros (CapEx e OpEx) associados às ações desenvolvidas pelo Grupo durante este período foi omitida porque o El Corte Inglés considera esta informação sensível, uma vez que poderia afetar a sua competitividade.

Estimativa da cadeia de valor e fontes de incerteza na determinação dos resultados.

[BP-2 / DP 10 a, b, c, d] [BP-2 / DP 11 a, b]

O Relatório de Sustentabilidade utiliza estimativas para calcular os seguintes indicadores:

- Cálculo da pegada de carbono: ver secção “2.2.6. Emissões de gases com efeito de estufa (GEE) de âmbito 1, 2 e 3” do capítulo “2.2. Alterações climáticas”.
- Introdução de recursos: ver secção “2.3.2.3. Plano de embalagens sustentáveis” do capítulo “2.3. Utilização de recursos e economia circular”.
- Decomposição de resíduos: ver secção “2.3.3. Decomposição de resíduos” do capítulo “2.3. Utilização de recursos e economia circular”.
- Horas de formação por género: consulte a secção “Formação e desenvolvimento de competências” no capítulo “3.1. Trabalhadores próprios”.
- Índices de frequência e gravidade: ver secção “3.1.4.4. Ambiente de trabalho seguro e saudável” do capítulo “3.1. Colaboradores”.

Relativamente aos dados ambientais, as principais fontes de incerteza associadas a estas estimativas resultam da variabilidade dos dados sectoriais e da qualidade da informação externa utilizada, nomeadamente no que respeita aos resíduos gerados fora do âmbito das operações directas do Grupo. Nestes casos, e quando aplicável, são geralmente identificadas as metodologias de medição utilizadas, incluindo as principais premissas e abordagens consideradas.

Por outro lado, no que respeita aos indicadores relativos aos colaboradores, as principais estimativas efectuadas estão associadas à disponibilidade de informação pessoal, nomeadamente, a relativa ao género.

No entanto, o Grupo continua a trabalhar para melhorar a qualidade dos dados disponíveis, com o objetivo de reduzir o grau de estimativa em exercícios futuros.

Alterações na preparação e apresentação de informação sobre sustentabilidade

[BP-2 / DP 13 a, b, c] [BP-2 / DP 14 a, b, c]

No exercício de 2025, e em conformidade com o compromisso do Grupo El Corte Inglés de reforçar e alargar progressivamente o âmbito da informação divulgada nos anos anteriores, foram introduzidos alguns ajustamentos no cálculo de determinados indicadores:

- Consumo de energia e pegada de carbono: ver secções “2.2.5. Consumo e Eficiência Energética” e “2.2.6. Emissões de GEE dos Âmbito 1, 2 e 3” do capítulo “2.2. Alterações Climáticas”.
- Decomposição de resíduos: ver secção “2.3.3. Decomposição de resíduos” do capítulo “2.3. Utilização de recursos e economia circular”.
- Diferença salarial entre homens e mulheres: ver secção “Remuneração dos colaboradores e igualdade salarial” no capítulo “3.1. Informação social”.
- Para os indicadores de saúde e segurança no trabalho, consulte a secção “3.1.4.4. Ambiente de trabalho seguro e saudável” do capítulo “3.1. Informação social”.
- Para o cálculo consolidado do número de fornecedores e do volume de compras, consulte a secção “Os nossos fornecedores” do capítulo “3.2. Trabalhadores na cadeia de valor”.

Em virtude do alargamento do âmbito de determinadas métricas no ano fiscal de 2025, a informação de tendência apresentada para alguns indicadores de anos anteriores deixou de ser comparável, dado que correspondiam a um âmbito mais restrito do que o utilizado no ano fiscal em curso. Esta abordagem insere-se numa fase de transição no processo de melhoria dos relatórios e permitirá que os dados comparativos sejam apresentados com um âmbito consistente nos próximos anos fiscais, reforçando, assim, a consistência e a comparabilidade da informação divulgada ao longo do tempo.

Incorporação por referência

[BP-1 / DP 5 b] [BP-2 / DP 16]

O Grupo El Corte Inglés incorporou os seguintes dados por referência:

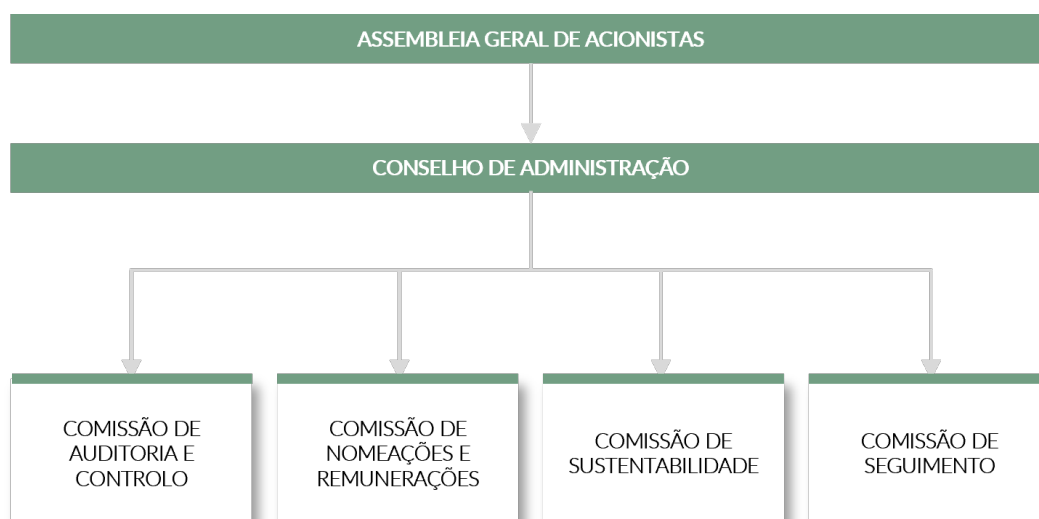
- Âmbito da consolidação: foi incluída uma remissão para as Demonstrações Financeiras Consolidadas Anuais foi incorporada na secção “1.1.1. Base geral para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade” do capítulo “1. Informação Geral”.
- Foi incluída uma remissão para o Relatório Consolidado de 2025 nas secções “1.3.2. Estratégia de Sustentabilidade” do capítulo “1. Informação Geral”, “2.1. Taxonomia da UE” do capítulo “2. Informação Ambiental” e “3.1. Trabalhadores Próprios” do capítulo “3. Informação Social”.

1.2. Modelo de Governo

1.2.1. O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão (GOV-1)

O sistema de governação do Grupo El Corte Inglés define os princípios e mecanismos que orientam e supervisionam a atividade do Grupo, com o objetivo de garantir uma gestão responsável, focada na geração de valor a longo prazo para a Empresa e para os seus stakeholders.

Esta estrutura foi concebida em conformidade com as recomendações das entidades reguladoras e as melhores práticas em matéria de governo societário. O seu desenho reflete a natureza, a escala e a complexidade das atividades do Grupo. Dentro desta estrutura, a governação está organizada em torno dos órgãos de gestão e dos seus principais comités, que facilitam a tomada de decisões sólidas e a monitorização rigorosa da gestão do Grupo. As secções seguintes descrevem a composição e as funções atribuídas a cada um destes órgãos.



Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas do Grupo El Corte Inglés é o órgão soberano de deliberação e de tomada de decisões em todas as matérias da sua competência. A sua organização e funcionamento regem-se pelos Estatutos Sociais, que se encontram disponíveis para consulta pública no site corporativo do El Corte Inglés, garantindo a máxima transparência.

O Grupo assegura que a convocação, preparação e realização da Assembleia Geral são sempre conduzidas em conformidade com a legislação em vigor e seguindo os princípios da transparência, igualdade de tratamento e participação informada de todos os acionistas. As Assembleias, quer ordinárias, quer extraordinárias, são convocadas pelo Conselho de Administração e representam o principal canal de informação e participação dos acionistas nos assuntos corporativos do Grupo.

No exercício das suas funções, a Assembleia Geral de Acionistas adota, entre outras coisas, deliberações sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais, do Relatório de Gestão e do Relatório de Sustentabilidade, devidamente auditados ou verificados, consoante o caso, por uma terceira parte independente. Avalia ainda o desempenho do Conselho de Administração e delibera sobre outras matérias societárias relevantes, como a nomeação e a remuneração dos administradores e a ratificação de operações que envolvam a aquisição e a alienação de ações próprias.

Conselho Administrativo

[GOV-1 / DP 21 a, b, c, d, e]

O Conselho de Administração é o órgão máximo de decisão e de supervisão do Grupo El Corte Inglés, exceto nos assuntos que são da exclusiva competência da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício das suas funções, define e orienta a estratégia, supervisiona a sua implementação e, de um modo geral, delega a gestão do dia-a-dia do negócio na equipa de gestão, mantendo sempre as funções de supervisão e controlo.

Durante o exercício fiscal, ocorreram as seguintes alterações no Conselho de Administração: em 28 de outubro de 2025, o Senhor Gastón Bottazzini apresentou o seu pedido de demissão voluntária dos cargos de Administrador e de Administrador Executivo da Sociedade. Posteriormente, em 26 de novembro de 2025, o Conselho de Administração, sob proposta da Senhora Marta Álvarez Guil, aprovou a nomeação da Senhora Cristina Álvarez Guil como nova Presidente do Conselho, com efeitos a partir de 15 de janeiro de 2026.

No encerramento do exercício de 2025, a composição do Conselho de Administração era a seguinte: a Senhora Cristina Álvarez Guil, que exerce a Presidência, e os administradores: a Senhora Marta Álvarez Guil, Cartera Mancor, S.L. (representada pela Senhora Paloma García Peña), Corporación Ceslar, S.L. (representada pela Senhora Carlota Areces Galán), Mutua Madrileña Automovilista, S.S.P.F., S.A. (representada pelo senhor Ignacio Garralda Ruiz de Velasco), pelos senhores Fernando Bécker Zuazua, pelos senhores Manuel Pizarro Moreno, pelos senhores Javier Rodríguez-Arias Ambrosini e pelo senhor José Ramón de Hoces Íñiguez, que exerce a função de Secretário. O Senhor Rafael Díaz Yeregui exerce funções de Secretário Adjunto (não diretor) do Conselho de Administração.³

³Os colaboradores não têm representação direta no Conselho de Administração, em conformidade com a legislação aplicável. No entanto, o Conselho aprova as políticas corporativas destinadas a proteger os interesses dos colaboradores e a promover um ambiente de trabalho responsável, em consonância com os valores do Grupo e as normas aplicáveis.

No que respeita à composição do Conselho de Administração, as seguintes informações são relevantes:

% Mulheres	% Homens	Conselheiros executivos	Administradores não executivos	% Administradores Independentes	% Administradores não independentes
44,4%	55,6%	0	9	22,2%	77,8%

O Conselho de Administração é composto por membros com perfis profissionais complementares, que combinam conhecimentos, competências e experiência relevantes para as diversas áreas de atividade do Grupo. Alguns membros possuem um longo e consolidado percurso no setor do retalho e um profundo conhecimento do negócio, adquirido através da sua experiência profissional dentro do Grupo. Este contributo interno é reforçado pela participação de conselheiros com formação e experiência noutros setores, o que permite perspetivas diversas e contribui para uma deliberação e tomada de decisão mais abrangentes e equilibradas.

O Comité de Nomeações e Remunerações orienta a composição do Conselho de Administração, procurando um equilíbrio adequado entre experiência profissional, especialização, idade e género, com o objetivo de promover a deliberação pluralista e a tomada de decisões informadas e independentes. Neste contexto, o comité supervisiona os processos de seleção dos administradores para garantir que são conduzidos de acordo com critérios objetivos.

Comités do Conselho de Administração

O Conselho de Administração dispõe de vários comités permanentes que auxiliam na supervisão e no acompanhamento da gestão do Grupo. Estes comités fornecem análises especializadas sobre assuntos específicos e contribuem para o reforço da eficácia e da robustez do modelo de governação. As suas atribuições e procedimentos operacionais estão definidos no Estatuto Social.

A tabela seguinte lista os comités do Conselho de Administração, o número de membros e a percentagem de género em cada comité em 28 de fevereiro de 2026:

Comissão	Número de membros	% Mulheres	% Homens
Comité de Auditoria e Controlo	3	66,7%	33,3%
Comissão de Nomeações e Remunerações	3	66,7%	33,3%
Comissão de Sustentabilidade	4	75,0%	25,0%
Comité de Monitoramento	3	66,7%	33,3%

Comissão de Auditoria e Controlo (CAC)

Em 28 de fevereiro de 2026, o CAC era composto pelos seguintes membros:

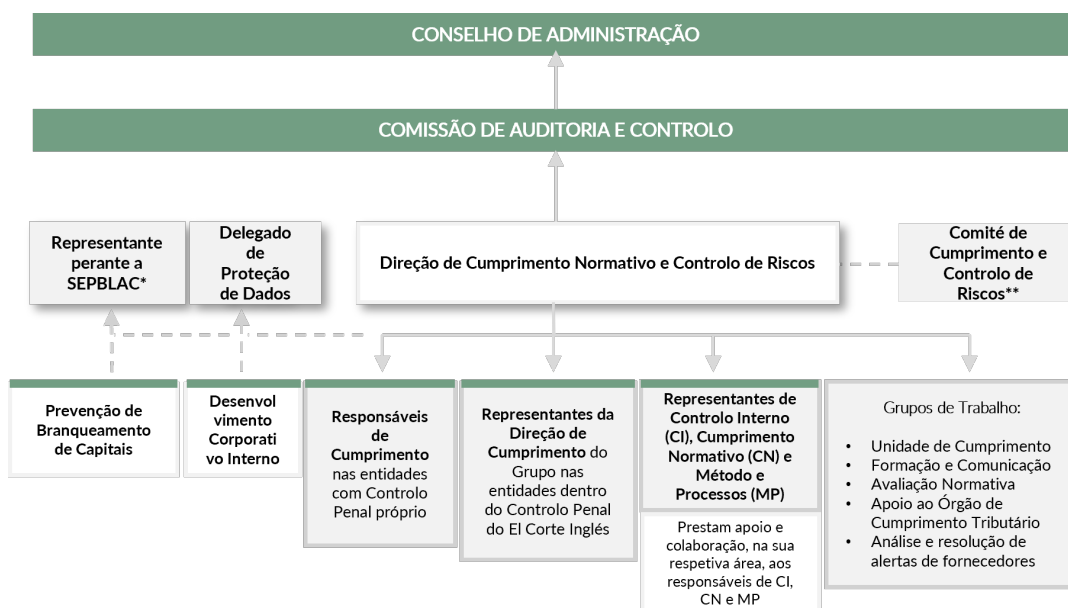
Membro	Publicar
Senhor Manuel Pizarro Moreno	Presidente
Comissão de Carteira Mancor, S.L. (representado pela Sra. Paloma García Peña)	Vocal
Cesar Corporation, S.L. (representado pela Sra. Carlota Areces Galán)	Vocal

A Comissão de Auditoria e Controlo apoia o Conselho de Administração na supervisão dos sistemas de controlo interno do Grupo, da gestão de riscos, da elaboração de relatórios financeiros e do cumprimento das normas regulamentares. No exercício das suas funções, atua em conformidade com a Lei, os Estatutos Sociais e os Regulamentos do Grupo, contribuindo para reforçar a fiabilidade da informação e o bom funcionamento dos mecanismos de controlo.

Em particular, o **CAC** desempenha as suas **funções** nas seguintes áreas:

- Sistemas de controlo interno e gestão de riscos
 - Supervisão do funcionamento adequado dos sistemas de controlo interno, auditoria interna e controlo e gestão de riscos, bem como monitorização dos sistemas implementados para a sua gestão.
 - Comunicação regular ao Conselho de Administração sobre a eficácia e evolução destes sistemas.
- Preparação de informação económica e financeira
 - Revisão do processo de preparação e apresentação da informação económica e financeira relativa à Sociedade e ao seu Grupo, garantindo a sua integridade, fiabilidade e conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.
 - A supervisão do Relatório de Sustentabilidade, na medida em que este constitui parte integrante do Relatório de Gestão do Grupo, bem como o processo de verificação.
 - Supervisão da implementação de programas e políticas destinadas a prevenir e detetar possíveis práticas fraudulentas.
- Conformidade regulamentar, tributação e outros assuntos relacionados.
 - Supervisão das funções de conformidade regulamentar relacionadas com as regras de governo societário, códigos de conduta internos e regulamentos externos aplicáveis.
 - Transmissão ao Conselho de Administração da informação recebida da autoridade tributária referente aos critérios fiscais aplicados pela Sociedade durante o ano.
 - Implementação e supervisão de mecanismos que permitam a comunicação confidencial de irregularidades de potencial relevância para a sociedade através do Canal de Ética, garantindo a proteção dos dados pessoais e dos direitos fundamentais das partes envolvidas.
 - Controlo e monitorização de transações com partes relacionadas.

O seguinte diagrama descreve a estrutura organizacional das funções de Compliance e Controle de Risco, bem como a sua responsabilidade de reportar ao CAC:



*SEPBLAC: Serviço Executivo da Comissão de Branqueamento de Capitais e Infrações Monetárias

**O seu funcionamento é regulado através do Regulamento dos Órgãos de Cumprimento

Comissão de Sustentabilidade (CS)

Em 28 de fevereiro de 2026, o CS era composto pelos seguintes membros:

Membro	Publicar
Senhor Fernando Becker Zuazua	Presidente
Senhora Cristina Álvarez Guil	Vocal
Portfolio Mancor, S.L. (representado pela Sra. Paloma García Peña)	Vocal
Cesar Corporation, S.L. (representado pela Sra. Carlota Areces Galán)	Vocal

O CS auxilia o Conselho de Administração na supervisão dos aspetos ambientais, sociais e de governação relevantes para o Grupo, bem como no acompanhamento da sua integração na estratégia e nos processos de gestão.

No desempenho das suas **funções**, a **CS** centra as suas ações nas seguintes competências:

- Orientação e supervisão da estratégia de sustentabilidade, para promover os objetivos, políticas e planos de ação do Grupo em matéria ambiental, social e de boa governação, bem como para monitorizar o seu progresso.
- Supervisão da divulgação de informação não financeira, com o objetivo de garantir a qualidade, a coerência e o alinhamento da informação sobre sustentabilidade com as normas de referência internacionais e os regulamentos aplicáveis.
- Conformidade e gestão responsável na cadeia de valor, com respeito pelas normas ambientais, gestão sustentável dos recursos e cumprimento dos compromissos com os direitos humanos, tanto nas nossas próprias operações como nas nossas relações com os fornecedores.

Tanto a CS como a CAC têm como missão, com base no trabalho desenvolvido pela Administração da Empresa e com o auxílio do verificador e do auditor, de garantir a conectividade e a coerência entre a informação financeira e de sustentabilidade.

Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR)

Em 28 de fevereiro de 2026, o CNR era composto pelos seguintes membros:

Membro	Publicar
Senhora Cristina Álvarez Guil	Presidente
Portfolio Mancor, S.L. (representado pela Sra. Paloma García Peña)	Vocal
Senhor José Ramón de Hoces Íñiguez	Vocal

O CNR presta apoio ao Conselho de Administração em matérias relacionadas com a composição, o funcionamento e a remuneração dos seus órgãos de administração e da sua alta direção.

No exercício das suas funções, o **CNR** desempenha principalmente as seguintes **tarefas**:

- Apresentação de propostas para a nomeação e reeleição de administradores independentes, bem como o relatório sobre as propostas para a nomeação e reeleição de administradores não independentes, para aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.
- Revisão da Política de Remuneração dos administradores e da gestão de topo, alinhada com os objetivos estratégicos do Grupo.
- Planeamento da sucessão para o Presidente do Conselho de Administração e para o Diretor Executivo da Empresa e, quando apropriado, formulação das propostas necessárias para garantir um processo ordenado e planeado.

Comissão de Acompanhamento (CSE)

Em 28 de fevereiro de 2026, o CSE era composto pelos seguintes membros:

Membro	Publicar
Senhora Cristina Álvarez Guil	Presidente
Senhora Marta Álvarez Guil	Vocal
Senhor José Ramón de Hoces Íñiguez	Vocal

O CSE funciona como órgão de apoio ao Conselho de Administração no acompanhamento e supervisão da gestão do Grupo. A sua função é não executiva e complementa, sem substituir, as responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração, aos demais Comitês e aos executivos e gestores da Sociedade.

Estrutura de gestão e alta direção

[S1-9 / DP 66 a] [S1-9 / AR 71]

A equipa de gestão sénior é composta por profissionais com uma vasta experiência em diversos setores, bem como um sólido historial em ambientes internacionais.

De acordo com as definições estabelecidas no Sistema de Governo Societário do El Corte Inglés, a gestão de topo é considerada como “os funcionários da Organização que, por decisão do Conselho de Administração, e sob dependência orgânica ou funcional deste, de um dos seus comitês ou de um dos seus membros, são classificados como tal quando exercem poderes inerentes à propriedade legal da Sociedade e relacionados com os objetivos gerais da mesma, com autonomia e plena

responsabilidade, limitados apenas pelos critérios e instruções diretas emitidas pelos órgãos de governo”.

Em 28 de fevereiro de 2026, a **gestão de topo** era composta pelas seguintes **funções**:

- Direção-Geral
- Secretaria-Geral
- Gestão Corporativa e Financeira
- Direção de Assessoria Jurídica, Corporate Governance e Sustentabilidade
- Direção de Conformidade Regulatória e Controlo de Riscos
- Departamento de Vendas
- Gestão de Operações, Clientes e Digital
- Co-Direção de Compras para Moda, Casa, Desporto, Cultura e Lazer, Beleza e JRB
- Co-Direção de Compras de Produtos Alimentares e Elétricos
- Departamento de Pessoas e Organização
- Direção de Prevenção e Segurança Corporativa
- Direção de Real Estate
- Direção de Tecnologia de Informação
- Direção de Marketing e Gestão de Marcas
- Direção de Comunicação e Relações Institucionais

Adicionalmente, dentro do Grupo de Viagens El Corte Inglés, a gestão de topo é composta, a partir de 28 de fevereiro de 2026, pela Direção Geral de Viagens.

Esta estrutura de liderança tem como objetivo garantir a execução eficiente do Plano Estratégico do Grupo, otimizar a tomada de decisões e coordenar as diferentes áreas funcionais.

Em 28 de fevereiro de 2026, a equipa de gestão sénior do Grupo El Corte Inglés era composta por 16 membros, dos quais 12 eram homens (75%) e 4 eram mulheres (25%). No ano fiscal de 2024, era constituída por 8 membros, 7 homens (87,5%) e 1 mulher (12,5%).

Comités Corporativos

O Grupo El Corte Inglés conta com diversos comités corporativos que reforçam a sua estrutura de governação e contribuem para a tomada de decisões acertadas. Entre eles, destacam-se:

Comité de Gestão do Grupo: responsável por promover a missão, a visão e os valores aprovados pelo Conselho de Administração. Este comité é responsável por conceber e implementar o planeamento estratégico, preparar os orçamentos anuais e monitorizar continuamente as operações e o desempenho do negócio. Identifica, avalia e gere também os riscos do negócio e garante a divulgação precisa e rigorosa de informações financeiras e não financeiras. Para decisões importantes, como a alocação de capital, o desenvolvimento de novos mercados ou a execução de transações excecionais, submete as suas propostas ao Conselho de Administração para discussão e aprovação.

Comité de Retalho: responsável por tomar as decisões executivas necessárias para garantir o cumprimento do orçamento aprovado pelo Conselho. As suas responsabilidades incluem a elaboração de decisões comerciais estratégicas, a definição e execução da estratégia promocional e a realização de análises detalhadas de vendas por região e categoria para otimizar o desempenho do negócio.

Além disso, a estrutura dos comités corporativos é complementada pelo **Comité de Segurança da Informação** e pelo **Comité de Compliance e Controlo de Riscos**, que reforçam a governação global do Grupo.

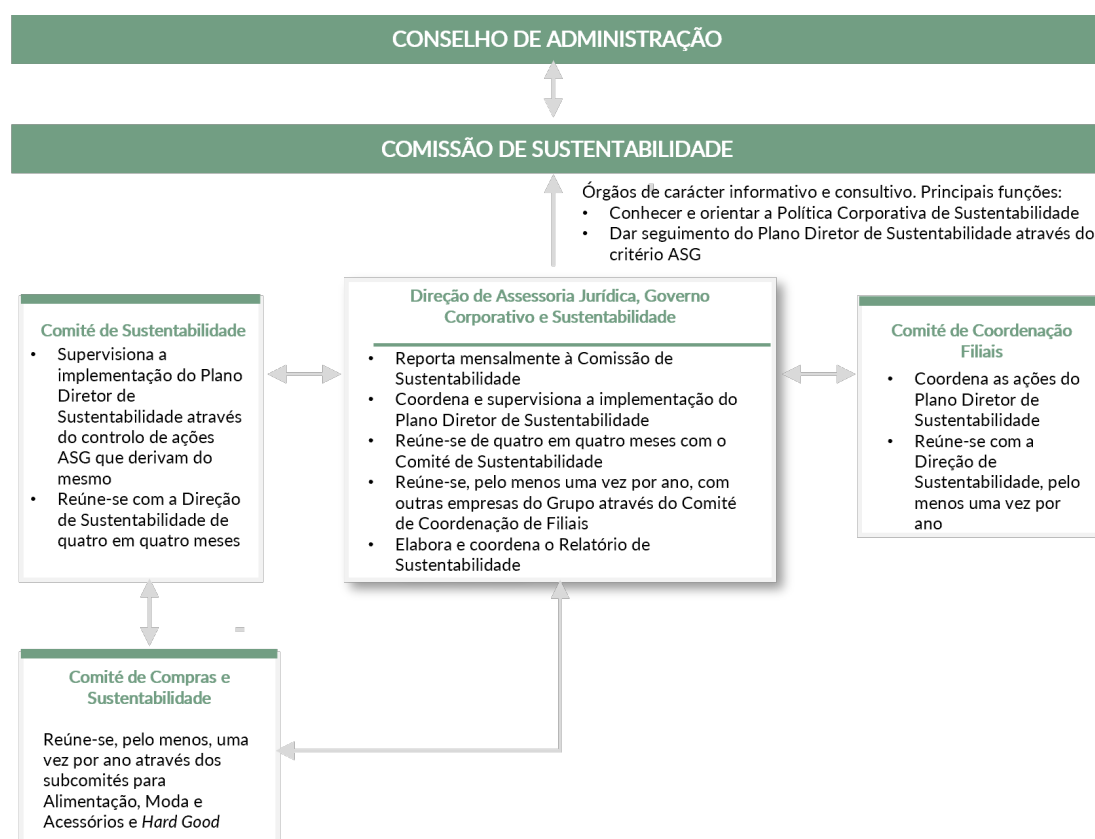
1.2.2. Governação da Sustentabilidade (GOV-2)

[GOV-1 / DP 22 a, c (i) (ii), d] [GOV-1 / DP 26 a, b, c]

A governação da sustentabilidade no Grupo El Corte Inglés está estruturada através de um modelo que integra diferentes níveis de responsabilidade, supervisão e apoio, com o objetivo de garantir uma gestão coerente e eficaz dos aspetos ambientais, sociais e de governação (ESG). Este modelo permite que as prioridades estratégicas de sustentabilidade sejam articuladas desde os órgãos de governação até aos níveis operacionais. Graças a esta estrutura, a sua integração nas atividades da organização é garantida.

Em conformidade com a **Política de Sustentabilidade Corporativa**, o **Sistema de Governo Corporativo do El Corte Inglés** na área da Sustentabilidade estabelece uma responsabilidade conjunta de todos os principais atores da Organização, sendo, por isso, uma função transversal que envolve todos os órgãos, funções e departamentos.

O seguinte esquema apresenta a configuração da governação da sustentabilidade no Grupo, refletindo os principais organismos envolvidos:



No exercício das suas funções, a Comissão de Sustentabilidade desempenha um papel central na supervisão da integração da sustentabilidade na estratégia da Organização.

A Comissão de Sustentabilidade (CS) supervisiona a análise de dupla materialidade e promove a monitorização dos objetivos e planos de ação elaborados para gerir os impactos, riscos e

oportunidades ESG do Grupo. Esta monitorização é reportada periodicamente ao Conselho de Administração.

Além disso, supervisiona o processo de elaboração e apresentação do Relatório de Sustentabilidade do Grupo.

O CS conta com o apoio de diversas áreas especializadas da Empresa que facilitam a implementação de medidas específicas e transversais em toda a Organização e garantem um fluxo contínuo de informação aos órgãos de governo, tais como:

- O **Departamento de Assessoria Jurídica, Governo Corporativo e Sustentabilidade**, subordinado ao Secretariado-Geral, é responsável por propor planos de ação e coordenar a implementação, o acompanhamento e a comunicação dos programas de sustentabilidade definidos pelos órgãos de governo. Reúne mensalmente com o Comité de Governo Corporativo para avaliar o estado de implementação das políticas, o progresso do Plano Diretor de Sustentabilidade (PDS) 2025-2030 e a gestão de impactos, riscos e oportunidades em colaboração com as principais áreas da Empresa. Além disso, é responsável pela elaboração do Relatório de Sustentabilidade.⁴
- O **Comité de Sustentabilidade**: é composto pelos diretores das principais áreas da empresa e tem como função colaborar com a área de Sustentabilidade na implementação da estratégia ESG.
- O **Comité de Coordenação das Filiais para o Desenvolvimento Sustentável** inclui as várias empresas do Grupo e os seus representantes de sustentabilidade. É responsável por apresentar propostas alinhadas com as diretrizes operacionais ao Comité de Sustentabilidade e à Comissão de Sustentabilidade.

O Conselho de Administração é o responsável final pela aprovação e supervisão dos assuntos relacionados com a sustentabilidade do Grupo, garantindo a sua devida integração na estratégia e nos processos de gestão. O Conselho monitoriza os impactos, riscos e oportunidades relacionados com os aspetos ESG identificados na análise de dupla materialidade. No desempenho desta função, conta com o apoio da Comissão de Sustentabilidade e da Comissão de Auditoria e Controlo, que realizam monitorizações específicas nas respetivas áreas de responsabilidade. Ambos os comités reportam regularmente ao Conselho de Administração através dos seus presidentes e, quando necessário, incluem representantes dos departamentos relevantes envolvidos nos assuntos discutidos.

Quando necessário, o Conselho de Administração e os seus Comités contam com o apoio de consultores externos e, a qualquer momento, têm acesso à informação prestada pela administração da Sociedade. Este fluxo contínuo de comunicação contribui para a supervisão eficaz da implementação do Plano Estratégico da Empresa e para a tomada de decisões informadas pelo Conselho, facilitando a integração progressiva dos aspetos ESG na estratégia do Grupo.

O CAC tem responsabilidades específicas em matéria de sustentabilidade, principalmente nas áreas de conformidade regulamentar e gestão de riscos. Neste sentido, recebe apoio e relatórios mensais do **Departamento de Compliance e Gestão de Risco**, que desempenha as seguintes funções:

- A área de Compliance regulatório tem como objetivo identificar, avaliar e mitigar os riscos de incumprimento das normas externas e internas aplicáveis ao Grupo. As suas principais responsabilidades incluem a análise de riscos regulamentares, a implementação de um modelo de prevenção criminal, a definição e monitorização de medidas de prevenção e mitigação de riscos, a atualização do Código Deontológico e das políticas associadas, e a gestão do Sistema de Informação Interno. A área conta ainda com uma rede de representantes e responsáveis pela área de Compliance nas diversas áreas de negócio, subsidiárias sob jurisdição criminal do Grupo El Corte Inglés e subsidiárias fora dessa jurisdição (Grupo Viajes, SICOR, El Corte Inglés –

⁴Em outubro de 2025, a Direção de Sustentabilidade foi integrada na Direção de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo, na dependência da Secretaria-Geral; até então, estava sob a alçada da Direção de Comunicação, Sustentabilidade e Relações Institucionais.

Grandes Armazéns e Telecor), garantindo a aplicação consistente dos princípios éticos e regulamentares.

- A área de Controlo de Risco, uma função de segunda linha de defesa corporativa dentro da estrutura COSO ERM, é responsável por estabelecer a metodologia, coordenar e supervisionar o processo de identificação, avaliação, monitorização e reporte dos riscos relevantes do Grupo. Lidera também o desenvolvimento e a atualização do Mapa de Riscos Corporativos (CRM), facilitando a priorização consistente dos riscos e uma visão estruturada dos controlos e medidas de mitigação associados.⁵

O trabalho coordenado da CS e da CAC contribui para uma gestão mais eficaz dos impactos materiais, dos riscos e das oportunidades, e garante a sua integração na estratégia do Grupo.

Principais resultados durante o ano fiscal de 2025

Entre as principais **conquistas** obtidas durante o exercício, destacam-se as seguintes:

- Implementação e monitorização do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2025-2030: Foi iniciada a implementação do Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração no ano anterior. Para mais informações sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável 2025-2030, consulte a secção “1.3.2. Estratégia de Sustentabilidade (SBM-1)” do capítulo “1. Informações Gerais”.
- A revisão e atualização do modelo de Prevenção da Criminalidade culminou com a aprovação, pelo Conselho de Administração, do Mapa de Riscos Criminais de 2026, previamente validado por um especialista externo. O âmbito da revisão foi estruturado em três fases: metodologia de avaliação de riscos, universo de riscos e ambiente de controlo. Tudo isto visa reforçar a estrutura para identificar, prevenir e mitigar os principais riscos criminais do Grupo.

Formação para membros do conselho

[GOV-1 / DP 23 a, b]

O Conselho de Administração acredita que ter conhecimento atualizado sobre questões de sustentabilidade é essencial para monitorizar eficazmente os impactos, riscos e oportunidades relevantes.

Neste sentido, durante o exercício de 2025, o Conselho de Administração implementou um programa de formação abordando temas atuais, bem como temas relacionados com os desafios enfrentados pelos administradores, com o objetivo de reforçar a sua capacidade de gerir os desafios estratégicos do Grupo. Além disso, as principais alterações regulamentares foram antecipadas e contempladas através da atualização das políticas corporativas correspondentes, tendo sido considerado suficiente o acompanhamento realizado através de documentação técnica e sessões de trabalho do Conselho de Administração.

O Conselho mantém um firme compromisso com o seu desenvolvimento profissional contínuo e dispõe de um plano de formação permanente adaptado à complexidade do ambiente regulamentar e à natureza em constante evolução das questões materiais da Empresa. Isto assegura que as competências do órgão de administração se mantenham alinhadas com as necessidades estratégicas e com os requisitos de supervisão e controlo da Organização.

⁵O modelo COSO ERM (Enterprise Risk Management) é uma estrutura internacional para gerir os riscos empresariais, alinhando-os com a estratégia e o desempenho para gerar valor.

1.2.3. Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos (GOV-3)

[GOV-3 / DP 29]

O Grupo El Corte Inglés tem políticas de remuneração específicas para os membros do conselho de administração e para a gestão de topo, que estabelecem uma estrutura de remuneração alinhada com o nível de responsabilidade, dedicação e contributo associados a cada função. Estas políticas visam reforçar a motivação e o compromisso com as responsabilidades assumidas, além de contribuir para atrair, desenvolver e reter talentos em condições competitivas.

O Comité de Nomeações e Remunerações é responsável por conceber, rever e monitorizar o sistema de remuneração dos administradores e da alta direção. No desempenho destas funções, conta com o apoio de consultores externos independentes que fornecem parâmetros de mercado para garantir que os níveis de remuneração são competitivos, consistentes com o setor e alinhados com as melhores práticas de governo societário.

As políticas de remuneração são aplicadas de acordo com a legislação em vigor e com os Estatutos da Empresa, e regem-se pelos seguintes princípios:

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE RETRIBUIÇÕES

- 1 **Transparência e clareza**, com uma informação compreensiva e acessível sobre a estrutura e os critérios de remuneração aplicáveis aos conselheiros e à alta Direção
- 2 **Alinhamento com a criação de valor a longo prazo**, associando a remuneração aos interesses dos acionistas, à sustentabilidade do modelo de negócio e ao cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo.
- 3 **Competitividade e coerência com as melhores práticas de governo corporativo**, de modo a garantir que a estrutura e o nível das remunerações sejam adequados ao contexto do mercado e comparáveis aos de entidades de referência
- 4 **Orientação para o cliente e para a qualidade do serviço**, com uma gestão que oferece soluções competitivas, eficientes e de elevado valor acrescentado
- 5 **Integração de critérios ambientais e de sustentabilidade**, que promova uma gestão responsável dos recursos e o compromisso com uma economia sustentável, para além do cumprimento normativo e legislativo.
- 6 **Promover a inovação e a melhoria contínua**, incentivando a antecipação às mudanças, a adoção de iniciativas de melhoria e a procura por soluções eficientes, num quadro de gestão de risco
- 7 **Atração e fidelização do talento**, de forma a que o sistema de remuneração contribua para atrair, desenvolver e reter perfis-chave para o Grupo
- 8 **Adaptação ao contexto**, com o objetivo de ajustar a política de remuneração à evolução do negócio, do setor e do contexto económico, mantendo sempre uma coerência com os padrões do mercado.

Remuneração dos membros do conselho e da gestão de topo

[GOV-3 / DP 29 a]

Existem critérios específicos para determinar a remuneração dos membros do conselho de administração e da gestão de topo:

Conselheiros

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, pelo seu serviço como membros do Conselho, é estritamente fixa. Esta remuneração corresponde exclusivamente às responsabilidades inerentes ao seu cargo de administrador, independentemente de quaisquer funções executivas que possam desempenhar, e está ligada à preparação, presença e participação nas reuniões do Conselho e nos diversos comités que o compõem. De acordo com a política em vigor, esta remuneração não inclui qualquer componente variável anual associada a estas funções. Além disso, nenhum dos membros do Conselho de Administração tem direito a contribuições para planos de pensões ou prémios de reforma. O montante anual total atribuído ao Conselho no seu conjunto é limitado ao máximo aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Além disso, no âmbito da remuneração variável de longo prazo, destinada a reforçar e incentivar a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo, prevê-se que os administradores possam participar.

A remuneração média correspondente aos membros do Conselho de Administração do Grupo El Corte Inglés, considerando os rendimentos provenientes da participação noutros conselhos de administração de empresas do Grupo, foi de € 2.393.132 para as mulheres (€ 2.238.637 no exercício de 2024) e de € 1.051.742 para os homens (€ 2.073.060 no exercício de 2024), sem incluir a remuneração por desempenho.⁶

Alta administração

A política de remuneração da gestão de topo estabelece uma estrutura de remuneração composta por uma componente fixa, associada ao desempenho normal das suas funções, e uma componente variável anual, ligada ao cumprimento de objetivos previamente definidos, individuais e/ou coletivos, que a Empresa comunica anualmente.

Além disso, está previsto um sistema de remuneração variável a longo prazo para capacitar e incentivar os membros da gestão de topo a atingir os objetivos estratégicos da empresa.

No ano fiscal de 2025, a remuneração média dos membros da gestão de topo foi de 729.091 euros para os homens (859.114 euros em 2024) e de 419.283 euros para as mulheres.^{7,8}

Objetivos ligados à remuneração variável

[GOV-3 / DP 29 b, c, d, e]

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada no dia 24 de julho de 2025, aprovou, após parecer favorável da CNR e com a assessoria de um perito independente, um plano plurianual de incentivos financeiros para os administradores, alta direção e direção, ligado ao alcance de determinados indicadores associados ao Plano Estratégico 2025-2030. A gestão e administração deste plano de incentivos, bem como o seu desenvolvimento, serão da responsabilidade do Conselho de Administração.

⁶A remuneração média recebida pelos administradores do sexo masculino, incluindo a compensação, foi de 1.632.900 €.

⁷Este valor foi calculado com base no salário médio anual dos gestores em atividade a 28 de fevereiro de 2026 e inclui os pagamentos em espécie.

⁸Os dados sobre a remuneração média das mulheres em cargos de gestão de topo em 2024 não são aplicáveis, uma vez que correspondem a uma única pessoa.

A este propósito, o Conselho de Administração, em reunião de 25 de fevereiro de 2026, aprovou, com parecer favorável da CNR, o Regulamento do Plano de Incentivos, que estabelece as condições gerais que regem o incentivo financeiro plurianual. Durante o exercício de 2025, nenhum membro do Conselho de Administração aderiu ao referido plano de incentivos.

A remuneração variável dos membros da gestão de topo está ligada ao alcance de objetivos operacionais, financeiros e de sustentabilidade. Na área da sustentabilidade, a remuneração variável para o exercício de 2025 foi definida com base em níveis de desempenho específicos, avaliados através de avaliações externas com recurso a indicadores objetivos.

A determinação da remuneração variável de longo prazo associada ao Plano Estratégico 2025-2030 inclui o alcance dos objetivos relacionados com os critérios ESG. Estes objetivos abrangem o progresso na estratégia de sustentabilidade, nas práticas de governo societário e na implementação de políticas sociais, entre outros aspectos. O grau de alcance destes objetivos será determinado em cada exercício fiscal através da avaliação anual do Conselho de Administração, após análise e parecer favorável dos seus comités.⁹

Desta forma, o sistema de remuneração ajuda o Conselho de Administração e a gestão de topo a promoverem ativamente uma estratégia de negócio que integre progressivamente os princípios ESG na gestão global da empresa.

Os parâmetros de desempenho, que refletem o compromisso do Grupo com a responsabilidade social e ambiental, estão integrados de forma coerente nas políticas de remuneração, em conformidade com as regras de quantificação e contabilização previstas no Regulamento do Plano de Incentivos.

No que respeita à remuneração variável da gestão de topo, foram ponderados os critérios relativos à sustentabilidade, tendo em conta o exercício de 2025, num intervalo que varia entre os 5% e os 20% da remuneração dos gestores, dependendo do cargo que cada um ocupa na empresa.

O sistema de remuneração variável está sujeito a uma revisão anual pelo CNR, que avalia o grau de conformidade com os objetivos estabelecidos, incluindo as métricas financeiras e os indicadores de sustentabilidade.

As condições gerais do sistema de remuneração variável, incluindo a definição, ponderação e revisão dos objetivos de desempenho, são submetidas, quando apropriado, à aprovação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas, garantindo que o sistema se mantém consistente com as melhores práticas de governo societário e alinhado com os interesses dos acionistas e as necessidades da empresa.

1.2.4. Declaração de Due Diligence (GOV-4)

[GOV-4 / DP 32]

O Grupo El Corte Inglés incorpora o princípio da due diligence como um elemento transversal na gestão das suas atividades, integrando-o nas suas políticas, processos e sistemas de controlo nas áreas ambiental, social e de governação (ESG). Esta abordagem permite ao Grupo identificar, prevenir, mitigar e, quando necessário, remediar os impactos adversos associados às suas atividades, em conformidade com os marcos e normas aplicáveis.

Para facilitar a compreensão de como a due diligence é articulada na prática, a tabela seguinte mostra a relação entre os principais elementos desta abordagem e a sua aplicação no Grupo El Corte Inglés.

⁹[E1 GOV-3 / DP 13] O Grupo El Corte Inglés não tem metas relacionadas com a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) no sistema de remuneração variável.

Lista de correspondência relativa à due diligence para o Relatório de Sustentabilidade

Tema	Requisitos de divulgação aplicáveis	Descrição
Integrar a due diligence na governação e na estratégia.	GOV-2 GOV-3 SBM-3	A due diligence está integrada na abordagem estratégica do Grupo El Corte Inglés através do envolvimento da gestão de topo e de comités especializados, que participam na identificação e gestão dos impactos, riscos e oportunidades associados às atividades do Grupo. Esta informação é submetida aos órgãos de governo e serve de base para a tomada de decisões estratégicas em matéria de sustentabilidade. Além disso, certos elementos de desempenho em matéria de sustentabilidade são incorporados nos sistemas de avaliação, promovendo a coerência entre a estratégia, a gestão e os resultados (ver secção "1.2. Governação" do capítulo "1. Informação Geral").
Cooperação com as partes interessadas afetadas	GOV-2 SBM-2 IRO-1 MDR-P	O Grupo mantém um diálogo estruturado e contínuo com as suas principais partes interessadas, o que lhe permite integrar as suas expectativas e preocupações nos processos estratégicos e no desenvolvimento das suas políticas e ações (ver secção "1.3.4. Diálogo com as partes interessadas (SBM-2)" do capítulo "1. Informações Gerais", bem como as secções temáticas sociais).
Avaliação de incidentes negativos	IRO-1 SBM-3	A identificação de impactos, riscos e oportunidades é estruturada através da análise de dupla materialidade, complementada por outros processos de avaliação, como auditorias a fornecedores, revisões do grau de implementação de políticas internas e análise de riscos ESG. Esta abordagem permite a detecção sistemática de potenciais impactos negativos e orienta a definição de medidas de gestão específicas (ver secção "1.4. Análise de Dupla Materialidade" do capítulo "1. Informação Geral").
Medidas para lidar com incidentes negativos	MDR-A NEIS temático	Para abordar as questões identificadas, o Grupo desenvolve e implementa diversas iniciativas destinadas a mitigar os impactos e a promover a melhoria contínua, incluindo ações relacionadas com a descarbonização, a sustentabilidade na cadeia de abastecimento e a gestão responsável das relações com os colaboradores e clientes (ver secções temáticas).
Monitorização da eficácia	MDR-M MDR-T NEIS temático	O desempenho em matéria de sustentabilidade é monitorizado através de indicadores-chave, que permitem avaliar o progresso e, quando necessário, realizar ajustes. O Grupo está a reforçar progressivamente o estabelecimento de metas mensuráveis e comparáveis em áreas-chave para melhorar a transparência e o alinhamento com as normas internacionais (ver secções temáticas).

1.2.5. Gestão de riscos e controlos internos para a divulgação de informação sobre sustentabilidade (GOV-5)

[GOV-5 / DP 36 a, b, c, d, e]

O Grupo El Corte Inglés dispõe de um Sistema de Gestão e Controlo de Riscos que permite identificar, avaliar e gerir de forma abrangente os seus principais riscos, incluindo os relacionados com a preparação e divulgação de informação sobre sustentabilidade. Este sistema está estruturado segundo o modelo das Três Linhas e alinhado com o framework COSO ERM. Incorpora controlos internos concebidos para reforçar a fiabilidade, a exatidão e a transparência da informação divulgada.¹⁰

¹⁰O modelo das Três Linhas de Defesa define claramente as responsabilidades e os papéis em três aspectos essenciais do risco: responsabilidade pelo risco, controlo do risco e garantia do risco.

A área de Controlo de Risco adota uma abordagem de baixo para cima, identificando e consolidando riscos de diferentes áreas de negócio e funções operacionais. Esta abordagem facilita o desenvolvimento e a atualização do Mapa de Riscos Corporativos.

O processo de identificação e avaliação de riscos está estruturado nas seguintes fases:

- **Identificação de riscos:** Esta é realizada através de entrevistas com as partes interessadas, inquéritos direcionados às principais áreas da Organização, análise de documentação interna e monitorização de informações de mercado (relatórios de pares, conselhos de especialistas, publicações especializadas e fóruns do setor).
- **Avaliação dos riscos:** Esta é determinada pela combinação de duas variáveis: a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial, seja ele económico ou reputacional. Ambas as variáveis são avaliadas através de escalas predefinidas que permitem priorizar os riscos com base no seu nível de criticidade. Esta análise é conduzida com a participação das partes interessadas internas, utilizando técnicas de consenso estruturado (por exemplo, o método Delphi), distinguindo entre:
 - risco inerente, entendido como o nível de risco sem considerar os controlos existentes, e
 - Risco residual, que reflete o nível de risco após a aplicação dos controlos implementados pela organização.
- **Priorização dos riscos:** Esta é feita com base no nível de risco residual, no seu alinhamento com os objetivos estratégicos do Grupo e nos níveis de tolerância ao risco definidos pela Organização, o que permite a alocação eficaz dos recursos e a implementação de medidas de mitigação nos riscos mais relevantes.

No contexto atual, e especialmente considerando as novas exigências decorrentes da Diretiva CSRD, a elaboração do Relatório de Sustentabilidade apresenta desafios específicos em termos de qualidade, precisão, fiabilidade e consistência da informação não financeira, derivados, entre outros fatores, da utilização de estimativas, da diferente maturidade dos dados disponíveis e da necessidade de recolher evidência da cadeia de valor.

A diversidade e o alcance das cadeias de valor do Grupo, juntamente com a heterogeneidade dos seus sistemas e processos operacionais, podem dificultar a obtenção de informações completas e comparáveis necessárias para o Relatório. Por conseguinte, a coordenação eficaz entre as diversas áreas internas é essencial para garantir a consistência dos dados reportados e uma representação precisa do desempenho do Grupo em matéria de sustentabilidade.

Para gerir estes desafios e mitigar os riscos associados ao processo de recolha, consolidação e divulgação de informação sobre sustentabilidade, o Grupo implementou um conjunto de medidas e controlos, incluindo:

- Uma equipa especializada em sustentabilidade responsável por coordenar a recolha, preparação, consolidação e verificação de informação não financeira.
- Aconselhamento de uma equipa externa.
- Fichas técnicas, que documentam a origem da informação, os critérios de cálculo, os responsáveis pelos dados e os processos de validação associados.
- Implementação de uma ferramenta tecnológica para a recolha, gestão, monitorização e consolidação da informação não financeira reportada.
- O Gabinete de Governação de Dados é responsável por estabelecer critérios comuns, princípios e melhores práticas em relação à qualidade, rastreabilidade e consistência dos dados, promovendo uma gestão homogênea da informação utilizada nos processos de reporte.
- Verificação independente por terceiros, com o objetivo de reforçar a credibilidade, a fiabilidade e a confiança na integridade da informação divulgada.

Estas medidas contribuem para reforçar a qualidade e a robustez do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, bem como a confiança das diversas partes interessadas na informação divulgada pelo Grupo.

Os riscos relacionados com a fiabilidade, consistência e rastreabilidade da informação não financeira, bem como com o processo de preparação e divulgação de informação sobre sustentabilidade, estão refletidos no MRC e são revistos periodicamente.

Os resultados da avaliação de riscos são partilhados com as áreas operacionais responsáveis pela geração de dados e com a equipa de sustentabilidade, sendo integrados como referência nos processos internos de preparação, revisão e validação da informação reportada.

No caso dos riscos com o nível mais elevado de criticidade do MRC, foi implementado um sistema de monitorização que utiliza indicadores-chave de risco (KRIs) específicos, o que permite o acompanhamento periódico da evolução da exposição, a deteção precoce de desvios relevantes e a ativação, quando apropriado, dos planos de ação correspondentes, com comunicação periódica ao CAC.

O MRC é revisto e atualizado periodicamente e inclui, entre outros aspetos, o risco associado à fiabilidade da informação não financeira. A sua atualização está sujeita a um processo de validação que inclui a sua apresentação ao Comité de Conformidade e Controlo de Riscos, a sua subsequente validação pelo Comité de Auditoria e Controlo e a sua aprovação final pelo Conselho de Administração.

1.3. Estratégia

1.3.1. Modelo de negócio (SBM-1)

[SBM-1 / DP 40 a (i) (ii), b]

O El Corte Inglés evoluiu para um grupo empresarial diversificado, presente em vários setores e mercados, com marcas como El Corte Inglés, Hipercor, Supercor, Sfera, Viajes El Corte Inglés, SICOR e KUMO Networks. Este percurso assentou sempre numa proposta diferenciada, focada na qualidade, numa ampla e variada gama de produtos e num compromisso com a excelência do serviço — fatores que nos ajudaram a posicionar-nos como líderes no setor do retalho.¹¹

O nosso modelo de negócio integra a responsabilidade, a ética e a sustentabilidade em todos os aspetos das nossas operações — princípios que orientam as nossas decisões e fortalecem as nossas relações com as partes interessadas. Com esta abordagem, impulsionamos a criação de valor a longo prazo através do respeito pelas pessoas, da proteção ambiental e da gestão proativa de riscos, impactos e oportunidades.

Qualidade, serviço ao cliente, inovação, variedade e compromisso com as marcas são alguns dos aspetos que definem a nossa identidade. Esta visão, focada na melhoria contínua, permitiu-nos desenvolver formatos de negócio diferenciados e potenciar a integração dos ambientes físico e digital, combinando o toque pessoal da experiência em loja com as vantagens do canal online.

O retalho está no centro do nosso negócio e é o principal motor do posicionamento da marca El Corte Inglés, reconhecida tanto em Espanha como internacionalmente. O modelo de loja de departamento reúne uma oferta completa num único espaço, abrangendo moda, gastronomia, restauração, tecnologia, artigos para o lar, lazer e cultura, sendo também complementado pelo desenvolvimento de novas áreas de negócio, como o turismo, a energia e os serviços de tecnologia.

As pessoas são a força motriz por detrás desta evolução. Clientes, colaboradores e fornecedores colaboram para criar uma dinâmica que impulsiona a melhoria contínua. Trabalhamos para oferecer soluções personalizadas para cada necessidade, através de remodelações de espaços e da

¹¹[SBM-1 / DP 40 a iv] O Grupo El Corte Inglés comercializa exclusivamente produtos e serviços que cumprem a regulamentação em vigor em todos os mercados em que opera.

introdução de novos serviços e produtos inovadores, tudo com o objetivo de facilitar a vida a quem confia em nós.

O empenho e o profissionalismo dos mais de 81.000 colaboradores do Grupo possibilitam um modelo orientado para a excelência. A formação contínua, a adaptabilidade e a dedicação ao serviço são fundamentais para garantir uma experiência de alta qualidade para o cliente. Os nossos fornecedores são o primeiro elo desta cadeia, com os quais partilhamos relações sólidas baseadas na confiança e nos princípios da ética, inovação e sustentabilidade.

O desempenho comercial do Grupo reflete-se na melhoria dos resultados financeiros do ano. A receita total atingiu 17.246,6 milhões de euros, um aumento de 1,1% em relação ao ano anterior. A receita do Grupo situou-se em 14.987,8 milhões de euros, representando um aumento de 1,4% face ao ano anterior; em termos comparáveis, este aumento foi de 2,2%.

A tabela seguinte reflete os números de negócios obtidos por linha de atividade e segmento em 2025:

volume de receita global	Exemplo: 2025	Exemplo: 2024¹²
Grupo El Corte Inglés	17.247	17.053
Valor líquido do volume de negócios	Exemplo: 2025	Exemplo: 2024
Empresas de retalho	12.633	12.495
Moda e Beleza	5.882	5.703
Alimentação e Hotelaria	3.064	3.020
Casa e Eletrónica	2.776	2.767
Outras rendas	911	1.006
Comercialização de Espaços	95	83
Grupo de Viagens El Corte Inglés	2.117	2.054
Outras linhas de negócio	250	257
Ajustes e exclusões	(107)	(103)
Grupo TOTAL El Corte Inglés	14.988	14.786

Valores em milhões de euros.

A evolução positiva da margem bruta, aliada a uma gestão eficiente dos custos e à redução das despesas financeiras, permitiu à empresa alcançar um resultado líquido de 628,0 M€, refletindo o crescimento global do negócio do Grupo. Excluindo os itens extraordinários, o resultado líquido ordinário situa-se em 521,6 milhões de euros, representando um aumento de 11% face ao ano anterior.

Estes resultados contribuíram para a redução da dívida financeira líquida reportada, que atingiu o seu nível mais baixo nos últimos anos, e para um rácio EBITDA Ajustado/Dívida Financeira Líquida Reportada de 1,3x (1,5x em 2024). Os resultados, os níveis de dívida líquida, a solidez e o posicionamento do negócio, bem como o portefólio imobiliário, são os principais fatores de crédito do Grupo. Em 2025, a Standard & Poor's e a Fitch mantiveram a classificação de risco corporativo em BBB, elevando a perspetiva de estável para positiva.

Todos os segmentos contribuem positivamente tanto para a receita como para o EBITDA, com o negócio de retalho a apresentar um desempenho particularmente bom. Nesta área, o crescimento comparável é de cerca de 1,8%, juntamente com um aumento de 4,3% no EBITDA, impulsionado

¹²Os dados referentes ao exercício de 2024 foram reexpressos.

pela expansão da margem bruta (especialmente em categorias como a moda) e pela gestão eficiente dos custos operacionais.

O segmento operacional conhecido como “Comercialização Espacial” continua a sua trajetória ascendente. Este segmento engloba contratos de arrendamento imobiliário em que o Grupo atua como locador, bem como parcerias comerciais através das quais terceiros acedem aos espaços do Grupo, complementando a oferta fornecida aos clientes, aumentando o fluxo de pessoas nas lojas e/ou otimizando a utilização dos ativos imobiliários. Estas parcerias comerciais incluem serviços prestados por operadores externos, como óticas, lavagens de automóveis e oficinas mecânicas, salões de beleza e clínicas dentárias, entre outros.

As principais linhas de negócio do Grupo El Corte Inglés são descritas abaixo.

Retail

O comércio a retalho continua a ser a atividade principal do Grupo e representa a maior parte das receitas. A rede de retalho em Espanha e Portugal inclui grandes armazéns, hipermercados, supermercados, outlets e lojas Sfera, juntamente com canais digitais (site e aplicação), constituindo um modelo de negócio bem estabelecido.

A proposta de negócio baseia-se em critérios de qualidade, inovação e experiência do cliente. Ao longo do tempo, a empresa tem incorporado progressivamente soluções que promovem uma utilização mais eficiente dos recursos, incentivam o consumo responsável e contribuem para gerar um impacto positivo no ambiente. Os nossos centros exibem marcas próprias e externas em diferentes setores, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Moda e acessórios	A área de moda oferece uma cuidada seleção de marcas nacionais e internacionais que se somam às coleções de marcas próprias que combinam o design, qualidade e adaptação às tendências sob as nossas marcas: Woman, Lloyd's, Emidio Tucci, Dustin, Tintoretto, Easy Wear, Green Coast, Coconut, Latouche, Jo & Mr. Joe e Énfasis. A estas junta-se a Unit, com roupa para toda a família. Além disso, a Sfera é a marca que conta com lojas próprias de rua e corners nos centros El Corte Inglés, e constitui a marca com maior presença internacional do Grupo, especialmente no México.
Beleza e perfumaria	Em beleza e cuidado pessoal, a oferta de produtos e serviços inclui marcas de referência a par de opções sustentáveis, ecológicas e vegan, que se complementam com espaços experienciais e atividades em colaboração com marcas do setor.
Casa e decoração	Casa e Decoração reúne uma cuidada seleção de marcas, entre as quais se destaca a marca própria El Corte Inglés; produtos desenhados para criar espaços confortáveis, funcionais e adaptados a diferentes estilos. Mobiliário, têxtil, menage, iluminação e decoração no mesmo espaço, de forma a oferecer soluções com qualidade e design, com uma aposta crescente em materiais certificados e processos de produção responsáveis.
Alimentação e Grande Consumo	Os distintos formatos comerciais de alimentação são Supermercado El Corte Inglés, Club del Gourmet, Hipercor, Supercor e Sanchez Romero, estes oferecem uma ampla oferta com uma forte orientação para produtos locais, ecológicos e de comércio justo, que contribuem para a promoção da saúde, apoio a fornecedores locais e à redução da pegada de carbono.

Restauração	Na Restauração contamos com uma ampla rede de espaços gastronómicos que incluem restaurantes, cafetarias, conceitos inovadores como o Gourmet Experience, estabelecimentos geridos por marcas externas e zonas de Pratos Preparados. Em todos, existe uma oferta culinária de alta qualidade e opções locais e ecológicas
Desporto	Na área de Desporto contamos com uma ampla oferta de equipamento, calçado e têxtil técnico, organizado por espaços especializados que facilitam a experiência de compra e abrangem vários desportos. As recentes remodelações em alguns centros incluem novos espaços temáticos, categorias ampliadas como futebol e basquetebol, e uma apresentação atualizada às novas tendências. Estes espaços oferecem uma vasta gama de marcas para satisfazer diferentes gostos e interesses, entre as quais se destacam os artigos da Boomerang e Mountain Pro
Eletrónica e Eletrodomésticos	A oferta tecnológica e de eletrodomésticos está a evoluir em termos de critérios de eficiência energética, durabilidade, reparação e economia circular.
Cultura e Lazer	Os nossos centros são espaços dão vida à cultura e ao lazer, onde é possível aceder a conteúdos educativos e de entretenimento e distintas atividades para todos os públicos. A área de Brinquedos do El Corte Inglés são concebidas como locais de vivência familiar, com um catálogo completo e variado.
Animais de estimação	A área de animais de estimação reúne uma oferta especializada que contribui para o bem-estar animal através de produtos seguros, funcionais e selecionados com critérios de qualidade.

Para continuar a proporcionar uma experiência diferenciada em cada visita, a El Corte Inglés Real Estate é responsável pela renovação e melhoria contínua das suas lojas, garantindo que toda a rede mantém elevados padrões de qualidade, funcionalidade e design. O Grupo possui um dos portfólios imobiliários mais significativos do setor.

O El Corte Inglés-Grandes Armazéns consolidou-se como um dos principais retalhistas em Portugal graças à sua oferta diversificada e à sua integração na cultura e sociedade portuguesas. A atividade comercial mantém um crescimento sustentado em todos os seus formatos, incluindo grandes armazéns em Lisboa e Gaia-Porto, supermercados Supercor, lojas Sfera e canais digitais. Além disso, a empresa mantém um forte compromisso com os fornecedores locais, que considera essenciais para o desenvolvimento económico e social do país.

Comercialização de Espaços

A comercialização de espaços engloba contratos de arrendamento ou parcerias comerciais através das quais o Grupo incorpora terceiros que complementam as ofertas dirigidas aos clientes. Este modelo permite um maior fluxo de clientes nas lojas e otimiza a utilização dos ativos imobiliários. Estas parcerias comerciais incluem serviços prestados por operadores externos, tais como ópticas, lavagens de automóveis e oficinas mecânicas, salões de cabeleireiro e clínicas dentárias, entre outros, que enriquecem a experiência do cliente e alargam a oferta abrangente do Grupo.

Grupo de Viagens El Corte Inglés

O Grupo Viajes El Corte Inglés é uma empresa líder no seu setor, que oferece propostas de valor adaptadas a cada viajante e em todos os segmentos: férias; operador turístico; corporativo; organização de eventos; incentivos e congressos; banco de camas; gestão de destinos e experiências de férias.

Diversificado em negócios e mercados, o Grupo Viajes detém uma posição sólida em Espanha, Portugal e Itália, e tem uma presença significativa nas Américas. É proprietário de mais de 524 agências de viagens em Espanha e 199 a nível internacional. Além disso, conta com uma extensa rede de agências externas que comercializam os produtos da própria empresa. Através do seu negócio de alojamento hoteleiro, conta com uma carteira de clientes (agências de viagens) distribuída por vários países.

A subsidiária de viagens continua a crescer e a adaptar-se às necessidades dos viajantes, combinando tecnologia, serviço personalizado e alianças estratégicas. Ao longo do ano, o Grupo de Viagens impulsionou a modernização da sua rede de agências e o desenvolvimento de soluções digitais próprias, reforçando a sua capacidade de oferecer experiências de viagem cada vez mais abrangentes e adaptadas aos novos hábitos dos viajantes. Mantém o seu compromisso com o turismo responsável e sustentável, alinhado com os princípios ESG e com a sua dedicação ao desenvolvimento dos destinos.

Outras linhas de negócio

SICOR

SICOR está focada em clientes particulares como corporativos, com o objetivo de oferecer soluções relacionadas com a segurança, a teleassistência, trabalho temporário, a inserção profissional e *Facility Services*, entre outros serviços. Todos estes serviços privilegiam a especialização e atenção personalizada. Durante o exercício, a atividade de alarmes e teleassistência foi reorganizada sob a nova sociedade SICOR Alarmes S.L., com o objetivo de reforçar, especializar e fortalecer a oferta de serviços nesta área.

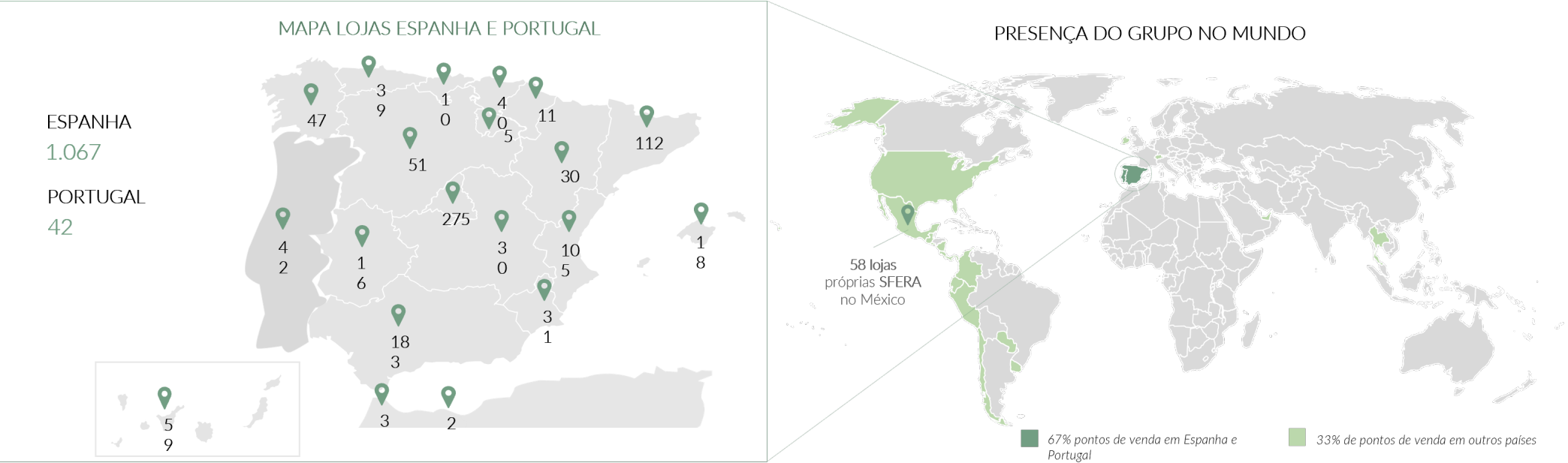
Energía El Corte Inglés

Telecor, a empresa do Grupo El Corte Inglés especializada em serviços energéticos, é a comerciante de Energia El Corte Inglés. Oferece soluções fiáveis e orientadas para a sustentabilidade, apoiadas pela certificação AENOR como Fornecedor de Serviços Energéticos, o que garante a qualidade e rigor dos seus serviços. A empresa comercializa energia 100% renovável, com ofertas competitivas, o que reforça o compromisso com a eficiência e a redução da pegada de carbono

KUMO Networks

KUMO Networks (anteriormente, KIO Networks Espanha), é a empresa de centros de dados e serviços de nuvem privada do Grupo El Corte Inglés. A empresa opera um dos centros de dados mais avançados de Espanha, oferecendo serviços de infraestrutura crítica com soluções de alta disponibilidade e resiliência, tanto a empresas como a administrações públicas. A sua atividade centra-se em soluções *IaaS*, *backup*, *disaster recover* e nuvem privada. Após a aquisição de 100% da empresa e o seu relançamento sob a nova marca, o Grupo reforçou o seu posicionamento no setor digital através de contratos estratégicos.

Pontos de venda por linha de negócio	Exemplo: 2025				TOTAL Ex. 2024
	Espanha	Portugal	Outros países	TOTAL Ex. 2025	
Varejo	528	20	367	915	906
El Corte Inglés	391	14	367	772	755
Grandes Armazéns El Corte Inglés	70	2	—	72	72
Supermercados El Corte Inglés	58	2	—	60	57
Quartos Hipercor	34	—	—	34	34
Sfera	171	9	367	547	529
Lojas próprias	102	7	58	167	168
Espaços no C.C. El Corte Inglés	69	2	—	71	72
Franquias	—	—	309	309	289
Outlets	44	1	—	45	46
T. Sportown	—	—	—	—	1
T. ATM	2	—	—	2	2
Sucursais do El Corte Inglés	12	—	—	12	14
Supermercados Supercor	137	6	—	143	151
Grupo de Viagens El Corte Inglés	524	22	177	723	721
Filiais (no C.C. e na rua)	398	18	177	593	588
Outros pontos de venda (implantes, transplantes)	126	4	—	130	133
Empresas SICOR (Delegações Comerciais)	14	—	—	14	13
CERA Publishing	1	—	—	1	1
TOTAL PONTOS DE VENDA	1.067	42	544	1.653	1.641



FRANQUIAS DE SFERA EM OUTROS PAÍSES 309

Chile	58	Nicarágua	4
Costa Rica	8	Panamá	12
Chipre	4	Paraguai	12
El Salvador	13	Perú	45
Emirados Árabes	3	Catar	1
Guatemala	10	Suíça	65
Irlanda	32	Tailândia	42

DELEGAÇÕES DO GRUPO VIAGENS EM OUTROS PAÍSES

Chile	24	México	114
Colômbia	19	Panamá	5
Equador	3	Perú	7
Estados Unidos	3	Uruguai	2

1.3.2. Estratégia de Sustentabilidade (SBM-1)

A sustentabilidade é um pilar fundamental da estratégia do Grupo El Corte Inglés e, para esse efeito, dispõe de um conjunto de políticas que estabelecem os princípios e normas que orientam todas as suas decisões e operações relacionadas com a sustentabilidade (ver secção “1.5. Políticas no domínio da sustentabilidade”, do capítulo “1. Informações Gerais”).

Estas políticas são complementadas pelo Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) 2025-2030, que traduz os princípios em iniciativas e objetivos concretos para implementação. Além disso, o PDE está alinhado com a análise de dupla materialidade, atualizada este ano (ver secção “1.4. Análise de Dupla Materialidade” no Capítulo “1, Informação Geral”). Esta análise define uma estrutura clara para a ação e garante que as ações do Grupo respondem às prioridades dos seus stakeholders e aos desafios mais relevantes na sua cadeia de valor.

Política Corporativa de Sustentabilidade

[MDR-P / DP 65 a, b, c, d]

Entre as suas políticas de sustentabilidade, o Grupo tem uma Política Corporativa de Sustentabilidade que estabelece o quadro geral de atuação em questões ambientais, sociais e de governação. Esta Política define os princípios e as orientações que orientam a gestão responsável do Grupo e alinha as suas atividades com os desafios globais e as expectativas dos seus stakeholders. Para assegurar a sua correta implementação, o Comité de Sustentabilidade supervisiona a sua aplicação através de auditorias regulares, ferramentas de monitorização como o Painel de Indicadores de Sustentabilidade e canais de comunicação que reforçam uma gestão eficaz e transparente.

Esta Política é obrigatória para todos os indivíduos dentro da Organização, independentemente da sua posição ou localização geográfica, e aplica-se a todas as empresas do Grupo. O seu âmbito estende-se aos parceiros de negócio, colaboradores e outras partes interessadas, visando promover práticas consistentes em toda a cadeia de valor.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela sua implementação e supervisão. Neste sentido, a Política foi atualizada em outubro de 2025 para garantir o seu alinhamento com o contexto regulamentar, estratégico e de sustentabilidade em vigor.

Para reforçar esta estrutura de ação, o Grupo adere voluntariamente a iniciativas e normas internacionais de referência, incluindo:

- O Pacto Global das Nações Unidas.
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
- Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e as Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais.
- O Pacto Ecológico Europeu.
- O Acordo de Paris de 2015, adotado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.
- Os Direitos da Criança e os Princípios Empresariais das Nações Unidas.
- O Código Mundial de Ética para o Turismo da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Plano Diretor de Sustentabilidade 2025-2030

[SBM-1 / DP 40 f, g]

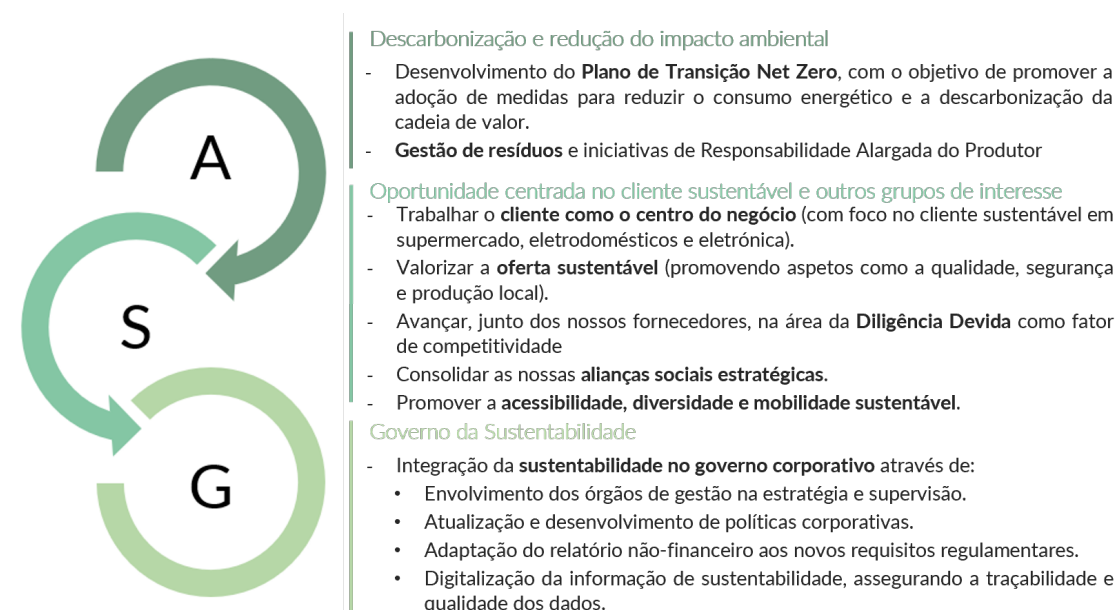
O Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) 2025-2030 integra critérios ambientais, sociais e de governação (ESG) em todos os aspetos da tomada de decisão e do desenvolvimento empresarial.

Esta estrutura estratégica estabelece os objetivos, o roteiro e os principais planos de ação, alinhando com os princípios delineados na Política Corporativa de Sustentabilidade. Isto garante a adaptação da Organização às novas exigências regulamentares, incluindo as relacionadas com o financiamento, e reforça a competitividade do Grupo.

Este plano incorpora a sustentabilidade como elemento central da proposta de valor, adaptando-se às novas preferências do consumidor e reforçando a capacidade do Grupo de criar valor a longo prazo para a Empresa e para os seus stakeholders.

No âmbito desta abordagem, foi realizada uma análise da oferta comercial e das principais áreas de atividade para avaliar o seu alinhamento com os objetivos de sustentabilidade. Esta análise destaca o progresso em áreas como a promoção de produtos sustentáveis e de origem local, a melhoria de processos responsáveis nos setores da moda, artigos para o lar, alimentar, eletrónica e eletrodomésticos, e a adaptação da proposta de valor às necessidades dos diferentes segmentos de clientes. Identifica também oportunidades de melhoria que reforçam os compromissos ESG do Grupo.

As principais linhas de ação do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2025-2030 estão estruturadas em torno dos três pilares ESG e são desenvolvidas através das seguintes iniciativas:



Objetivos do Plano Diretor de Sustentabilidade 2025-2030

[SBM-1 / DP 40 e]

O PDS estabelece uma série de objetivos para 2030 para cada uma das linhas de ação:

Ambiental

- Implementar os compromissos de descarbonização a curto e médio prazo delineados na proposta do Plano de Transição Net Zero.
- Minimizar o consumo de recursos e gerir os resíduos de forma eficiente.

Social

- Consolidar o posicionamento da marca própria (MMPP) na sustentabilidade.
- Colaborar ativamente com fornecedores estratégicos (marcas externas) na área da sustentabilidade.

- Participe em negócios inovadores associados à economia circular e às novas tendências de consumo.
- Promover o acesso autónomo e igualitário de todas as pessoas aos estabelecimentos físicos e sites do Grupo.
- Promover um plano de voluntariado corporativo que unifique todas as ações do Grupo e fortaleça o compromisso e o orgulho de pertença.
- Implementar um programa de due diligence robusto para mitigar os riscos ESG em toda a cadeia de valor.
- Promover projetos alinhados com a atividade do Grupo que contribuam para a geração de valor partilhado e um impacto positivo na sociedade.

Governança

- Envolver os organismos governamentais na estratégia e supervisão da sustentabilidade para garantir a rastreabilidade e a robustez dos dados.

Ratings

O desempenho do Grupo em matéria de sustentabilidade está sujeito a avaliações periódicas por agências de rating especializadas em ESG, cujo as avaliações permitem comparar os progressos alcançados e identificar áreas de melhoria de acordo com as expectativas das partes interessadas.

No ano fiscal de 2025, a MSCI (Morgan Stanley Capital International) manteve a classificação AA da El Corte Inglés, em linha com a tendência dos anos anteriores. Entretanto, a Sustainalytics voltou a classificar a empresa num baixo nível de risco ESG (a segunda melhor posição no setor das lojas de departamento na Europa), consolidando assim a posição de sustentabilidade alcançada nos últimos anos.

1.3.3. Cadeia de Valor (SBM-1)

[SBM-1 / DP 42 a, b, c]

O Grupo El Corte Inglés define a sua cadeia de valor (CV) em conformidade com o Guia de Implementação da EFRAG (IG2) como o conjunto de atividades, recursos e relações ligadas ao seu modelo de negócio e ao ambiente em que opera. A informação sobre sustentabilidade abrange toda a cadeia de valor, incluindo as operações tanto do El Corte Inglés como das suas subsidiárias. Isto inclui atividades de retalho, tanto físicas como digitais, e a prestação de serviços complementares, principalmente nas áreas de viagens, finanças e seguros. A sua atividade estrutura-se em torno da comercialização de uma vasta gama de produtos, bem como da oferta de serviços destinados a satisfazer as necessidades de consumo, mobilidade e proteção dos seus clientes. No exercício de 2025, a cadeia de valor foi atualizada com a integração da linha de negócio KUMO Networks.¹³

Para compreender adequadamente o ambiente em que o Grupo opera, é essencial considerar a natureza das suas atividades, os setores em que opera e as áreas geográficas onde está presente. Embora a maior parte das operações esteja concentrada em Espanha e Portugal, a Organização mantém também uma presença internacional significativa através de várias subsidiárias. A este respeito, as lojas Viajes El Corte Inglés e Sfera têm uma presença significativa em diversos mercados, sobretudo no México.

¹³Grupo Consultivo Europeu sobre Relatórios Financeiros.

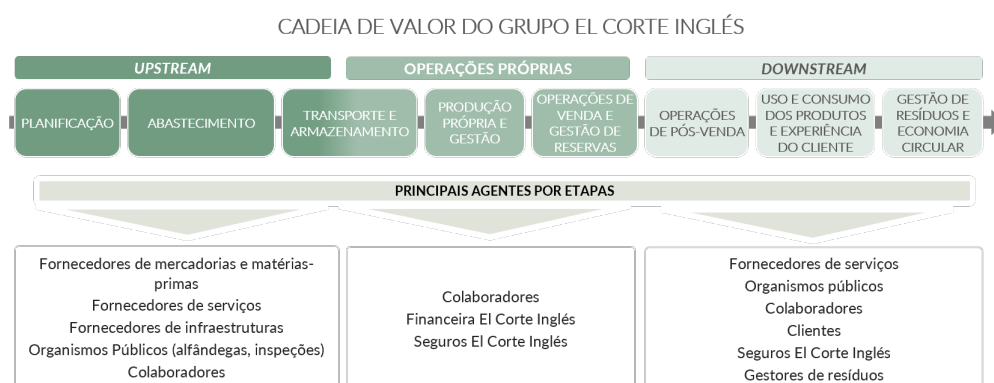
Criação de valor para as partes interessadas

A capacidade de gerar valor concretiza-se na interação diária com as partes interessadas, impulsionando benefícios económicos, sociais e ambientais:

- **Colaboradores:** através da criação de empregos estáveis e de qualidade, e do desenvolvimento profissional.
- **Fornecedores e parceiros comerciais:** através de relações estáveis e transparentes, processos de compra estruturados e acesso a um canal de distribuição consolidado.
- **Consumidores:** através do acesso a uma vasta gama de produtos e serviços seguros e de qualidade, de uma experiência de compra omnicanal e da disponibilidade de soluções de financiamento e seguros associadas.
- **Sociedade:** através de contribuições fiscais, promoção da atividade económica nos territórios onde opera e integração progressiva de práticas ligadas à economia circular e à gestão responsável de resíduos.

Etapas, atividades e principais agentes da cadeia de valor

A cadeia de valor está estruturada em três etapas: upstream, operações próprias e downstream.



De salientar que o Grupo participa diretamente em determinadas subatividades que fazem parte tanto das atividades a montante como a jusante na sua cadeia de valor, intervindo para além das suas próprias operações em diferentes elos do ciclo de vida do produto e do serviço.

A montante (upstream)

As fases iniciais da cadeia de valor abrangem as atividades, os recursos e as relações comerciais necessárias ao planeamento, o que permite definir a oferta comercial e antecipar a procura futura, de forma a garantir uma gestão operacional eficiente. No que diz respeito aos fornecedores que atuam como agentes na cadeia de valor, a análise, no caso dos fornecedores de marcas externas, limita-se às ações que estão sob o controlo ou supervisão direta do Grupo, tais como processos de seleção, avaliação de critérios ESG, definição de condições de compra e procedimentos de concurso.

As atividades de compras incluem a receção de mercadorias, a aquisição de matérias-primas para o fabrico de produtos e a contratação de fornecimentos e serviços de apoio necessários às operações comerciais, incluindo embalagens. Para os fornecedores externos, o âmbito limita-se à aquisição de produtos para revenda, sem abranger as atividades dos próprios fornecedores. Por outro lado, para os produtos de marca própria, a análise incorpora as atividades realizadas diretamente pelos fornecedores. Por fim, as funções de transporte e armazenagem garantem a receção e distribuição eficientes das mercadorias desde a sua origem até aos armazéns e pontos de venda, bem como a

gestão da logística inversa relativa à devolução de produtos não vendidos ou defeituosos. Os principais intervenientes envolvidos nesta etapa são:



Operações próprias

As operações internas abrangem todas as atividades, recursos e relações que o Grupo gere diretamente para executar o seu modelo de negócio. Nesta fase, é coordenado todo o fluxo de produtos e serviços, desde a receção até à entrega ao cliente, com o objetivo de garantir a eficiência operacional e a disponibilidade comercial.

A logística interna desempenha um papel central, garantindo a receção, o armazenamento e a distribuição de mercadorias na fase inicial do processo. O Grupo também realiza as suas próprias atividades de produção e gestão, incluindo a conceção e desenvolvimento de produtos alimentares, bem como a rotulagem e o controlo de qualidade de produtos alimentares e não alimentares. No âmbito digital, gere conteúdos relacionados com vendas online, como documentação de produtos e fotografia para e-commerce. Paralelamente, a divisão de viagens cria e estrutura pacotes turísticos personalizados para diferentes perfis de clientes.

Esta fase é concluída com as atividades de vendas e gestão de reservas do Grupo Viajes, tanto em estabelecimentos físicos como através de canais digitais, incorporando o serviço ao cliente, soluções de financiamento e gestão de encomendas. No setor das viagens, estas funções incluem também consultoria especializada, gestão de reservas e marketing de serviços turísticos. Os agentes envolvidos nesta segunda etapa são:

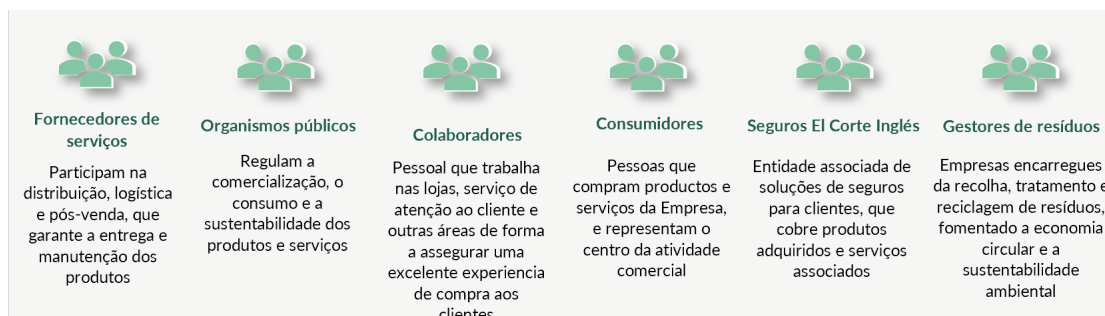


A jusante (downstream)

A fase de distribuição abrange as atividades e as relações que permitem ao Grupo entregar os seus produtos e serviços ao cliente final e apoiá-lo ao longo de todo o seu ciclo de vida. Esta etapa integra tanto a interação de vendas como a gestão pós-venda.

Nesta área, a entrega, o serviço ao cliente e o apoio pós-venda estão integrados, incluindo reparação, manutenção, instalação e cobertura para possíveis problemas. A empresa também oferece soluções de financiamento e produtos de seguro que aumentam a proteção e a acessibilidade das suas ofertas comerciais.

Durante a utilização e fruição de bens e serviços, incluindo alimentos, mercadorias em geral e viagens, o cliente está no centro da proposta de valor. Além disso, são incorporados critérios de gestão de resíduos e de economia circular, juntamente com iniciativas de reutilização, reciclagem e valorização, para reduzir o impacto ambiental associado ao fim do ciclo de vida do produto. Nesta terceira etapa, as partes interessadas envolvidas são:



1.3.4. Diálogo com as partes interessadas (SBM-2)

[SBM-2/DP 45 a(i)(ii)(iii)(iv)(v), c(i)(ii)(iii)]

Os nossos stakeholders desempenham um papel fundamental no nosso desenvolvimento e sustentabilidade. O relacionamento contínuo com clientes, colaboradores, fornecedores, comunidade, acionistas e investidores permite-nos compreender as suas expectativas e fortalecer o nosso modelo de negócio.

Em conformidade com a nossa Política Corporativa de Sustentabilidade, mantemos uma abordagem de diálogo estruturado, integrada no nosso sistema de gestão da sustentabilidade. Esta estrutura facilita a identificação das principais partes interessadas ligadas às nossas atividades e a análise das suas expectativas, que são depois incorporadas na definição de prioridades e planos de ação em matéria de sustentabilidade. O envolvimento das partes interessadas é apoiado por um processo de escuta ativa e contínua, que orienta a tomada de decisões e garante que a estratégia aborda as questões relevantes para cada grupo de partes interessadas.

Dentro do Grupo, identificámos os seguintes grupos de partes interessadas:



Grupos de stakeholders do Grupo El Corte Inglés		associado ao NEIS
Colaboradores	Os colaboradores são um grupo de stakeholders fundamental e o ativo mais valioso do Grupo. Promovemos um ambiente seguro, respeitador e inclusivo, com iniciativas de desenvolvimento profissional, programas de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e canais de diálogo interno que fortalecem o seu compromisso e participação.	NEIS S1
Fornecedores / Trabalhadores da cadeia de valor	Mantemos relações comerciais estáveis com os nossos fornecedores, alinhadas com os nossos princípios de ética, qualidade e sustentabilidade. Monitorizamos o cumprimento das normas sociais através de acordos formais, auditorias e acompanhamento contínuo, com controlo direto sobre os fornecedores de marcas próprias através dos escritórios locais. Além disso, o Acordo-Quadro Global, assinado com os sindicatos, estende estes compromissos aos fornecedores de matérias-primas e aos trabalhadores de toda a cadeia de abastecimento.	NEIS S2
Sociedade	Colaboramos com comunidades locais, ONG, universidades e entidades sociais e ambientais para promover iniciativas de inclusão, bem-estar e proteção ambiental, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável.	NEIS S3 / Ação Social
Consumidores e/ou utilizadores finais	São a essência do nosso negócio e a nossa razão de ser. Promovemos uma proposta de valor baseada na qualidade, inovação e excelência no serviço. Mantemos um diálogo constante através da escuta ativa, atendimento ao cliente, inquéritos, redes sociais e programas de fidelização para compreender as suas expectativas e fortalecer a sua satisfação e confiança.	NEIS S4
Capital	O apoio financeiro é essencial para o nosso crescimento sustentável. As nossas relações com investidores, acionistas, agências de notação de risco, instituições financeiras e fornecedores de financiamento (na medida em que mantenham uma relação estável e relevante com o Grupo) baseiam-se na transparência, no rigor e na conformidade com as melhores práticas de governação corporativa.	NEIS 2
Comunidade empresarial	Participamos em associações e fóruns empresariais nacionais e internacionais para trocar conhecimentos, promover boas práticas e reforçar a competitividade e a sustentabilidade do setor.	NEIS 2
Instituições	Mantemos um diálogo construtivo com as administrações e organismos públicos para garantir o cumprimento das normas e colaborar em iniciativas de interesse geral que promovam o desenvolvimento económico e social.	NEIS 2
Líderes de opinião	Os media, os analistas e os influenciadores digitais são canais essenciais para divulgar informação sobre as nossas atividades e compromissos, além de reforçarem a transparência e a reputação da empresa.	NEIS 2

O Grupo mantém um diálogo transparente e bidirecional com as partes interessadas para reforçar a confiança, compreender as suas necessidades e garantir a coerência entre a sua estratégia, o seu modelo de negócio e as exigências do ambiente. Esta abordagem permite antecipar riscos e oportunidades, bem como promover uma atuação responsável com vista à criação de valor partilhado.

Para garantir a eficácia deste diálogo, utilizamos diversos canais de comunicação, incluindo redes sociais, fóruns, eventos, newsletters, o nosso site corporativo, sites de vendas, aplicações, Serviço de Apoio ao Cliente, a Linha Direta de Ética e a NEXO (intranet dos colaboradores). Através destes canais, recolhemos as impressões, expectativas e prioridades dos nossos stakeholders, que são depois analisadas e incorporadas nos nossos processos de tomada de decisão estratégica.

Os resultados deste diálogo refletem-se em ações concretas, como a atualização periódica das políticas e procedimentos internos e a adaptação dos produtos e serviços às expectativas identificadas. Através da análise de dupla materialidade, são consideradas as necessidades e prioridades das partes interessadas para o desenvolvimento de iniciativas que gerem os impactos, os riscos e as oportunidades no modelo de negócio e na cadeia de valor.

Além disso, o Grupo utiliza ferramentas de monitorização e controlo, tais como auditorias periódicas, medições de satisfação de clientes e colaboradores, sistemas de monitorização da reputação e monitorização dos media e das redes sociais, para garantir que estas iniciativas são eficazes e vão ao encontro das expectativas dos seus stakeholders.

Com base na análise das expectativas e contributos das partes interessadas, não foram identificadas, durante o ano, necessidades que exigissem modificações substanciais na estratégia ou no modelo de negócio do Grupo. No entanto, os contributos recebidos através dos canais de diálogo estabelecidos continuaram a ser sistematicamente avaliados e incorporados no planeamento de ações futuras e na gestão do relacionamento com as partes interessadas, com o objetivo de antecipar possíveis ajustes e garantir que a estratégia se mantém alinhada com as suas expectativas e necessidades.

Dia Anual de Envolvimento das Partes Interessadas

[SBM-2 / DP 45 b, d]

No dia 26 de fevereiro de 2026, realizou-se o 7º Dia de Informação às Partes Interessadas, um fórum fundamental para o diálogo e colaboração com os nossos stakeholders, principalmente as empresas parceiras e as suas associações, os colaboradores, a comunidade e a sociedade em geral. O encontro decorreu online e iniciou-se com a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e das orientações estratégicas para o período de 2025 a 2030. Também proporcionou aos participantes a oportunidade de partilhar as suas preocupações e expectativas em relação à sustentabilidade.

Anteriormente, a 16 de outubro de 2025, a Viajes El Corte Inglés realizou o seu 4º Encontro Aberto com as Partes Interessadas, um evento que reuniu profissionais do setor, empresas parceiras, fundações e organizações sociais. O encontro centrou-se na partilha de novidades, na auscultação de diferentes perspetivas e na continuidade do trabalho conjunto para a construção de um setor turístico mais responsável. Durante o evento foram apresentados os principais elementos do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2025-2030 e, em particular, foi fomentado um diálogo ativo, permitindo que as partes interessadas participassem diretamente na discussão de iniciativas e prioridades.

As principais conclusões e contributos resultantes destas sessões foram compilados e transmitidos à Comissão de Sustentabilidade, para garantir que as sugestões e informações obtidas são consideradas na tomada de decisões estratégicas e na conceção de iniciativas futuras.

1.4. Análise de Dupla Materialidade (IRO-1; SBM-3)

[SBM-3/DP 48g] [IRO-1/DP 53h]

A análise de dupla materialidade permite ao Grupo identificar e priorizar as questões de sustentabilidade mais relevantes para a sua atividade, numa perspetiva estratégica e de gestão de risco.

O ano de 2024 marcou um ponto de viragem na abordagem do Grupo El Corte Inglés em relação aos relatórios de sustentabilidade, tendo como estrutura a adoção voluntária das normas de reporte da Diretiva CSRD. Esta mudança consolidou a dupla materialidade como princípio orientador dos relatórios e fortaleceu o nível de rigor, clareza e comparabilidade da informação divulgada.

Esta estrutura integra tanto os impactos significativos da atividade da Empresa no ambiente e na sociedade (materialidade do impacto) como os efeitos financeiros derivados dos riscos e oportunidades associados a estas questões (materialidade financeira).

No exercício de 2025, o Grupo mantém esta abordagem de dupla materialidade definida pela CSRD e procedeu a uma atualização e simplificação da análise, com o objetivo de reforçar o alinhamento com as normas europeias e melhorar a qualidade, a coerência e a consistência dos relatórios corporativos, abrangendo de forma abrangente os aspetos ambientais, sociais e de governação.

A análise mantém-se alinhada com as orientações do Guia de Implementação para a Avaliação da Materialidade emitido pela EFRAG. A metodologia definida nos exercícios anteriores foi mantida e, no âmbito da atualização realizada este ano, foi revista a identificação dos impactos, riscos e oportunidades materiais do Grupo, incorporando alterações resultantes da evolução das prioridades estratégicas, do contexto regulamentar, do ambiente de mercado, do envolvimento das partes interessadas e de outros fatores relevantes. O Grupo planeia continuar a submeter esta análise a revisões e atualizações periódicas para garantir a sua validade e consistência ao longo do tempo.¹⁴

Integração da análise de dupla materialidade na estratégia / nos processos internos do Grupo

[IRO-1 / DP 53 e, f]

A análise de dupla materialidade está alinhada com os diversos exercícios de avaliação interna do Grupo, facilitando a identificação, avaliação e gestão consistentes dos impactos indiretos relevantes. No exercício de 2025, esta análise considerou, entre outros elementos, o Plano de Responsabilidade Social Corporativa (MRC) do Grupo, o Plano de Desenvolvimento do Desempenho (PDS) 2025-2030 e as novas políticas corporativas relevantes adotadas durante o período.

Além disso, o alinhamento da análise de dupla materialidade com o Plano Estratégico do Grupo para 2025-2030 garante a sua integração no planeamento estratégico e a sua coerência com os eixos estratégicos e objetivos prioritários definidos, incorporando a sustentabilidade como um elemento transversal na gestão do risco e no aproveitamento das oportunidades ligadas à transformação sustentável do modelo de negócio.

Procedimentos de controlo interno

[IRO-1 / DP 53 d]

O processo de identificação e gestão de ORIs (Organizações Responsáveis Individuais) faz parte da governação corporativa e do controlo interno do Grupo. Este processo é realizado através de uma

¹⁴As Orientações de Implementação do EFRAG são: IG 1 Análise de Materialidade; IG 2 Cadeia de Valor; IG 3 Lista de pontos de dados do NEIS (Normas Europeias de Relatórios de Sustentabilidade). Estas orientações serviram de referência fundamental para definir a abordagem metodológica da análise.

estrutura de responsabilidades definida, que permite a tomada de decisões sólidas e a monitorização eficaz de questões relevantes de sustentabilidade. O Departamento de Sustentabilidade coordena a implementação e a comunicação dos planos de ação, garantindo a integração adequada da informação das várias áreas envolvidas. Os resultados deste processo são submetidos ao Comité de Sustentabilidade, que supervisiona e valida o seu alinhamento com a estratégia e as prioridades corporativas.

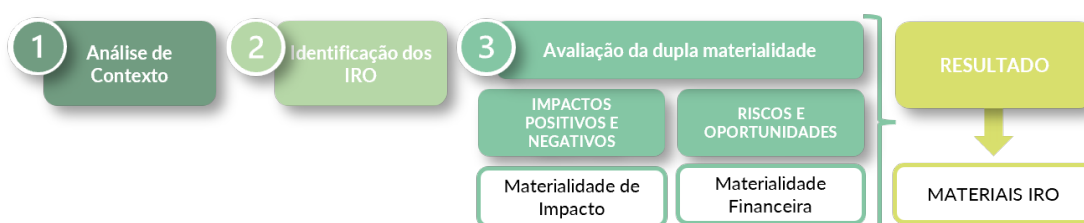
Com o objetivo de reforçar a robustez do processo, o Grupo aplica procedimentos de controlo interno para verificar a qualidade e consistência da informação, garantir a rastreabilidade das decisões tomadas e facilitar a revisão periódica dos IRO identificados.

Metodologia (IRO-1)

[IRO-1/DP 53 a, b (i) (iii), g]

A análise de dupla materialidade atualizada resultou num exercício mais robusto e simplificado que mantém total conformidade com as diretrizes atuais, permitindo uma identificação mais precisa dos resultados esperados e fortalecendo a consistência metodológica, consolidando assim o relatório de sustentabilidade do Grupo.

A metodologia está estruturada em torno de três alavancas principais que orientam e consolidam a evolução da análise da materialidade dual:



Esta análise faz parte do processo de due diligence para a conduta empresarial responsável, garantindo que a identificação e avaliação dos riscos internos não se baseiam apenas em critérios de relevância interna, mas consideram sistematicamente os riscos reais e potenciais para as pessoas e o ambiente.

O processo de identificação, avaliação e priorização dos Indicadores-Chave de Risco (ICRs) também incorpora a consideração das partes interessadas. No ano fiscal de 2025, este processo envolveu principalmente os departamentos internos relevantes através de sessões de revisão elaboradas para garantir que a análise está alinhada com a estratégia corporativa e as prioridades de negócio. Estas sessões facilitaram a integração de perspetivas de peritos de diversas funções, a revisão dos critérios de relevância aplicados e a validação do conjunto de ICR relevantes resultante da análise atualizada.

Além disso, a análise considera informação dos canais de diálogo estabelecidos com os principais grupos de partes interessadas analisados no exercício de dupla materialidade de 2024.

Análise de contexto

[IRO-1/DP 53 b (ii), c (iii)]

A análise de contexto é o ponto de partida para o processo de dupla materialidade e fornece os principais parâmetros de entrada para a identificação de impactos indiretos. Esta análise baseia-se numa revisão estruturada de informações internas e externas relevantes, abrangendo o modelo de negócio do Grupo, o seu desempenho, a cadeia de valor, a estrutura regulamentar aplicável e as principais tendências do setor e de sustentabilidade.

Para a atualização da análise de dupla materialidade para o exercício de 2025, o Grupo utilizou como base a análise contextual desenvolvida em 2024, visando assegurar a continuidade e a consistência do processo. Com base nesta análise, foi realizada uma revisão seletiva para incorporar as mudanças mais relevantes no ambiente interno e externo, garantindo que a análise reflète adequadamente a evolução do negócio, o contexto regulamentar e o mercado. Este trabalho foi realizado em conformidade com o Guia de Implementação da Dupla Materialidade da EFRAG e apoia as fases subsequentes de identificação e avaliação das ORIs (Operações de Resposta Individual).

A análise interna examina as atividades, operações e relações comerciais do Grupo, tendo em conta a sua estratégia, plano de negócios e situação financeira. Neste contexto, são consideradas as principais áreas geográficas, as diferentes fases da cadeia de valor e as atividades com maior exposição a impactos negativos e riscos, bem como aquelas com maior potencial para gerar impactos positivos e oportunidades. Esta abordagem permite que o processo de identificação e priorização de oportunidades de melhoria contínua seja focado nas áreas mais relevantes.

Para o efeito, foram tidos em conta documentos corporativos importantes, incluindo o Relatório de Sustentabilidade, a análise de dupla materialidade de 2024, o MRC, o PDS 2025-2030 e as políticas corporativas relevantes sobre sustentabilidade.

A análise externa aborda os principais factores ambientais que podem afectar as actividades do Grupo, incluindo o quadro legal e regulamentar aplicável. Nesta área, são consideradas as regulamentações europeias relevantes, como a Diretiva CSRD e a Diretiva de Due Diligence em matéria de Direitos Humanos (HRDD), bem como a evolução das melhores práticas de mercado derivadas dos primeiros exercícios de dupla materialidade publicados. Foram também analisadas informações públicas e do setor relevantes que possam ter um impacto significativo no Grupo e no seu ambiente competitivo.

Nesta fase, a cadeia de valor é integrada e atualizada neste exercício de acordo com o Guia de Implementação da EFRAG (IG2), que estabelece os parâmetros para a sua delimitação. Com base nesta definição, o Grupo liga cada IRO à etapa correspondente da cadeia de valor e à atividade específica a ela associada, permitindo a identificação sistemática dos IRO relevantes ao longo das diferentes fases e partes interessadas envolvidas.



Para mais informações sobre as fases e os agentes envolvidos na cadeia de valor, consulte a secção “1.3.3. Cadeia de valor” no capítulo “1. Informações gerais”.

Identificação dos IRO

[IRO-1 / DP 53 c i]

A identificação dos IRO foi realizada com base nesta análise contextual do Grupo, complementada por pareceres de especialistas de uma consultora. Com base nisto, a extensa lista de IRO identificados foi revista e atualizada para garantir uma cobertura abrangente dos impactos, riscos e oportunidades significativos decorrentes das atividades do Grupo no exercício de 2025, em consonância com a evolução do negócio, a cadeia de valor e os temas, subtemas e sub-subtemas definidos pela NEIS.

Este processo tem em conta tanto os impactos associados às atividades próprias do Grupo como os ligados à sua cadeia de valor e relações comerciais, bem como os riscos identificados no MRC (Método de Revisão de Riscos). Além disso, foram analisadas as ligações entre os impactos e as dependências com os riscos e as oportunidades de forma a identificar a sua potencial tradução em efeitos financeiros, tanto negativos como positivos, e a reforçar uma visão integrada da sustentabilidade e do desempenho económico.

Durante o ano fiscal de 2025, a lista de IRO foi ajustada para incorporar novos elementos, aprofundar determinados subtemas e adicionar IRO específicos da entidade em áreas não explicitamente abrangidas pelo NEIS.¹⁵

Como resultado, foi definido um inventário abrangente de IROs (Impostos sobre Resíduos Operacionais) que reflete com precisão a realidade do Grupo e abrange toda a sua cadeia de valor, desde as fases de planeamento e aquisição até à gestão final de resíduos e à economia circular, tendo em conta as diversas partes interessadas envolvidas.

Os IRO identificados foram partilhados com as áreas internas responsáveis pelo Grupo para revisão e validação, o que permitiu a incorporação de contributos adicionais e a consolidação da lista final antes da fase de avaliação.

Avaliação do IRO

[IRO-1/DP 53 b(iv), c(ii)]

Para determinar com maior precisão a materialidade dos IRO previamente identificados, o Grupo El Corte Inglés aplica uma metodologia consolidada, melhorada ao longo do exercício. Esta abordagem combina uma estrutura técnica comum, que incorpora os principais critérios estabelecidos pela CSRD e as orientações do Guia de Implementação para a Avaliação da Materialidade, com a participação de profissionais internos com conhecimentos especializados das diversas áreas de negócio. O contributo destes profissionais garante uma avaliação alinhada com a realidade operacional e estratégica do Grupo.

A avaliação do IRO está estruturada em torno de duas dimensões distintas, em consonância com o princípio da materialidade dual. Em primeiro lugar, analisa-se a materialidade do impacto, avaliando a relevância dos impactos positivos e negativos nas pessoas e no ambiente. Em segundo lugar, examina-se a materialidade financeira, considerando os riscos e as oportunidades com base no seu potencial efeito na situação financeira, no desempenho e na posição futura da empresa.

Materialidade de impacto

Esta dimensão é analisada numa perspectiva "de dentro para fora", considerando as consequências reais e potenciais dos impactos identificados no contexto social e ambiental. Para tal, o Grupo aplica uma metodologia baseada em parâmetros de avaliação normalizados, cujos resultados são expressos numa escala quantitativa de 1 a 5, em que 1 representa o nível mais baixo de impacto e 5 o mais elevado.

¹⁵Um IRO (Impacto, Risco ou Oportunidade Específico da Entidade) "específico da entidade" refere-se a questões de sustentabilidade que são materiais (relevantes) para uma determinada empresa, mas que não são expressamente abrangidas pelas normas gerais ou setoriais específicas (ESRS) da Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) da União Europeia.

	Impacto Actual	Impacto Potencial
IMPACTOS POSITIVOS	Gravidade • Escala • Alcance Probabilidade • Tipologia do impacto • Horizonte temporal	Gravidade • Escala • Alcance Probabilidade • Tipologia do impacto • Probabilidade de ocorrência • Horizonte temporal
IMPACTOS NEGATIVOS	Gravidade • Escala (+ Impacto nos Direitos Humanos) • Alcance • Eficácia da intervenção Probabilidade • Tipologia do impacto • Eficácia da intervenção	Gravidade • Escala (+ Impacto nos Direitos Humanos) • Alcance • Eficácia da intervenção Probabilidade • Tipologia do impacto • Probabilidade de ocorrência • Horizonte temporal

- Escala: mede a magnitude do impacto em caso de materialização.
- Âmbito: avalia a extensão do impacto, considerando a sua dimensão geográfica e as unidades de negócio afetadas.
- Capacidade de reparação do impacto: avalia a capacidade de reverter ou mitigar o impacto, aplicável apenas a impactos negativos.
- Tipologia de impacto: distingue entre impactos atuais e potenciais.
- Probabilidade de ocorrência: estima a probabilidade de os potenciais impactes se materializarem.
- Horizonte temporal: identifica o prazo mais provável para a materialização (curto, médio ou longo prazo), de acordo com os horizontes definidos no Relatório.

Na avaliação dos impactes negativos, em particular dos associados a potenciais violações dos direitos humanos, o Grupo deu prioridade à gravidade do impacte em relação à sua probabilidade de ocorrência. Este critério reforça o princípio da prevenção e assegura uma resposta diligente a potenciais violações de direitos fundamentais, mesmo em casos com baixa probabilidade de concretização.

Para determinar a materialidade, os parâmetros definidos para a severidade e a probabilidade dos impactos, tanto positivos como negativos, são quantificados e ponderados de forma consistente dentro da estrutura metodológica aplicada. Com base nos resultados obtidos, os impactes cuja avaliação ultrapassa o limiar estabelecido pelo Grupo são identificados como materiais. No ano fiscal de 2025, este limiar foi fixado em 3,5 em 5 na escala aplicada, o que equivale a um nível de relevância igual ou superior a 70%.

Materialidade financeira

Na avaliação de riscos e oportunidades, o Grupo aplica os parâmetros definidos nas orientações metodológicas da EFRAG. Como atualmente não existe uma metodologia quantitativa padronizada para esta dimensão, o exercício foi realizado com recurso a uma abordagem qualitativa.

Esta dimensão é analisada numa perspectiva "de fora para dentro", avaliando como os factores externos, incluindo os aspectos sociais, ambientais e regulamentares, podem influenciar a posição financeira, o desempenho e o desenvolvimento futuro do Grupo. Os resultados potenciais para cada parâmetro, bem como a materialidade do impacto, são classificados numa escala de 1 a 5.



- Operacional: impacto na continuidade do negócio resultante de falhas em processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Aplica-se apenas a riscos.
- Reputacional: efeito na percepção e na confiança das partes interessadas após a materialização de riscos ou oportunidades.
- Impacto financeiro: o efeito do risco ou da oportunidade no crescimento do negócio, nas demonstrações financeiras e no fluxo de caixa.
- Financiamento e custo de capital: extensão da oportunidade ou do risco em relação ao acesso ao financiamento e ao custo de capital do Grupo.

Os parâmetros utilizados para estimar a probabilidade de materialização de oportunidades e riscos são aplicados da mesma forma que os utilizados na materialidade de impacto.

Após a avaliação, os riscos e as oportunidades são quantificados e ponderados de acordo com a sua magnitude e probabilidade. Os que ultrapassam o limite de materialidade previamente definido são considerados relevantes e passam a integrar o conjunto de questões de sustentabilidade relevantes para o Grupo.

Efeitos financeiros atuais dos riscos e oportunidades

[SBM-3 / DP 48 d]

Os efeitos financeiros actuais dos riscos materiais identificados incluem o aumento dos custos associados à adaptação a soluções mais sustentáveis, bem como os riscos reputacionais decorrentes de práticas laborais potencialmente inseguras. No entanto, após análise, determinou-se que estes impactos não têm, atualmente, um efeito significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. Não obstante, dada a possibilidade de aumento destes riscos, a Empresa reforçou a sua estratégia de gestão, implementando medidas para minimizar o seu impacto futuro, como a otimização da utilização dos recursos e o aumento da transparência em toda a cadeia de valor.

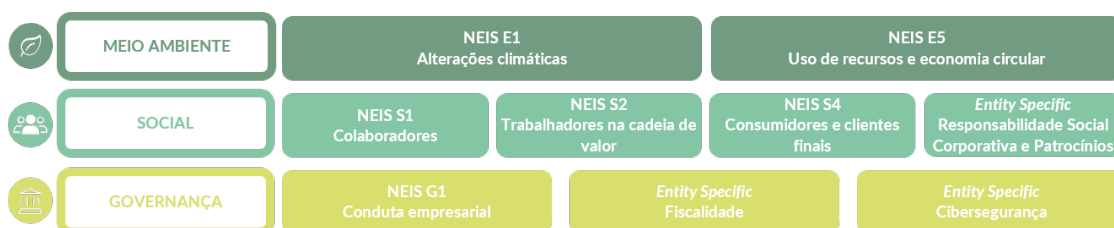
Por outro lado, foram identificadas diversas oportunidades significativas, incluindo uma maior atração de financiamento sustentável, um melhor posicionamento corporativo através das melhores práticas e uma crescente preferência entre os clientes que valorizam a sustentabilidade nas suas decisões de compra. Estas oportunidades representam um fator chave para o crescimento da Empresa e o fortalecimento da sua cultura empresarial. Neste sentido, o Grupo continua a desenvolver uma vasta gama de produtos sustentáveis, a promover o turismo responsável e a melhorar as condições de trabalho, reforçando o seu compromisso com a integração dos princípios ESG em todas as suas operações e cadeia de valor.

Resultados da análise de dupla materialidade (SBM-3)

[SBM-3 / DP 48 c (ii), (iv), f, g]

A dupla materialidade tornou-se uma ferramenta fundamental no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Grupo El Corte Inglés para 2025-2030. Os impactes materiais identificados (IROs) têm origem quer nas operações do próprio Grupo, quer nas suas relações comerciais ao longo da cadeia de valor, proporcionando uma visão abrangente dos efeitos associados à sua atividade. Estas medidas contribuem para reforçar a resiliência da sua estratégia e modelo de negócio, reforçando a sua capacidade de adaptação às mudanças e desafios do ambiente, bem como para gerir os impactos, tanto positivos como negativos, que a sua atividade possa gerar no ambiente e nas pessoas.

Como resultado do processo de dupla materialidade, foram identificados os seguintes **temas materiais** para o Grupo El Corte Inglés:



A análise de dupla materialidade atualizada envolveu uma revisão do âmbito e do conteúdo dos Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO) materiais em comparação com o exercício anterior. Este processo incluiu uma revisão das três eixos principais que definem a análise, alargando o estudo tanto ao contexto interno como do externo. Além disso, as alterações e os ajustes efetuados nestes eixos são detalhados nas respetivas secções dentro da metodologia de análise de dupla materialidade.

Esta abordagem permitiu uma identificação mais precisa dos IRO e fortaleceu a consistência metodológica, com o objetivo de refletir com maior exatidão aos subtemas que se tornaram mais relevantes para o Grupo no contexto atual.

Na área da utilização de recursos e da economia circular, os aspectos relacionados com os inputs de recursos, incluindo a utilização de matérias-primas, são explicitamente incluídos. Além disso, foram identificadas e acrescentadas informações específicas da entidade que não estavam explicitamente contempladas nos tópicos definidos nas Diretrizes Estratégicas de Negócio (NEIS). Isto inclui ações sociais e patrocínios na esfera social, e fiscalidade e cibersegurança na esfera da governação. De salientar que as informações sobre estes temas já haviam sido divulgadas no ano anterior; no entanto, foram reclassificadas como informação específica da entidade para melhorar a transparência e a rastreabilidade, bem como, para reforçar a relevância destes temas para o Grupo.

IRO materiais por tema

[SBM-3 / DP 48 a, c (i), (iii), h] [IRO-1]

Os resultados obtidos na análise de dupla materialidade são apresentados de seguida, detalhando todos os materiais identificados para cada subtema e organizados tematicamente de acordo com o respetivo NEIS. Esta informação está estruturada em tabelas, que detalham os principais aspetos considerados durante a fase de identificação, utilizando as seguintes abreviaturas:

IP	IN	R	O
Impacto positivo	Impacto negativo	Risco	Oportunidade

NEIS E1 - Alterações Climáticas

[IRO-1 (E1)]

O processo de identificação e avaliação dos riscos indiretos relacionados com o clima baseia-se numa análise das atividades do Grupo e da sua cadeia de valor. Esta análise identifica fontes reais e potenciais de emissões de gases com efeito de estufa, tanto diretas como indiretas, e avalia a sua contribuição para o perfil climático do Grupo. A exposição dos ativos e das atividades empresariais aos riscos físicos e de transição decorrentes das alterações climáticas, bem como as oportunidades associadas, foram também avaliadas para determinar o seu potencial impacto no modelo de negócio e na estratégia. Este exercício foi realizado em conformidade com as recomendações da TCFD e considera diferentes horizontes temporais: curto (2030), médio (2040) e longo (2050). A avaliação baseia-se na utilização de cenários climáticos definidos pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) para emissões baixas e elevadas (SSP1 2.6 e SSP5 8.5), bem como para um cenário de emissões intermédio (SSP5 4.5). A análise dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas foi atualizada durante este período. A análise detalhada encontra-se descrita na secção “2.2. Alterações Climáticas” do presente Relatório.¹⁶

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor
Mitigação das alterações climáticas				
IN	Geração de emissões de GEE de alcance 3 derivado da atividade dos nossos fornecedores.	Atual	Curto prazo	Upstream
O	Atração de financiamento de investidores interessados em critérios ASG como resultado de um desempenho sólido em matéria de sustentabilidade e alterações climáticas.	Potencial	Médio prazo	Operações próprias
R	Custos de adaptação das novas regulamentações referentes às alterações climáticas: instalações, produtos e serviços comercializados e transporte	Potencial	Médio prazo	Operações próprias
Energia				
IN	Consumo energético intensivo nas instalações e serviços do Grupo ECI	Atual	Curto prazo	Operações próprias
O	Redução dos custos operacionais através da monetização de Certificados de Poupança Energética (CPE), resultantes da implementação de medidas de eficiência energética nas operações e na cadeia de abastecimento do Grupo.	Potencial	Curto prazo	Upstream Downstream

¹⁶A Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD, na sigla em inglês) é um grupo de trabalho composto por especialistas do setor financeiro e de diferentes mercados, criado em 2015.

NEIS E5 - Utilização de recursos e economia circular

[IRO-1 (E5)]

Para fazer face aos riscos e oportunidades relacionados com o uso de recursos e o racional de economia circular, o Grupo analisa os seus ativos, instalações e atividades, tanto nas suas operações como nas dos seus parceiros da cadeia de valor a montante e a jusante. Esta análise identifica os reais e potenciais impactos associados à entrada e saída de recursos, incluindo a utilização e a produção de resíduos. Com base nisto, o Grupo avalia a sua exposição a riscos e oportunidades relacionados com a disponibilidade de recursos, a eficiência na utilização dos mesmos e a gestão de resíduos, bem como o potencial impacto no seu modelo de negócio e estratégia.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor
Entradas de recursos, incluindo a utilização dos recursos				
IN	Possível impacto ambiental resultado da dependência de matérias-primas não renováveis, que podem acelerar o esgotamento de recursos naturais	Potencial	Médio prazo	Upstream
Resíduos				
IP	Reintegração de resíduos na cadeia de valor através da certificação Resíduo Zero nas lojas e centros logísticos	Atual	Curto prazo	Downstream
O	Melhoria reputacional e da eficiência operacional devido às boas práticas de gestão de resíduos nas lojas e plataformas logísticas certificados com o selo Resíduo Zero	Potencial	Curto prazo	Downstream

NEIS S1 – Colaboradores

Para identificar os Impactos, Riscos e Oportunidade (IRO) relacionados com os seus colaboradores, o Grupo centrou a análise em aspetos-chave do ambiente de trabalho e no respeito pelos direitos das pessoas que compõem a Organização. Esta análise inclui, entre outras áreas, a saúde e segurança no trabalho, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e a promoção de uma cultura inclusiva, diversa e equitativa, considerados fatores determinantes para o bem-estar, o compromisso e a estabilidade da força de trabalho, reconhecida como um ativo essencial para o desenvolvimento do negócio do Grupo.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor
Condições de trabalho				
IP	Proteção da segurança e da saúde dos colaboradores através de serviços médicos próprios que propõem iniciativas para minimizar riscos laborais e psicossociais.	Atual	Curto prazo	Operações próprias
IP	Proteção dos direitos laborais e das condições de trabalho dos colaboradores através de boas práticas que promovem um emprego seguro, estável e de qualidade.	Atual	Curto prazo	Operações próprias
R	Dificuldade em atrair e reter talento devido às dinâmicas do mercado de trabalho.	Potencial	Médio prazo	Operações próprias
Igualdad de tratamento e oportunidades para todos				
IP	Contribuição da promoção das mulheres através de medidas que favorecem a sua presença em cargos de responsabilidade	Atual	Curto prazo	Operações próprias
IP	Promover um ambiente de trabalho inclusivo para todos, através do compromisso com a diversidade e igualdade, com foco na integração de pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.	Atual	Curto prazo	Operações próprias
IN	Incidentes relacionados com assédio e discriminação entre os colaboradores.	Atual	Curto prazo	Operações próprias
IN	Distribuição heterógena da remuneração entre os colaboradores.	Atual	Curto prazo	Operações próprias
O	Reforçar o posicionamento corporativo através da promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, com foco na integração de pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.	Potencial	Curto prazo	Operações próprias
O	Contar com talento especializado e qualificado de forma a responder às necessidades do negócio e enriquecer a cultura da empresa	Potencial	Médio prazo	Operações próprias

NEIS S2 - Trabalhadores da cadeia de valor

Na sua análise IRO (Impactos Riscos e Oportunidades) referente aos trabalhadores por conta de outros, o Grupo considerou os colaboradores em toda a sua cadeia de valor, reconhecendo a sua importância para garantir a sustentabilidade das suas operações. Foram avaliados aspetos essenciais relacionados com o cumprimento dos direitos humanos, com especial atenção para a implementação de boas práticas laborais e foco na diligência devida melhorada da Organização.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor
Condições de trabalho / Igualdade de tratamento e oportunidades para todos / Outros direitos laborais				
IP	Promoção de boas práticas laborais e do respeito pelos Direitos Humanos dos trabalhadores dos fornecedores, com foco na diligência devida reforçada e na certificação ASG.	Atual	Curto prazo	Upstream
R	Dano reputacional devido a potenciais violações laborais ou dos direitos humanos dos trabalhadores da cadeia de abastecimento do Grupo, incluindo os fornecedores de <i>Retail</i> de marca própria	Potencial	Curto prazo	Upstream

NEIS S4 - Consumidores

Em relação aos consumidores, a análise da IRO considerou aspetos essenciais como a proteção de dados, a transparência na comunicação de produtos e serviços, a acessibilidade universal, a satisfação do cliente e a promoção da saúde e do bem-estar através de elevados padrões de qualidade e segurança. Estas medidas visam reforçar a confiança, fidelizar clientes e oferecer uma experiência inclusiva e personalizada, focada na melhoria contínua.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia De Valor
Incidências relacionadas com a informação para os clientes finais				
R	Dano reputacional e de confiança devido a gestão inadequada da proteção de dados dos clientes	Potencial	Curto prazo	Operações próprias
Incidências relacionadas com a informação para os clientes finais / Inclusão social dos clientes finais				
IP	Promoção da informação objetiva e transparente para o cliente, através de práticas de marketing responsável e transparência na informação relacionada com a oferta de produtos e serviços	Atual	Curto prazo	Operações próprias
Inclusão social dos clientes finais				
IP	Oferta ampliada de bens e serviços, resultado da implementação de medidas de acessibilidade universal (física, online, sensorial e cognitiva).	Atual	Curto prazo	Operações próprias
IP	Satisfação das necessidades dos clientes através de uma experiência de compra alinhada com as suas atuais expetativas.	Atual	Curto prazo	Operações próprias
O	Atração de clientes que valorizam a sustentabilidade nas suas decisões de compra (produtos e serviços).	Potencial	Médio prazo	Operações próprias
O	Fidelização de clientes através de estratégias de atenção personalizada.	Potencial	Médio prazo	Operações próprias
Segurança pessoa dos clientes finais				
R	Perda de reputação e prejuízo económico devido à comercialização de produtos e serviços que não cumprem as normas de segurança e que possam afetar a saúde e bem-estar dos clientes	Potencial	Médio prazo	Upstream

Responsabilidade Social Corporativa e patrocínios (Informações específicas)

No que diz respeito ao tema específico da Responsabilidade Social Corporativa e gestão de patrocínios, está incluído o contributo do Grupo para o desenvolvimento da sociedade através de diversas iniciativas de responsabilidade social e programas de patrocínio.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor
Ação social e patrocínio				
IP	Contributo para o desenvolvimento da sociedade através do patrocínio e promoção de projetos de investimento, bem como de outras atividades de compromisso social desenvolvidas em colaboração com fundações e entidades sem fins lucrativos.	Atual	Curto prazo	Downstream

NEIS G1 - Conduta Empresarial

[IRO-1 (G1)]

Para identificar os impactos indiretos relacionados com a conduta empresarial, o Grupo adotou uma perspetiva alargada sobre o contexto operacional. Analisou a forma como as suas atividades interagem com a sociedade e com o ambiente através dos seus sistemas de governação e gestão. Os principais fatores considerados incluem o setor em que opera, a sua presença geográfica, a diversidade das suas atividades — incluindo o retalho, o comércio eletrónico e os serviços financeiros — e a estrutura das suas transações comerciais. Isto abrange tudo, desde o relacionamento com fornecedores e alianças estratégicas até às interações diretas com os consumidores.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor
Cultura corporativa / Corrupção e suborno				
O	Reforço da cultura corporativa através da implementação de boas práticas de ética e integridade na Organização.	Potencial	Curto prazo	Operações próprias
Proteção dos denunciantes				
IP	Disponibilização do Canal Ético como instrumento para identificar condutas inadequadas e tolerância zero por parte do Grupo.	Atual	Curto prazo	Operações próprias

Cibersegurança (Informação Específica)

Foram também identificadas novas IRO específicas de cibersegurança, refletindo o compromisso do Grupo em reforçar a resiliência cibernética e a continuidade do negócio, e considerando os riscos associados à exposição a ataques cibernéticos em toda a sua cadeia de valor.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor
Ciberseguridad				
IP	Reforço da ciber inteligência e a continuidade de operações devido à implementação de ações preventivas que garantam serviços mais robustos e seguros perante possíveis ameaças digitais.	Potencial	Curto prazo	Operações próprias
R	Risco operacional e reputacional pela exposição a ciberataques na cadeia de valor do Grupo que podem interromper a operação, comprometer dados sensíveis ou gerar incumprimentos regulatórios.	Potencial	Curto prazo	Operações próprias

Impostos (Informações Específicas)

Da mesma forma, foi identificada um novo IRO de carácter fiscal, demonstra o compromisso do Grupo com uma conduta transparente, ética e socialmente responsável, bem como o seu contributo para o ambiente económico e social em que se insere.

Tipo de IRO	Descrição do IRO	Natureza	Horizonte Temporal	Cadeia De Valor
Fiscalidade				
IP	Consolidação de boas práticas fiscais e contribuição para a economia e para os cofres públicos através de uma estratégia fiscal responsável, transparente e alinhada com as normas vigentes	Atual	Curto prazo	Operações próprias

Outros aspetos ambientais

[IRO-1 de E2, E3, E4]

No âmbito da análise de dupla materialidade, o Grupo avaliou os IRO associados a outras questões ambientais, nomeadamente a poluição (E2), os recursos hídricos e marinhos (E3) e a biodiversidade e os ecossistemas (E4), tendo em conta as características do seu modelo de negócio e do seu ambiente operacional.

No âmbito da análise atualizada, o Grupo alargou e detalhou a lista de subtemas considerados nestas áreas para reforçar e complementar a identificação dos impactos ambientais. Entre outros aspectos, foram incorporados subtemas relacionados com a poluição por microplásticos ou a poluição por substâncias que podem afectar os organismos vivos e os recursos alimentares (E2), a

gestão dos recursos marinhos (E3) e os potenciais impactos no estado das espécies e dos ecossistemas (E4). A avaliação foi realizada utilizando a mesma metodologia aplicada aos restantes temas da NEIS.



Para mais informações sobre a metodologia aplicada ao NEIS de outros aspetos ambientais, consulte a secção “1.4. Análise de dupla materialidade” do capítulo “1. Informações gerais”.

Os resultados da análise indicam que, dada a natureza e localização das atividades do Grupo, bem como a sua limitada dependência e baixo impacto no capital natural, estas questões não atingem atualmente o mesmo nível de materialidade que outras áreas ambientais, como as alterações climáticas ou a utilização de recursos e a economia circular. Além disso, devido à baixa magnitude dos potenciais impactos negativos decorrentes das suas operações, não se considerou necessário realizar consultas específicas com os grupos potencialmente afetados. Não obstante, o Grupo mantém uma monitorização contínua destas questões com o objetivo de identificar precocemente quaisquer alterações relevantes no seu ambiente operacional ou regulamentar e assegurar a gestão adequada dos potenciais impactos futuros.

Resiliência

[SBM-3 / DP 48 f]

Com base nesta análise de dupla materialidade, o Grupo definiu políticas, ações e objetivos específicos que visam a gestão dos impactos regulatórios relevantes e o reforço da capacidade da Organização para responder aos principais desafios ambientais, sociais e de governação. Estas medidas contribuem para o reforço da resiliência do modelo de negócio e da estratégia corporativa, melhorando a sua capacidade de adaptação a um ambiente regulatório, social e de mercado em constante evolução.

Neste contexto, o Grupo está a avançar no desenvolvimento de uma análise de resiliência às alterações climáticas. Planeia também realizar análises específicas nas esferas social e de governação.



Para mais informações sobre a análise da resiliência às alterações climáticas, consulte a secção “2.2.1. Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima” no capítulo “2.2 Alterações Climáticas”.

Efeitos atuais e previstos dos impactos materiais, riscos e oportunidades.

[SBM-3 / DP 48 b, d] [IRO-1 / DP 53 c]

Esta análise destaca os efeitos positivos e negativos dos IRO materiais no modelo de negócio, na cadeia de valor, na estratégia e nos processos de tomada de decisão do Grupo El Corte Inglés.

Entre os **efeitos positivos**, destaca-se a captação de financiamento alinhado com os critérios ESG, impulsionada pelo desempenho climático do Grupo. A implementação de medidas de eficiência energética nas operações e na cadeia de abastecimento permitiu rentabilizar os Certificados de Economia de Energia (CEE), com a consequente redução dos custos operacionais. Da mesma forma, as boas práticas de gestão de resíduos em estabelecimentos e plataformas certificados pelo programa Zero Resíduos contribuem para a melhoria da eficiência operacional e do posicionamento da marca. A nível social, a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, com especial atenção à integração das pessoas com deficiência e de outros grupos vulneráveis, e a disponibilidade de talentos qualificados, fomenta a igualdade de tratamento e melhores condições de trabalho para os colaboradores.

Por outro lado, identificam-se **potenciais efeitos negativos** relacionados com os custos de adaptação às novas regulamentações climáticas; as dificuldades em atrair e reter talento num mercado de trabalho altamente competitivo; e os riscos reputacionais decorrentes de potenciais violações dos direitos humanos ou laborais na cadeia de abastecimento. Além disso, a gestão inadequada da proteção de dados ou o incumprimento das normas de segurança e qualidade dos produtos e serviços podem corroer a confiança dos clientes e gerar impactos económicos e reputacionais. A isto acresce o risco operacional e reputacional associado à exposição a ciberataques ao longo de toda a cadeia de valor.

Para gerir estes efeitos, o Grupo definiu e implementou respostas estratégicas específicas:

- Em relação às alterações climáticas, foi lançado o Plano de Transição para Emissões Net Zero, com o objetivo de melhorar a eficiência energética e impulsionar a descarbonização da cadeia de valor. Na área da utilização dos recursos e da economia circular, a estratégia estrutura-se em torno da Gestão de Resíduos e da Responsabilidade Alargada do Produtor, com iniciativas como o programa Resíduo Zero e o Plano de Embalagens Sustentáveis, focados na otimização da utilização de materiais.
- Em relação aos seus próprios colaboradores, o Grupo reforça o seu compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades através de iniciativas de formação, desenvolvimento profissional, equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e a promoção de um emprego seguro e de qualidade. Para os colaboradores em toda a cadeia de valor, foi implementada uma estratégia de due diligence ESG, estabelecendo mecanismos para prevenir, detetar e corrigir riscos, com o objetivo de garantir condições de trabalho justas e o respeito pelos direitos humanos.
- No que respeita aos consumidores e utilizadores finais, o Grupo promove a proteção do consumidor, identifica os clientes mais comprometidos com a qualidade, segurança e sustentabilidade dos produtos e desenvolve modelos de negócio circulares. Além disso, estão a ser desenvolvidas iniciativas que destacam as ofertas sustentáveis, fornecem informações transparentes e garantem a acessibilidade universal. Na área da governação, a Linha Direta de Ética está a ser reforçada como uma ferramenta fundamental para a identificação de condutas inadequadas, em linha com uma abordagem de tolerância zero ao incumprimento das normas.

Neste exercício, os riscos materiais identificados têm efeitos financeiros imediatos, principalmente associados ao aumento dos custos resultante da adaptação gradual a modelos de negócio mais sustentáveis, bem como a riscos reputacionais ligados, entre outros, a potenciais problemas laborais. Contudo, estes efeitos limitaram-se à data deste relatório e não tiveram um impacto significativo nas principais demonstrações financeiras do Grupo, incluindo a demonstração do resultado e o balanço.

1.5. Políticas no domínio da sustentabilidade

[MDR-P / DP 65 a, b, c, d]

Políticas ^{17,18}	NEIS	Compromissos	Âmbito de aplicação	Aprovação e/ou última atualização	Iniciativas e estruturas a que se aderiu
Política Corporativa de Sustentabilidade	E1/E5	Para impulsionar a transformação e a adaptação do nosso negócio, contribuindo para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, com o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, promovemos a sustentabilidade em toda a cadeia de valor através da redução do consumo de energia, da utilização de energias renováveis, da proteção da biodiversidade e da aplicação dos princípios da economia circular, incluindo ações de ciclo fechado que visam a minimização da geração de resíduos e a garantia da sua gestão adequada. Promovemos também o consumo responsável através de uma oferta omnicanal de produtos sustentáveis.	Grupo ECI, Parceiros de Negócio, Stakeholders	Em 29/10/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Pacto Global das Nações Unidas. Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Pacto Ecológico Europeu. Acordo de Paris. Direitos da Criança e Princípios Empresariais das Nações Unidas. Código Global de Ética para o Turismo.
	S1/S2/S4	Promover um modelo de negócio responsável que garanta condições de trabalho dignas e seguras, fomente a igualdade de oportunidades, a diversidade e a inclusão; incentive o desenvolvimento profissional e o compromisso social dos colaboradores; e assegurar a gestão ética e sustentável da cadeia de valor através da aplicação dos princípios da due diligence, da colaboração com fornecedores responsáveis e da proteção dos direitos humanos. Tudo isto mantendo o foco na excelência do serviço ao cliente, na acessibilidade universal, na proteção de dados pessoais e no compromisso com a inovação e a digitalização como motores da verdadeira sustentabilidade ambiental e social.			

¹⁷[MDR-P / DP 65 e] Para que as políticas correspondam às expectativas das nossas partes interessadas: trabalhadores, fornecedores, sindicatos e outros intervenientes na cadeia de valor, o Grupo organiza Dias das Partes Interessadas, onde cria um espaço de diálogo e escuta com as mesmas.

¹⁸[MDR-P / DP 65 f] Todas as políticas são de acesso público e são divulgadas através do site corporativo do El Corte Inglés, da intranet NEXO (para funcionários), dos Relatórios de Sustentabilidade ou através de eventos com as partes interessadas, entre outros.

Políticas ^{17,18}	NEIS	Compromissos	Âmbito de aplicação	Aprovação e/ou última atualização	Iniciativas e estruturas a que se aderiu
Política Corporativa sobre Diversidade, Equidade e Inclusão	S1/S4	Estamos empenhados em garantir um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado, promovendo a igualdade de tratamento e de oportunidades para todos os colaboradores e prevenindo qualquer forma de discriminação com base no género, idade, origem, orientação sexual, deficiência ou outras circunstâncias pessoais ou sociais. Esforçamo-nos também por proporcionar uma experiência acessível e inclusiva a todos os clientes através de uma vasta gama de produtos e serviços, de uma comunicação responsável e livre de estereótipos e da eliminação de barreiras físicas, sensoriais e tecnológicas em todos os canais.	Grupo ECI, Parceiros de Negócio	Em 29/01/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Declaração Universal dos Direitos do Homem. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Pacto Global das Nações Unidas. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Política Corporativa de Recursos Humanos	S1	Atrair, desenvolver e reter talentos através de um ambiente de trabalho seguro, saudável e inclusivo que promova a igualdade de oportunidades, o bem-estar físico, mental e social, o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal, a diversidade e a não discriminação; garantir o cumprimento das normas, oferecer formação contínua, promoção interna e um sistema de remuneração justo, bem como fomentar a participação, o diálogo interno e o compromisso social através do voluntariado empresarial.	Grupo ECI, Parceiros de Negócio	Em 29/01/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Declaração Universal dos Direitos do Homem. Declaração e Convenções da OIT. Pacto Global das Nações Unidas. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Directrizes de Due Diligence da OCDE.
Política Corporativa de Compras	S2	Garantir uma gestão de compras responsável que respeite os direitos humanos, assegure condições de trabalho seguras e promova a sustentabilidade em toda a cadeia de valor, concentrando a atividade na mais elevada qualidade, segurança e fiabilidade dos produtos e serviços adquiridos, através do cumprimento das normas, da diligência e do diálogo contínuo com os fornecedores.	Grupo ECI, Pessoas e atividades relacionadas com a cadeia de valor a montante, Parceiros de negócio	Em 30/10/2024, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Declaração Universal dos Direitos do Homem. Acordo de Paris. Pacto Global das Nações Unidas. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais

Políticas ^{17,18}	NEIS	Compromissos	Âmbito de aplicação	Aprovação e/ou última atualização	Iniciativas e estruturas a que se aderiu
Política Corporativa de Serviço e Suporte ao Cliente	S4	Garantir um excelente serviço ao cliente através de produtos e serviços de alta qualidade, seguros e rastreáveis, fortalecendo a confiança do cliente através de uma experiência integrada nos canais físicos e digitais. Promover uma comunicação acessível, clara e personalizada, com especial atenção aos consumidores vulneráveis, e incentivar o consumo responsável e sustentável ao longo de todo o ciclo de vida do produto.	Grupo ECI, Pessoas e atividades relacionadas com a cadeia de valor a jusante, Parceiros de negócio	Em 30/10/2024, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Pacto Global das Nações Unidas. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais. Código de Conduta de Confiança Online.
Política Corporativa de Proteção de Dados	S4	Proteção de dados pessoais através de medidas que garantam a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, mantendo os riscos sob controlo e verificando a conformidade regulamentar por terceiros, bem como através da colaboração com a Agência Espanhola de Proteção de Dados.	Grupo ECI, Parceiros de Negócio	Em 29/10/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Declaração Universal dos Direitos do Homem. Pacto Global das Nações Unidas. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu (RGPD). Lei Orgânica 3/2018 sobre a Proteção de Dados Pessoais e a Garantia dos Direitos Digitais.
Política Corporativa de Donativos e Patrocínios	Ação Social/ G1	Promover a gestão responsável, ética e transparente dos donativos e patrocínios, garantindo que todos os contributos estão alinhados com os seus valores, objetivos estratégicos e compromissos de responsabilidade social. Este baseia-se em critérios claros de legalidade, integridade e sustentabilidade; na aplicação de processos de due diligence para identificar e gerir riscos legais, éticos e de reputação; e em conformidade com os regulamentos em vigor e as normas internacionais de prevenção da corrupção e boas práticas corporativas.	Grupo ECI, Parceiros de Negócio	Em 29/10/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Políticas ^{17,18}	NEIS	Compromissos	Âmbito de aplicação	Aprovação e/ou última atualização	Iniciativas e estruturas a que se aderiu
Código de Ética	G1	Agir com honestidade, integridade, profissionalismo e transparência, cumprindo a legislação, as normas internas e os compromissos assumidos, e adotando uma postura proativa em relação a condutas irregulares, promovendo a deteção, a prevenção e a denúncia de violações do Código Deontológico, como reflexo do compromisso com uma cultura ética e responsável.	Grupo ECI, organizações relacionadas com o Grupo	No dia 27/09/2017, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Pacto Global das Nações Unidas.
Política Corporativa do Canal de Ética	G1	Permitir a denúncia de irregularidades, garantir a confidencialidade das investigações, a identidade das pessoas envolvidas, o direito à defesa, a proibição de represálias e o respeito pela presunção de inocência, gerir cada caso com diligência e proporcionalidade, em conformidade com a legislação em vigor e com a obrigação de remeter ao Ministério Público os factos que possam constituir crime.	Grupo ECI, Pessoas e atividades relacionadas com a cadeia de valor a montante e a jusante.	Em 29/10/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Declaração Universal dos Direitos do Homem. Acordo de Paris. Pacto Global das Nações Unidas. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais.
Política Corporativa contra a Corrupção e a Fraude	G1	Promover uma cultura de integridade passa por proibir a corrupção e a fraude, rejeitar presentes que influenciem decisões e implementar controlos internos com revisões regulares. A transparência, a conformidade legal e o compromisso ético são também exigidos aos parceiros e terceiros. Além disso, os denunciadores de boa-fé são protegidos e é encorajada formação contínua em ética e prevenção de fraudes.	Grupo ECI, Pessoas e atividades relacionadas com a cadeia de valor a montante e a jusante.	Em 30/10/2024, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Pacto Global das Nações Unidas. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais.

Políticas ^{17,18}	NEIS	Compromissos	Âmbito de aplicação	Aprovação e/ou última atualização	Iniciativas e estruturas a que se aderiu
Política Corporativa sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo	G1	É absolutamente proibida qualquer operação com bens de origem ilícita, cumprindo rigorosamente as normas aplicáveis, implementando procedimentos internos de prevenção e deteção, garantindo a formação contínua do pessoal envolvido, informando as autoridades competentes sobre quaisquer indícios de atividades suspeitas e promovendo a colaboração ativa com os órgãos responsáveis pela supervisão e controlo.	Grupo ECI, pessoas que atuam em nome dos gestores e dos colaboradores	Em 30/10/2024, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Declaração Universal dos Direitos do Homem. Acordo de Paris. Pacto Global das Nações Unidas. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais.
Política de brindes corporativos e hospitalidade	G1	Desenvolver as disposições da secção 5 do Código de Ética, que reflete que o Grupo El Corte Inglés não aceita nem oferece, direta ou indiretamente, qualquer tipo de vantagem de natureza duvidosa ou brindes para obtenção de benefício económico ou comercial e que nenhum dos seus membros deve aceitar ou oferecer qualquer tipo de prémio, presente, hospitalidade ou tratamento preferencial com fins egoístas para estes fins.	Grupo ECI, Parceiros de Negócio	Em 29/10/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	Pacto Global das Nações Unidas. Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais.

Políticas ^{17,18}	NEIS	Compromissos	Âmbito de aplicação	Aprovação e/ou última atualização	Iniciativas e estruturas a que se aderiu
Política de Imposto sobre as Empresas	Tributação	Para cumprir as normas fiscais aplicáveis, prevenir riscos significativos e garantir uma gestão fiscal responsável e transparente, alinhada com os princípios da legalidade, diligência e boa-fé, mantendo uma relação de colaboração com as Administrações Públicas e assegurando que a informação financeira reflete com precisão a realidade económica do Grupo, como demonstração do seu contributo para a manutenção do interesse geral.	ECI Group, gestão fiscal em todas as jurisdições onde as empresas operam ou estão presentes.	Em 30/10/2024, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	-
Política de Resiliência Cibernética Corporativa	Segurança cibernética	Promover uma gestão abrangente da resiliência cibernética, visando garantir a continuidade operacional, a segurança e integridade da informação e a resiliência organizacional, através de uma abordagem proativa e baseada no risco. Este compromisso é aplicado a todas as atividades, recursos e processos críticos, bem como a toda a cadeia de valor, incluindo colaboradores, fornecedores e terceiros, e é sustentado por uma governação robusta, melhoria contínua do sistema de gestão e conformidade com as regulamentações em vigor e as normas internacionais reconhecidas em matéria de cibersegurança, resiliência e continuidade de negócio.	Grupo ECI, Pessoas e atividades relacionadas com a cadeia de valor a montante e a jusante.	Em 29/10/2025, pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A.	-

1.6. Ações, objetivos e métricas no domínio da sustentabilidade

[MDR-A][MDR-T][MDR-M]

Ao longo de 2025, o Grupo implementou diversas ações específicas de sustentabilidade e deu continuidade a outras iniciativas já implementadas nos anos anteriores. Contudo, nos casos em que o contexto exigido pelas Diretrizes Nacionais de Sustentabilidade (NEIS) não for fornecido, o Grupo continuará a trabalhar para ampliar as informações contextuais e, quando apropriado, estabelecer prazos.

O Grupo está atualmente a definir objetivos específicos de sustentabilidade, comprometendo-se a garantir que são concretos, mensuráveis e com prazos definidos, em consonância com os temas materiais identificados. Com exceção dos objetivos já estabelecidos para os Indicadores Estratégicos de Sustentabilidade (IES) E1 (Alterações Climáticas), E5 (Economia Circular - Plano de Resíduos Zero e Embalagens Sustentáveis) e S1 (Colaboradores - Objetivos do Plano de Igualdade), que se encontram detalhados nos respetivos capítulos, os restantes objetivos ligados a outros IES materiais, quando aplicável, encontram-se em desenvolvimento. Estas metas serão definidas para períodos futuros e estarão alinhadas com os quadros regulamentares internacionais e as expectativas das partes interessadas. À medida que este processo se desenrola, serão publicadas informações detalhadas sobre os objetivos estabelecidos e o progresso no sentido da sua consecução.

Em conformidade com os requisitos de divulgação aplicáveis, quando a medição dos parâmetros divulgados tiver sido validada por uma entidade externa que não seja o fornecedor da verificação da informação de sustentabilidade, essa validação será expressamente indicada na secção correspondente do Relatório.

Além disso, com base nos critérios de relevância para a recolha de dados, foi aplicado um critério de exclusão baseado na receita e no número de colaboradores para as ações, objetivos e métricas cujo âmbito não está explicitamente definido nos respetivos capítulos. Neste sentido, foram apenas consideradas as atividades de retalho e turismo, que em conjunto representam 98,4% da receita do Grupo. As restantes atividades, por não atingirem este limiar de relevância, foram excluídas do âmbito.

2. INFORMAÇÃO AMBIENTAL

2.1. Divulgação de informação nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento da Taxonomia)

2.2. Alterações climáticas

2.3. Utilização de recursos e economia circular

2.4. Outras questões ambientais

2.1. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º DO REGULAMENTO (UE) 2020/852 (REGULAMENTO DA TAXONOMIA)

2.1.1. Métricas Contabilísticas

2.1.2. Análise de elegibilidade e alinhamento

2.1. Divulgação de informação nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento da Taxonomia)

A Taxonomia da União Europeia é o quadro regulamentar concebido para identificar e classificar as atividades económicas que podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis. Mais uma vez, o Grupo El Corte Inglés demonstra o seu compromisso com este regulamento, adaptando o seu modelo de negócio em conformidade com o Regulamento (UE) 2020/852 e orientando-o para um futuro mais sustentável.

Neste contexto, o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 (posteriormente alterado pelo Regulamento Delegado 2023/2485) define os critérios para as atividades relacionadas com os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas. O Regulamento Delegado (UE) 2023/2486, por sua vez, especifica as atividades relacionadas com os outros quatro objetivos ambientais: a utilização sustentável e a proteção dos recursos hídricos e marinhos, a transição para uma economia circular, a prevenção e o controlo da poluição e a proteção e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas.

A natureza evolutiva da Taxonomia reflecte-se nas sucessivas notas explicativas emitidas pela Comissão Europeia, que ajustam ou clarificam a interpretação de determinados critérios. Contudo, nenhuma das atualizações publicadas até à data (incluindo as mais recentes, de março de 2025) afetou a avaliação das atividades elegíveis e aplicáveis do Grupo El Corte Inglés; por conseguinte, os critérios actualmente aplicados mantêm-se válidos.

A 8 de janeiro de 2026, foi publicado o Regulamento Delegado (UE) 2026/73, que introduziu diversas novidades, incluindo o estabelecimento de limiares mínimos de materialidade para os indicadores da Taxonomia, formatos de relatórios atualizados e critérios técnicos revistos. O presente regulamento, também designado por Regulamento de Simplificação, altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 para clarificar e reduzir o conteúdo a divulgar e altera os Regulamentos Delegados (UE) 2021/2139 e (UE) 2023/2486 com o objetivo de simplificar alguns dos critérios técnicos.

Em linha com esta evolução regulamentar, o Grupo decidiu aplicar, a partir do exercício de 2025, o regime simplificado previsto no artigo 1.º do Regulamento Delegado (UE) 2026/73. Esta abordagem permite a adoção direta das disposições que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2026, facilitando um modelo de reporte mais ágil e reduzindo a carga de reporte, sem manter o regime anterior.

Ao longo deste capítulo, estes avanços regulamentares são incorporados e a adaptação dos seus processos internos é refletida, de forma a continuar a garantir a transparência, a precisão e a fiabilidade da informação divulgada, bem como o seu compromisso com uma gestão responsável e acessível para todas as partes interessadas.

2.1.1. Métricas Contabilísticas

O Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 define a metodologia para o cálculo dos principais indicadores de desempenho financeiro (KPIs) que as empresas devem divulgar: volume de negócios, investimentos em ativos ou despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx).

Em conformidade com estes requisitos, foram aplicados os critérios contabilísticos correspondentes para determinar tanto o numerador como o denominador de cada indicador-chave de desempenho (KPI), considerando a elegibilidade e o alinhamento com a Taxonomia. Assim, a proporção de atividades elegíveis e/ou alinhadas é obtida dividindo os valores associados a estas atividades (numerador) pelo volume de negócios total, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) do Grupo El Corte Inglés no final do ano (denominador).

- **Volume de negócios:** A proporção do volume de negócios a que se refere o artigo 8.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) 2020/852 foi calculada como a parcela do volume de negócios líquido proveniente de produtos ou serviços, incluindo os intangíveis, associados a atividades económicas que se enquadram na taxonomia (numerador), dividido pelo volume de negócios líquido (denominador) tal como definido no artigo 2.º, n.º 5, da Diretiva 2013/34/UE. O volume de negócios inclui também as receitas reconhecidas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 1, parágrafo 82, alínea a), adotada pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão.
- **Despesas de Capital (CapEx):** O rácio de CapEx referido no artigo 8.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) 2020/852 inclui os acréscimos aos ativos tangíveis e intangíveis durante o período anterior à depreciação, amortização e eventuais reavaliações, incluindo as resultantes de reavaliações e imparidades, para o período relevante, excluindo as alterações ao justo valor. Este cálculo inclui também os acréscimos aos ativos tangíveis e intangíveis resultantes de fusões e aquisições. Para o Grupo El Corte Inglés, estes acréscimos estão refletidos nas notas explicativas “5. Imobilizado”, “6. Propriedades de Investimento” e “8. Outros Ativos Intangíveis” das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2025.
- **Despesas Operacionais (OpEx):** A proporção de OpEx referida no artigo 8.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) 2020/852 restringe o cálculo deste indicador-chave de desempenho (KPI) aos custos diretos não capitalizados relacionados com investigação e desenvolvimento, medidas de renovação de edifícios, arrendamentos de curta duração, manutenção e reparações, e outros custos diretos relacionados com a manutenção diária de ativos fixos tangíveis, efetuada pela Empresa ou por terceiros a quem as atividades são subcontratadas, e que sejam necessários para assegurar o funcionamento contínuo e eficaz destes ativos. Para além destes itens, as empresas não financeiras que aplicam os princípios contabilísticos geralmente aceites e não capitalizam os ativos de direito de utilização devem incluir os custos de locação.

2.1.2. Análise de elegibilidade e alinhamento

Em linha com o trabalho realizado nos anos anteriores, o grupo de trabalho multifuncional (constituído por diversas áreas e empresas do Grupo) continuou a avançar na análise e interpretação dos critérios de elegibilidade e alinhamento estabelecidos pela Taxonomia da UE. Durante este período, o conjunto de atividades taxonómicas reportadas no ano anterior foi revisto detalhadamente, foi identificada uma nova atividade e foram incorporados os novos critérios aplicáveis ao período de 2025, conforme apresentado nas secções seguintes.

Tal como nos anos anteriores, o Grupo aplica o critério de atribuir cada atividade económica ao objetivo ambiental em que dá o contributo substancial mais relevante, evitando assim a duplicação nos indicadores financeiros de desempenho (KPIs) derivados de atividades que poderiam estar relacionadas com mais do que um objetivo.

Mantém-se o mesmo âmbito de consolidação: a análise e a divulgação da informação exigida pela Taxonomia abrangem todas as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Elegibilidade

O Grupo El Corte Inglés manteve, de um modo geral, as mesmas atividades taxonómicas elegíveis identificadas no ano anterior. No entanto, foi identificada uma nova actividade (7.1) no período corrente como resultado do investimento num novo centro de processamento de dados.

As atividades elegíveis identificadas para o Grupo são as seguintes:

Atividade Taxonómica	Descrição da atividade desenvolvida pelo Grupo ECI
4.1. CCM/CCA: Geração de eletricidade com recurso à tecnologia solar fotovoltaica.	O Grupo produz parte da sua energia consumida através de instalações fotovoltaicas localizadas em vários dos seus edifícios, maioritariamente operadas pela ECI, Asón e Supercor, aproveitando a eletricidade gerada para autoconsumo.
5.5. CCM / 2.3. CE: Recolha e transporte de resíduos não perigosos segregados na origem.	A ECI, a Supercor, a ECICS e a ECIGA aplicam o seu próprio sistema de gestão de resíduos no âmbito do programa "Zero Waste", através do qual os resíduos gerados em lojas, escritórios e centros de logística são separados na origem e geridos com rastreabilidade documental, especialmente em Espanha e Portugal.
6.5. CCM/CCA: Transporte por motociclos, automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros.	O Grupo utiliza veículos ligeiros (arrendados ou alugados) para operações logísticas e de serviços ligadas às empresas ECI, Supercor, ECICS, SICOR, KUMO Networks e Grupo Viajes El Corte Inglés, sempre dentro das categorias consideradas pela Taxonomia.
6.6. CCM/CCA: Serviços de transporte rodoviário de mercadorias.	A ECICS gere a aquisição e utilização de frotas de transporte rodoviário utilizadas para a distribuição de mercadorias do Grupo, incluindo veículos operacionais alugados ou próprios.
7.1. CCM/CCA / 3.1. CE: Construção de novos edifícios	A KUMO Networks investiu na construção de um novo Centro de Processamento de Dados (DPC).
7.2. CCM/CCA / 3.2. CE: Renovação de edifícios existentes.	A Asón realizou obras de renovação em edifícios geridos pela entidade.
7.3. CCM/CCA: Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética.	O Grupo aposta em ações para melhorar a eficiência energética nas suas instalações, incluindo a substituição de equipamentos térmicos, a modernização de sistemas de recirculação e a atualização de acumuladores, através de trabalhos geridos pela El Corte Inglés, ECIGA, Supercor e ECICS.
7.4. CCM/CCA: Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos em edifícios	O Grupo instalou e mantém infraestruturas de carregamento para veículos elétricos nos seus próprios parques de estacionamento, geridos pelo El Corte Inglés e pela ECIGA.
7.5. CCM/CCA: Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e dispositivos para medir, regular e controlar a eficiência energética dos edifícios.	A ECI, a ECICS, a Asón e a ECIGA lideram a instalação e a manutenção de contadores inteligentes (gás, frio, calor e eletricidade) e outros equipamentos que permitem monitorizar o consumo e melhorar o desempenho energético dos edifícios.
7.6. CCM/CCA: Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia renovável.	O Grupo desenvolve projetos fotovoltaicos em diferentes centros, com destaque para as localidades de Valdemoro e Villaverde, onde instala e realiza a manutenção de equipamentos solares para autoconsumo de energia.
7.7. CCM/CCA: Aquisição e propriedade de edifícios.	Isto inclui transações relacionadas com o arrendamento e os direitos de utilização dos ativos imobiliários do Grupo, tais como os geridos pela Sfera México ao abrigo de contratos registados de acordo com a IFRS 16, bem como com a ECI e a Asón.
8.1. CCM/CCA: Processamento de dados, alojamento e atividades relacionadas.	O Grupo investe em infraestruturas tecnológicas e serviços de alojamento, centros de dados e cloud, incluindo serviços prestados pela KUMO Networks Spain, ECI e VECI Group Tech, expandindo a sua capacidade tecnológica e infraestrutural.
8.2. CCM: Soluções baseadas em dados para reduzir as emissões de GEE.	Inclui investimentos em ferramentas digitais e software orientado para a recolha e análise de dados com o objetivo de melhorar a gestão de emissões, especialmente nas atividades da VECI Group Tech e da ECIGA.
2.2. UR / 5.3 CCM/CCA / 2.2 CE: Tratamento de águas residuais urbanas.	Isto inclui investimentos em sistemas de saneamento e bombagem de águas residuais, bem como separadores de gorduras instalados em centros geridos pela ECIGA.

Alinhamento

Após a determinação das atividades elegíveis de acordo com a estrutura da Taxonomia, a avaliação do alinhamento consistiu em analisar, para cada uma das atividades relevantes, a conformidade com os requisitos estabelecidos pela Taxonomia:

- a verificação das salvaguardas sociais mínimas,
- a revisão dos critérios de contribuição substancial para os objetivos ambientais aplicáveis, e
- Confirmação de que a atividade não causa danos significativos a outros objetivos ambientais (Não Causar Danos Significativos, DNSH).

As secções seguintes apresentam os resultados da análise transversal relativa ao cumprimento das salvaguardas mínimas, bem como a revisão dos critérios DNSH ligados à adaptação às alterações climáticas aplicáveis a todas as atividades do Grupo, juntamente com a avaliação específica dos critérios de contribuição substancial e o DNSH correspondente para cada atividade material identificada.

Salvaguardas sociais mínimas

Para que as atividades taxonómicas elegíveis do Grupo sejam consideradas alinhadas, é necessário verificar previamente o cumprimento das salvaguardas sociais mínimas, articuladas em torno de quatro áreas: direitos humanos, anticorrupção, fiscalidade responsável e concorrência leal.

O Grupo El Corte Inglés integra estes princípios através do seu Código de Ética, que serve como estrutura geral para a devida diligência e está implementado em diversas políticas empresariais. Entre estas, a Política de Sustentabilidade Corporativa define os compromissos para garantir o respeito pelos direitos humanos tanto nas operações internas do Grupo como em toda a sua cadeia de valor. O Grupo dispõe ainda de uma Carta de Compromisso com o Cumprimento dos Princípios Éticos, que formaliza a conduta esperada dos fornecedores e dos colaboradores.

No que respeita ao combate à corrupção, à gestão fiscal e à concorrência, o Grupo dispõe de políticas específicas, como a Política Corporativa de Combate à Corrupção e à Fraude, a Política Fiscal Corporativa e a Política Corporativa da Concorrência, que estabelecem os critérios de atuação nestas áreas. Estas políticas são complementadas por atividades de formação dirigidas a diferentes grupos profissionais, acessíveis através da secção "Ética e Compliance" da intranet corporativa, NEXO.

Além disso, o cumprimento das salvaguardas sociais mínimas é reforçado pelo número mínimo ou inexistente de incidentes reportados através da Linha Direta de Ética. Nenhuma decisão judicial que contestasse este cumprimento foi emitida durante o ano de 2025.

Adaptação do DNSH às alterações climáticas

O Grupo El Corte Inglés integra o cumprimento do princípio DNSH, relativo à adaptação às alterações climáticas, na sua gestão através de um processo de identificação e avaliação dos riscos climáticos. Este processo é realizado de acordo com os critérios estabelecidos no Apêndice A do Anexo I do Regulamento Delegado 2021/2139 e nos Anexos do Regulamento Delegado 2023/2486 da Taxonomia, incorporando melhorias metodológicas e de âmbito a cada ano.

Em 2025, o Grupo atualizou a análise de risco físico inicialmente realizada em 2023. Esta atualização alargou o âmbito da análise para incluir todos os ativos detidos por todas as empresas do Grupo em Espanha e em Portugal, e incorporou também um cenário climático intermédio SSP2 4.5. Esta evolução metodológica proporcionou uma visão mais abrangente da exposição e vulnerabilidade aos riscos físicos, identificando quais os riscos físicos que poderiam afetar as atividades elegíveis do Grupo.

A incorporação do novo âmbito e cenário climático permitiu também avaliar as soluções de adaptação necessárias ao nível dos ativos para gerir os riscos físicos identificados, reforçando a sua integração no planeamento e gestão do Grupo.

Os detalhes completos desta análise e as medidas associadas são apresentados no capítulo “2.2. Alterações Climáticas”.

Critérios para contribuição substancial e DNSH por atividade taxonómica

O Grupo El Corte Inglés realizou uma análise de alinhamento de todas as atividades elegíveis identificadas. Determinou-se que estas contribuem para o objetivo de mitigação das alterações climáticas, com exceção da atividade 2.2, tratamento de águas residuais urbanas, que contribui substancialmente para a utilização sustentável e para a proteção dos recursos hídricos.

A análise de alinhamento para cada atividade é apresentada abaixo, descrevendo a conformidade com a CCS e a DNSH:

Mitigação das Alterações Climáticas

Geração de eletricidade com recurso à tecnologia solar fotovoltaica (atividade 4.1): Atividade elegível e não alinhada

A cobrança da eletricidade produzida para autoconsumo em edifícios com sistemas solares fotovoltaicos foi incorporada, dado que estes sistemas cumprem o critério de contribuição substancial. Estas instalações estão localizadas principalmente em edifícios pertencentes ao El Corte Inglés, Asón e Supercor.

No entanto, a actividade é considerada não alinhada porque não foi possível fornecer provas suficientes de conformidade com os Objetivos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com a transição para uma economia circular. Consequentemente, por ser classificada como não alinhada, os ODS para a proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas não foram avaliados.

Recolha e transporte de resíduos não perigosos em frações segregadas na fonte (atividade 5.5): Atividade elegível e alinhada

Foram consideradas as atividades do programa de economia circular "Zero Waste", no qual o Grupo implementou um sistema de gestão de resíduos auditado pela AENOR. Este sistema garante a rastreabilidade documental da gestão dos resíduos gerados, especialmente nos centros de distribuição e logística do Grupo em Espanha e Portugal.¹⁹

Além disso, a segregação na origem e a não mistura de resíduos durante as fases de armazenamento e transferência (derivadas da implementação do Sistema de Gestão de Resíduos Zero) permitem a comprovação do cumprimento do critério de contribuição substancial e do DNSH associado à transição para uma economia circular.

Transporte por motociclos, automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros (atividade 6.5.): Atividade elegível e não alinhada

Para esta atividade, analisou-se o leasing/aluguer de veículos nas categorias afetadas, identificando os casos que cumprem os critérios de contribuição substancial para emissões específicas de CO₂. Os veículos analisados pertencem às empresas El Corte Inglés, Supercor, KUMO Networks, ECICS, SICOR e ao Grupo Viajes.

No entanto, a natureza detalhada e os requisitos específicos da Diretiva sobre Normas de Saúde e Segurança Alimentar (DNSH) para a transição para uma economia circular e para a prevenção e o controlo da poluição têm limitado a disponibilidade de evidências robustas, tornando impossível justificar o alinhamento da atividade.

¹⁹Associação Espanhola de Normalização e Certificação.

Serviços de transporte rodoviário de mercadorias (atividade 6.6.): Atividade elegível e não alinhada

Foram incluídas as transações relacionadas com a aquisição e o leasing operacional de equipamentos de transporte nas categorias afetadas, de acordo com os requisitos definidos para o critério de contribuição substancial. Esta atividade, ligada às operações logísticas do Grupo, é gerida principalmente pela El Corte Inglés Supply Chain (ECICS).

No entanto, não foi possível fornecer provas suficientes para comprovar a conformidade com a DNSH para a transição para uma economia circular e para a prevenção e controlo da poluição, pelo que o Grupo não pode demonstrar alinhamento.

Construção de novos edifícios (atividade 7.1.): Atividade elegível e não alinhada

Foi analisado o investimento realizado pela KUMO Networks para a construção de um novo centro de dados em Paterna (Comunidade Valenciana). Como a construção ainda não está concluída, não há evidências de conformidade com os requisitos de contribuição substancial (CCS) ou de DNSH, e, portanto, a atividade não pode ser classificada como alinhada.

Renovação de edifícios existentes (atividade 7.2.): Atividade elegível e não alinhada

Para esta atividade foram consideradas obras de construção civil ou de engenharia, bem como investimentos e operações associados a projetos de renovação e manutenção dos edifícios e infraestruturas do Grupo, nomeadamente em plataformas logísticas, centros comerciais e escritórios.

Embora tenham sido realizadas obras de renovação, estas não podem ser consideradas uma renovação de elevado impacto de acordo com o critério da contribuição substancial, nem conseguem uma melhoria da eficiência energética superior a 30%. Consequentemente, uma vez que o limiar exigido não foi atingido, o Grupo não pode justificar o alinhamento da actividade.

Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética (actividade 7.3): Actividade elegível e alinhada

Foram incluídos investimentos e despesas relacionados com a instalação, manutenção e reparação de equipamentos destinados a aumentar a eficiência energética nos centros do Grupo, tais como a substituição de tanques de armazenamento e tanques de compensação ou a melhoria das bombas de recirculação. Estas ações são atribuídas à El Corte Inglés, El Corte Inglés–Grandes Armazens, Supercor e ECICS.

As medidas implementadas (por exemplo: instalação ou substituição de iluminação eficiente; instalação, substituição, manutenção ou reparação de sistemas de ar condicionado e de produção de água quente sanitária (AQS) e equipamentos associados ao aquecimento urbano com tecnologias de alta eficiência) permitem o cumprimento dos critérios de contribuição substancial.

Adicionalmente, foram revistos os critérios do Anexo C do Ato Delegado da Diretiva sobre Segurança e Saúde no Trabalho (DNSH) relativos à prevenção e ao controlo da poluição. O Grupo cumpre estes requisitos através dos seus sistemas de gestão ambiental implementados. Além disso, os planos de gestão de resíduos descrevem os materiais geridos e não incluem componentes restritos por esta DNSH, contribuindo assim para garantir a conformidade.

Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos eléctricos em edifícios – e em lugares de estacionamento adjacentes a edifícios – (actividade 7.4.): Actividade elegível e alinhada

O Grupo dispõe de pontos de carregamento em zonas de estacionamento que cumprem os requisitos do critério de contribuição substancial, geridos pelo El Corte Inglés e pela ECIGA.

Para esta atividade, apenas se aplica a DNSH (Normalmente, Social e de Saúde) da adaptação às alterações climáticas, abordada transversalmente ao nível do Grupo, o que permite considerar a atividade alinhada.

Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e dispositivos para medir, regular e controlar a eficiência energética dos edifícios (atividade 7.5): Atividade elegível e alinhada

Isto inclui projetos de instalação, adaptação, manutenção e reparação de contadores inteligentes (gás, aquecimento, refrigeração e eletricidade), bem como outras medidas de poupança de energia nos edifícios do Grupo. Estes equipamentos estão localizados principalmente em imóveis pertencentes à El Corte Inglés, ECIGA, ECICS e Asón Inmobiliaria.

Tal como acontece com as outras atividades deste bloco, a única DNSH aplicável é a da adaptação às alterações climáticas, abordada de forma corporativa e transversal, garantindo o alinhamento.

Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis (atividade 7.6.): Atividade elegível e alinhada

Esta atividade inclui a instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos em ativos do Grupo que cumpram os critérios de contribuição substancial. Entre os projetos notáveis, destacam-se os desenvolvidos nas plataformas logísticas de Valdemoro e Villaverde, geridas pela El Corte Inglés e pela ECICS.

Neste caso, o DNSH aplicável é o da adaptação às alterações climáticas, abordado transversalmente no Grupo, o que nos permite concluir o alinhamento da atividade.

Aquisição e propriedade de edifícios (atividade 7.7.): Atividade elegível e não alinhada

Foram incluídos os investimentos, receitas e despesas associados ao arrendamento e aos direitos de utilização (registados de acordo com a IFRS 16) de espaços em edifícios detidos ou controlados por empresas do Grupo, nomeadamente a Moda Joven Sfera México e a Asón Inmobiliaria.

Uma vez que não foi demonstrado o cumprimento do critério de contribuição substancial devido à ausência de um certificado de eficiência energética de classe A, a atividade é classificada como não alinhada.

Processamento de dados, alojamento e atividades relacionadas (atividade 8.1.): Atividade elegível e não alinhada

Foram considerados os investimentos relacionados com a transformação e infraestrutura de data centers, bem como as despesas operacionais ligadas a serviços de data center, alojamento e alojamento na nuvem. As receitas de serviços de alojamento também foram incluídas. A KUMO Networks España, empresa dedicada ao processamento e gestão centralizada de serviços de dados, está incluída, e os investimentos e receitas associados ao El Corte Inglés e ao VECI Group Tech também foram mantidos.

Embora o requisito DNSH relacionado com a transição para uma economia circular tenha sido cumprido, não é possível demonstrar o cumprimento dos critérios de contribuição substancial. Assim sendo, por ser considerado não alinhado, o requisito DNSH relativo ao uso sustentável e à proteção dos recursos hídricos e marinhos não foi abordado.

Soluções baseadas em dados para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (atividade 8.2): Atividade elegível e não alinhada

Os investimentos incluíram software para recolha de dados, com impacto na redução das emissões de GEE (Gases com Efeito de Estufa) no VECI Group Tech e na ECIGA.

Embora o critério de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) associado à transição para uma economia circular seja cumprido, a ausência de uma alternativa de mercado que reduza ainda mais as emissões de GEE ao longo do seu ciclo de vida não se justificou. Consequentemente, o critério da contribuição substancial não é cumprido.

Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos

Tratamento de águas residuais urbanas (atividade 2.2.): Atividade elegível e não alinhada

Os investimentos realizados pelo El Corte Inglés em obras sanitárias, sistemas de bombagem de águas residuais e separadores de gorduras foram incorporados no projeto.

Embora os critérios DNSH relacionados com a poluição e a biodiversidade sejam cumpridos, não é possível demonstrar a conformidade com o critério de contribuição substancial ou com o critério DNSH para a mitigação das alterações climáticas; pelo que a atividade não é considerada alinhada.

Resultados para o ano fiscal de 2025

Neste exercício, a percentagem de receita considerada elegível é de 0,22%, enquanto a percentagem alinhada atinge os 0,04%. No que diz respeito ao CapEx, 9,30% é classificado como elegível e 4,10% como elegível e alinhado. Para o OpEx, 22,58% é elegível e 8,11% está alinhado, de acordo com os critérios estabelecidos pela Taxonomia.

Em comparação com o ano fiscal de 2024, o volume de negócios elegível e alinhado mantém-se em níveis semelhantes (0,18% e 0,04%, respetivamente). No CapEx, a percentagem de elegibilidade diminui porque não foram realizadas aquisições de edifícios em 2025 (relacionadas com a atividade 7.7, que é elegível, mas não alinhada). No entanto, o alinhamento aumenta em consequência do maior investimento em ações destinadas à instalação, manutenção e reparação de equipamentos concebidos para melhorar a eficiência energética nos estabelecimentos do Grupo (10,7% elegíveis e 1,46% alinhados em 2024).

Em relação às despesas operacionais (OpEx), o nível de elegibilidade é inferior ao do ano anterior, principalmente devido à ausência de despesas operacionais associadas a renovações de edifícios durante o período (22,79% em 2024). Por outro lado, o alinhamento aumenta devido ao maior peso das atividades de Zero Resíduos, que garantem a gestão adequada dos resíduos gerados pelo Grupo (1,24% em 2024).

A secção seguinte detalha a informação quantitativa relativa às atividades do Grupo El Corte Inglés incluída na Taxonomia, em conformidade com o Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2026/73.

2025		Desdobramento das atividades que se enquadram na taxonomia por objetivos ambientais.													
ICR	Total	Proporção de atividades elegíveis de acordo com a taxonomia	Atividades que se enquadram na taxonomia	Proporção de atividades que se enquadram na taxonomia	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Economia Circular	Poluição	Biodiversidade	Proporção de atividades facilitadoras	Proporção de atividades de transição	As atividades não avaliadas consideradas como carecendo de importância relativa significativa	Atividades que estejam em conformidade com a taxonomia em 2024	Proporção de atividades que estão em conformidade com a taxonomia em 2024
Texto	euros	%	euros	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	euros	%
Rotatividade	14.987.782.640€	0,22%	5.269.803€	0,04%	0,04 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0,01%	0%	0%	5.599.220€	0,04%
Despesas de capital	577.341.122€	9,30%	23.660.326€	4,10%	4,10 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	4,09%	0%	0%	7.685.277€	1,46%
OpEx	245.455.005€	22,58%	19.897.904€	8,11%	8,11 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0,39%	0%	0%	2.968.430€	1,24%

Rotatividade de pessoal:

2025		Objetivo ambiental das atividades que se enquadram na taxonomia											
Atividades econômicas	Código	Proporção do volume de negócios elegível de acordo com a taxonomia	Rotatividade que se conforma à taxonomia	Proporção do volume de negócios que se enquadra na taxonomia	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Economia Circular	Poluição	Biodiversidade	Atividade de facilitação	Atividade de transição	Proporção do volume de negócios elegível de acordo com a taxonomia
Texto		%	euros	%	%	%	%	%	%	%	E T		%
Geração de eletricidade com recurso a tecnologia solar fotovoltaica	CCM 4.1.	0,0004%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%			0%
Recolha e transporte de resíduos não perigosos em frações segregadas na origem.	CCM 5.5.	0,04%	5.269.803€	0,04%	0,04%	0%	0%	0%	0%	0%			100%
Aquisição e propriedade de edifícios	CCM 7.7.	0,06%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%			0%
Processamento de dados, alojamento e atividades relacionadas	CCM 8.1.	0,12%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%		T	0%
Soma da adaptação por objetivo					0,04%	0%	0%	0%	0%	0%			
Faturamento total		0,22%	14.987.782.640€	0,04%	0,04%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	16%

Investimento de capital (CapEx):

2025		Objetivo ambiental das atividades que se enquadram na taxonomia											
Atividades econômicas	Código	Proporção de despesas de capital elegíveis de acordo com a taxonomia	Investimento de capital (CapEx) que esteja em conformidade com a taxonomia	Proporção do investimento de capital (CapEx) que está em conformidade com a taxonomia.	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Economia Circular	Poluição	Biodiversidade	Atividade de facilitação	Atividade de transição	Proporción del CapEx elegible según la taxonomía que se ajusta a la taxonomía
Texto		%	euros	%	%	%	%	%	%	%	E T		%
tratamento de águas residuais urbanas	WTR 2.2.	0,01%	0€	0%	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %			0%
Recolha e transporte de resíduos não perigosos em frações segregadas na origem.	CCM 5.5.	0,01%	52.307€	0,01%	0,01%	0%	0%	0%	0%	0%			100%
serviços de transporte rodoviário de mercadorias	CCM 6.6.	0,01%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%		T	0%
Construção de novos edifícios	CCM 7.1.	2,11%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%			0%
Renovação de edifícios existentes	CCM 7.2.	0,02%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%		T	0%
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética.	CCM 7.3.	2,27%	13.083.460€	2,27%	2,27%	0%	0%	0%	0%	0%	E		100%
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos eléctricos em edifícios (e em lugares de estacionamento anexos a edifícios).	CCM 7.4.	0,30%	1.703.506€	0,30%	0,30%	0%	0%	0%	0%	0%	E		100%
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e dispositivos para medir, regular e controlar a eficiência energética dos edifícios.	CCM 7.5.	1,14%	6.595.748€	1,14%	1,14%	0%	0%	0%	0%	0%	E		100%
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia renovável.	CCM 7.6.	0,39%	2.225.305€	0,39%	0,39%	0%	0%	0%	0%	0%	E		100%
Aquisição e propriedade de edifícios	CCM 7.7.	1,08%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%			0%
Processamento de dados, alojamento e atividades relacionadas	CCM 8.1.	1,82%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%		T	0%
Soluções baseadas em dados para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.	CCM 8.2.	0,17%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	E		0%
Soma da adaptação por objetivo					4,10%	0%	0%	0%	0%	0%			
Investimento total		9,30%	577.341.122€	4,10%	4,10%	0%	0%	0%	0%	0%	4,09%	0%	44,05%

Despesas operacionais:

chá		Objetivo ambiental das atividades que se enquadram na taxonomia											
Atividades econômicas	Código	Proporção de despesas operacionais elegíveis de acordo com a taxonomia	Despesas operacionais que estejam em conformidade com a taxonomia	Proporção de despesas operacionais que está em conformidade com a taxonomia	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Economia Circular	Poluição	Biodiversidade	Atividade de facilitação	Atividade de transição	Proporción del OpEx elegible según la taxonomía que se ajusta a la taxonomía
Texto		%	euros	%	%	%	%	%	%	%	E T		%
Recolha e transporte de resíduos não perigosos em frações segregadas na origem.	CCM 5.5.	7,72%	18.946.508€	7,72%	7,72%	0%	0%	0%	0%	0%			100%
Transporte por motociclos, automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros	CCM 6.5.	1,96%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%		T	0%
serviços de transporte rodoviário de mercadorias	CCM 6.6.	0,08%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%		T	0%
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética.	CCM 7.3.	0,36%	881.075€	0,36%	0,36%	0%	0%	0%	0%	0%	E		100%
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e dispositivos para medir, regular e controlar a eficiência energética dos edifícios.	CCM 7.5.	0,03%	70.321€	0,03%	0,03%	0%	0%	0%	0%	0%	E		100%
Aquisição e propriedade de edifícios	CCM 7.7.	0,26%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%			0%
Processamento de dados, alojamento e atividades relacionadas	CCM 8.1.	12,13%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%		T	0%
Soluções baseadas em dados para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.	CCM 8.2.	0,04%	0€	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	E		0%
Soma da adaptação por objetivo					8,11%	0%	0%	0%	0%	0%			
Despesas operacionais totais		22,58%	245.455.005€	8,11%	8,11%	0%	0%	0%	0%	0%	0,39%	0%	35,91%

2.2. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (NEIS E1)

2.2.1. Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima

2.2.2. Plano de Transição para Emissões Net Zero

2.2.3. Políticas relacionadas com as alterações climáticas

2.2.4. Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: eixos de descarbonização

2.2.5. Consumo e Eficiência Energética

2.2.6. Emissões de GEE de Âmbito 1, 2 e 3

2.2. Alterações climáticas (NEIS E1)

As alterações climáticas representam um dos principais desafios que a sociedade enfrenta, tornando-se uma área prioritária para o Grupo El Corte Inglés. Neste contexto, o Grupo reafirma o seu compromisso com a neutralidade climática até 2050, em conformidade com o Acordo de Paris, integrando progressivamente a gestão das alterações climáticas na sua estratégia corporativa e nos seus processos de tomada de decisão, com especial atenção ao consumo de energia, às emissões de gases com efeito de estufa associadas às suas operações e à resiliência da sua atividade face aos efeitos das alterações climáticas.

Em linha com este compromisso, o Grupo aborda as alterações climáticas numa perspectiva holística que combina a identificação dos impactos das suas actividades com a análise dos riscos e oportunidades associados tanto à transição para uma economia de baixo carbono como aos efeitos físicos das alterações climáticas nas suas operações e cadeia de valor. Para tal, a Organização utiliza como referência as recomendações da Força-Tarefa sobre as Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD), com o objetivo de reforçar a transparência e promover a integração dos riscos e oportunidades climáticos na gestão dos negócios.

O Grupo comunica ainda de forma abrangente as suas ações e conquistas nesta área através da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP), um sistema internacional que ajuda as organizações a medir, gerir e reportar o seu impacto ambiental.

A análise de dupla materialidade realizada pelo Grupo El Corte Inglés identificou e avaliou os impactos materiais, os riscos e as oportunidades relacionados com as alterações climáticas, destacando a importância deste tema. A metodologia utilizada para esta análise está descrita na secção “1.4. Análise de Dupla Materialidade” do capítulo “1. Informação Geral”. Como resultado, foram identificados dois impactos negativos, um risco e duas oportunidades materiais, que são detalhados de seguida:

IN	Geração de emissões de GEE de alcance 3, devido à atividade dos nossos fornecedores.
IN	Consumo energético intensivo em instalações e serviços do Grupo ECI.
R	Custos de adaptação a novas regulamentações referentes às alterações climáticas: instalações, produtos e serviços comercializados e transporte.
O	Atração de financiamento de investidores com foco em critérios ASG, resultado de um sólido desempenho em matéria de sustentabilidade e alterações climáticas.
O	Redução de custos operativos através da monetização de Certificados de Poupança Energética (CPE), resultantes da implementação de medidas de eficiência energética nas operações e na cadeia de abastecimento do Grupo.



Para mais informações sobre a metodologia da análise de dupla materialidade, consulte a secção “1.4. Análise de Dupla Materialidade” do capítulo “1. Informações Gerais”.

2.2.1. Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (SBM-3) (IRO-1)

No final do exercício de 2025, o Grupo El Corte Inglés lançou a atualização e revisão metodológica da sua análise de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas, realizada no exercício de 2023. Esta atualização representa um avanço significativo, uma vez que alarga o âmbito da análise para abranger todas as atividades da cadeia de valor do Grupo em Espanha e em Portugal, onde se concentra a maior parte das operações.

Este trabalho visa avaliar a relevância dos potenciais efeitos de diversos riscos e oportunidades climáticas nos ativos, operações e atividades do Grupo, estabelecendo uma base sólida para a definição e implementação de medidas de adaptação e mitigação adequadas, de forma a compreender a resiliência do modelo de negócio do Grupo. Permite também ao Grupo capitalizar as oportunidades que possam surgir neste contexto.

De um modo geral, a análise contribui para uma gestão mais proativa, alinhada com a evolução do ambiente regulatório e do mercado, fortalecendo a capacidade de integração dos critérios climáticos nas decisões estratégicas e na definição de prioridades de curto, médio e longo prazo.

Metodologia

A análise de riscos e oportunidades climáticas foi desenvolvida seguindo as orientações e recomendações da TCFD, permitindo a definição de uma metodologia de avaliação alinhada com o principal quadro climático internacional. Esta abordagem foi complementada pelos critérios estabelecidos pela Taxonomia da União Europeia, garantindo a sua coerência com o princípio DNSH (Normalmente, Não Sustentável e Sustentável) em relação à adaptação às alterações climáticas.

Identificação

[SBM-3 / DP 19 a, b] [SBM-3 / AR 7 b] [IRO-1 / DP 20 b (i), c (i)] [IRO-1 / DP 21] [IRO-1 / AR 11 a, b, d] [IRO-1 / AR 12 a, c, d]

Com base nos resultados obtidos no exercício de 2023, foi efetuada uma identificação (triagem) dos principais riscos físicos, riscos de transição e oportunidades associados às alterações climáticas que poderiam impactar os ativos e as operações do Grupo, considerando as circunstâncias específicas do negócio no exercício de 2025, resultantes da expansão do âmbito.

Relativamente aos riscos físicos, foi utilizada como referência a lista oficial de riscos climáticos incluída no Anexo A do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139. Foram considerados tanto os riscos físicos agudos, que incluem eventos extremos, como os riscos físicos crónicos, relacionados com tendências de longo prazo que podem afetar os ativos e as operações do Grupo.

Os riscos e oportunidades da transição climática foram classificados de acordo com as categorias definidas pela TCFD, permitindo a identificação dos principais efeitos decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono. Em relação aos riscos de transição, foram analisados os seguintes aspetos: riscos regulamentares, ligados a novas obrigações regulamentares ou restrições de emissões; riscos tecnológicos, decorrentes da substituição de soluções intensivas em carbono por alternativas mais sustentáveis; riscos de mercado relacionados com alterações na procura, preferências do consumidor ou preços relativos; e riscos de reputação associados ao aumento das expectativas das partes interessadas. Além disso, o Grupo foi analisado para determinar se possui ativos e atividades comerciais potencialmente incompatíveis com uma transição para uma economia mais sustentável, não tendo sido identificadas quaisquer descobertas significativas.

Em paralelo, foram identificadas oportunidades climáticas que poderão surgir durante esta transição, considerando diversas áreas de potencial criação de valor. Estas oportunidades incluem as ligadas ao desenvolvimento de produtos e serviços alinhados com uma economia de baixo

carbono; as associadas a melhorias na eficiência da utilização dos recursos, que permitem um consumo otimizado e a redução de custos; as que decorrem do surgimento de novos mercados ou segmentos com critérios ambientais; as relacionadas com a adoção de fontes de energia mais sustentáveis e com menor emissão de carbono; e as que visam o reforço da resiliência da Organização aos efeitos das alterações climáticas.

Os principais riscos e oportunidades identificados que podem afetar o Grupo foram:

- **Riscos físicos:** onda de calor, onda de frio, inundações, seca, chuvas intensas e variação de temperatura.
- **Riscos de transição:** custos de adaptação a novas regulamentações, exposição a processos judiciais e multas por incumprimento das normas climáticas, custos operacionais decorrentes de requisitos regulamentares, flutuação na disponibilidade e nos custos de energia, cortes no fornecimento de energia, adaptação de ativos, potencial impacto na reputação devido ao desempenho climático insuficiente.
- **Oportunidades:** aumento da receita com a oferta de produtos e serviços de baixo carbono, reforço do negócio omnicanal, poupança nos custos operacionais através da monetização dos **Certificados de Economia de Energia (EACs)**, redução dos custos operacionais graças à utilização de energia renovável, captação de financiamento e promoção da digitalização da frota.

Para compreender como estes riscos e oportunidades podem evoluir em diferentes contextos futuros, a análise foi conduzida considerando vários **cenários climáticos**. Estes cenários representam projeções de como as alterações climáticas podem evoluir com base em diferentes trajetórias de emissão de gases com efeito de estufa e nas decisões socioeconómicas que as influenciam, oferecendo uma visão estruturada dos futuros possíveis, que vão desde cenários de transição acelerada a cenários de emissões elevadas.

Para esta análise, foram considerados os cenários definidos pelo Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC AR6), conhecidos como **Trajетórias Socioeconómicas Partilhadas (SSP)**, avaliando o cenário de emissões elevadas (SSP5 8.5) e o cenário de emissões baixas (SSP1 2.6), já utilizados na análise de 2023, e incluindo também um cenário intermédio (SSP2 4.5). As principais características destes cenários são:

SSP1 2.6 Baixas emissões	SSP2 4.5 Emissões intermédias	SSP5 8.5 Altas emissões
Descreve um futuro orientado para o desenvolvimento sustentável, com uma transição energética rápida, uma forte cooperação internacional e uma redução profunda de emissões de gases com efeito de estufa.	Prevê uma continuidade de tendências atuais, com progressos climáticos moderados, um mix energético equilibrado e melhorias tecnológicas graduais, com uma evolução diferente entre regiões.	Representa um cenário de altas emissões, com um crescimento económico impulsionado pela utilização de combustíveis fósseis, uma regulação climática limitada e um aumento sustentado dos impactos físicos.

Além disso, cada cenário foi avaliado para analisar os potenciais efeitos das alterações climáticas em diferentes **horizontes temporais**, de modo a considerar tanto os impactos mais imediatos como os de natureza mais estrutural. Para isso, foram considerados o curto prazo (2030), o médio prazo (2040) e o longo prazo (2050).

Estes horizontes temporais foram definidos com base nos anos tipicamente utilizados nos principais quadros climáticos, que estabelecem metas para 2030 e 2050. A incorporação de um horizonte intermédio em 2040 permite também a avaliação da evolução progressiva dos riscos. Além disso, consideram as características do modelo de negócio, que assenta sobretudo em ativos próprios com uma longa vida útil, e possibilitam a integração da análise climática nos processos de planeamento estratégico e de alocação de capital, considerando tanto os riscos de curto como de longo prazo.

Avaliação

[IRO-1 / DP 20 b (ii), c (ii)] [IRO-1 / AR 11 c] [IRO-1 / AR 12 b]

Os riscos e oportunidades climáticos são avaliados dentro de cenários climáticos e horizontes temporais predefinidos, permitindo uma análise de como os efeitos das alterações climáticas podem evoluir ao longo do tempo sob diferentes projeções futuras. Neste contexto, os riscos físicos são avaliados em todos os cenários considerados, enquanto os riscos e as oportunidades de transição são analisados exclusivamente nos cenários SSP1 2.6 e SSP2 4.5, uma vez que estes são os únicos que consideram trajetórias de descarbonização e alterações regulamentares. Esta análise é desenvolvida através de uma metodologia alinhada com a do MRC, garantindo a consistência nos critérios aplicados e a comparabilidade entre os riscos climáticos e outros riscos empresariais.

No caso dos riscos climáticos, a avaliação permite a identificação do risco inerente, entendido como o nível de risco a que a empresa estaria exposta na ausência de medidas de controlo, mitigação ou adaptação. Esta abordagem proporciona uma visão clara da potencial gravidade de cada risco e ajuda a priorizar aqueles que requerem maior atenção no âmbito da gestão.

Avaliação de risco físico

Para a avaliação dos **riscos físicos**, foi considerada a exposição e a vulnerabilidade quer dos ativos do Grupo El Corte Inglés, quer das atividades da sua cadeia de valor aos diversos riscos climáticos identificados.

A **exposição** refere-se à presença de infraestruturas, operações ou atividades localizadas em áreas onde se possa materializar um risco físico resultante das alterações climáticas. Assim, para avaliar esta variável, foram consideradas tanto a localização dos ativos do Grupo como as suas principais atividades ao longo da sua cadeia de valor. Os dados de exposição foram obtidos a partir de séries históricas e projeções climáticas baseadas no modelo CMIP6 para Espanha e Portugal.²⁰

Para garantir uma classificação homogénea, foi definida uma escala qualitativa de exposição, construída a partir dos dados históricos obtidos para cada variável, de forma a definir uma escala progressiva para o grau de severidade da exposição.

A **vulnerabilidade**, por outro lado, refere-se ao grau em que uma infra-estrutura ou actividade é susceptível de sofrer perdas económicas em consequência de riscos físicos. Para avaliar a vulnerabilidade dos ativos do Grupo, recorreu-se à lista de propriedades próprias, incluindo determinados ativos arrendados de importância estratégica, que foram agrupados em seis categorias. Para cada tipo de ativo, estimou-se o potencial impacto financeiro associado à ocorrência de diferentes riscos físicos, considerando cada ativo individualmente. Com base nesta estimativa, desenvolveu-se uma escala financeira para avaliar a vulnerabilidade.

No caso da cadeia de valor, a vulnerabilidade foi avaliada ao nível das atividades identificadas. Para tal, recorreu-se à escala financeira definida na metodologia MRC, que identifica o nível de impacto esperado para cada uma das atividades da cadeia de valor face aos riscos físicos.

Após a avaliação da exposição e da vulnerabilidade, ambas as variáveis foram combinadas de acordo com a matriz de risco corporativo para determinar o nível de risco, obtendo-se assim uma avaliação qualitativa do risco físico inerente apresentado pelos diferentes tipos de ativos e pelas atividades da cadeia de valor nos locais analisados.²¹

²⁰Foram considerados os dados das Comunidades Autônomas nas quais o Grupo tem ativos.

²¹A avaliação dos ativos foi dimensionada de acordo com o número de ativos existentes em cada Comunidade Autônoma, combinando os resultados para obter o risco inerente a nível corporativo.

Riscos e oportunidades de transição

A metodologia para a avaliação dos riscos e oportunidades de transição estabelece os critérios para analisar como a mudança para uma economia de baixo carbono pode ter impacto no modelo de negócio do Grupo El Corte Inglés. Dada a sua natureza estratégica e transversal, estes riscos e oportunidades foram avaliados utilizando as mesmas escalas empregues na Estrutura de Riscos e Compensações (ERC) para determinar todas as variáveis consideradas.

Para avaliar os **riscos de transição**, foi considerada a probabilidade de ocorrência, o impacto económico e o impacto reputacional. A probabilidade de ocorrência foi avaliada através de uma análise qualitativa que determina a probabilidade de o risco se materializar. Em relação à avaliação de impacto, foram considerados tanto o impacto económico, entendido como o potencial efeito financeiro resultante da materialização do risco, como o impacto reputacional, referente às possíveis implicações que o risco pode ter na imagem, posicionamento e perceção do Grupo pelos seus stakeholders.

A avaliação dos riscos inerentes à transição é também determinada pela combinação de probabilidade e impacto (adotando a avaliação mais restritiva entre impacto económico e impacto reputacional), de acordo com a matriz de risco corporativo.

Na avaliação das **oportunidades** associadas à transição para uma economia de baixo carbono, foi considerada a probabilidade de ocorrência e o impacto económico. Neste caso, este último foi analisado considerando o potencial aumento de receitas ou redução de custos resultante destas oportunidades. Tal como nos riscos, a avaliação final é obtida pela combinação de ambas as variáveis.

Resultados

[SBM-3 / DP 18]

A secção seguinte apresenta os resultados da avaliação de riscos e oportunidades para diferentes cenários climáticos e horizontes temporais. Os resultados foram agrupados em três categorias: significativos, relevantes e irrelevantes.

Riscos físicos

No que respeita aos **riscos físicos** associados aos ativos do Grupo El Corte Inglés, o único risco identificado como significativo a nível corporativo é o associado às ondas de calor (RF1), que apresenta um nível de risco consistentemente elevado em todos os cenários climáticos e horizontes temporais analisados.

Relativamente ao impacto dos riscos físicos na cadeia de valor, tanto as ondas de calor como a seca foram identificadas como riscos significativos para as actividades de compras. As ondas de calor podem afetar a produção agrícola ou industrial dos fornecedores, podendo levar ao aumento dos custos ou a atrasos nas entregas. A seca, por sua vez, é particularmente relevante devido à dependência do Grupo em relação a sectores que consomem muita água, como o têxtil e o alimentar, o que pode agravar as tensões na disponibilidade e no custo de determinados fornecimentos. Os resultados das avaliações de risco físico para os ativos estão detalhados na tabela seguinte:²²

²²Os resultados da avaliação do risco físico da cadeia de valor não são apresentados em tabela porque a abordagem é mais agregada, avaliando a exposição de cada uma das atividades que a compõem, sem detalhar o tipo de ativo dos diferentes elos da cadeia. A análise será melhorada em exercícios futuros para permitir uma maior granularidade na avaliação.

Tipo	Nº	Descrição	Cenário climático	Horizonte temporal	Maior Impacto
Agudo	RF1	Onda de calor	Todos	Todos	Significativo
	RF2	Onda de frio	Todos	Todos	Não relevante
	RF3	Inundações	SSP5 8.5	2040	Relevante
	RF4	Seca	SSP2 4.5 / SSP5 8.5	2040 / 2050	Relevante
	RF5	Precipitações fortes	Todos	Todos	Não relevante
Crónico	RF6	Variação de temperatura	Todos	Todos	Relevante

Riscos de transição

Em relação aos **riscos de transição**, os resultados mostram, geralmente, um maior impacto do cenário SSP1 2.6, concentrado sobretudo no curto prazo. Este padrão é consistente com uma trajetória de descarbonização mais ambiciosa, que exige um esforço inicial para adaptar o modelo de negócio a um quadro regulatório e de mercado mais exigente. No entanto, espera-se que estes riscos sejam mitigados em prazos posteriores, à medida que o progresso for alcançado e as mudanças estruturais forem consolidadas.

O risco associado aos custos de adaptação às novas regulamentações sobre as alterações climáticas (RT1) foi avaliado como significativo no cenário de baixas emissões, refletindo a concentração de esforços e os custos iniciais necessários para o alinhamento com estas regulamentações. No mesmo cenário, os riscos relacionados com os custos de adaptação dos ativos (RT6) e com a perda de reputação resultante de um desempenho climático insatisfatório (RT7) foram também identificados como significativos, num contexto de crescente escrutínio por parte dos reguladores, clientes, investidores e outras partes interessadas. Os resultados da avaliação do risco de transição são apresentados na tabela seguinte:

Tipo	Nº	Descrição	Cenário climático	Horizonte temporal	Maior Impacto
Regulamentação	RT1	Regulamentação	SSP1 2.6	2030	Significativo
	RT2	Processos judiciais e multas	SSP1 2.6	Todos	Relevante
	RT3	Requisitos do relatório	SSP1 2.6	2030	Relevante
Mercado	RT4	Flutuação de energia	Todos	2030 / 2040	Relevante
	RT5	Cortes de abastecimento	SSP1 2.6	2030 / 2040	Relevante
Tecnológico	RT6	Adaptação de ativos	SSP1 2.6	2030 / 2040	Significativo
Reputacional	RT7	Perda reputacional	SSP1 2.6	Todos	Significativo

Oportunidades

As oportunidades climáticas atingem o seu maior potencial no cenário SSP1 2.6, como consequência da maior velocidade e da natureza mais exigente da transição climática.

A oportunidade relacionada com a redução de custos resultante da utilização de energia renovável (OP4) é significativa em todos os horizontes temporais no cenário de baixas emissões. Da mesma forma, neste cenário, as oportunidades associadas à redução de custos com a implementação de medidas de eficiência energética (OP3) são significativas em todos os horizontes temporais. De forma semelhante, a oportunidade de atrair financiamento (OP5) é significativa a curto e médio prazo. Entretanto, as relacionadas com o aumento das receitas através da oferta de produtos e serviços de baixo carbono (OP1), bem como com a digitalização da frota (OP6), atingem níveis significativos a longo prazo. Os resultados da avaliação de oportunidades são apresentados na tabela seguinte:

Tipo	Nº	Descrição	Cenário climático	Horizonte temporal	Maior Impacto
Produtos e serviços	OP1	Aumento das receitas através de uma oferta sustentável	SSP1 2.6	2050	Significativo
	OP2	Negócio omnicanal	SSP1 2.6	Todos	Relevante
Fonte de energia	OP3	Poupança de custos através de CPEs	SSP1 2.6	Todos	Significativo
	OP4	Uso de energia renovável	SSP1 2.6	Todos	Significativo
Mercado	OP5	Atração de financiamento	SSP1 2.6	2030 /2040	Significativo
Eficiência de recursos	OP6	Digitalização da frota	SSP1 2.6	2050	Significativo

A análise de riscos e oportunidades permite a identificação e avaliação específicas dos potenciais efeitos das alterações climáticas no Grupo. Esta análise serve de input para o exercício de dupla materialidade, que proporciona uma perspetiva mais ampla, integrando não só a perspetiva climática, mas também as dimensões ambiental, social e de governação. Consequentemente, certos riscos climáticos (principalmente físicos) e oportunidades são considerados em conjunto no exercício de dupla materialidade, gerando resultados que complementam os obtidos na análise detalhada desta secção.

Resiliência

[SBM-3 / DP 19 b, c] [SBM-3 / AR 8 b]

Durante o exercício de 2025, o Grupo El Corte Inglés avançou na sua primeira análise de resiliência climática, um passo fundamental na avaliação dos riscos e oportunidades climáticos. O principal objetivo desta análise é determinar o nível de **risco residual**, entendido como o nível de risco que permanece após a consideração das medidas de gestão existentes. Este cálculo permite ao Grupo determinar em que medida as ações implementadas reduzem a probabilidade e/ou a vulnerabilidade/impacto do risco inerente, e avaliar se os controlos atuais são suficientes ou se é necessário reforçar os mecanismos de mitigação ou adaptação. Desta forma, a análise permite ao Grupo medir o seu grau de resiliência aos riscos climáticos nos diferentes cenários e horizontes temporais considerados.

Para tal, foi realizado um mapeamento sistemático das medidas de adaptação e mitigação implementadas pelo Grupo e relacionadas com os riscos identificados como relevantes ou

significativos. Cada medida foi avaliada com base no seu grau de eficácia, estimando-se o seu contributo para a redução da probabilidade e/ou vulnerabilidade/impacto do risco previamente avaliado. A partir desta avaliação foi determinado o nível de risco residual, que reflete o efeito agregado de todas as medidas. O quadro de gestão considerado inclui as seguintes medidas de adaptação e mitigação:

Risco	Tipo	Nº	Descrição	Medidas de adaptação e mitigação
Físico	Agudo	RF1	Onda de calor	- Proteção solar exterior. - Painéis fotovoltaicos em telhados. - Consumo de eletricidade procedente de energia fotovoltaica. - Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética. - Renovação de edifícios existentes.
				- Grupos de trabalho internos para analisar projetos normativos com impacto na Organização - Divulgação da regulamentação às áreas afetadas pela mesma. - Unidade de Avaliação Normativa. - Participação nas fases pré-regulatórias nas áreas afetadas pelas mesmas - Plano de Transição Net Zero.
				- Substituição dos combustíveis fósseis e eletrificação na produção de vapor, calor e água quente sanitária. - Melhoria da eficiência energética nos centros.
Transição	Tecnológico	RT6	Adaptação de ativos	- Seguimento e escuta ativa para conhecer a reputação do Grupo - Medição da reputação por fator de risco - Soluções de adaptação - Política Corporativa de Sustentabilidade - Plano de Transição Net Zero
	Reputacional	RT7	Perda reputacional	

A gestão dos **riscos físicos** está estruturada principalmente através dos pilares do Plano de Adaptação aplicável aos ativos do Grupo, visando a redução da vulnerabilidade a eventos climáticos e o reforço da resiliência operacional. Neste sentido, as medidas implementadas relacionadas com o risco de ondas de calor (RF1) demonstram capacidade para reduzir o nível de risco em todos os períodos e cenários analisados, diminuindo-o de significativo para relevante.²³

Após a análise da eficácia das medidas associadas aos **riscos de transição**, conclui-se que o risco associado aos custos de adaptação às novas exigências regulamentares relacionadas com as alterações climáticas (RT1) apresenta uma redução do nível de risco de curto prazo para ambos os cenários. Contudo, embora se observe uma redução no risco, este permanece significativo, o que é consistente com as maiores exigências regulatórias e de mercado associadas a uma transição mais acelerada. Devido à própria natureza do risco, a sua evolução depende em grande parte de factores exógenos (quadro regulamentar e ritmo de implementação das políticas públicas), sobre os quais o Grupo tem uma influência limitada, mesmo com medidas preventivas em vigor. Por outro lado, para os riscos de custos de adaptação de ativos (RT6) e de perda de reputação (RT7), que representam

²³Como esta é a primeira vez que o Grupo El Corte Inglés realiza uma análise de resiliência climática, o âmbito centrou-se nos riscos físicos que afetam as suas próprias operações. Esta análise poderá ser alargada nos próximos anos para incorporar progressivamente a avaliação da resiliência aos riscos físicos em toda a cadeia de valor do Grupo.

um risco intrínseco significativo, as medidas atualmente implementadas conseguem reduzir o nível de risco para a categoria relevante.

Os **resultados da análise de resiliência** demonstram que o conjunto de medidas implementadas pelo Grupo El Corte Inglés opera de forma integrada e complementar para antecipar os impactos das alterações climáticas nos negócios. Estas medidas minimizam potenciais perturbações nos activos e nas operações, orientam a alocação de capital e os investimentos e reforçam os mecanismos de governação e monitorização para a transição para uma economia de baixo carbono.

Tudo o que foi exposto anteriormente demonstra a capacidade da Organização em adaptar a sua estratégia e modelo de negócio a curto, médio e longo prazo, preservando a continuidade e a prontidão operacional face aos riscos físicos e de transição. Sendo este o primeiro ano em que esta análise foi realizada, a mesma será sujeita a revisões e atualizações periódicas por parte das áreas relevantes do Grupo, com o objetivo de reforçar a sua robustez e coerência num ambiente climático e regulamentar em constante mudança. Neste sentido, o progresso continuará na implementação de medidas para reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação face aos riscos que, apesar de possuírem mecanismos de controlo eficazes, mantêm um nível de impacto significativo.

2.2.2. Plano de Transição para Emissões Net Zero (E1-1)

[E1-1 / DP 14] [E1-1 / DP 16 a, b, d, f, g, h, i, j] [E1-3 / DP 29 b, c] [E1-3 / AR 21] [MDR-A / DP 68 d]

O Grupo El Corte Inglés tem um roteiro definido para avançar no seu processo de descarbonização através do **Plano de Transição para Emissões Net Zero**, aprovado pelo Conselho de Administração em janeiro de 2025 e sujeito à supervisão do Comité de Sustentabilidade. Este plano está integrado no Plano de Desenvolvimento Sustentável (**PDS**) **2025-2030** e tem como principal objetivo alcançar a neutralidade climática até 2050. No âmbito do seu desenvolvimento, foram definidos objetivos internos, garantindo que estão alinhados com o Acordo de Paris e com as principais recomendações da iniciativa Science Based Targets (SBTi), embora ainda não tivessem sido aprovados à data da publicação deste relatório.

As atividades desenvolvidas abrangem diversos setores, de acordo com a natureza do modelo de negócio. Isto significa que a implementação do plano requer ações específicas em diferentes áreas da organização. Neste âmbito, são priorizadas as iniciativas com maior impacto na pegada de carbono, com especial atenção às áreas ligadas às principais fontes de emissões: consumo de combustível e energia nos locais de trabalho (Âmbitos 1 e 2), transporte e distribuição de produtos através de operadores externos e aquisição de bens e serviços (Âmbito 3). Os três Âmbitos de emissões são descritos de seguida:

- **Emissões de Âmbito 1** (diretas, 2,2% do total das emissões do Grupo): são geradas como resultado do consumo de combustíveis fósseis em centros comerciais, lojas, armazéns e outros centros operacionais:
 - Uma parte significativa destas emissões está associada à utilização de gás natural para a produção de vapor e calor em sistemas de aquecimento e água quente sanitária, especialmente nas lojas e centros logísticos de Valdemoro e Monthornes.
 - Outra parte está relacionada com fugas de gases fluorados utilizados em instalações comerciais de refrigeração e ar condicionado.
 - Este âmbito inclui as emissões da frota própria da empresa utilizada para o transporte e distribuição de produtos.
- **Emissões de Âmbito 2** (emissões indiretas do consumo de eletricidade, 3,2% do total das emissões do Grupo): Estas referem-se às emissões associadas à geração de eletricidade comprada e consumida para as operações comerciais. Desde 2018, têm sido feitos progressos na transição para um fornecimento de eletricidade com uma maior proporção de energia renovável.

- **Emissões de Âmbito 3** (outras emissões indiretas, 94,6% do total das emissões do Grupo): Estas incluem emissões que não têm origem direta nas operações do Grupo, mas estão ligadas às suas atividades. Este âmbito abrange, entre outras, as emissões associadas ao ciclo de vida da energia consumida nos Âmbitos 1 e 2, às viagens de trabalho, às deslocações de colaboradores, à gestão de resíduos e às atividades logísticas externalizadas. As emissões derivadas do ciclo de vida dos bens e serviços adquiridos, tanto para uso interno como para posterior revenda, são também de particular importância.

Com o objetivo de reduzir a sua pegada de carbono, o Grupo definiu **quatro áreas prioritárias de ação** no seu Plano de Transição. Cada uma destas áreas inclui a implementação de medidas específicas destinadas a activar os principais factores de redução de emissões.

Áreas de atuação	Alavancas de descarbonização
Imobiliário (adaptação de instalações em locais de trabalho)	Adaptação das instalações de radiodifusão.
Compras (fornecimento de bens e serviços)	Compras com baixa emissão de carbono.
Cadeia de abastecimento (transporte e distribuição de produtos)	Logística com recurso a frotas de baixas emissões.
Serviços Centrais	Mobilidade sustentável dos colaboradores.

Estas ações foram definidas com base na concentração de emissões e no potencial de redução associado, de forma a priorizar as fontes que mais contribuem para a pegada de carbono e nas quais existe uma maior capacidade de gerar reduções significativas de emissões.

Esta estratégia tem também em conta o impacto do consumo de eletricidade associado tanto aos ativos imobiliários como aos veículos geridos pela Empresa. No entanto, as emissões de GEE bloqueadas relacionadas com estes activos representam uma proporção muito pequena do total das emissões do Grupo e, por conseguinte, o seu impacto na actividade global é mínimo.

Nesta abordagem, as ações destinadas a reduzir as emissões nos **Âmbitos 1 e 2** centram-se principalmente na modernização das instalações em locais de trabalho que são potencialmente os maiores emissores. Esta abordagem permite que os esforços sejam concentrados em ações com maior potencial de impacto e evita a dispersão de recursos em múltiplas iniciativas com efeitos individuais limitados.

Relativamente às emissões de **Âmbito 3**, a estratégia centra-se no trabalho com os fornecedores para incentivar a adoção de compromissos de redução de emissões, dando prioridade à colaboração com aqueles que representam a maior proporção de emissões na cadeia de valor. Complementarmente, estão a ser consideradas outras linhas de ação com o objetivo de reduzir este âmbito, como a incorporação de critérios de baixas emissões na política de viagens corporativas e a promoção de iniciativas de mobilidade sustentável para a deslocação dos colaboradores. Além disso, a certificação Zero Resíduos será mantida nos estabelecimentos que já a possuem, e serão desenvolvidos esforços para alargar o sistema de gestão a todas as áreas do Grupo. Neste sentido, embora não seja um fator de descarbonização propriamente dito, por estar focada principalmente na gestão de resíduos, esta certificação irá reduzir as emissões na Categoria 5 (gestão de resíduos) do Âmbito 3, contribuindo para os objetivos estabelecidos pelo Grupo.



Para mais informações sobre a certificação Zero Waste, consulte a secção “2.3.2.1. Zero Waste” no capítulo “2.3. Utilização de recursos e economia circular”.

O Conselho de Administração aprovou o Plano de Transição para Emissões Líquidas Zero no final do último exercício, sendo 2025 o primeiro ano de aplicação das alavancas e medidas previstas para a sua implementação.

Durante este período, iniciou-se a implementação do Plano, cujo progresso é detalhado na secção “2.2.4. Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Alavancas de Descarbonização”. Além disso, no âmbito do processo periódico de revisão e monitorização do Plano, o Grupo atualizou os dados de emissões para o ano base e para o ano fiscal de 2024. Estes ajustamentos são detalhados ao longo deste capítulo, fornecendo o contexto necessário para garantir a consistência da informação e o alcance dos objetivos propostos.

Para garantir a sua exequibilidade e continuidade ao longo do tempo, o Plano de Transição para Emissões Líquidas Zero dispõe de recursos financeiros previstos no Plano Estratégico do Grupo, o que permite que as medidas de descarbonização sejam implementadas sem recurso a financiamento externo.

No entanto, durante a elaboração do presente Relatório, foram omitidas determinadas informações relativas aos recursos financeiros associados ao Plano de Transição, por serem consideradas sensíveis ou confidenciais. Esta decisão foi tomada de acordo com a exceção prevista no NEIS 1.

Em conformidade com o seu modelo de negócio, o Grupo El Corte Inglés não está excluído dos índices de referência da União Europeia alinhados com o Acordo de Paris. Além disso, devido à natureza das suas atividades, os critérios específicos aplicáveis às atividades económicas relacionadas com o carvão, o petróleo e o gás não se lhe aplicam.

2.2.3. Políticas relacionadas com as alterações climáticas (E1-2)

[E1-2 / DP 25 a, b, c, d, e] [MDR-P / DP 65 a, b]

No modelo de sustentabilidade do Grupo El Corte Inglés, a ação contra as alterações climáticas é uma prioridade estratégica para minimizar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e reduzir o impacto ambiental do consumo de energia nas suas instalações e serviços. Dentro desta estrutura, foi desenvolvido um Plano de Transição para Emissões Net Zero com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

Este compromisso articula-se através da Política Corporativa de Sustentabilidade, que estabelece princípios e ações para gerir as emissões, o consumo de energia e os riscos associados às alterações climáticas, reforçando um sólido desempenho corporativo em matéria de sustentabilidade.

Política Corporativa de Sustentabilidade

Estabelece como objetivo prioritário reduzir progressivamente a pegada de carbono do Grupo, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas através da redução de emissões diretas e indiretas. Além disso, promove a transformação e adaptação da atividade para fazer face aos efeitos das alterações climáticas, em linha com o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Para isso, são implementadas medidas com vista para a eficiência energética em instalações e serviços, é incentivado o uso de energias renováveis e promovem-se práticas sustentáveis no transporte e na logística. A política inclui mecanismos de seguimento e controlo que permitem avaliar os avanços na redução dos GEE, antecipar os custos associados a novas regulamentações e garantir que todas as ações contribuem para um desempenho sólido em matéria de sustentabilidade.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis à economia circular, consulte a secção "1.5. Políticas na área da sustentabilidade" do capítulo "1. Informações gerais".

2.2.4. Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos de descarbonização (E1-3) (E1-4)

[E1-3 / DP 29 a, b] [E1-4 / DP 33] [E1-4 / DP 34 a, b, c, d, f] [E1-4 / AR 30] [MDR-A / DP 68 a, b, c] [MDR-T / DP 80 a, b, c]

Metas de redução de emissões (ano base 2022)			
horizonte temporal	2030	2034	2050
Âmbito 1	Redução absoluta de 25,8%	Redução absoluta de 51,5%	Redução absoluta de 88,2%
Âmbito 2 (baseado no mercado)	100% eletricidade com garantia de origem.		Redução absoluta de 100%
Âmbito 3	Redução absoluta de 8%	Redução absoluta de 12%	Redução absoluta de 90%

Com o objetivo de combater as alterações climáticas, o Grupo definiu, no âmbito do seu Plano de Transição para Emissões Net Zero, um conjunto de ações e compromissos que abrangem tanto as próprias operações como o resto da cadeia de valor. A estratégia adotada está estruturada em torno da redução progressiva da pegada de carbono, impulsionando um processo de descarbonização alinhado com os seus objetivos climáticos.

Durante este período, as ações implementadas permitiram alcançar uma redução total de 11.668 tCO₂eq no âmbito 1 em comparação com o ano base de 2022. Além disso, no âmbito 2, o progresso continuou em direção ao objetivo de aumentar a garantia de origem renovável, alcançando uma redução de 11.990 tCO₂eq em comparação com o ano base.

Neste sentido, o âmbito das medidas e objetivos centra-se sobretudo nas **operações internas**, incluindo áreas como a administração, as compras e a logística, estendendo-se também à **cadeia de abastecimento**, em particular aos fornecedores e à frota de transporte. Além disso, o engagement dos **colaboradores** está a ser incentivado através de iniciativas que visam a promoção de uma mobilidade mais sustentável.

De seguida, são apresentadas as principais ações e objetivos, bem como a monitorização e os resultados obtidos neste exercício para cada um dos **eixos de descarbonização**:



A. Adaptação das instalações emissoras

As principais medidas do Plano de Transição para reduzir as emissões de Âmbito 1 incluem a eletrificação do consumo térmico em centros comerciais e escritórios, bem como a transição para refrigerantes com menor potencial de aquecimento global (GWP) em sistemas de refrigeração.

No ano fiscal de 2025, considerando as limitações atuais em termos de maturidade, fiabilidade operacional e retorno económico de algumas soluções de eletrificação, foi dado prioridade ao avanço da renovação dos sistemas de refrigeração para tecnologias mais sustentáveis, com especial enfoque nas soluções baseadas em CO₂. Esta linha de ação possibilitou um progresso significativo na redução das emissões associadas a fugas.

Este progresso continuará a ser impulsionado nos próximos anos. O Plano prevê a substituição de instalações em 10 centros por ano a partir de 2026, consolidando assim este compromisso como um dos principais motores da redução a curto prazo.

Por sua vez, as iniciativas de eficiência energética continuaram a contribuir para a contenção do consumo, embora no ano fiscal de 2025 o seu impacto líquido tenha sido condicionado por fatores externos, que compensaram parcialmente as poupanças operacionais alcançadas.

Neste contexto, as emissões evitadas em resultado da melhoria da eficiência energética nos estabelecimentos comerciais e nas plataformas logísticas em 2025 totalizaram 11.668 tCO₂eq.

Ações	Objetivos gerais	Ações específicas	Indicador
Substituição dos combustíveis fósseis (principalmente gás natural) e eletrificação na produção de vapor, calor e água quente sanitária nos centros urbanos.	(A 2030) Redução absoluta de 11,6% das emissões de A1. (A 2034) Redução absoluta de 23,2% das emissões de A1.	Em 2025, não se registaram progressos na eletrificação de caldeiras, devido à limitada maturidade técnica e viabilidade económica das soluções atuais.	redução do tCO ₂ e.
Melhorar a eficiência energética em estabelecimentos comerciais e plataformas logísticas.	(A 2030) Redução absoluta de 14,2% das emissões de A1. (A 2034) Redução absoluta de 28,3% das emissões de A1.	Substituição de fluidos frigorigénios com elevado potencial de aquecimento global (GWP) por sistemas que utilizam CO ₂ . As emissões provenientes de fugas foram reduzidas em cerca de 33% face a 2024 na ECI, confirmando o efeito positivo das remodelações realizadas em vários centros. As iniciativas de eficiência continuam a contribuir, mas não se registou qualquer redução significativa adicional no consumo global de energia em 2025. Factores externos, como um Inverno excepcionalmente frio (que aumentou a procura de aquecimento em cerca de 12%), compensaram as poupanças obtidas através de melhorias operacionais.	redução do tCO ₂ e.

B. Compras de baixo carbono

A estratégia de compras de baixo carbono visa incorporar progressivamente critérios de emissões na aquisição de produtos e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida. Através desta abordagem, o Grupo El Corte Inglés reforça o seu contributo para a redução das emissões indiretas, especialmente as emissões de Âmbito 3, e promove uma cadeia de abastecimento mais alinhada com os objetivos de descarbonização.

Durante este período, foram dados os primeiros passos para integrar estes critérios nos processos de compras e desenvolvimento de produtos. No entanto, sendo esta uma fase inicial de implementação, o seu impacto quantitativo nas emissões é ainda limitado; os resultados serão mensuráveis a partir de 2026.

Em paralelo, foram reforçados os esforços de colaboração com os fornecedores, incluindo a conceção e implementação de um questionário de reporte de emissões. Esta ferramenta fornecerá informações padronizadas sobre o estado atual dos fornecedores e facilitará o acompanhamento do seu progresso ao longo do tempo, estabelecendo as bases para futuras estratégias de descarbonização na cadeia de abastecimento.

Ações	Objetivos gerais	Ações específicas	Indicador
Redução das emissões de A1 e A2 dos fornecedores de primeiro nível (marcas próprias).	(Até 2030) Redução absoluta de 7,5% das emissões de A3 (categorias 1 e 2) em comparação com 2022.	Estão em curso esforços para integrar os critérios de emissões nas compras e no desenvolvimento de produtos, embora estas iniciativas estejam numa fase inicial.	Número de fornecedores com objetivos de mitigação.
	(Até 2034) Redução absoluta de 11,2% das emissões de A3 (categorias 1 e 2) em comparação com 2022.	Foram feitos progressos em colaboração com os fornecedores e foi elaborado um questionário para o registo de emissões que nos permitirá compreender a sua situação atual e a possível evolução futura.	Impacto no tCO ₂ e nas categorias 1 e 2 do Escopo 3.
Aumento de referências com atributos de sustentabilidade de baixas emissões.		Foram identificados os certificados que impactam a pegada ecológica e estimada a magnitude do impacto por selo/certificado.	Número de referências com atributos de sustentabilidade. Impacto no tCO ₂ e nas categorias 1 e 2 do Escopo 3.

C. Logística utilizando frotas de baixas emissões

A renovação progressiva da frota com veículos de baixas emissões é uma linha de ação relevante para reduzir a pegada de carbono e melhorar a eficiência energética nas operações logísticas.

Adicionalmente, durante o ano fiscal de 2025, foram implementadas medidas para otimizar os fluxos logísticos, visando maximizar os níveis de carga dos veículos e reduzir o número total de viagens. Estas ações incluem, sempre que operacionalmente viável, o aumento da utilização de configurações de maior capacidade (DUOs e megareboques). Como resultado combinado destas medidas, registou-se uma redução de aproximadamente 3% das emissões para esta categoria em comparação com o ano base.

Neste sentido, as emissões evitadas associadas a esta alavanca no ano fiscal de 2025 foram de 4.702,96 tCO₂e.

Ações	Objetivos gerais	Ações específicas	Indicador
Contratação de serviços de transporte e distribuição de produtos com recurso a veículos de baixas emissões.	(A 2030) Redução absoluta de 0,3% das emissões A3 (cat. 4) em relação a 2022. (A 2034) Redução absoluta de 0,5% das emissões A3 (cat. 4) em relação a 2022.	Foram realizados trabalhos de otimização dos fluxos, com o objetivo de melhorar o carregamento de mercadorias nos veículos, reduzindo assim as deslocações.	redução do tCO ₂ e.

D. Mobilidade sustentável dos colaboradores

Neste contexto, foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de identificar, priorizar e coordenar ações que visem a redução das emissões no setor da mobilidade, bem como o cumprimento da Lei 9/2025 sobre Mobilidade Sustentável, abrangendo tanto a mobilidade operacional como a dos colaboradores, para garantir uma abordagem transversal alinhada com a estratégia climática do Grupo.

Neste contexto, a mobilidade sustentável dos trabalhadores visa promover a utilização de meios de transporte com baixas emissões para as deslocações para o trabalho, contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa associadas (principalmente do Âmbito 3) e promovendo hábitos de mobilidade mais sustentáveis entre os trabalhadores.

Além disso, a criação deste grupo fortalece a governação nesta área, facilitando o acompanhamento do progresso e a integração progressiva dos critérios de descarbonização nas políticas corporativas relacionadas com a mobilidade.

Ações	Objetivos gerais	Objetivos específicos	Indicador
Plano de mobilidade.	(A 2030) Redução absoluta de 0,2% das emissões A3 (cat. 6 e 7) em relação a 2022. (A 2034) Redução absoluta de 0,3% das emissões A3 (cat. 6 e 7) em relação a 2022.	Criação de um grupo de trabalho multidisciplinar.	-

Processo de definição de objetivos

[E1-4 / DP 34 e] [E1-4 / AR 25 a, b] [E1-4 / AR 30 c] [MDR-T / DP 80 d, e, f, g, h, i, j]

O Departamento de Sustentabilidade é operacionalmente responsável por liderar e monitorizar as iniciativas e ações necessárias para atingir os objetivos climáticos. Neste contexto, os objetivos foram estabelecidos por equipas técnicas internas especializadas, com um conhecimento alargado do modelo de negócio e das suas implicações operacionais, garantindo a sua coerência, exequibilidade e alinhamento com a realidade do Grupo.

Para a sua definição, foram utilizados como referência os critérios metodológicos da iniciativa SBTi, realizando uma simulação de metas de redução de emissões a curto e longo prazo. Esta análise considerou diferentes combinações de anos-base (entre 2016 e 2022) e anos-alvo a curto prazo (2030 e 2034), com o objetivo de identificar uma trajetória de redução realista, alinhada com os compromissos climáticos do Grupo. Neste sentido, foi realizada uma medição abrangente das emissões do Grupo, de acordo com a norma ISO 14064:1 e a norma GHG Protocol.

Como resultado deste processo, foram definidas metas de curto prazo com um horizonte até 2034, utilizando a trajetória de 1,5°C do Acordo de Paris como referência para as emissões dos Âmbitos 1 e 2. No caso do Âmbito 3, o ano de 2034 foi também adotado como referência, estabelecendo uma trajetória consistente com o cenário Bem Abaixo de 2°C (WB2C) e abrangendo 67% das emissões desta categoria.

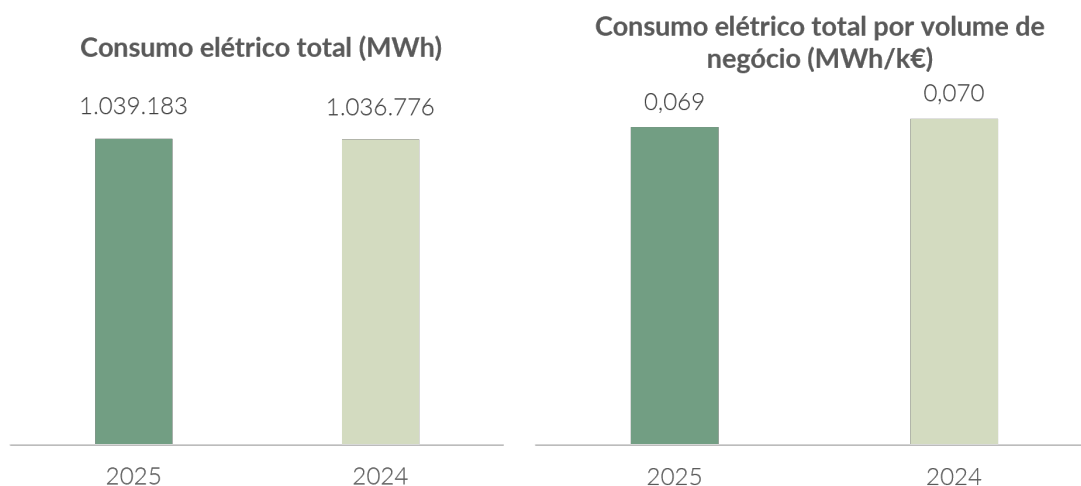
O ano de 2022 foi definido como o ano base para a medição e o acompanhamento dos objetivos, por constituir o primeiro período em que se dispõe de um inventário completo da pegada de carbono, desenvolvido sob uma abordagem metodológica consistente, apoiado por dados de atividade representativos da totalidade da atividade, sem que tenham sido identificados quaisquer fatores externos que possam influenciar significativamente as medições.

Por último, para garantir a comparabilidade da informação e permitir uma análise rigorosa das tendências das emissões ao longo do tempo, o Grupo revê e analisa periodicamente quaisquer alterações estruturais que possam afetar a comparabilidade. Neste sentido, foram ajustadas as metas de redução definidas para cada âmbito. Além disso, o impacto potencial de quaisquer eventos corporativos (como aquisições, fusões ou alienações) que possam distorcer os dados históricos é avaliado proactivamente. Se necessário, serão definidos e aplicados critérios de recálculo e ajustes metodológicos adequados para garantir a consistência e a rastreabilidade do desempenho em matéria de alterações climáticas. Não se verificaram alterações na metodologia de cálculo das metas definidas durante o ano de 2025; no entanto, as modificações no âmbito dos dados de emissões são detalhadas na secção “2.6.6. Emissões de GEE dos Âmbitos 1, 2 e 3” deste capítulo.

2.2.5. Consumo e Eficiência Energética (E1-5)

[E1-5 / DP 37 a, b, c (i) (ii) (iii)] [E1-5 / DP 38 a, b, c, d, e] [E1-5 / DP 39] [E1-5 / DP 40] [E1-5 / DP 41] [E1-5 / DP 42] [E1-5 / DP 43] [E1-5 / AR 34] [MDR-M / DP 75] [MDR-M / DP 77 a]

Em linha com o nosso compromisso ambiental, o Grupo continua a impulsionar a eficiência energética nas suas operações. Durante o ano, verificou-se um ligeiro aumento de 1,4% no consumo de energia face ao ano anterior. Este aumento deve-se a uma maior quota de consumo de energia renovável, que representará agora 85,9% do total em 2025 (em comparação com 83,3% em 2024). Contudo, o consumo de combustíveis fósseis diminuiu tanto em termos absolutos (170.725 MWh em 2025 em comparação com 198.368 MWh em 2024) como em termos relativos, passando de 16,65% para 14,13% do consumo total de energia.



Além disso, através da nossa subsidiária Telecor, avançamos com a implementação dos Contratos de Compra de Energia (PPAs) assinados em 2023 para a aquisição de energia solar fotovoltaica a longo prazo. Graças a estes contratos, até 2025, 45,8% do consumo de eletricidade do Grupo será fornecido pela energia das centrais solares de Olmedilla e Sabinar, localizadas em Cuenca, que no seu conjunto têm uma capacidade instalada de 475.508 MWh, posicionando estes contratos entre os mais significativos do género na Europa.

Além disso, considerando o elevado potencial das coberturas e espaços disponíveis, o El Corte Inglés definiu um plano estratégico para o desenvolvimento de instalações fotovoltaicas de autoconsumo nos seus centros comerciais e plataformas logísticas nos próximos anos. Este plano reforça a segurança do fornecimento de energia e melhora a eficiência operacional dos seus ativos.

A implementação de geração fotovoltaica prioriza locais com maior consumo de eletricidade. As instalações são concebidas para maximizar o autoconsumo da energia gerada e reduzir a dependência de fontes de energia externas, em coordenação com outras medidas de eficiência energética e sistemas avançados de gestão de energia.

Como primeiro passo deste plano, o El Corte Inglés inaugurou uma instalação fotovoltaica de autoconsumo de 7,7 MWp no seu centro logístico de Valdemoro, um dos maiores da Europa, com mais de 500.000 m² de área e mais de 3.000 colaboradores diários. Esta instalação, considerada uma das maiores centrais de autoconsumo em telhados em Espanha, fornece aproximadamente 30% do consumo anual de eletricidade do centro, reduzindo significativamente a sua pegada de carbono e reforçando a resiliência energética das suas operações logísticas.

Com esta iniciativa, avançamos para o nosso objetivo de utilizar exclusivamente energia renovável com zero emissões de CO₂, suportadas por Garantias de Origem (GOs). Neste sentido, em 2025, 100% da eletricidade consumida em Espanha e 97,7% em Portugal provém de fontes renováveis. O Grupo participa ativamente nos mercados grossistas de energia como consumidor direto, aumentando o seu envolvimento no setor.

Além disso, o Grupo Viajes implementou medidas de eficiência energética no seu Centro de Negócios, como a instalação de detetores de presença, revisões para desligar as luzes e o ar condicionado em espaços desocupados e campanhas de sensibilização internas.

Consumo e matriz energética²⁴	Exemplo: 2025	Exemplo: 2024
Consumo total de energia	1.208.491	1.191.061
Consumo total de energia fóssil (MWh)²⁵	170.725	198.368
Consumo de combustível proveniente do carvão e seus derivados (MWh)	0	0
Consumo de combustível proveniente de petróleo bruto e derivados (MWh)	8.153	9.418
Consumo de combustível proveniente do gás natural (MWh)	159.375	142.161
Consumo de combustível de outras fontes fósseis (MWh)	1.780	1.784
Consumo de eletricidade, calor, vapor e refrigeração adquiridos ou obtidos a partir de fontes fósseis (MWh)	1.417	45.005
Proporção de fontes de combustíveis fósseis no consumo total de energia (%)	14,1%	16,7%
Consumo de combustível proveniente de fontes nucleares (MWh)	0	0

²⁴Os dados são recolhidos da aplicação interna da Sinérgica, que é alimentada pela fatura de consumo.

²⁵Os dados de consumo total de energia fóssil foram recalculados devido a um erro pontual na conversão de unidades do consumo de gásóleo e propano (outras fontes fósseis), com um impacto não significativo no consumo total de energia (0,011% no caso do gásóleo e 0,15% no caso do propano).

Consumo e matriz energética ²⁴	Exemplo: 2025	Exemplo: 2024
Proporção de fontes nucleares no consumo total de energia (%)	0%	0%
Consumo total de energia renovável (MWh)	1.037.766	992.693
Consumo de combustível renovável (MWh)	0	0
Consumo de eletricidade, calor, vapor e refrigeração adquiridos ou obtidos a partir de fontes renováveis (MWh)	1.037.755	992.693
Consumo de energia renovável autogerada que não é utilizada como combustível (MWh)	11	0
Proporção de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	85,9%	83,3%
Produção de energia não renovável	0	0
Produção de energia renovável	11	0
Consumo total de energia das actividades dos sectores com elevado impacto climático, em percentagem do rendimento líquido das actividades dos sectores com elevado impacto climático (MWh/k€)	0	0

A atividade do Grupo El Corte Inglés, segundo a classificação NACE (sistema normativo da União Europeia para a classificação das atividades económicas e empresariais), enquadra-se na secção "47.19 - Outro comércio a retalho em lojas não especializadas", considerada de elevado impacto climático de acordo com a NEIS E1. Neste sentido, os dados relativos ao consumo de energia correspondem ao consumo em setores com elevado impacto climático.²⁶

2.2.6. Emissões de GEE de Âmbito 1, 2 e 3 (E1-6)

[E1-6 / DP 48 a, b] [E1-6 / DP 49 a, b] [E1-6 / DP 51] [E1-6 / DP 52 a, b] [E1-6 / AR 39] [E1-6 / AR 41] [E1-6 / AR 45 d] [E1-6 / AR 46 g, i] [E1-6 / AR 52] [MDR-M/DP 75] [MDR-M/77a,d]

O Grupo El Corte Inglés mede rigorosamente as suas emissões de gases com efeito de estufa. A análise destas medições fornece uma base sólida para avaliar o impacto ambiental da organização e, ao mesmo tempo, orienta a implementação das principais iniciativas de descarbonização delineadas no seu Plano de Transição para Emissões Net Zero. Neste contexto, a empresa continua a melhorar a qualidade e a precisão dos seus dados a cada ano, visando contribuir para o alcance das metas estabelecidas após a implementação do Plano de Transição para Emissões Net Zero até 2025.

Ainda em 2025, a Viajes El Corte Inglés obteve, pelo **terceiro ano consecutivo, o Certificado de Conformidade da Pegada de Carbono da Aenor**, em conformidade com a norma internacional **GHG Protocol**, que verifica as suas emissões de gases com efeito de estufa em todas as suas atividades em Espanha e documenta a sua pegada no registo do Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico (MITERD).

A tabela seguinte detalha as emissões de GEE correspondentes aos Âmbitos 1, 2 e 3, que incluem a pegada gerada pelas principais atividades ao longo da cadeia de valor, bem como pelo conjunto de produtos e serviços oferecidos.



Para mais informações sobre a análise detalhada da origem das emissões dentro do Grupo, consulte a secção "2.2.2. Plano de Transição para Emissões Net Zero" do capítulo "2.2. Alterações Climáticas".

²⁶Para o consumo de energia por volume de negócios (MWh/milhares de euros), foi utilizado o volume de negócios de 2025, recolhido na secção "2. - Evolução e resultados do negócio" do Relatório Consolidado de 2025.

Medição completa das emissões de gases com efeito de estufa (tCO₂eq)²⁷

	Retrospectiva				Objetivos		
	Ano base 2022	2024	2025	2025 vs 2024	2026	2030	2050
Emissões de GEE de Âmbito 1²⁸							
Emissões brutas de GEE de Âmbito 1	69.750	82.353	74.811	(9,2)%	62.552	51.755	8.231
Percentagem das emissões de GEE de Âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de emissões (%)	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %	0 %
Emissões de GEE de Âmbito 2							
Emissões brutas de GEE de Âmbito 2 com base na localização	186.921	108.156	110.530	2,2%	-	-	-
Emissões brutas de GEE de Âmbito 2 baseadas no mercado	12.355	12.310	366	(97,0)%	7.413	0	0
Emissões significativas de GEE de Âmbito 3²⁹							
Emissões brutas indiretas totais de GEE (Âmbito 3)	3.419.278	3.309.891	3.248.376	(1,9)%	3.309.861	3.145.735	341.928
Percentagem das emissões brutas de GEE do Âmbito 3	98,0%	97,6%	97,7%	0,2%	98,1%	98,4%	97,6%
1. Bens e serviços adquiridos	3.185.800	3.015.631	2.995.083	(0,7)%	3.083.854	2.930.936	318.580
2. Bens de equipamento	En cat.1	En cat.1	En cat.1	En cat.1	En cat.1	En cat.1	En cat.1
3. Atividades relacionadas com combustíveis e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 ou 2)	10.470	11.113	7.886	(29,0)%	10.135	9.632	1.047
4. Transporte e distribuição a montante ³⁰	140.200	175.537	135.497	(22,8)%	135.713	128.984	14.020
5. Resíduos gerados nas operações	6.113	7.731	8.579	11,0%	5.917	5.624	611

²⁷Os dados abrangem todo o Grupo, com particular destaque para as atividades de retalho em Espanha e Portugal, a Asón Inmobiliaria, o Grupo Viajes, a SICOR e a KUMO Networks. Estes dados não foram verificados por um auditor externo.

²⁸Os dados de emissões de Âmbito 1 para 2022 e 2024 foram recalculados devido a um erro pontual na conversão das unidades de propano, com um impacto insignificante nas emissões totais (0,006% e 0,4%, respetivamente). Neste exercício, a frota de leasing da SICOR foi estimada em 0,02% das emissões totais, com base nos dados de tipo de veículo de 2023. Enquanto isso, as emissões de deslocamento pendular representam 2,97% das emissões totais do Grupo.

²⁹92,2% das emissões de GEE de Âmbito 3 foram calculadas utilizando uma metodologia baseada em despesas. As emissões para os anos fiscais de 2022 e 2024 foram recalculadas para incluir as emissões do ciclo de vida do combustível provenientes dos transportes (Âmbito 3). Além disso, para o ano fiscal de 2024, foram incorporadas fugas de gás fluorado da Supercor que não tinham sido contabilizadas anteriormente, e foram aplicados dados presenciais da força de trabalho à medição.

³⁰As emissões da categoria 9 (transporte a jusante) foram reclassificadas para a categoria 4 (transporte e distribuição a montante), em conformidade com o Protocolo de GEE, uma vez que são emissões derivadas de serviços de distribuição logística contratados pelo Grupo, sem um impacto significativo nas emissões do Âmbito 3.

Medição completa das emissões de gases com efeito de estufa (tCO₂eq)²⁷

	Retrospectiva				Objetivos		
	Ano base 2022	2024	2025	2025 vs 2024	2026	2030	2050
6. Viagens de negócios	2.995	4.743	4.799	1,2%	2.899	2.756	300
7. Deslocação até aos escritórios dos colaboradores	73.700	95.136	96.533	1,5%	71.341	67.804	7.370
Emissões totais de GEE							
Emissões totais de GEE (com base na localização)	3.675.949	3.500.400	3.433.717	(1,9)%	3.372.412	3.197.490	350.158
Emissões totais de GEE (com base no mercado)	3.501.383	3.404.554	3.323.552	(2,4)%	3.379.826	3.197.490	350.158

No ano fiscal de 2025, as emissões totais de GEE registaram uma redução média de 2,1% em comparação com o ano anterior (1,9% para as emissões totais baseadas na localização e 2,4% para as emissões baseadas no mercado). Este resultado demonstra o compromisso do Grupo com o combate às alterações climáticas e reforça a continuidade das iniciativas que visam a redução das emissões em todas as três áreas.

As emissões estão discriminadas por tipo de GEE (Gases com Efeito de Estufa) abaixo:

	CO ₂ (tCO ₂ e)	CH ₄ (tCO ₂ e)	N ₂ O (tCO ₂ e)	GFEI (tCO ₂ e)	TOTAL tCO ₂ e
Emissões de GEE de Âmbito 1	34.006	84	19	40.701	74.811
Combustão de fontes estacionárias	31.980	81	6	0	32.067
Combustão de fontes móveis	2.026	3	14	0	2.043
Fugas de gases fluorados	0	0	0	40.701	40.701
Emissões de GEE de Âmbito 2 baseadas no mercado	366	0	0	0	366
Eletricidade comprada e consumida	366	0	0	0	366
Emissões de GEE de Âmbito 3	2.580.675	531.655	136.047	0	3.248.376
1. Bens e serviços adquiridos e 2. Bens de equipamento	2.337.347	524.145	133.591	0	2.995.083
3. Atividades relacionadas com combustíveis e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 ou 2)	5.522	2.304	60	0	7.886
4. Transporte e distribuição a montante (tCO ₂)	134.410	36	1.051	0	135.497
5. Resíduos gerados nas operações	2.748	5.039	792	0	8.579
6. Viagens de negócios	4.749	9	41	0	4.799
7. Deslocação até aos escritórios dos colaboradores	95.899	123	512	0	96.533
Emissões totais de GEE (com base no mercado)	2.615.046	531.739	136.066	40.701	3.323.552

[E1-6 / DP 50] [E1-6 / DP 53] [E1-6 / DP 55] [E1-6 / AR 43 c] [E1-6 / AR 45 e] [E1-6 / AR 46 g, h, j] [E1-6 / AR 55] [MDR-M / DP 77 a]

As emissões foram calculadas multiplicando o consumo pelo fator de emissão correspondente. Para cada categoria de pegada de carbono foram utilizadas fontes reconhecidas: para combustíveis e eletricidade (Âmbitos 1 e 2), o Inventário Nacional de GEE (1990-2023), os fatores MITECO (Registo da Pegada de Carbono, v6, 07/05/2026) e as Diretrizes do IPCC de 2006 e o AR6; para fontes móveis e viagens (Âmbitos 1 e 3), para além das fontes acima referidas, a ferramenta DEFRA (2025), o Observatório Ferroviário Espanhol (OFE, Relatório de 2024) e o guia EMEP/EEA de 2023; para bens e serviços (Âmbito 3), a metodologia de input-output com recurso aos dados do INE; e para os resíduos (Âmbito 3), as orientações MTD/BREF, AAI e GENCAT (Governo da Catalunha). No caso da energia proveniente de fontes renováveis, aplica-se o fator de emissão associado ao respetivo instrumento contratual (PPA), que é igual a 0. Em 2025, 99,9% da eletricidade consumida pelo Grupo provém de fontes com Garantia de Origem (GO).

As seguintes categorias são excluídas do cálculo das emissões de Âmbito 3: 8. Ativos arrendados a montante, 9. Transporte e distribuição a jusante, 10. Transformação de produtos vendidos, 11. Utilização de produtos vendidos, 12. Tratamento de fim de vida de produtos vendidos, 13. Ativos arrendados a jusante, 14. Franquias e 15. Investimentos. Esta exclusão deve-se à falta de dados de atividade que permitam estimativas razoáveis do nível de emissões, bem como à elevada incerteza associada à estimativa das emissões provenientes da utilização e do fim de vida útil de uma ampla variedade de produtos e artigos do catálogo do Grupo. Estes produtos são adquiridos por uma gama diversificada de clientes que os utilizam de diferentes formas e gerem o seu destino final de forma heterogénea.

Todas as empresas para as quais foi calculada a pegada de carbono estão incluídas no âmbito consolidado do Grupo El Corte Inglés. Por conseguinte, a discriminação das emissões de outras empresas não se aplica, uma vez que o Grupo não exerce controlo operacional sobre as suas subsidiárias. Além disso, não foram identificadas emissões biogénicas no âmbito das suas operações. Ademais, a AENOR validou a ferramenta proprietária para o cálculo da pegada de carbono associada às viagens dos clientes, reconhecendo a sua precisão, robustez e transparência como metodologia de cálculo.

Intensidade de emissão (tCO2) ³¹	Exemplo: 2025	Exemplo: 2024	2025 vs 2024
Emissões de GEE por receita líquida (tCO2eq/milhões de euros) (Âmbito 1 + Âmbito 2 com base na localização)	12,4	12,0	3,4%
Emissões de GEE por receita líquida (tCO2eq/milhões de euros) (Âmbito 1 + Âmbito 2 com base no mercado)	5,0	5,5	(8,5)%
Emissões totais de GEE por receita líquida (tCO2eq/milhões de euros) (Âmbito 1 + Âmbito 2 com base na localização + Âmbito 3)	229,1	230,9	(0,8)%
Emissões totais de GEE por receita líquida (tCO2eq/milhões de euros) (Âmbito 1 + Âmbito 2 baseado no mercado + Âmbito 3)	221,8	224,4	(1,2)%

³¹O cálculo da intensidade das emissões baseou-se no valor do volume de negócios de 2025, incluído na secção "2. - Evolução e resultados da atividade" do Relatório Consolidado de 2025.

2.3. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR (NEIS E5)

2.3.1. Políticas relacionadas com a economia circular

2.3.2. Principais ações e objetivos relacionados com a economia circular

2.3.2.1. Resíduo zero

2.3.2.2. Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (RAP)

2.3.2.3. Plano de Embalagem

2.3.2.4. Outros projetos de economia circular

2.3.3. Decomposição de Resíduos

2.3. Utilização de recursos e economia circular (NEIS E5)

[IRO-1 / DP 11 a, b] [MDR-T / 80 h]

O Grupo El Corte Inglés acredita que a gestão responsável dos resíduos e a promoção de uma economia circular são essenciais para enfrentar os desafios ambientais e económicos atuais. Por isso, apoia diversas iniciativas que visam a redução da geração de resíduos, a otimização da gestão de resíduos e a promoção da reutilização e reciclagem, facilitando assim a transição para modelos de consumo mais sustentáveis.

Neste contexto, para realizar a análise de dupla materialidade, o Grupo incorporou as expectativas das diversas partes interessadas relativamente aos recursos utilizados nas suas atividades e à subsequente gestão dos resíduos gerados, considerando as diferentes etapas da cadeia de valor. A metodologia aplicada para esta análise encontra-se descrita na secção “1.4. Gestão de Impactos, Riscos e Oportunidades” do capítulo “1. Informação Geral”.

Como resultado desta análise de dupla materialidade, foram identificados um impacto positivo, um impacto negativo e uma oportunidade material associados à entrada de recursos e à gestão de resíduos do Grupo, os quais são detalhados de seguida:

IP	Reintegração dos resíduos na cadeia de valor através da certificação Resíduo Zero nas lojas e plataformas logísticas.
IN	Possível impacto ambiental devido à dependência de matérias-primas não renováveis, que podem acelerar o esgotamento dos recursos naturais.
O	Melhoria da reputação e eficiência operativa pelas boas práticas de gestão de resíduos nos estabelecimentos e plataformas logísticas com certificação Resíduo Zero

Neste sentido, com o objetivo de reduzir o consumo de recursos e avançar para uma gestão de resíduos mais eficiente em Espanha e Portugal, o Grupo definiu metas no Plano de Desenvolvimento Sustentável **(PDS) 2025-2030**. Este Plano baseia-se num processo de diálogo contínuo com as diversas partes interessadas, o que permite alinhar os objetivos relativos à utilização de recursos e à gestão de resíduos com as suas expectativas e prioridades.

Plano Diretor de Sustentabilidade 2025-2030



2.3.1. Políticas relacionadas com a economia circular

[E5-1 / DP 15 a, b] [MDR-P / DP 65 a]

Dentro do modelo de sustentabilidade do Grupo El Corte Inglés, a economia circular é uma área prioritária focada na minimização da geração de resíduos e do seu impacto ambiental. Esta abordagem promove a recuperação e reintegração dos resíduos gerados, incluindo os resíduos de embalagens, na cadeia de valor, com especial atenção para as lojas e plataformas com certificação Zero Resíduos. Este compromisso é implementado principalmente através da Política Corporativa de Sustentabilidade, que estabelece os princípios e as linhas de ação nesta área e é apresentada de seguida.

Política Corporativa de Sustentabilidade

Reúne os princípios e compromissos do Grupo em matéria de economia circular, orientados para a integração de processos que promovam o fecho do ciclo dos materiais, a redução de resíduos e o máximo aproveitamento dos recursos ao longo da cadeia de valor do Grupo. Além disso, incentiva a adoção de práticas que favoreçam modelos de produção e consumo mais sustentáveis e a participação em sistemas de responsabilidade alargada do produtor, contribuindo para a melhorar a gestão ambiental e minimizar o impacto sobre o ambiente.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis à economia circular, consulte a secção "1.5. Políticas na área da sustentabilidade" do capítulo "1. Informações gerais".

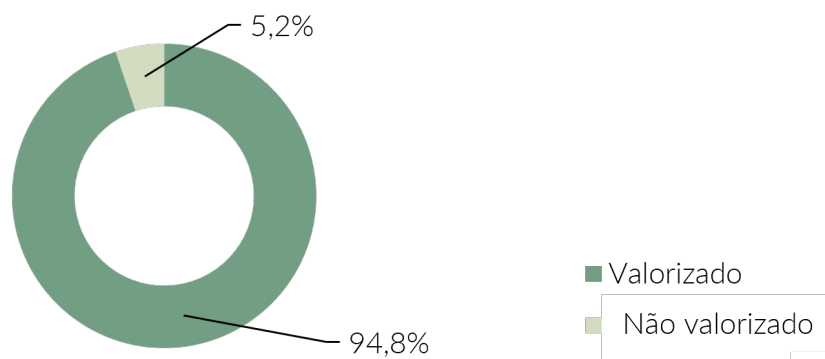
2.3.2. Principais ações e objetivos relacionados com a economia circular (E5-2 e E5-3)

2.3.2.1. Zero Resíduos

[E5-2 / DP 20 e, f] [E5-3 / DP 24 e, f] [E5-3 / DP 25] [E5-3 / DP 27] [E5-5 / DP 38 a, b] [E5-4 / AR 25] [MDR-A / DP 68 a, b, c] [MDR-T / DP 80 a, b, c, d, e, f, g, h, i, j]

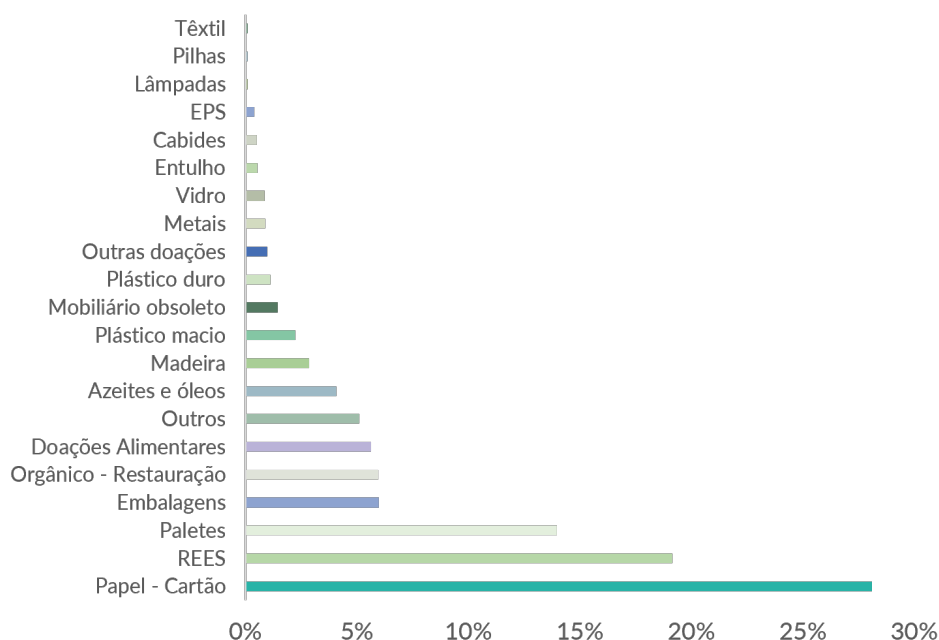
O **Projeto Zero Resíduos** do El Corte Inglés é o modelo implementado para promover a gestão responsável dos resíduos, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável. Tendo por base a ideia de que **"Todo o resíduo gerado é gerido. Tudo o que é gerido é recuperado"**, o projeto visa a reciclagem de mais de 90% dos resíduos produzidos pelo Grupo, minimizando, assim, a sua deposição em aterro. Durante este período, foi alcançada uma taxa de recuperação de 94,8% nas lojas e plataformas aderentes do sistema Zero Resíduos.

Valorização de resíduos em lojas certificadas Resíduo Zero



A distribuição por tipo de resíduo recuperado em 2025 é detalhada no gráfico seguinte, que mostra o peso relativo de cada categoria:

Resíduos valorizados por tipologia (%)

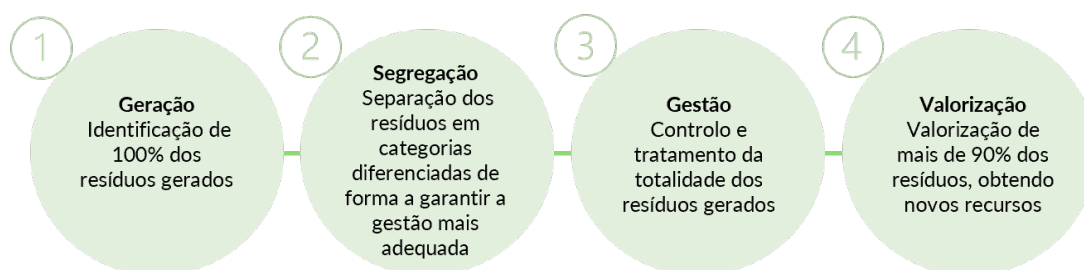


Com o objetivo de avançar nesta meta, promovemos a correta separação na origem, o tratamento eficiente e a reintegração dos resíduos na cadeia de valor, tanto para os resíduos gerados pelas nossas próprias operações como para os fornecidos pelos nossos clientes. Esta gestão é realizada em estabelecimentos e plataformas que possuam a **certificação Zero Resíduos, atribuída pela AENOR**, que atesta a correta aplicação de processos desenhados para atingir os níveis de valorização exigidos. Desta forma, priorizamos alternativas como a reutilização, a reciclagem e a valorização energética, reservando o aterro sanitário como último recurso, em consonância com os princípios da economia circular e as expectativas dos nossos clientes e demais stakeholders.

Neste contexto, um estabelecimento é considerado potencialmente elegível para a certificação Zero Resíduos quando:

✓	Dispõe de um sistema de reserva para processos de acumulação de resíduos noutros estabelecimentos ou plataformas próximas, se necessário.
✓	Isto gera uma quantidade suficiente de resíduos que torna impossível a sua acumulação durante muitos dias nas instalações.
✓	Dispõe de gestores, transportadores e/ou avaliadores capazes de prestar os serviços necessários à sua adequada gestão.

Para a execução deste projeto é adotada uma abordagem assente em quatro pilares fundamentais:



Neste contexto, o Grupo está a desenvolver diferentes ações que visam promover uma gestão de resíduos mais eficiente e sustentável, incluindo:

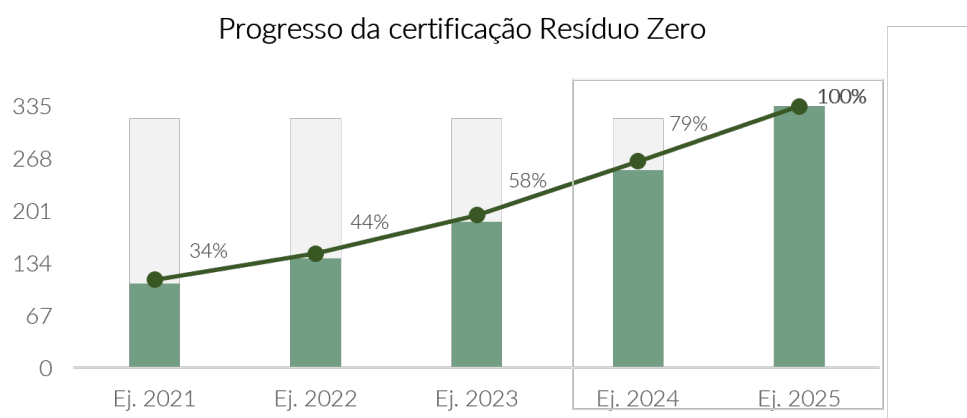
- A otimização das infraestruturas e dos processos através da reestruturação das instalações, da adaptação dos contentores, da melhoria na classificação das diferentes frações e de uma gestão mais eficiente dos fluxos de resíduos.
- Melhorar a qualidade dos resíduos, garantindo que os mesmos são mantidos em condições adequadas que facilitem a sua posterior valorização e reutilização.
- Maior eficiência no armazenamento e transporte de mercadorias, através da concepção de rotas logísticas optimizadas que permitem reduzir quer os custos, quer o impacto ambiental associado.
- A digitalização do processo de gestão de resíduos, através de uma aplicação informática que garante a máxima transparência e rastreabilidade.
- A formação e a especialização da equipa através da atribuição de funções específicas e o desenvolvimento de um programa de formação abrangente para os colaboradores, cujo envolvimento foi fundamental para o sucesso do projeto.
- Alianças estratégicas com gestores e valorizadores locais, colaborando com os principais intervenientes do sector para garantir a máxima utilização dos resíduos.
- Promover o compromisso social e a circularidade, incentivando a doação e a reutilização de materiais em colaboração com organizações sociais, com o objetivo de que os recursos que ainda conservam valor possam continuar a ser utilizados.

O objetivo fundamental do projeto é **alargar esta certificação a todos os centros comerciais, plataformas logísticas, estabelecimentos Supercor e Outlet do Grupo**, tanto em Espanha como em Portugal, até ao ano de 2026.

Em 2025, o **Grupo El Corte Inglés atingiu o seu objetivo**, mantendo a certificação Zero Resíduos nas suas lojas existentes e acrescentando-a a 88 novas unidades. Isto eleva o número total de lojas certificadas para 335, abrangendo todos os estabelecimentos de retalho no âmbito do projeto e atingindo a meta estabelecida para 2026 antes do prazo previsto.

A obtenção desta certificação garante que a gestão de resíduos nas operações de retalho é realizada de forma responsável, contribuindo assim para a redução do impacto ambiental associado a estes resíduos. O projeto baseia-se no princípio da hierarquia dos resíduos, garantindo que o destino principal dos resíduos é a reutilização, a reciclagem ou a valorização energética, sendo a eliminação a última opção.

O projeto teve início em 2018 com um programa piloto na Galiza, com o objetivo de melhorar e otimizar a gestão de resíduos. Após os resultados iniciais, o padrão Zero Resíduos foi adotado em 2019 e a sua implementação foi progressivamente alargada a grandes estabelecimentos e plataformas logísticas. Desde 2021 que são recolhidos dados de estabelecimentos certificados, permitindo o acompanhamento do progresso da certificação até aos dias de hoje, mantendo a consistência metodológica.



Para o desenvolvimento deste projeto, o Grupo trabalhou em estreita colaboração com fornecedores, administrações públicas e associações industriais para garantir que os compromissos assumidos estão alinhados com as melhores práticas e a regulamentação em vigor. Além disso, a participação ativa em associações e entidades relacionadas com a gestão de resíduos e a economia circular contribui para reforçar a capacidade da empresa para adotar abordagens inovadoras e continuar a progredir na sustentabilidade. Os objetivos estabelecidos nesta área são voluntários, refletindo que o compromisso do Grupo vai para além dos requisitos regulamentares aplicáveis.

2.3.2.2. Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (RAP)

[E5-5 / AR 28] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

O Grupo El Corte Inglés promove a sua participação em sistemas de Responsabilidade Alargada do Produtor (REP) com o objetivo de contribuir para uma **gestão mais eficiente e sustentável dos resíduos pós-consumo** associados aos produtos que comercializa. Através desta participação, a empresa assume um papel ativo em todo o ciclo de vida do produto, garantindo que, no final da sua vida útil, os resíduos gerados são recolhidos, tratados e recuperados adequadamente.

Estas iniciativas promovem também a rastreabilidade dos fluxos de resíduos, permitindo um melhor controlo e monitorização da gestão de resíduos e reforçando a transparência nos processos. A adesão a estes sistemas contribui tanto para o cumprimento da legislação em vigor (Lei 7/2022 sobre resíduos e solos contaminados para uma economia circular e Real Decreto 1055/2022 sobre embalagens e resíduos de embalagens) como para a promoção da reutilização de materiais, reciclagem e recuperação de recursos.

Neste contexto, durante o presente exercício, o Grupo promoveu as seguintes ações:

- Participação ativa no desenvolvimento de um SCRAP (Sistema Coletivo de Responsabilidade Estendida do Produtor) para a gestão de resíduos volumosos de mobiliário e colchões, com o objetivo de melhorar os processos de valorização e reciclagem destes produtos no final da sua vida útil.
- Continuidade noutras iniciativas SCRAP para resíduos específicos em que o Grupo já participa, incluindo Ecoembes (embalagens domésticas), Ecotíc (equipamento elétrico e eletrónico), Ambilamp (luminárias) e RE-VISTE (têxteis e calçado), garantindo a gestão adequada destes resíduos.
- Participação no desenvolvimento do SDR (Sistema de Depósito, e Reembolso) para embalagens de bebidas, um modelo que visa facilitar a recolha seletiva e a devolução de embalagens através de sistemas de depósito reembolsáveis, com o objetivo de melhorar as taxas de reciclagem e reutilização destes materiais.

No setor têxtil, registaram-se avanços na implementação do programa RE-VISTE SCRAP, uma iniciativa conjunta com outras empresas do setor. Instituições e especialistas realizaram reuniões para analisar as oportunidades, os desafios e os avanços associados a este novo sistema de gestão circular para têxteis e calçado em Espanha.

No âmbito deste processo, foi iniciada uma fase piloto em abril de 2025. Esta etapa experimental permitirá avaliar a eficácia e o funcionamento do sistema através da sua implementação em seis municípios que representam diferentes realidades sociodemográficas de Espanha: Saragoça, Lozoyuela (Madrid), Fortuna (Múrcia), San Miguel de Abona (Tenerife), Arbo (Pontevedra) e Rubí (Barcelona).

Este ano, foi definida a estrutura operacional do novo regime de Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP). O regime já recebeu autorização da Comunidade Autónoma de Madrid para operar durante o período de adesão voluntária. Especificamente, foram criados os departamentos de Operações e de Empresas participante. As novas empresas estão a aderir ao regime através deste último departamento durante o período de adesão voluntária.

2.3.2.3. Plano de Embalagens Sustentáveis

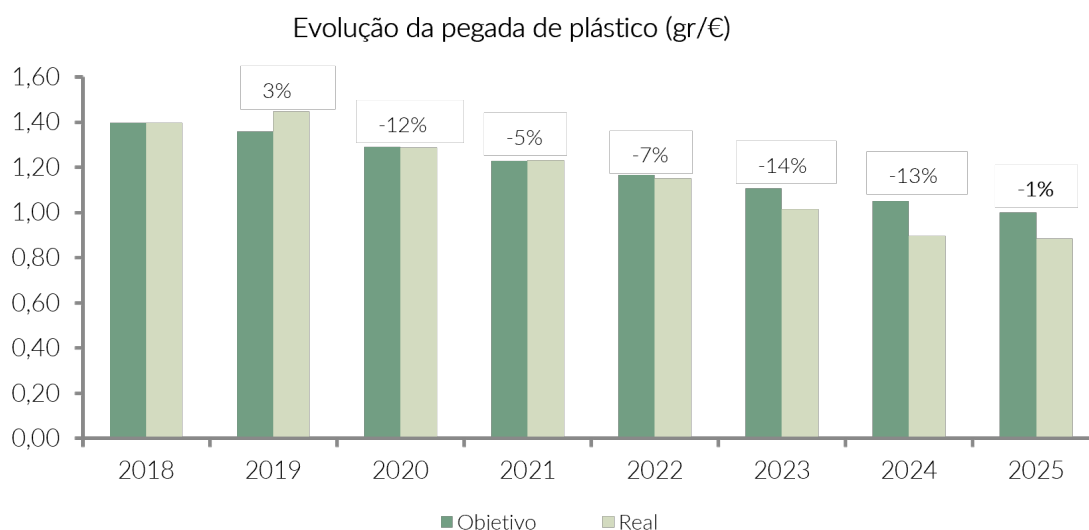
[E5-3/ DP 24 a, b, c] [E5-3 / DP 25] [E5-3 / DP 27] [E5-4 / DP 30] [E5-4 / DP 31 a, b, c] [E5-4 / DP 32] [MDR-A / DP 68 a, b, c] [MDR-T / DP 80 a, b, c, d, e, f, g, j] [MDR-M / DP 77a]

O Grupo El Corte Inglés tem um **Plano de Embalagens Sustentáveis**, cujo objetivo é otimizar a gestão de embalagens para reduzir o seu impacto ambiental e avançar para um modelo mais responsável. A implementação desta iniciativa é da responsabilidade do Comité de Embalagens Sustentáveis, que coordena o seu desenvolvimento através de quatro pilares principais que estabelecem orientações para uma gestão de embalagens mais eficiente e sustentável, apresentadas de seguida.

DIRETRIZES DO PLANO DE PACKAGING SUSTENTÁVEL			
ECODESIGN	OPTIMIZAÇÃO DE RECURSOS	CONTROLO DE CONSUMOS	COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO
Escolha de materiais ou combinações de materiais que melhorem o desempenho ambiental, tendo em conta os critérios de sustentabilidade e capacidade de reciclagem	Promoção da reutilização de embalagens e produtos, priorizando o uso de matérias-primas recicladas.	Redução do consumo de embalagens ao mínimo necessário para que cumpra a sua função, assegurando aspetos sanitários, de segurança e viabilidade económica.	Realização de ações de sensibilização, tanto para colaboradores como para clientes, sobre a importância da reutilização e da reciclagem.

O principal objetivo do Plano de Embalagens Sustentáveis é **reduzir a pegada de plástico nos supermercados em 5% ao ano até 2026**, utilizando o consumo de embalagens de 2018 como base e considerando as tendências regulatórias previstas nesta área. Esta meta foi definida internamente, tendo em conta as melhores práticas de mercado, e não se baseia em limites derivados da evidência científica.

De um modo geral, o Grupo superou os níveis de redução inicialmente projetados, alcançando um desempenho mais ambicioso do que o objetivo na maioria dos anos. Além disso, embora a redução anual registada em 2025 seja de 1%, o resultado acumulado mantém-se abaixo do limite estabelecido (a meta acumulada era de 34% e a meta alcançada foi de 48%), sustentado pelo forte desempenho dos anos anteriores, o que confirma a manutenção de um nível de conformidade superior ao planeado. A evolução da meta desde 2018 é apresentada abaixo:



Este desempenho baseia-se na implementação de diversas medidas que visam reduzir a utilização de embalagens e materiais nestes estabelecimentos. Desde o início do plano, em 2018, foram alcançados vários progressos significativos, relacionados com:

- Embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis: atualmente, 100% das embalagens de plástico cumprem estes critérios.
- Utilização de plástico reciclado: Em 2023, o objetivo era atingir anualmente 20% de plástico reciclado em embalagens. Este ano, alcançámos os 33,5%, superando a meta planeada e consolidando o progresso nesta área.

Para alcançar estes objetivos voluntários, o Grupo desenvolve diversas iniciativas e projetos, entre os quais se destacam os seguintes:

- Utilize sacos com certificação ambiental para o transporte de mercadorias. Os sacos de plástico incorporam 70% de material reciclado e são certificados para reutilização, enquanto os sacos de

papel possuem certificações do Forest Stewardship Council (FSC) ou do Program for Endorsement of Forest Certification (PEFC).

- Sacos reutilizáveis feitos com diferentes materiais e formatos (TNT, juta, algodão...) estão disponíveis para os clientes transportarem as suas compras.
- Possibilidade de os clientes utilizarem os seus próprios recipientes em qualquer área do supermercado.
- Utilização de papel reciclado no suporte de etiquetas autocolantes.
- Incorporação de plástico reciclado em elementos de proteção utilizados nas entregas ao domicílio, como redes de proteção para garrafas, envelopes de plástico e bolha ou envelopes para devoluções online, entre outros.
- Substituição de sacos de plástico por sacos de papel com certificação FSC na área de frutas e legumes de todos os supermercados.
- Disponibilidade de luvas de plástico compostáveis nas áreas de self-service dos supermercados.
- Utilização de papel próprio para contacto com alimentos, com certificação FSC, nas áreas de carne e peixe, bem como sacos compostáveis na área de produtos frescos.
- Utilização de sacos e caixas de papel com certificação FSC em padarias e pastelarias.
- Incorporação de tabuleiros de plástico compostáveis em determinadas embalagens alimentares.
- Utilização de garrafas PET com entre 25% e 30% de material reciclado para sumos, gaspachos e óleos de marca própria.
- Utilização de cartão com certificação FSC nas nossas embalagens de leite, batidos e sumos de marca própria.
- 100% das caixas são feitas com cartão reciclado.
- Substituição das embalagens individuais de cada peça de vestuário têxtil proveniente de países fora da UE por embalagens coletivas para transporte.
- Utilização de recipientes de plástico na secção de pratos preparados que cumpram a norma de reutilização da UNE.
- Certificação FSC em 100% das embalagens para brindes.
- Incorporação gradual de plástico reciclado em filmes de embalagem.
- Utilização de material reciclado em envelopes transparentes para devoluções de clientes.

Todas estas áreas são complementadas por programas de formação dirigidos aos colaboradores e atividades de sensibilização dirigidas aos clientes.

Para garantir o cumprimento destes compromissos e avaliar o progresso das medidas implementadas, o Grupo elabora anualmente um **mapeamento completo das embalagens**. Este estudo identifica os diferentes materiais utilizados, as suas principais características, o conteúdo reciclado e o peso total, facilitando assim o acompanhamento da sua evolução e a deteção tanto de progressos como de novas oportunidades de melhoria. Além disso, a empresa apresenta anualmente à Ecoembes uma declaração relativa às embalagens domésticas cuja colocação inicial no mercado é da sua responsabilidade, garantindo a gestão adequada das embalagens que produz.

Durante o ano, foram utilizados um total de 19.027.716 kg de materiais no fabrico de embalagens em Espanha (19.395.292 kg em 2024), cujos detalhes são apresentados abaixo:³²

Matéria-prima	Cara	Exemplo: 2025 (kg)	Exemplo: 2025 (%)	Exemplo: 2024 (kg)	Ex. 2024 (%)
Materiais biológicos	Papel/cartón (clientes)	10.830.394	56,9%	10.391.727	53,6%
	Papel/cartón (uso interno)	2.756.093	14,5%	3.131.032	16,1%
	TOTAL	13.586.487	71,4%	13.522.758	69,7%
Materiais técnicos	Bolsa reutilizable norma UNE	2.117.249	11,1%	2.543.897	13,1%
	Plástico compostable	115.456	0,6%	144.220	0,7%
	Otros plásticos	1.716.624	9,0%	1.645.238	8,5%
	Otros plásticos (uso interno)	1.389.518	7,3%	1.384.944	7,1%
	Otros materiales	94.605	0,5%	116.889	0,6%
	Otros materiales (uso interno)	7.778	0,0%	37.347	0,2%
	TOTAL	5.441.229	28,6%	5.872.533	30,3%

Destes materiais, 11,9% (2.255.096 kg) são materiais reciclados, sendo 8,3% (1.585.964 kg) materiais técnicos e 3,5% (669.133 kg) materiais biológicos (4,9% do total de materiais biológicos). No que diz respeito aos materiais biológicos, todas as embalagens de papel e cartão adicionadas, como os sacos de compras, possuem certificação de gestão florestal sustentável (FSC ou PEFC).

Como resultado das medidas adotadas, obteve-se uma redução líquida de 8,9% no peso do consumo de plástico nas embalagens que chegam ao consumidor, face ao ano anterior, em 2024.

Os dados relativos às embalagens são calculados a partir da informação técnica de cada artigo, fornecida pelos fornecedores, que inclui os materiais, o peso unitário e as principais características. Esta informação é combinada com os dados anuais de vendas ou de consumo para determinar o peso total da embalagem, multiplicando o peso unitário pelo número de unidades vendidas ou consumidas durante o ano (seguindo os critérios do Decreto Real sobre Embalagens). Nos casos em que não estejam disponíveis dados completos de peso unitário, são utilizadas estimativas justificadas com base em informações padrão ou em itens representativos aplicáveis a embalagens homogêneas dentro do mesmo departamento.

³²Os dados referem-se a empresas de retalho em Espanha. Uma vez que o Grupo compila esta informação anualmente, os valores foram estimados com base no volume de negócios (17,9% para 2025 e 13,5% para 2024) para os alinhar com o ano fiscal. Nos próximos anos, serão desenvolvidos esforços para alargar o âmbito e incluir o retalho em Portugal; no entanto, a sua quota atual não é significativa em termos de volume de negócios (4,3% do total do Grupo).

2.3.2.4. Outros projetos de economia circular

[MDR-A / 68 a, b, c, e]

Continuamos a promover iniciativas destinadas a transformar as nossas operações de acordo com os princípios da economia circular.

Projeto/Iniciativa	Descrição	Resultados/Benefícios
Reedição de moda (em colaboração com a Caritas)	Instalação de contentores nos centros El Corte Inglés para a recolha de roupa e calçado doado pelos clientes, com o objetivo de os reutilizar em lojas de caridade ou reciclá-los para a criação de novas peças e produtos.	Foram recolhidos 630.916 kg de roupa durante a operação (576.621 kg em 2024).
		73 pontos de recolha no El Corte Inglés (72 em 2024).
		54% de reutilização das roupas recolhidas (57% em 2024).
		35% de reconversão (reciclagem) de têxteis em novas fibras (32,6% em 2024).
Projeto Piloto de Economia Circular Têxtil (ECIGA)	Desenvolvimento de um projeto piloto para uma economia têxtil circular em colaboração com a Universidade do Minho e a empresa To-Be-Green, baseado na recolha de têxteis em contentores localizados em lojas e na sua posterior transformação em novos produtos. A iniciativa incluiu ainda um concurso de ecodesign para estudantes de moda.	Classificação energética de 12% (10,4% em 2024).
		Foram recolhidos 4.802 kg de têxteis.
Projetos de economia circular na alimentação (ECIGA)	Continuidade dos projetos “É uma cerveja” e “É um gelado”, tendo por base a reutilização de pão e fruta excedente para a produção de novos produtos, destinando parte da receita à Associação CRESCER.	1.500 litros de cerveja produzidos a partir de pão excedente.
		300 litros de gelado feitos com o excedente de fruta.

Adicionalmente, na área das operações comerciais, o Grupo promove a gestão adequada dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), disponibilizando nas suas instalações contentores para facilitar a reciclagem e a reutilização. Promove também a área de vendas de produtos "Recondicionados", que oferece aparelhos em bom estado provenientes de devoluções ou de mostruários, contribuindo para prolongar a vida útil dos produtos eletrónicos e oferecendo uma opção de consumo mais sustentável aos clientes.

Na área tecnológica, a KUMO Networks implementou um modelo de gestão do ciclo de vida para os seus dispositivos tecnológicos e infraestruturas críticas, incluindo servidores, armazenamento, equipamentos de rede, sistemas de alimentação ininterrupta (UPS), baterias e sistemas de climatização. Este modelo de gestão prioriza o prolongamento da vida útil dos equipamentos através da reutilização, renovação e reciclagem certificada no final da sua vida útil. Contribui ainda para a redução do consumo de matérias-primas virgens e para a minimização da geração de resíduos eletrónicos (REEE). Além disso, o data center concebe e opera a sua infraestrutura crítica com base em critérios de eficiência de materiais, modularidade e manutenção preventiva, dando prioridade a componentes duráveis e reparáveis para otimizar a utilização de materiais e reduzir as substituições prematuras.

Por sua vez, as empresas do grupo SICOR estão a desenvolver iniciativas complementares de economia circular relacionadas com a renovação de equipamentos e com o uso de fardamento sustentável. Na SICOR Alarmas, em colaboração com a Ofimedia Reparaciones, os equipamentos utilizados nos sistemas de alarme e teleassistência são renovados, enquanto os dispositivos que não

podem ser renovados são entregues a empresas autorizadas de gestão de resíduos, juntamente com outros resíduos gerados no processo. Da mesma forma, a SICOR Seguridad utiliza fardamento com certificação OEKO-TEX® Standard 100, fabricado com 100% de poliéster reciclado, e garante a eliminação adequada das peças no final da sua vida útil, em conformidade com as normas ambientais em vigor.

A Viajes El Corte Inglés promove iniciativas que visam um consumo mais responsável através do desenvolvimento de uma linha de produtos sustentáveis, que inclui garrafas reutilizáveis, sacos de algodão e kits de viagem feitos com materiais ecológicos, reforçando assim o compromisso ambiental na experiência do cliente.

2.3.3. Desagregação de resíduos (E5-5)

[E5-5 / DP 37 a, b, c, d] [E5-5 / DP 39] [E5-5 / DP 40] [MDR-M / DP 75] [MDR-M / DP 77 a, b] Durante este exercício foram gerados os seguintes resíduos:

Desagregação de resíduos ^{33,34}	Exemplo: 2025	Exemplo: 2024
Resíduos gerados	109.891.072	109.902.940
Resíduos perigosos desviados do descarte.	7.814.610	7.719.646
Resíduos perigosos desviados do descarte devido à preparação para reutilização.	1.513.448	1.489.556
Resíduos perigosos desviados do descarte devido à reciclagem.	4.752.853	4.716.552
Resíduos perigosos desviados da eliminação devido a outras operações de recuperação.	1.548.309	1.513.538
Resíduos não perigosos desviados do descarte.	96.298.189	97.440.945
Resíduos não perigosos desviados do descarte devido à preparação para reutilização.	21.544.094	23.917.706
Resíduos não perigosos desviados do descarte devido à reciclagem.	69.782.175	69.238.140
Resíduos não perigosos desviados da disposição final devido a outras operações de recuperação.	4.971.920	4.285.099
Os resíduos perigosos destinados ao descarte	54.860	37.483
Resíduos perigosos destinados a incineração.	7.726	530
Resíduos perigosos destinados a aterro sanitário.	19.491	14.263
Resíduos perigosos encaminhados para eliminação por outras operações de eliminação.	27.643	22.690
Resíduos não perigosos destinados a eliminação	5.723.414	4.704.866
Resíduos não perigosos destinados a incineração.	10.611	10.308
Resíduos não perigosos destinados a aterro.	4.949.838	3.890.902
Resíduos não perigosos encaminhados para eliminação por outras operações de eliminação.	762.965	803.656
Resíduos não reciclados	35.356.044	35.948.247
Percentagem de resíduos não reciclados	32,2%	32,7%

³³Os dados de 2025 foram recolhidos a partir dos registos cronológicos (documentos de identificação) e da aplicação Zero Waste do Grupo. O âmbito dos dados inclui empresas de retalho em Espanha e Portugal, o Grupo de Viagens em Espanha e Portugal, e as empresas SICOR, Supercor e KUMO Networks.

³⁴Em linha com o compromisso do Grupo em melhorar a qualidade dos dados, a informação relativa aos destinos finais dos resíduos foi atualizada. Especificamente, nos casos em que um resíduo tem múltiplos destinos finais, o seu peso foi rateado. Os valores estimados são de 20,33% em 2025 e de 21,02% em 2024.

2.4. OUTRAS QUESTÕES AMBIENTAIS (LEI 11/2018)

2.4.1. Desperdício alimentar

2.4.2. Certificações ambientais

2.4.3. Consumo de água

2.4. Outras questões ambientais (Lei 11/2018)

2.4.1. Desperdício alimentar

A prevenção do desperdício alimentar, aliada a uma gestão responsável dos excedentes e a um forte compromisso social, levou o Grupo a desenvolver um Plano de Prevenção do Desperdício Alimentar que inclui diversas iniciativas que visam minimizar a quantidade de alimentos descartados. Todas estas ações visam maximizar o valor dos produtos, materiais e recursos, tanto durante o seu ciclo de vida como no seu fim, promovendo a sua reutilização.

Em 2025, com a entrada em vigor em Espanha da Lei 1/2025 sobre a prevenção de perdas e desperdício alimentar, reforçámos o nosso compromisso. Para avançar neste sentido, a Organização dispõe de uma estratégia assente em três pilares fundamentais: prevenção, aproveitamento e sensibilização.

Em primeiro lugar, a prevenção é priorizada para evitar a geração de excedentes. Para isso, implementamos processos avançados de previsão da procura e otimização de stocks que melhoram os processos internos e fortalecem o planeamento, permitindo-nos gerir o stock de forma mais eficiente. Da mesma forma, dedicamos especial atenção à manutenção da cadeia de frio e à garantia da conservação adequada dos alimentos para evitar a deterioração.

Em segundo lugar, na área da valorização de recursos, que inclui a redistribuição, a reutilização e a reciclagem, estão a ser promovidas medidas para reduzir a geração de resíduos e dar uma segunda vida aos alimentos que, embora já não sejam comercializáveis, continuam a ser seguros e adequados para consumo. A prioridade é destinar estes alimentos à alimentação das pessoas através de doações contínuas a bancos alimentares e organizações sociais que apoiam grupos vulneráveis. Graças a isso, foram doados 5.208.525 kg de alimentos durante o ano (5.283.285 kg em 2024), reforçando o nosso compromisso com as comunidades onde operamos.

Por outro lado, os produtos que não podem ser utilizados para consumo humano são doados a jardins zoológicos e explorações de criação de animais para alimentação animal. Neste sentido, 892.444 kg, principalmente frutas, legumes e produtos de panificação (963.800 kg em 2024), foram doados às seguintes entidades:

Comunidades Autónomas	Entidade receptora
Andaluzia	Jardim Zoológico De Castellar
Baleares	Reserva Puig Galatzó
Ilhas Canárias	Parque Dos Crocodilos
Cantábria	Cantur
Castela - La Mancha	Jardim Zoológico Municipal De Guadalajara
Castela e Leão	Fundação Luna
Catalunha	Segunda-feira - O Baixo
Comunidade de Madrid	Fundação Altius
Comunidade Valenciana	Rio Safari Elche
Estremadura	Remar, Ong
Galiza	Cmf Celta Porc
Região de Múrcia	Terranatura
o País Basco	Apasos Bilbao
Principado das Astúrias	O Zoológico Da Floresta

Além disso, uma parte do excedente que não é adequada para consumo humano ou animal é utilizada no fabrico de biocombustíveis, contribuindo para um modelo energético mais sustentável, alinhado com os princípios da economia circular.

Combater o desperdício alimentar exige compreender as suas causas e impactos. Por isso, no âmbito da sua campanha de sensibilização e demonstração do seu compromisso social, o El Corte Inglés participou mais uma vez na 8ª Semana Anual de Combate ao Desperdício Alimentar, organizada pela AECOC (Associação Espanhola de Fabricantes e Distribuidores). Durante esta campanha foram realizadas diversas atividades para sensibilizar colaboradores e clientes para a importância de valorizar os alimentos e utilizá-los de forma responsável.

O nosso objetivo é continuar a reduzir progressivamente o desperdício alimentar com eficiência operacional e contribuir para a melhoria social e ambiental que isso acarreta.

2.4.2. Certificações ambientais

Possuímos diversas certificações ambientais que validam o nosso trabalho na proteção do ambiente. Estas certificações demonstram o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental responsável das nossas atividades, além de confirmarem a nossa conformidade com todas as normas e regulamentos aplicáveis. As principais certificações ambientais das diferentes empresas do Grupo são apresentadas de seguida.

Área/empresa certificada	Tipo de certificado	Âmbito do certificado (empresa)	Entidade certificadora
El Corte Inglés Supercor	Sistema de Rastreabilidade da Gestão de Resíduos Zero desperdício	Estabelecimentos de grupo:	
		Andaluzia (El Corte Inglés e Supercor) Aragão (El Corte Inglés e Supercor) Ilhas Baleares (El Corte Inglés e Supercor) Canárias (El Corte Inglés e Supercor) Cantábria (El Corte Inglés) Catalunha (El Corte Inglés e Supercor) Castela-La Mancha (El Corte Inglés) Castela e Leão (El Corte Inglés e Supercor) Ceuta (El Corte Inglés) Comunidade Fretada de Navarra (El Corte Inglés) Comunidade de Madrid (El Corte Inglés e Supercor) Comunidade Valenciana (El Corte Inglés e Supercor) Extremadura (El Corte Inglés e Supercor) Galiza (El Corte Inglés e Supercor) La Rioja (El Corte Inglés e Supercor) País Basco (El Corte Inglés e Supercor) Principado das Astúrias (El Corte Inglés e Supercor) Região de Múrcia (El Corte Inglés e Supercor)	AENOR RC-2019/0001 AENOR RC-2025/0010 AENOR RC-2026/0006

Área/empresa certificada	Tipo de certificado	Âmbito do certificado (empresa)	Entidade certificadora
El Corte Inglés – Grandes Armazéns	Zero desperdício	Nacional	Certificação AENOR Zero Resíduos
El Corte Inglés Empresas	ISO 14001:2015	A) Comercialização e fornecimento de vestuário profissional, produtos para o sector hoteleiro, materiais de consumo e sanitários, e campanhas promocionais. B) Armazenamento, manuseamento e logística destes produtos.	AENOR GA-2007/0668
	Cálculo e verificação do HdC Relatório de verificação Applus	Âmbito 1 (emissões diretas: provenientes de emissões fugitivas de fluidos frigorigénios e equipamentos de combate a incêndios) Âmbito 2 (emissões indiretas: provenientes do consumo de eletricidade)	APPLUS
Segurança SICOR	ISO 14001	Serviços de segurança privada. Projecto, montagem, instalação e manutenção de sistemas de vídeo - Sistemas de vigilância e alarme na região de Madrid.	BUREAU VERITAS ES142499-1
El Corte Inglés Travel	ISO 14001	Âmbito: todos os aspetos ambientais que a Viajes El Corte Inglés possa controlar e/ou influenciar, associados às atividades incluídas no âmbito do Sistema de Gestão Integrada.	AENOR
	Certificado de Conformidade - CO2 Calculado	O âmbito da verificação abrange as atividades de gestão de viagens realizadas pela Organização em Espanha, incluindo as delegações a nível local distribuídas por todo o território nacional.	AENOR
	Validação da calculadora de emissões de viagens do cliente de acordo com a norma ISO 14064	Calculadora de emissões para clientes empresariais.	AENOR
KUMO Networks	Gestão Ambiental	Serviços de manutenção, operação e controlo da infraestrutura do Data Center, tanto física como TIC, para a prestação de serviços de cloud de missão crítica aos clientes.	AENOR ISO 14001
	Gestão Ambiental	LEED BD+C: Nova Construção	LEED Platinum

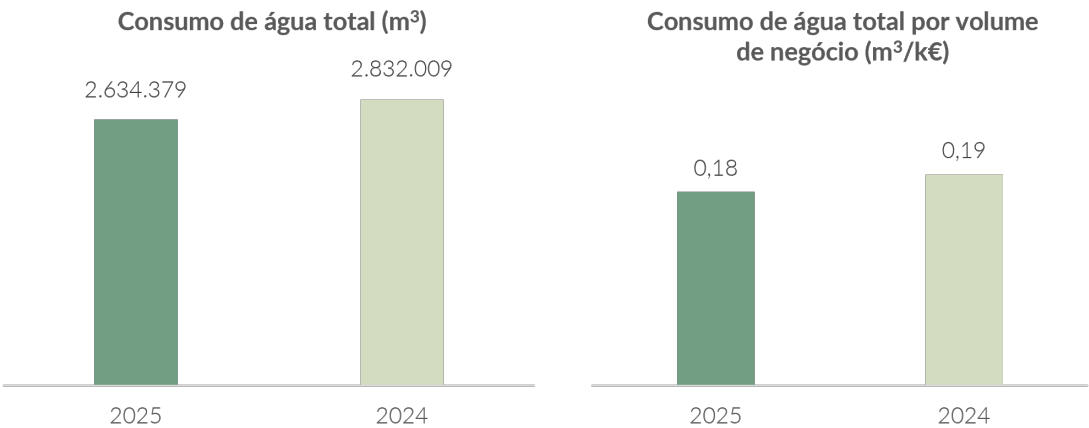
2.4.3. Consumo de água

O Grupo El Corte Inglés mantém o seu compromisso com a utilização mais eficiente e responsável da água através do seu Plano de Gestão Sustentável. Durante este período, o consumo de água foi de 2.634.379 m³ (2.832.009 m³ em 2024), proveniente integralmente da rede pública e sem afetar habitats protegidos.

Para reduzir o impacto ambiental dos efluentes, as nossas instalações estão equipadas com sistemas de tratamento que separam as gorduras, hidrocarbonetos e sólidos antes de serem lançados na rede pública de esgotos. Quando é necessária uma purificação mais completa, são aplicados tratamentos biológicos adicionais.

A eficácia destes sistemas é monitorizada por pessoal qualificado das empresas de abastecimento de água e das autarquias locais, que verificam se os efluentes estão em conformidade com os limites estabelecidos, recolhendo amostras.

Ao longo do ano foram realizadas diversas intervenções para o tratamento e melhoria do sistema de saneamento, incluindo trabalhos de bombagem de águas residuais e a instalação de separadores de gorduras, para além das habituais tarefas de controlo e manutenção.



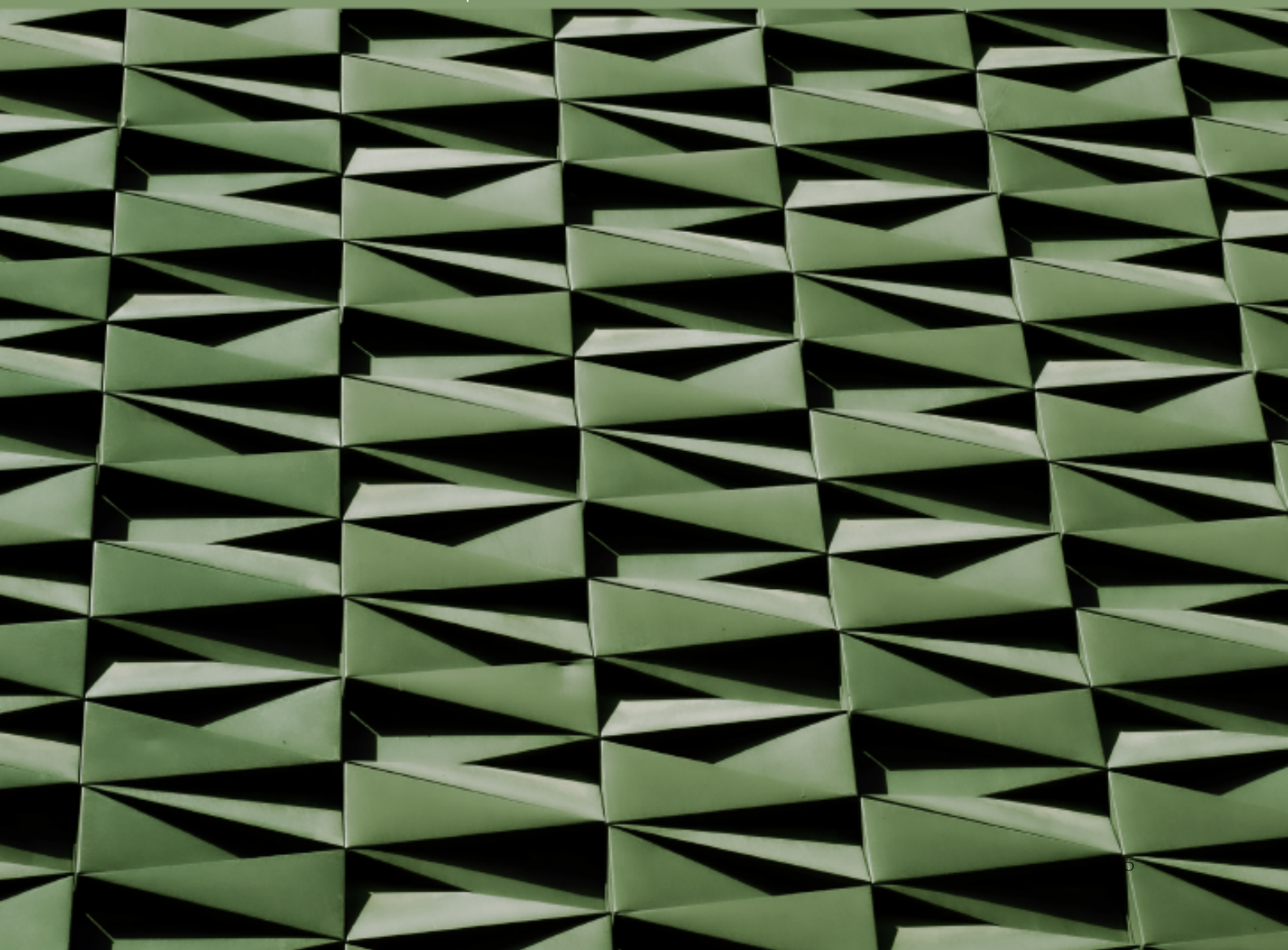
3. INFORMAÇÃO SOCIAL

3.1. Colaboradores

3.2. Trabalhadores da cadeia de valor

3.3. Consumidores e utilizadores finais

3.4. Responsabilidade Social Corporativa e patrocínios



3.1. TRABALHADORES PRÓPRIOS

3.1.1. Políticas relacionadas com os trabalhadores próprios

3.1.2. Diálogo com os trabalhadores próprios

3.1.3. Características do quadro de pessoal

3.1.4. Principais ações relacionadas com os trabalhadores próprios

3.1.4.1. Melhores práticas laborais

3.1.4.2. Diversidade, igualdade e inclusão

3.1.4.3. Desenvolvimento profissional e atração de talento

3.1.4.4. Ambiente de trabalho seguro e estável

3.1. Trabalhadores Próprios (NEIS S1)

[S1 SBM-3 / DP 14 b, c] [S1 SBM-3 / DP 15] [S1 SBM-3 / DP 16] [S1-4 / DP 39] [S1-4 / DP 41] [S1-4 / DP 43]

Os colaboradores são um ativo essencial para a geração de valor e para a manutenção da competitividade e da continuidade do negócio. O Grupo mantém o compromisso de promover condições de trabalho que garantam a saúde e segurança no trabalho, a igualdade de oportunidades, a não discriminação e o respeito pelos direitos laborais. Além disso, incentiva o desenvolvimento profissional e a formação contínua dos seus colaboradores. Em linha com estes princípios, o Grupo promove um ambiente de trabalho inclusivo e resiliente, focado no bem-estar dos colaboradores e na melhoria contínua das suas competências, contribuindo, assim, para a atração, retenção e desenvolvimento de talento.

No âmbito da análise de dupla materialidade, foram identificados quatro impactos positivos, dois impactos negativos, um risco e duas oportunidades associados aos colaboradores do Grupo El Corte Inglés:

IP	Proteção da segurança e saúde dos colaboradores através de serviços de prevenção e serviços médicos próprios que propõem iniciativas para minimizar os riscos laborais e psicossociais.
IP	Proteção dos direitos laborais e das condições de trabalho dos colaboradores através de boas práticas que promovem um trabalho seguro, estável e qualidade.
IP	Contribuição para a promoção das mulheres, resultante de medidas que favorecem a sua presença em cargos de responsabilidade.
IP	Promover um ambiente de trabalho inclusivo para todos os colaboradores, com base no compromisso com a diversidade e a igualdade, com especial destaque para a integração de pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.
IN	Incidentes relacionados com assédio e discriminação entre colaboradores.
IN	Distribuição heterogénea da remuneração entre os colaboradores
R	Dificuldade para atrair e reter talento devido às dinâmicas do mercado de trabalho.
O	Reforçar o posicionamento através da promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, com especial foco na integração de pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.
O	Contar com talento especializado e qualificado para responder às necessidades do negócio e enriquecer a cultura da empresa.

O Grupo El Corte Inglés dispõe de um conjunto de políticas corporativas, procedimentos internos e comités especializados que estruturam a gestão de impactos, riscos e oportunidades relacionados com a sua força de trabalho. Este sistema de governação estabelece os processos através dos quais as ações necessárias e adequadas são identificadas, avaliadas e determinadas em resposta ao potencial de impactos negativos nos seus colaboradores, incluindo medidas de prevenção, deteção e mitigação.

Da mesma forma, o Grupo garante que as suas atividades e práticas não causam nem contribuem para impactos negativos significativos nos seus colaboradores, integrando critérios laborais e sociais na tomada de decisões, na definição das políticas internas e na gestão das práticas operacionais.

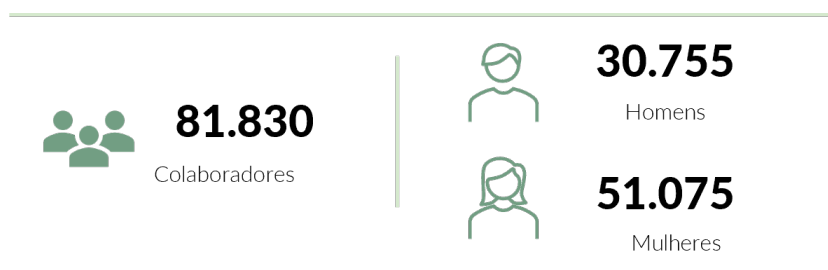
O Grupo desenvolve diversas iniciativas com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos seus colaboradores, reforçar a formação contínua e o desenvolvimento profissional, promover a equidade e a diversidade e assegurar ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Estas ações

contribuem para consolidar um ambiente de trabalho estável e favorável ao crescimento, com efeitos positivos em todos os colaboradores, independentemente da sua área de atividade ou localização geográfica, reforçando o seu bem-estar geral e ampliando as oportunidades de desenvolvimento.

Os incidentes identificados afetam, de um modo geral, todos os colaboradores assalariados do Grupo, sem estarem vinculados a contextos, atividades ou grupos específicos. A maioria são problemas generalizados relacionados com a gestão geral dos profissionais. No entanto, os incidentes que envolvem assédio ou discriminação são isolados e excecionais.

A nossa equipa

[S1 SBM-3 / DP 14] [S1-6 / DP 50 e, f]

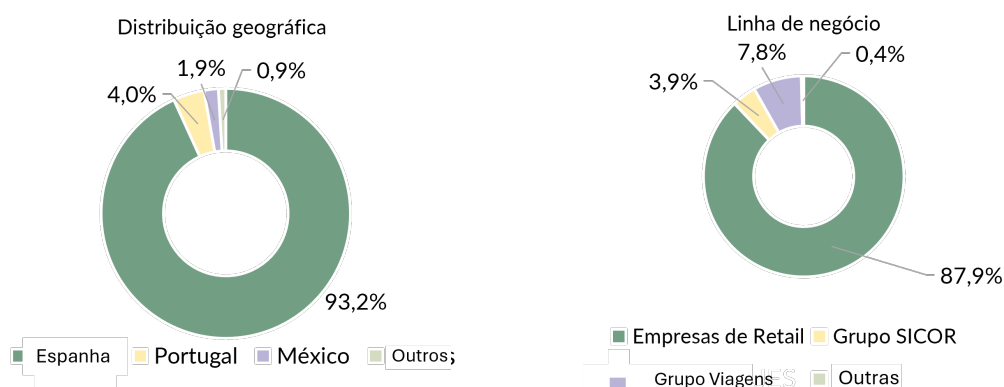


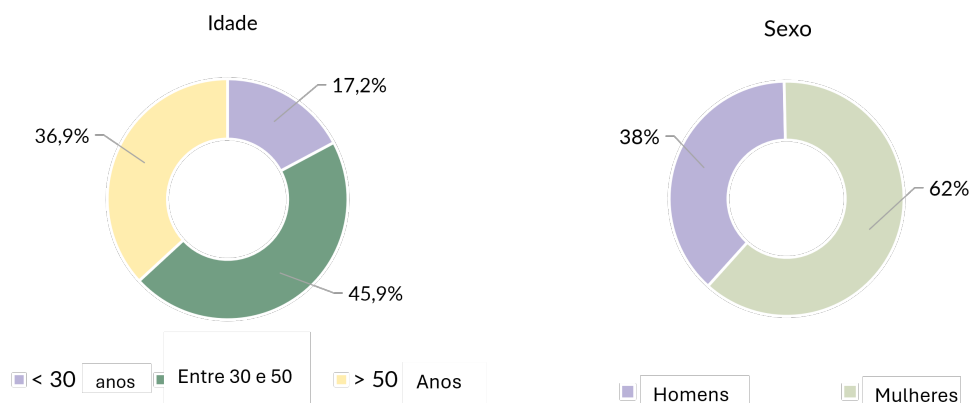
A diversidade da força de trabalho é um elemento essencial para fortalecer os negócios, integrar diferentes perspetivas e consolidar uma cultura baseada no talento.

No final do exercício de 2025, o número de colaboradores do Grupo El Corte Inglés ascendeu a 81.830 (80.791 em 2024), dos quais 51.075 são mulheres e 30.755 são homens.

O aumento de mais de 1.000 contratações em comparação com o ano fiscal de 2024 deve-se principalmente ao reforço do pessoal em determinadas áreas de vendas dos Centros Comerciais El Corte Inglés.

De seguida, apresenta-se a distribuição dos colaboradores de acordo com diferentes critérios de classificação:





Para mais detalhes sobre o número de pessoas empregadas durante o exercício de 2025, consulte a secção "22.3. Despesas com Pessoal" do Relatório Consolidado de 2025.

3.1.1. Políticas relacionadas com os trabalhadores próprios (S1-1)

[S1-1 / DP 19] [S1-1 / DP 20 a, b] [S1-1 / DP 24 a, b, c] [MDR-P / DP 65 a]

A gestão dos nossos colaboradores é uma prioridade dentro do modelo de governação e sustentabilidade do Grupo.

Este compromisso é implementado através de um conjunto de políticas internas que orientam a gestão de pessoas, incluindo a **Política Corporativa de Recursos Humanos, a Política Corporativa de Diversidade, Equidade e Inclusão e a Política Corporativa de Sustentabilidade**. Estas políticas estabelecem os princípios e critérios aplicáveis em relação às condições de trabalho, à igualdade de oportunidades, ao desenvolvimento profissional e ao bem-estar dos colaboradores.

Em consonância com esta estrutura, o Grupo promove um ambiente de trabalho que fomenta a melhoria contínua das condições de trabalho, o desenvolvimento profissional e a promoção da diversidade e da equidade, reforçando o seu compromisso com o bem-estar físico, mental e social dos seus colaboradores. Possui ainda um Código de Ética que proíbe expressamente qualquer forma de trabalho forçado ou infantil.

Política Corporativa de Sustentabilidade

Incorpora os princípios de sustentabilidade estabelecidos no Código de Ética do El Corte Inglés e é aplicada em coerência com as restantes políticas corporativas. Promove o compromisso de respeitar os direitos laborais e de promover um emprego de qualidade, estável e seguro, com condições salariais dignas, medidas que favoreçam a conciliação entre a vida profissional e pessoal e incentiva à formação contínua e ao desenvolvimento profissional. Além disso, reforça a igualdade de oportunidades e a não discriminação, com especial atenção à inclusão de pessoas com deficiência e grupos em risco de exclusão.

Política Corporativa de Recursos Humanos

Define o compromisso de respeitar os direitos humanos, incluindo os direitos laborais, e garantir o seu cumprimento em todas as atividades. Neste contexto, estabelece compromissos em matéria de desenvolvimento profissional, formação contínua e avaliação do desempenho, assim como um modelo de remuneração transparente e competitivo. Além disso, contempla medidas de conciliação e flexibilidade, promove a diversidade, a equidade e a inclusão, garante ambientes de trabalho seguros e saudáveis, e reforça um sistema de relações profissionais baseadas no diálogo social, a liberdade sindical e a negociação coletiva. Para além disso, integra a sustentabilidade e a comunicação interna como elementos chave para promover o compromisso, a participação e o sentido de pertença das pessoas que fazem parte do Grupo.

Política Corporativa de Diversidade, Equidade e Inclusão

Estabelece o compromisso do Grupo com a igualdade de oportunidades e a discriminação de género, etnia, orientação sexual ou qualquer outra característica em todos os âmbitos da sua atividade. Promove processos de seleção, desenvolvimento e remuneração baseados em critérios objetivos e incentiva uma liderança inclusiva que valorize a diversidade como motor de inovação e competitividade. Além disso, promove a qualidade e a estabilidade no trabalho, a integração de pessoas com perfis diversos, assim como medidas de conciliação que favoreçam o bem-estar. Reforça, ainda, um ambiente de trabalho respeitoso e livre de assédio, promove uma comunicação inclusiva, incentiva a colaboração intergeracional, a acessibilidade universal e a luta contra a violência de género.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos seus próprios colaboradores, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

3.1.2. Diálogo com os trabalhadores próprios

O Grupo promove a participação dos seus colaboradores nos processos de tomada de decisão, fomentando o diálogo contínuo e a comunicação fluida através dos diversos canais e espaços de interação disponibilizados para o efeito.

Processos de colaboração com os colaboradores (S1-2)

[S1-2 / DP 27 a, b, c, e]

A El Corte Inglés mantém um diálogo social estruturado com os **Representantes Legais dos Trabalhadores (RLPT)** através de reuniões regulares com as comissões relevantes, bem como através dos Conselhos de Empresa e das Comissões de Saúde e Segurança nos diversos locais de trabalho. Este quadro de diálogo opera em conformidade com a legislação laboral em vigor e as normas internas aplicáveis. As reuniões realizam-se geralmente trimestralmente ou com a frequência necessária, e constituem um canal formal para as dúvidas, propostas e preocupações dos

trabalhadores. Em Portugal, embora não exista uma representação legal dos trabalhadores da mesma forma que em Espanha, a Empresa mantém uma comunicação regular com os sindicatos.

Além disso, o Grupo promove iniciativas que visam compreender as perceções e os níveis de satisfação dos colaboradores, integrando os seus contributos nos processos de melhoria contínua. O Departamento de Gestão de Pessoas e Talento acompanha estas ações com o apoio da Comissão de Gestão de Recursos Humanos, que supervisiona a sua implementação e analisa os resultados do diálogo social.

Neste âmbito, o Grupo realiza periodicamente o **Questionário Anual de Bem-Estar** em Espanha e Portugal. O seu objetivo é avaliar os riscos psicossociais e medir o nível de bem-estar e saúde dos colaboradores. Esta ferramenta identifica também fatores de risco no local de trabalho, como conflitos, queixas, rotatividade e absentismo, e serve como mecanismo de sensibilização para a prevenção de riscos profissionais, promoção da saúde e mitigação de situações negativas ou stressantes. Com base na análise dos resultados, é elaborado um diagnóstico que serve de base para a definição de planos de ação específicos destinados a reforçar a confiança, o compromisso e a qualidade do ambiente de trabalho.



Para mais informações sobre as avaliações de risco psicossocial, consulte a secção “3.1.4.4. Ambiente de trabalho seguro e saudável” do capítulo “3.1. Trabalhadores próprios”.

Mecanismos de comunicação para os trabalhadores próprios (S1-3)

[S1-3 / DP 32 b]

Dispomos de diversos canais e ferramentas que facilitam a comunicação bidirecional entre os colaboradores e a empresa. Estes mecanismos incentivam a participação ativa da equipa e reforçam a coordenação e a ligação entre as diferentes áreas e níveis organizacionais.

NEXO	Intranet do Grupo, atua como principal canal interno de comunicação e o eixo central de informação e recursos para colaboradores, disponível tanto em versão web como app. Durante o exercício foi melhorada a sua estrutura, design e conteúdos multimédia. Além disso, a incorporação da ECIclopedia como armazenamento de conhecimento corporativo proporciona às equipas um acesso unificado e atualizado dos procedimentos, políticas e materiais de apoio.
Fale com ECI	Canal participativo que permite aos colaboradores apresentar sugestões e questões que visam a melhoria contínua.
Conectados	Podcast corporativo para divulgar conteúdos de valor, como histórias de colaboradores, projetos estratégicos, cultura corporativa, inovação ou elementos-chaves do negócio. A sua evolução permite continuar a diversificar os formatos de comunicação para chegar a públicos distintos.
Rede social interna (Viva Engage)	Espaço digital que promove a ligação entre centros e equipas, favorecendo o reconhecimento entre colegas e o fortalecimento do sentimento de comunidade.
VECI News	Canal implementado pelo Grupo Viagens que oferece informação importante sobre o negócio, facilitando que as equipas espalhadas pelo mundo acedam a novidades do setor de maneira ágil e atrativa.

Campanhas internas corporativas e de sensibilização	Durante o exercício, foram promovidas campanhas relacionadas com valores, cultura e compromisso social, destacando-se as seguintes: - Campanha do Cancro da Mama: sensibilização, testemunhos internos e jornadas de saúde em colaboração com a Associação Espanhola contra o Cancro (AECC). - Jornada da Deficiência: espaço para promover a inclusão, dar visibilidade às diferentes deficiências e reforçar o nosso compromisso com uma cultura totalmente acessível. - Iniciativas como o Dia Internacional da Mulher, Dia Internacional para a eliminação da violência contra a mulher e outras datas importantes, nas quais foram utilizados diferentes formatos e mensagens segmentadas de forma a aumentar o alcance e o impacto.
NEXO Eventos	Canal dedicado à promoção de atividades desportivas, culturais e sociais que incentivam a coesão e fortalecem o orgulho de pertença. - Encontros desportivos como a Corrida das Empresas, São Silvestre, Corrida contra o Cancro que promovem hábitos saudáveis, o convívio entre equipas e a participação de vários centros. - Atividades culturais e sociais com o objetivo de enriquecer o conhecimento, a criatividade e o bem-estar emocional dos colaboradores.

Mecanismos de notificação e denuncia

[S1-1 / DP 20 c] [S1-1 / DP 24 d] [S1-3 / DP 32 a, b]

O Grupo El Corte Inglés dispõe de mecanismos internos específicos que permitem aos colaboradores expressar preocupações, denunciar potenciais irregularidades ou trazer à luz do dia situações que possam afetar o seu ambiente de trabalho. Neste sentido, o Canal de Ética é o principal canal para a receção de todas as comunicações, garantindo a sua confidencialidade e o tratamento adequado.

As comunicações recebidas através do Canal de Ética relacionadas com possíveis situações de assédio (no local de trabalho, sexual ou baseado no género) são encaminhadas para a Comissão de Investigação para o Tratamento de Situações de Assédio (CITSA).

CANAL ÉTICO

O Canal Ético oferece aos colaboradores e a outros grupos de interesse a possibilidade de comunicar, de forma confidencial, qualquer atuação que viole a legislação aplicável ou os princípios e valores estabelecidos internamente.

CITSA

A CITSA é o órgão responsável pela gestão das comunicações referentes a possíveis situações de assédios laboral, sexual e por violência de género apresentadas pelos colaboradores.



Para mais informações sobre o Canal de Ética e o CITSA, consulte a secção “4.1.2. Canal de Ética” do capítulo “4.1. Conduta empresarial” e a secção “Prevenção de assédio” do capítulo “3.1. Funcionários próprios”, respetivamente.

3.1.3. Características do quadro de pessoal (S1-6)

[S1 SBM-3 / DP 14 a] [S1-6 / DP 50 d (i) (ii)]

As características da força de trabalho do Grupo são analisadas através de diversas segmentações que permitem compreender a sua estrutura e composição. Esta análise proporciona uma visão abrangente do perfil dos indivíduos que têm um vínculo laboral direto com a Empresa (colaboradores assalariados) e a sua distribuição segundo diferentes critérios relevantes para a gestão de recursos humanos e a monitorização de indicadores sociais-chave.³⁵

Os diversos grupos profissionais que constituem a força de trabalho do Grupo desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da sua atividade, assumindo responsabilidades e funções específicas que contribuem para o cumprimento dos objetivos estratégicos, operacionais e de sustentabilidade da Organização.

A estrutura profissional da força de trabalho reflete a diversidade de perfis, níveis de competências e áreas de responsabilidade dentro do Grupo, permitindo uma organização eficaz do trabalho, gestão de talentos e desenvolvimento profissional dos colaboradores. As principais funções desempenhadas pelos diversos grupos profissionais incluem:

- **DIRETORES (8,5%)**
Responsáveis pela tomada de decisões estratégicas e da supervisão das equipas. Dirigem e coordenam áreas-chave, assegurando o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Grupo.
- **COORDENADORES (3,9%)**
Gerem a comunicação entre a Direção e as equipas operacionais com o objetivo de garantir a realização das tarefas, a otimização dos recursos e a correta execução dos planos definidos.
- **TÉCNICOS (8,0%)**
Especialistas em áreas específicas que contribuem com os seus conhecimentos na execução de projetos.
- **PROFISSIONAIS (59,8%)**
Desempenham funções mais operacionais em várias áreas do Grupo, colocando em prática as suas habilidades e conhecimentos nas atividades desenvolvidas diariamente.
- **PESSOAL BASE (19,8%)**
Executam as tarefas necessárias ao funcionamento operacional diário das atividades do Grupo.

A metodologia utilizada para compilar os dados sobre os colaboradores baseia-se na contagem individual e reflete a força de trabalho no final do ano. O Grupo não emprega trabalhadores com contratos sem definição prévia de horas de trabalho. São também incluídas tabelas com dados médios para permitir uma análise mais abrangente e uma melhor compreensão das tendências anuais da força de trabalho.

[S1-6 / DP 50 a, b (i) (ii), c]

Distribuição do pessoal por género ³⁶	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Homens	30.755	30.591	31.035
Mulheres	51.075	50.200	50.679
TOTAL	81.830	80.791	81.714

³⁵O Grupo El Corte Inglés não tem colaboradores não assalariados.

³⁶Não é possível informar o número de colaboradores que se identificaram com o género "Outro" ou "Não Informado", uma vez que esta categoria não está disponível na ferramenta informática.

Distribuição do pessoal por país	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Espanha	76.232	75.124	76.073
Portugal	3.295	3.363	3.397
México	1.526	1.499	1.441
China	161	157	159
Bangladesh	73	69	70
Pimenta	154	162	147
Índia	50	51	50
Colômbia	121	129	121
Grécia	0	0	27
Vietnã	26	26	25
Marrocos	15	18	20
Turquia	13	15	18
Peru	39	43	43
Hong Kong	11	11	12
Panamá	12	13	12
EUA	5	6	6
Equador	13	15	15
França	0	1	3
Itália	17	19	17
Uruguai	13	15	16
Emirados Árabes Unidos	54	54	41
Alemanha	0	1	1
TOTAL	81.830	80.791	81.714

Por faixa etária	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
< 30 anos	14.081	12.110	11.364
Entre 30 e 50	37.593	39.518	41.671
> 50 anos	30.156	29.163	28.679
Total	81.830	80.791	81.714

Distribuição da força de trabalho por tipo de contrato e género

	Ex: 2025			Ex: 2024			Ex: 2023		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Contrato permanente	30.024	49.767	79.791	29.655	48.665	78.320	30.231	49.255	79.486
Contrato temporário	731	1.308	2.039	936	1.535	2.471	804	1.424	2.228
TOTAL	30.755	51.075	81.830	30.591	50.200	80.791	31.035	50.679	81.714

Distribuição do pessoal por tipo de contrato e faixa etária.		Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Contrato permanente	Menos de 30 anos	12.920	10.888	10.280
	Dos 30 aos 50 anos de idade	36.840	38.434	40.661
	Mais de 50 anos	30.031	28.998	28.545
	Subtotal	79.791	78.320	79.486
Contrato temporário	Menos de 30 anos	1.161	1.222	1.084
	Dos 30 aos 50 anos de idade	753	1.084	1.010
	Mais de 50 anos	125	165	134
	Subtotal	2.039	2.471	2.228
TOTAL		81.830	80.791	81.714

Distribuição da força de trabalho por tipo de contrato e grupo profissional		Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Contrato permanente	Comandos	6.986	7.095	7.259
	Coordenadores	3.181	2.715	2.753
	Técnicos	6.308	6.412	6.024
	Profissionais	48.646	49.185	50.969
	Pessoal básico	14.670	12.913	12.481
	Subtotal	79.791	78.320	79.486
Contrato temporário	Comandos	7	12	10
	Coordenadores	8	9	19
	Técnicos	216	249	345
	Profissionais	278	297	358
	Pessoal básico	1.530	1.904	1.496
	Subtotal	2.039	2.471	2.228
TOTAL		81.830	80.791	81.714

Número médio anual de contratos por tipo de contrato, horas de trabalho e género.

		Ex: 2025			Ex: 2024			Ex: 2023		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Contrato permanente	Tempo total	25.280	30.932	56.212	25.625	30.569	56.194	25.927	30.141	56.068
	Tempo parcial	4.202	17.873	22.075	4.129	18.039	22.168	4.069	18.750	22.819
	Subtotal	29.482	48.805	78.287	29.754	48.608	78.362	29.996	48.891	78.887
Contrato temporário	Tempo total	912	1.376	2.288	981	1.396	2.377	875	1.377	2.252
	Tempo parcial	449	835	1.284	426	817	1.243	452	901	1.353
	Subtotal	1.361	2.211	3.572	1.407	2.213	3.620	1.327	2.278	3.605
TOTAL		30.843	51.016	81.859	31.161	50.821	81.982	31.323	51.169	82.492

Número médio anual de contratos por tipo de contrato, horário de trabalho e faixa etária.		Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023	
Contrato permanente	Tempo total	Menos de 30 anos	6.312	6.070	5.565
		Dos 30 aos 50 anos de idade	27.401	28.484	29.428
		Mais de 50 anos	22.499	21.640	21.074
		Subtotal	56.212	56.194	56.067
	Tempo parcial	Menos de 30 anos	5.457	4.723	4.300
		Dos 30 aos 50 anos de idade	10.490	11.262	12.282
		Mais de 50 anos	6.128	6.183	6.237
		Subtotal	22.075	22.168	22.819
Contrato temporário	Tempo total	Menos de 30 anos	1.211	1.193	1.173
		Dos 30 aos 50 anos de idade	927	1.036	950
		Mais de 50 anos	150	148	129
		Subtotal	2.288	2.377	2.252
	Tempo parcial	Menos de 30 anos	1.038	937	976
		Dos 30 aos 50 anos de idade	217	272	337
		Mais de 50 anos	28	34	41
		Subtotal	1.284	1.243	1.354
TOTAL		81.859	81.982	82.492	

Número médio anual de contratos por tipo de contrato, horas de trabalho e grupo profissional.		Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023	
Contrato permanente	Tempo total	Comandos	6.500	6.594	6.705
		Coordenadores	2.709	2.430	2.550
		Técnicos	5.441	5.312	4.743
		Profissionais	34.326	34.449	35.561
		Pessoal básico	7.236	7.409	6.508
		Subtotal	56.212	56.194	56.067
	Tempo parcial	Comandos	549	611	579
		Coordenadores	284	294	306
		Técnicos	838	879	934
		Profissionais	14.579	15.092	16.320
		Pessoal básico	5.825	5.292	4.680
		Subtotal	22.075	22.168	22.819
Contrato temporário	Tempo total	Comandos	11	11	9
		Coordenadores	12	14	14
		Técnicos	234	322	302
		Profissionais	265	301	345
		Pessoal básico	1.766	1.729	1.582
		Subtotal	2.288	2.377	2.252
	Tempo parcial	Comandos	55	0	0
		Coordenadores	1.175	0	0
		Técnicos	0	0	2
		Profissionais	6	51	78
		Pessoal básico	48	1.192	1.274
		Subtotal	1.284	1.243	1.354
TOTAL		81.859	81.982	82.492	

Número de despedimentos por sexo	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Homem	499	703	607
Mulheres	491	1.054	858
TOTAL	990	1.757	1.465

Número de despedimentos por faixa etária	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Menos de 30 anos	215	225	165
Dos 30 aos 50 anos de idade	509	767	711
Mais de 50 anos	266	765	589
TOTAL	990	1.757	1.465

Número de despedimentos por categoria profissional	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Comandos	102	158	145
Coordenadores	40	55	55
Técnicos	146	98	95
Profissionais	479	1.160	959
Pessoal básico	223	286	211
TOTAL	990	1.757	1.465

Em relação à taxa de rotatividade, foram registadas 26.295 saídas (24.897 em 2014), representando 32,1% da força de trabalho (30,8% em 2014). Esta taxa inclui tanto as saídas voluntárias como as involuntárias (término do contrato, licenças, aposentações, óbitos, invalidez e despedimentos).

3.1.4. Principais ações relacionadas com os trabalhadores próprios (S1-4) (S1-5)

3.1.4.1. Melhores práticas laborais

O Grupo El Corte Inglés acredita que a implementação de boas práticas de trabalho é essencial para fortalecer a satisfação, o compromisso e a produtividade dos colaboradores. Neste contexto, a **Política Corporativa de Recursos Humanos** inclui uma série de compromissos fundamentais, tais como:

- A promoção da participação, do diálogo e da comunicação interna entre as equipas e os representantes legais dos trabalhadores. Para tal, dispõe de canais eficazes, apoiados pela negociação colectiva e pelo diálogo social, e promove uma comunicação aberta para satisfazer adequadamente as necessidades tanto dos colaboradores como da organização.
- Promover o equilíbrio e a harmonia entre a vida profissional e a vida pessoal através de medidas como horários de início e de fim de trabalho flexíveis e outros benefícios sociais.

- O estabelecimento de um sistema de remuneração justo, competitivo e transparente que valorize o desempenho, o contributo e o potencial de cada pessoa, adaptado às diferentes linhas de negócio e complementado com ajudas destinadas a melhorar o bem-estar da equipa.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos seus próprios colaboradores, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

Diálogo social e negociação colectiva (S1-8)

[S1-4 / DP 38 c] [S1-4 / DP 40 a] [S1-8 / DP 63 b] [MDR-A / DP 68 a, b, c, e]

A nossa gestão das relações laborais baseia-se no diálogo social. Assim se garante o respeito pela representação sindical, a liberdade de associação e o pleno exercício do direito à negociação colectiva.

Com o objetivo de proteger os interesses dos seus colaboradores, o Grupo dispõe de diversos organismos representativos e participativos, incluindo o Conselho de Trabalhadores Conjunto, os Conselhos de Trabalhadores e os representantes dos colaboradores. Estes órgãos servem como canais de comunicação entre a Empresa e os seus colaboradores. Realizam reuniões regulares que facilitam a troca de informações e a adoção de decisões consensuais sobre questões laborais.

As alterações organizacionais que possam afetar as condições de trabalho processam-se de acordo com a legislação em vigor, através de negociações com os representantes legais dos trabalhadores e de comissões de acompanhamento responsáveis pela fiscalização do cumprimento dos acordos celebrados. Da mesma forma, o Grupo respeita os prazos mínimos de pré-aviso estabelecidos para qualquer alteração operacional significativa que possa afetar os colaboradores ou os seus representantes.

Neste contexto, no final do exercício de 2024, conforme indicado no Relatório Anual de 2024, a Viajes El Corte Inglés anunciou um plano de reestruturação para a sua equipa de serviços centrais com o objetivo de reforçar a rede de vendas e melhorar o serviço ao cliente. Esta iniciativa, baseada no princípio da manutenção do emprego, incluiu um programa específico para os trabalhadores com mais de 59 anos e foi implementada ao longo do exercício de 2025. Para este grupo, foi estabelecido um plano de despedimento voluntário, no qual participaram 158 trabalhadores.

No âmbito do setor e do diálogo social, o El Corte Inglés e a ECICS participaram no acordo assinado em fevereiro de 2025 no âmbito da Associação Nacional de Grandes Empresas de Retalho (Anged). Este acordo estabeleceu diversas medidas para assegurar a correta implementação do Real Decreto 1026/2024, de 8 de outubro, que desenvolve a Lei 4/2023, de 28 de fevereiro, relativa à igualdade real e efetiva das pessoas transgénero e à garantia dos direitos da comunidade LGBTI, bem como à sua não discriminação em matérias como as abrangidas pelos planos de igualdade. O acordo assinado estabelece um quadro comum para o combate ao assédio e à violência contra pessoas LGBTI. Aborda questões como o acesso ao emprego, a progressão na carreira, a formação, o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e a sensibilização. Estas medidas alargam o quadro de proteção e garantem a igualdade de oportunidades.

Para monitorizar o cumprimento destes compromissos, foi constituído um comité de trabalho, composto por representantes da empresa e da parte social.

Além disso, a 18 de dezembro de 2025, a empresa informou o Comité Intercentros do El Corte Inglés sobre um conjunto de iniciativas a implementar, derivadas dos resultados obtidos na Avaliação de Risco Psicossocial realizada em todos os centros comerciais.

[S1-8 / DP 60 a, b, c] [S1-4 / DP 63 a] [S1-8 / AR 70] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

Na área da negociação coletiva, em julho de 2025, foi registada e publicada a alteração ao Quinto Acordo Coletivo de Trabalho da Supercor, S.A., aprovando a aplicação do acordo setorial das lojas de departamento (Anged) a esta empresa. Posteriormente, em outubro de 2025, foi registada e publicada a Convenção Coletiva Nacional do Setor das Agências de Viagens, com efeitos a partir de 2025. Em Portugal, embora não exista representação legal dos trabalhadores, realizam-se reuniões regulares com os sindicatos.

A nível do Grupo, 98,7% da força de trabalho (98,8% em 2024) está abrangida por algum acordo coletivo, enquanto no caso dos trabalhadores em Espanha e Portugal, a percentagem atinge os 100%.

Nos locais onde o Grupo opera e onde não existe um quadro legal ou sectorial para a negociação colectiva, como Xangai, Hong Kong, Vietname, Marrocos, Bangladesh, Índia, Turquia, Nova Iorque, Colômbia, Chile, Itália ou Dubai, não se aplicam os acordos colectivos que regem as condições dos trabalhadores assalariados. Nestes casos, a Empresa garante o respeito pelos direitos laborais fundamentais através da implementação de acordos e políticas internas que reforçam estas garantias e melhoram as condições de trabalho através de medidas complementares, assegurando sempre o cumprimento da legislação laboral local e das normas internacionais aplicáveis.

De seguida, são apresentadas as percentagens de cobertura relativas à negociação coletiva e à representação no local de trabalho:

Taxa de cobertura da negociação coletiva e do diálogo social	Ex: 2025		
	Colaboradores do Espaço Económico Europeu (EEE)	Colaboradores - Não pertencentes ao Espaço Económico Europeu (EEE)	Representação no local de trabalho (apenas para o Espaço Económico Europeu)
0-19%	-	Outros países onde o Grupo está presente (Ver quadro: Distribuição do pessoal por geografia)	-
20-39%	-	-	-
40-59%	-	-	-
60-79%	-	-	-
80-100%	Espanha e Portugal	México	España

Em 2024, foram alcançadas as mesmas percentagens de cobertura da negociação colectiva, com excepção da França, que se situou na faixa dos 80-100%. No entanto, este país não foi incluído neste exercício, uma vez que nenhum funcionário foi contratado em França em 2025.

Remuneração dos colaboradores e igualdade salarial (S1-10) (S1-16)

[S1-3 / DP 32 a, c] [S1-4 / DP 40 a] [S1-10 / DP 69] [MDR-A / 68 a, b]

O Grupo El Corte Inglés promove uma **política de remuneração** que visa proporcionar uma remuneração justa e competitiva a todos os seus colaboradores, com base em critérios de equidade e transparência. Neste contexto, mantém um firme compromisso com a igualdade e promove iniciativas que visam reduzir potenciais disparidades salariais e fomentar uma distribuição mais equilibrada da remuneração. Desta forma, garante que cada profissional recebe uma remuneração compatível com as suas responsabilidades e função, sem qualquer discriminação com base no género ou noutras circunstâncias.

Para cumprir este compromisso, a Organização dispõe de um modelo de remuneração abrangente que integra a remuneração fixa, variável e em espécie. A remuneração fixa é estabelecida de acordo

com os acordos coletivos de trabalho aplicáveis, enquanto a remuneração variável é determinada com base em critérios objetivos ligados ao desempenho individual, aos resultados da equipa e ao grau de alcance dos objetivos corporativos.

Em todos os casos, é observada a conformidade com as normas laborais em vigor em cada país, os acordos coletivos aplicáveis e as normas internacionais do trabalho, incluindo o salário mínimo estabelecido em cada país onde o Grupo opera.

Geralmente, a remuneração é distribuída por 14 pagamentos anuais, tendo em conta as particularidades de cada empresa.

Em Espanha, os colaboradores beneficiam do **Plano +**, um modelo de remuneração flexível que permite alocar uma parte do salário bruto a benefícios em espécie, como vales de refeição, cartões de transporte, vales de creche ou seguro de saúde privado. Esta iniciativa permite que os colaboradores personalizem os benefícios de acordo com as suas necessidades individuais e oferece vantagens fiscais.

O sistema de remuneração é configurado de acordo com as particularidades de cada ramo de atividade, adaptando-se às necessidades específicas de cada setor, tais como:

- No **El Corte Inglés**, a remuneração é determinada pelo contrato coletivo de trabalho aplicável, com um salário base definido de acordo com o grupo profissional, acrescido de vários adicionais, como antiguidade, desempenho e horas extraordinárias voluntárias, entre outros. Os cargos de gestão dispõem de um sistema de bónus ligado ao alcance de objetivos quantitativos e qualitativos, enquanto a equipa de vendas dispõe de um sistema de incentivos específico. Este modelo, alinhado com as melhores práticas de mercado, assenta em três princípios: transparência, competitividade e meritocracia.
- **Grupo El Corte Inglés Travel**: a estrutura salarial inclui um salário base, pagamentos extra e complementos ligados a determinadas funções, incluindo um bónus de rescisão para os colaboradores próximos da reforma.
- **Empresas SICOR**: as condições salariais são regidas pelos acordos coletivos correspondentes a cada uma das suas linhas de negócio.
- **Supercor**: a política salarial está definida no seu Plano de Ação 2022-2025.
- **El Corte Inglés-Grandes Armazens** (Portugal): O sistema de remuneração combina componentes fixas e variáveis, incluindo incentivos de vendas e bónus por trabalho em feriados ou turnos noturnos. Desde 2023 que o plano de incentivos está alinhado com o modelo em vigor em Espanha.
- **Âmbito internacional**: Fora de Espanha e Portugal, o sistema de remuneração adapta-se às normas e práticas de cada país. Em países como a Turquia e Marrocos são efetuados 12 pagamentos anuais. No entanto, noutros territórios onde o Grupo também opera, como Hong Kong, Índia, China e Vietname, são efetuados um total de 13 pagamentos por ano. De um modo geral, os modelos de remuneração incluem revisões salariais periódicas com base em matrizes de avaliação de desempenho e critérios internos de equidade, bem como regimes de remuneração variável e incentivos de curto e médio prazo.

A remuneração média dos colaboradores (em euros), discriminada por sexo, idade e grupo profissional, está discriminada nos quadros seguintes:

Remuneração média bruta									
	Ex: 2025			Ex: 2024			Ex: 2023		
	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média
Remuneração média bruta por sexo ³⁷	27.989	23.602	25.307	27.989	23.384	25.184	27.166	22.337	24.215

³⁷Os dados apresentados nos quadros referentes ao exercício de 2025 abrangem todas as empresas do Grupo em Espanha, Portugal e México. Para os dados de desempenho de 2024 e 2023, os dados correspondem a Espanha e Portugal.

Remuneração média bruta por grupo profissional e sexo

	Ex: 2025			Ex: 2024			Ex: 2023		
	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média
Comandos	61.883	49.663	57.641	61.238	48.287	56.948	59.710	46.355	55.456
Coordenadores	32.240	28.449	30.486	32.835	29.504	31.335	31.721	28.669	30.326
Técnicos	42.137	34.050	36.809	43.096	34.778	37.704	38.989	32.770	34.933
Profissionais	24.996	23.766	24.191	24.325	23.282	23.641	23.586	22.250	22.707
Pessoal básico	17.997	18.197	18.118	17.491	17.737	17.639	16.666	16.835	16.768

Remuneração média bruta por faixa etária e sexo

	Ex: 2025			Ex: 2024			Ex: 2023		
	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média
Menos de 30 anos	18.472	18.551	18.518	18.161	18.231	18.201	17.255	17.325	17.295
Dos 30 aos 50 anos de idade	27.159	23.985	25.156	26.874	23.626	24.817	25.871	22.541	23.741
Mais de 50 anos	38.587	27.663	31.921	38.355	27.256	31.664	37.835	26.119	30.818

[S1-3 / DP 32 a] [S1-4 / DP 38 a, b, d] [S1-4 / DP 41] [S1-16 / DP 97 a, b] [MDR-A / DP 68 a, b, c, d]

A **igualdade salarial é um objetivo prioritário** nos planos de igualdade do Grupo. Para garantir o cumprimento, o Comité de Acompanhamento do Plano de Igualdade (CSPI) realiza uma análise anual da diferença salarial entre homens e mulheres, discriminada por género, grupo profissional e cargos de igual valor. Este estudo identifica quaisquer diferenças injustificadas e, quando apropriado, permite a implementação de medidas corretivas, tais como ajustamentos salariais ou melhorias nos processos de promoção e desenvolvimento profissional. A mesma abordagem e política são aplicadas em Portugal tal como em Espanha.

De seguida, apresentamos a diferença salarial entre homens e mulheres no Grupo nos principais mercados em que operamos:

diferença salarial³⁸	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
País	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Espanha	1,81%	3,18%	4,07%
Portugal ³⁹	2,53%	(0,34)%	(0,19)%
México	0	n.d.	n.d.
Global	1,71%	3,05%	4,07%

A redução da diferença salarial global mediana em 1,34% face a 2024 reflete o compromisso do Grupo El Corte Inglés com a igualdade salarial efetiva entre todos os seus colaboradores, independentemente do género.

³⁸[S1-16 / DP 97 c] A diferença salarial do Grupo foi obtida através do método de cálculo da mediana não ponderada nos níveis de remuneração horária recebidos por homens e mulheres.

³⁹A diferença salarial entre homens e mulheres em Portugal para os anos de 2024 e 2023 foi recalculada, de forma a que o seu cálculo esteja de acordo com os mesmos critérios de 2025.

Esta evolução positiva justifica-se em grande parte pelos resultados das medidas estruturais adoptadas nas áreas da selecção, promoção e política salarial, entre outras, que contribuíram para o equilíbrio da composição de género a todos os níveis da organização.

Por outro lado, o rácio de remuneração total em 2025 foi de 83,96 (133,45 em 2024).⁴⁰

Equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal (S1-15)

[S1-4 / DP 38 c, d] [S1-4 / DP 40 a, b] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

O equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal faz parte do compromisso do Grupo com o **bem-estar, a saúde e o desenvolvimento integral dos seus colaboradores**. Para tal, promove modelos de organização do trabalho que fomentam um equilíbrio saudável e sustentável entre a atividade profissional e a vida pessoal.

Neste contexto, a jornada de trabalho é organizada de acordo com as características de cada atividade e tendo em conta as circunstâncias específicas dos diferentes países em que o Grupo opera. A este respeito, e no âmbito das convenções coletivas de trabalho aplicáveis, são incorporadas melhorias que alargam e reforçam os direitos laborais dos colaboradores.

As principais medidas de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional incluem horários de trabalho flexíveis, a implementação de modelos de trabalho híbridos (que combinam o trabalho presencial e remoto) e o teletrabalho, bem como ajustes no horário de trabalho em determinados períodos do ano ou em resposta a circunstâncias pessoais e familiares específicas. Estas iniciativas contribuem para a criação de um ambiente de trabalho mais equilibrado, inclusivo e orientado para os resultados.

Da mesma forma, o Grupo continua a progredir na implementação de medidas de desconexão digital que promovem o respeito pelos períodos de descanso.

Em todos os territórios onde opera, a Organização garante o cumprimento das normas laborais em vigor relativas a férias, licenças e baixas. Além disso, em locais como o México, Xangai, Hong Kong, Marrocos, Colômbia e Chile, aplica condições mais favoráveis do que as legalmente exigidas, especialmente no que diz respeito a férias anuais, dias de folga e licenças relacionadas com a maternidade, paternidade, cuidados familiares e outras circunstâncias pessoais.

De seguida, detalhamos as principais medidas relativas à flexibilidade, ao teletrabalho e à desconexão digital, bem como o seu âmbito de aplicação no âmbito do Grupo:

Medidas de flexibilidade e teletrabalho	Âmbito de aplicação
Horários de início e de fim flexíveis, adaptáveis às necessidades de cada departamento e empresa.	Empresas do grupo em Espanha.
Modelo de trabalho flexível, com tardes de sexta-feira livres e possibilidade de trabalhar um ou dois dias por semana (e-commerce e Tecnologia) remotamente.	Serviços Centrais do El Corte Inglés.
Trabalho remoto implementado para os colaboradores dos departamentos de Atendimento ao Cliente, Vendas por Telefone e Gestão de Clientes.	Atendimento ao cliente, vendas por telefone e gestão de clientes no El Corte Inglés.

⁴⁰Índice de remuneração total: O rácio entre a remuneração do trabalhador mais bem pago e a mediana da remuneração total anual de todos os trabalhadores (excluindo o trabalhador mais bem pago). O rácio apresentado para os exercícios de 2025 e 2024 abrange todas as empresas do Grupo em Espanha, Portugal e México. Para efeitos de cálculo deste rácio e para manter a comparabilidade anual da informação, o incentivo de longo prazo (ILP) recebido no exercício de 2025 não foi incluído. Embora este ILP seja pago neste exercício, está ligado ao cumprimento de objetivos para o período de 2021-2024, durante o qual não foram recebidos quaisquer montantes referentes a este conceito. Por este motivo, foi excluído do cálculo. Consulte os detalhes na nota "23.2. Remuneração do Conselho de Administração e da Alta Direção" do Relatório Anual Consolidado de 2025.

Medidas de flexibilidade e teletrabalho	Âmbito de aplicação
Programa FLEXI 2.0: horário de trabalho flexível, folga no dia do seu aniversário, medidas de apoio à licença de maternidade ou paternidade.	El Corte Inglés-Grandes Armazéns.
Campanhas de sensibilização, inseridas no Plano de Igualdade do El Corte Inglés – Grandes Armazéns.	
Trabalho remoto parcial (60% remoto, 40% presencial), em determinadas empresas e áreas.	Viajes El Corte Inglés (Centro de Vendas Telefónicas/ Contact Center, Business Travel e divisão MICE) e El Corte Inglés-Grandes Armazéns.
Trabalho totalmente remoto, 100% remoto em determinadas áreas.	Algumas divisões da Viajes El Corte Inglés.
Programação intensiva de verão, aplicável nos meses de julho e agosto para determinados equipamentos.	El Corte Inglés Viagens e SICOR.
Horário máximo de partida, definido por cada departamento para melhorar a desconexão.	
Limitação das comunicações fora do horário de trabalho, com restrições ao envio de e-mails e à realização de chamadas telefónicas, salvo em circunstâncias excecionais.	Empresas SICOR.
Otimizar o tempo de trabalho evitando reuniões ou formações fora do horário de expediente.	
Medidas para promover a desconexão digital nas subsidiárias internacionais.	Empresas do grupo no estrangeiro.
Horário internacional flexível, com ajustes nos horários de entrada e saída consoante o país.	Portugal, Hong Kong, Índia, Marrocos, Xangai, Turquia, Vietname, Bangladesh e Nova Iorque.
Um dia por semana de teletrabalho.	Xangai, Hong Kong, Vietname, México, Colômbia e Chile.
Teletrabalho em casos de tarefas administrativas específicas ou para colaboradores que residam fora da cidade devido a necessidades operacionais.	Marrocos.
Teletrabalho em situações especiais de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal, ao contrário dos regimes semanais.	Vietname.

[S1-4 / DP 38 c] [S1-15 / DP 93 a, b] [S1-15 / DP 94] [MDR-A / DP 68 a, b, c] [MDR-M / DP 75]

O Grupo reconhece a licença familiar como um direito universal dos seus colaboradores, pelo que 100% dos colaboradores podem solicitá-la de acordo com os regulamentos internos e o Estatuto dos Trabalhadores.

Ao longo de 2025, 1.036 mulheres (766 em 2024) tiveram a opção de exercer este direito, das quais 98,8% o exerceram (96,2% em 2024). Entre os homens, 722 (627 em 2024) tinham o mesmo direito, que foi exercido por 97,6% (96,5% em 2024). O Grupo avalia as taxas de regresso ao trabalho e de retenção para analisar a eficácia das medidas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal implementadas.

Entre as várias medidas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal oferecidas para ajudar os colaboradores a conciliar a atividade profissional com as responsabilidades relacionadas com o cuidado dos filhos e familiares dependentes, contam-se:

- **Garantia de desenvolvimento profissional**, para que as pessoas que usufruem de medidas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal não vejam as suas oportunidades de promoção ou crescimento limitadas.
- **Promover a utilização da tecnologia para otimizar o tempo de trabalho**, incentivando o trabalho remoto e reduzindo o tempo de deslocação.
- **Facilitação da mobilidade geográfica** e das mudanças de local de trabalho em situações relacionadas com o cuidado de familiares dependentes.

- **Prioridade nas mudanças de turno** para as pessoas que se encontram em processos de reprodução assistida.
- **Promoção de horários de trabalho contínuos**, com preferência por horários de trabalho repartidos sempre que possível.
- **Possibilidade de adaptar o dia de trabalho**, com preferência por horários flexíveis em vez de horários reduzidos.
- **Acesso à formação durante os períodos de licença**, através da participação em programas de formação em licença motivada por razões familiares.

Benefícios para os colaboradores

[S1-4 / DP 38 c] [MDR-A / DP 68 a, b, c, e]

O Grupo El Corte Inglés oferece aos seus colaboradores um leque de benefícios e ajudas sociais, aos quais todos podem ter acesso em igualdade de circunstâncias, independentemente do tipo de contrato.

Os colaboradores podem ter direito aos seguintes benefícios, principalmente em Espanha:

- **Ajuda financeira para colaboradores com filhos com deficiência** (os colaboradores em Portugal também são elegíveis).
- **Bolsas de estudo para filhos de colaboradores**, geridas pelo Comité de Avaliação da Fundação Ramón Areces, que abrangem o ensino secundário, a formação profissional, o ensino superior e a pós-graduação.
- **Descontos em programas de estudo universitário** ministrados pela Universidade Corporativa CEURA.

A nível internacional, o Grupo adapta os seus benefícios sociais às particularidades de cada país, com o objetivo de oferecer aos colaboradores que exercem a sua atividade fora de Espanha vantagens semelhantes, incluindo seguro de saúde privado, seguro de vida ou apoio à formação, entre outros.

Em Espanha e Portugal, os colaboradores têm acesso a serviços de saúde focados no acompanhamento e promoção da saúde. Além disso, os colaboradores abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho das Lojas de Departamento têm seguro de vida e cobertura de invalidez total e permanente e invalidez grave. Os colaboradores da Viajes El Corte Inglés (El Corte Inglés Travel) beneficiam também de um seguro de vida.

De acordo com este quadro geral, as subsidiárias e os escritórios internacionais complementam estas medidas adaptando os benefícios à legislação e às práticas laborais locais, incluindo:

- **Seguro de saúde e assistência médica** em Nova Iorque, Xangai, Hong Kong, Vietname, Marrocos, Índia, Turquia, México e Bangladesh (neste último caso, a cobertura estende-se também ao cônjuge e aos filhos).
- **Seguro de vida** em Marrocos, Bangladesh e Vietname, bem como seguro adicional contra acidentes em Marrocos e na Índia.
- **Programas de formação e desenvolvimento profissional**, promovendo a aprendizagem contínua.
- **Regimes suplementares de segurança social**, quando estabelecidos por regulamentos locais, como o Fundo de Segurança Social Obrigatória (MPF) em Hong Kong, com contribuições até 5% do salário por parte da empresa e do trabalhador, com um limite de 1.500 HK\$ por mês para cada um.

3.1.4.2. Diversidade, igualdade e inclusão

No Grupo El Corte Inglés, a igualdade de oportunidades, a não discriminação e o respeito pela diversidade são princípios fundamentais que orientam as nossas atividades e fazem parte da nossa cultura empresarial. Neste sentido, temos uma Política Empresarial para a Diversidade, Equidade e Inclusão que, em conjunto com a Política Empresarial para os Recursos Humanos, estabelece as bases e as linhas de ação destinadas a promover a presença das mulheres em cargos de responsabilidade, a fomentar um ambiente de trabalho inclusivo para todos os profissionais e a facilitar a integração das pessoas com deficiência. Estas medidas são aplicadas de forma uniforme tanto em Espanha como em Portugal.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos seus próprios colaboradores, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

Como parte deste compromisso, os seguintes indicadores são continuamente avaliados:

[MDR-A / DP 68 e]

Principais indicadores de igualdade, diversidade e inclusão em 2025	
Igualdade de oportunidades e diversidade de género	62% da força de trabalho do Grupo é constituída por mulheres (62% em 2024).
	57% das novas contratações com contratos permanentes são mulheres (55,8% em 2024).
	Foram contratadas 29 vítimas de violência de género (28 em 2024).
	36.366 colaboradores com formação em igualdade de oportunidades (45.357 em 2024).
Diversidade cultural	4.998 pessoas na nossa equipa são de nacionalidades diferentes da espanhola (4.447 em 2024). No total, estão presentes no Grupo 85 nacionalidades diferentes da espanhola (85 em 2024).
Integração de grupos vulneráveis	1.731 colaboradores com algum tipo de deficiência (1.629 em 2024).
	27 Centros Especiais de Emprego com os quais colaboramos (33 em 2024).

Plano de Igualdade (S1-9) (S1-16)

[S1-4 / DP 38 a, b, c, d] [S1-4 / DP 40 b] [S1-5 / DP 47 a, b, c] [MDR-A / DP 68 c]

Temos um Plano de Igualdade em cada uma das empresas do Grupo El Corte Inglés em Espanha e Portugal, concebido como uma ferramenta fundamental para garantir a equidade e a igualdade de tratamento entre homens e mulheres a todos os níveis da organização. Este Plano, que abrange o período de junho de 2022 a junho de 2026, é desenvolvido em conjunto com os representantes dos trabalhadores e em estrita conformidade com a legislação em vigor, incluindo os Decretos Reais 901/2020 e 902/2020. Da mesma forma, a 13 de agosto de 2025, foi aprovado o primeiro Plano de Igualdade da KUMO Networks, S.A.

Cada um destes planos incorpora medidas específicas destinadas a prevenir qualquer tipo de discriminação, promover a igualdade de género e garantir a igualdade de oportunidades para todos, tendo em conta as características específicas de cada empresa do Grupo. Os representantes sindicais participam na definição destas medidas e integram os comités de acompanhamento, que avaliam periodicamente o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos, permitindo a identificação de propostas de melhoria.

Em conformidade com este compromisso, o El Corte Inglés integra a rede de empresas reconhecidas com o Selo de Igualdade do Ministério da Igualdade e submete o seu progresso a uma avaliação contínua em matéria de igualdade salarial e avaliação adequada dos cargos.

Além disso, o Grupo é membro de iniciativas internacionais como a Carta da Diversidade de Portugal e o iGen – Fórum de Organizações para a Igualdade, que contribuem para promover e acelerar a implementação de medidas que promovam a igualdade de género a nível global.

Pontos-chave do Terceiro Plano de Igualdade do El Corte Inglés

[S1-4 / DP 38 a] [MDR-A / DP 68 a, b]

As principais linhas de ação do plano são:

Garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, assegurando que os processos de seleção, contratação, promoção, formação e remuneração estejam livres de qualquer forma de discriminação.

Promover uma distribuição equilibrada pelos géneros em todos os cargos, dando especial atenção àqueles onde existe menor representatividade de mulheres ou homens.

Promover o acesso das mulheres a cargos de responsabilidade, de forma a reduzir as desigualdades e os desequilíbrios existentes.

Promover programas de formação que contribuam para o desenvolvimento profissional em igualdade, sem distinção de género.

Promover a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, fomentando a corresponsabilidade e garantindo que quem exerce os seus direitos de conciliação não sofra discriminação.

Para garantir a transparência na remuneração e a efetiva implementação do princípio da igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

Para garantir um ambiente livre de todos os tipos de assédio sexual e/ou assédio com base no sexo, priorizar a prevenção como a melhor estratégia para lidar com possíveis incidentes.

Reforçar o compromisso da empresa com as mulheres vítimas de violência de género.

Ao longo do ano, a Organização reforçou o seu compromisso com a igualdade de oportunidades através da implementação de diversas medidas previstas no seu Plano de Igualdade. Estas incluem a formação em igualdade ministrada a todos os colaboradores, com o objetivo de sensibilizar e consolidar uma cultura organizacional baseada na inclusão. Foram também alcançados progressos na implementação do Desarrolla, uma nova metodologia de avaliação de desempenho que permite a identificação e gestão diferenciada de talentos, facilitando também a identificação de mulheres com potencial de liderança. Esta iniciativa permite definir percursos de desenvolvimento concebidos para promover ativamente o progresso profissional das mulheres na Organização.

Além disso, a Organização dispõe de um Grupo de Igualdade Corporativa composto por representantes de todas as empresas, responsável pela coordenação de campanhas de sensibilização, atividades de formação e outras iniciativas relacionadas com a igualdade, diversidade e inclusão. As suas principais funções incluem:

- Elaboração de relatórios periódicos relativos aos principais indicadores de diversidade e igualdade.
- Organização de cursos e sessões de formação, como "Avançar a Igualdade e a Diversidade" e "Liderança Inclusiva".
- Desenvolvimento de campanhas em datas importantes como o Dia Internacional da Mulher, a Semana do Orgulho LGBT e o Mês Europeu da Diversidade.
- Promover processos de seleção inclusivos e fomentar a comunicação interna com linguagem não sexista.

Promoção das mulheres em cargos de responsabilidade

[S1-4 / DP 38 c] [S1-9/DP 66 a] [MDR-A / DP 68 a, b, c] [MDR-T / DP 80 a, b, c, e, f, h]

O Grupo El Corte Inglés **promove o talento feminino** e procura alargar as oportunidades de acesso das mulheres a cargos de responsabilidade, contribuindo assim para a redução de potenciais desigualdades e desequilíbrios. Neste âmbito, ao longo do ano, são organizados programas de formação com o objetivo de desenvolver competências e capacidades profissionais em condições

de igualdade, sem distinção de género. Estes programas de formação são oferecidos a colaboradores de todas as empresas em Espanha e à ECIGA em Portugal.

No final do ano fiscal, 35,5% dos cargos de gestão eram ocupados por mulheres (34,4% em 2024). Em Portugal, a estrutura de gestão é composta por 292 pessoas, das quais 153 são mulheres, representando 52,4%.

Neste sentido, com o objetivo de avançar ainda mais neste sentido, é priorizado o trabalho a tempo parcial das mulheres que pretendam aumentar a sua carga horária, contribuindo assim para a redução dos contratos de trabalho a tempo parcial. Isto facilita-lhes o acesso a cargos mais exigentes ou a tempo inteiro, em vez de recorrerem a recrutamento externo.

Tendo em conta os progressos alcançados e com o compromisso de continuar a reforçar um ambiente de trabalho equitativo e inclusivo, o El Corte Inglés estabeleceu uma série de objetivos estratégicos delineados no seu **Plano de Igualdade 2022-2026**. Estas metas visam consolidar a presença das mulheres na estrutura organizacional, promover o seu desenvolvimento profissional e eliminar eventuais desequilíbrios de género a todos os níveis hierárquicos. O período para a concretização destes objetivos coincide com a duração do Plano de Igualdade, de 2022 a 2026.

Metas	Resultado em 2025
Aumentar em 10% a presença de mulheres em cargos de Coordenação e Comando, dando prioridade à sua promoção nas áreas com menor representatividade feminina.	Presença de 3.980 mulheres em cargos de Coordenação e Comando (contra 3.710 em 2024), o que representa um aumento de 7,3%.
Garantir que pelo menos 50% das novas contratações para cargos de gestão e gestão intermédia são mulheres, durante toda a vigência do Plano de Igualdade.	41,1% das contratações nestes níveis foram de mulheres (39,4% em 2024).
Garantir que pelo menos 60% dos novos cargos de liderança (gestores e coordenadores) são ocupados por mulheres, promovendo assim uma maior representação feminina em posições de liderança.	50% dos novos gestores e coordenadores eram mulheres (49,5% em 2024).

Prevenção de assédio

[S1-3 / DP 32 a, c, d, e] [S1-3 / DP 33] [S1-4 / DP 38 a, b, c, d] [S1-4 / DP 39] [S1-17 / DP 103 a, b, d] [MDR-A / DP 68 a, b, c, d, e]

O Grupo El Corte Inglés mantém uma **política de tolerância zero em relação a qualquer forma de assédio**, em consonância com o seu compromisso com a igualdade, a dignidade e o respeito no local de trabalho. Para garantir uma resposta eficaz, o El Corte Inglés, em colaboração com os representantes legais dos trabalhadores, desenvolveu um Procedimento para a **Prevenção e o Tratamento do Assédio Sexual e/ou do Assédio com Base no Género**, aplicável a todas as empresas do Grupo localizadas em Espanha. Este procedimento inclui medidas preventivas e mecanismos de resposta a potenciais denúncias.⁴¹

O procedimento, que é permanente, é acessível a todos os colaboradores através da intranet da NEXO e garante a confidencialidade dos denunciadores, proibindo expressamente qualquer tipo de retaliação, com o objetivo de que as denúncias possam ser feitas com total liberdade e segurança.⁴²

Neste contexto, a Comissão de Investigação para o Tratamento de Situações de Assédio (CITSA) atua como órgão responsável por analisar, avaliar e resolver as denúncias que possam surgir no

⁴¹Com exceção da SICOR Seguridad, que tem um protocolo de atuação próprio em relação ao assédio sexual e ao assédio com base no sexo, integrado no seu Plano de Igualdade.

⁴²No contexto deste relatório, o termo "informador" refere-se a pessoas que atuam como denunciadores.

âmbito da Organização, aplicando as medidas adequadas de acordo com a natureza e gravidade dos factos, que podem ir desde ações de formação ou sanções disciplinares em casos de assédio no local de trabalho em que a cessação do contrato não seja aplicável, até ao despedimento quando se comprove a existência de assédio sexual, assegurando uma gestão rigorosa e objetiva de cada caso.

Além disso, a composição da CITSA foi alargada e os seus membros receberam formação específica para garantir o desempenho adequado das suas funções. Os protocolos de assédio sexual e bullying no local de trabalho foram atualizados para cumprir os requisitos estabelecidos no Real Decreto 1026/2024, de 8 de outubro, bem como na Lei 4/2023, de 28 de fevereiro, reforçando, assim, o quadro de proteção e garantia de direitos.

Para reforçar este quadro de prevenção e ação, em outubro de 2025 o Grupo disponibilizou formação específica sobre assédio a todos os colaboradores. Esta formação foi concebida para facilitar a correta identificação de comportamentos que possam constituir assédio e incluiu orientações claras para a sua implementação. Inclui ainda um módulo específico para gestores. A metodologia e a abordagem de formação aplicadas em Portugal são equivalentes às implementadas em Espanha nesta área.

Durante o exercício de 2025, o Grupo recebeu um total de 96 queixas de assédio através do seu Canal de Ética (72 em 2024). Destas, 87 foram tratadas pela CITSA e as outras 9 partiram de colaboradores da SICOR, que são geridos de forma independente. No final do exercício fiscal, o estado destas denúncias era o seguinte:

- 19 apresentaram resultado negativo.
- Dois foram positivos.
- Cinco foram rejeitadas.
- Seis foram consideradas inadmissíveis (correspondiam à mesma pessoa).
- 26 casos não foram processados por diferentes motivos (desistência do reclamante em ter o caso processado, rescisão do contrato de trabalho do trabalhador, impossibilidade de contacto com o reclamante, etc.).
- 23 estão em curso.
- 15 estão pendentes de processamento.

Pessoas com deficiência (S1-12)

[S1-4 / DP 40 b] [S1-12 / DP 79] [S1-12 / AR 76] [MDR-A / 68 a, b, c, e]

O Grupo promove ativamente a inclusão social e laboral das pessoas com deficiência, incentivando a sua integração em condições de igualdade na Organização e promovendo um ambiente acessível e não discriminatório.

Este compromisso é reforçado pelo Selo Bequal, um reconhecimento que credencia boas práticas de inclusão e gestão responsável da deficiência, que El Corte Inglés e Viajes El Corte Inglés (Tourmundial, Club de Vacaciones e Viajes El Corte Inglés) mantêm no nível PLUS há três anos.

Esta certificação, que é revista anualmente e renovada a cada três anos, foi renovada a 16 de abril, após o final do exercício de 2025. No âmbito deste processo, a Fundação Bequal realiza uma auditoria que avalia a gestão da inclusão de pessoas com deficiência. Esta avaliação inclui, entre outros aspetos, o cumprimento da quota legal de 2% de contratação de pessoas com deficiência, que se encontra atualmente acima do limite exigido. As mesmas políticas empresariais são aplicadas em Portugal, alcançando uma taxa de inclusão superior a 3% de pessoas com deficiência com um grau de incapacidade superior a 60%, o que levou também ao reconhecimento das suas melhores práticas na área social.

Atualmente, 2,12% da força de trabalho do Grupo (2,02% em 2024) é composta por pessoas com deficiência (1.731 pessoas em 2025, em comparação com 1.629 em 2024), o que reflete um

progresso contínuo nesta área. Este resultado demonstra o firme compromisso do Grupo com a integração e a inclusão no local de trabalho, em conformidade com as disposições da Lei Geral sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a sua Inclusão Social. Além disso, o Grupo é membro do Conselho Consultivo do Projeto "Talentos Digitais" da Fundação ONCE, uma iniciativa que visa promover a capacitação em competências digitais para pessoas com deficiência e melhorar a sua empregabilidade no setor tecnológico.

3.1.4.3. Desenvolvimento profissional e atração de talento (S1-13)

O El Corte Inglés considera o desenvolvimento profissional e a atração de talento elementos-chave para responder às exigências de um mercado de trabalho em constante evolução.

Esta abordagem reflete-se na **Política Corporativa de Recursos Humanos**, que estabelece o compromisso de atrair, desenvolver e reter o talento necessário para atingir os objetivos de negócio e ir ao encontro das expectativas das diversas partes interessadas.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos seus próprios colaboradores, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

Formação e desenvolvimento de capacidades

[S1-4 / DP 38 c, d] [S1-4 / DP 40 a, b] [S1-13 / DP 83 b] [MDR-A / DP68 a, b, c, e]

O Grupo destina recursos financeiros significativos (16.896.445 € em 2025 e 16.607.921 € em 2024) à formação dos colaboradores, independentemente da categoria profissional ou do tipo de contrato. A formação oferecida é diversificada e adaptada às necessidades de cada grupo, promovendo a aprendizagem contínua e facilitando as oportunidades de mobilidade interna na organização. No total, foram ministradas 1.209.577 horas de formação durante o ano.⁴³

Indicadores-chave de formação

	Ex: 2025			Ex: 2024		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Total de horas de formação ministradas ⁴⁴	465.530	744.047	1.209.577	649.296	933.764	1.583.060
Número médio de horas de formação por colaborador	15	14	15	20	19	19

⁴³Nos casos em que não foi possível identificar a distribuição das horas de formação por género, foi feita uma estimativa com base na distribuição da força de trabalho, atribuindo 62% às mulheres e 38% aos homens.

⁴⁴Do total de horas de formação oferecidas no ano fiscal de 2025, 8.887 horas correspondem a pessoal que não estava empregado no momento da formação.

Média de horas de formação por grupo profissional e género, e total de horas de formação por grupo profissional.⁴⁵

	Ex: 2025			Ex: 2024			Ex: 2023		
	Homens	Mulheres	Total de horas	Homens	Mulheres	Total de horas	Homens	Mulheres	Total de horas
Comandos	28	28	180.327	35	37	255.341	30	27	212.019
Coordenadores	14	14	40.146	17	15	44.768	19	21	55.877
Técnicos	21	24	82.297	21	29	177.687	21	20	131.567
Profissionais	11	12	679.910	17	16	784.732	17	18	914.027
Pessoal básico	9	9	226.897	24	20	320.532	23	26	368.764
TOTAL DE HORAS	1.209.577			1.583.060			1.682.254		

Seguindo o modelo adotado nos anos anteriores, a combinação de formação presencial e online permite ao Departamento de Formação alargar o alcance dos seus cursos e conectar-se com grupos localizados em diferentes áreas geográficas. Este ano, foram promovidos tanto cursos online como digitais, possibilitando a aprendizagem num ambiente mais flexível. O treino presencial foi utilizado para cursos mais práticos ou técnicos que exigem a presença física de alunos e instrutores no mesmo local. Os programas de formação são adaptados à diversidade de perfis profissionais, oferecendo percursos específicos para grupos como equipas de vendas, gestão e outros cargos estratégicos. Estes programas combinam conteúdos transversais em áreas essenciais, como a sustentabilidade, com formação especializada adaptada às necessidades de cada função.

Os planos de formação são elaborados tendo em conta a diversidade de perfis profissionais dentro da organização, estabelecendo trajetórias específicas para cada grupo, como equipas de vendas, gestão e outras posições estratégicas. Estes programas integram conteúdos transversais sobre temas-chave relacionados com a sustentabilidade, bem como formação especializada adaptada às competências e responsabilidades de cada função.

Conhecimento do produto	Formação sobre as características, preparação e funcionamento dos produtos e/ou serviços.
Conteúdo jurídico e corporativo	Formação sobre conteúdos estratégicos, estruturais e de princípios e valores da empresa, bem como sobre outros conteúdos abrangidos pela legislação e, por isso, considerados obrigatórios para o desempenho da atividade laboral.
Diversidade, equidade e inclusão	Formação sobre políticas corporativas em aspetos de igualdade, diversidade, inclusão e corresponsabilidade, entre outros.
Finanças e Economia	Formação para a aprendizagem de conceitos económicos, financeiros e de gestão.
Habilidades	Formação para desenvolver as competências necessárias para atingir os objetivos de vendas/compras no relacionamento com clientes e fornecedores e para obter melhores resultados no local de trabalho.
Competências de Gestão	Formação para adquirir ou desenvolver competências que permitam a gestão e liderança adequadas das equipas de trabalho.
Línguas	Formação para aprendizagem de línguas.
Ofícios e profissões	Formação em competências técnicas específicas para o desenvolvimento de uma profissão.

⁴⁵Para calcular a média de horas de formação por género, considera-se o total da força de trabalho como base.

Saúde e bem-estar	Formação em aspetos relacionados com o desenvolvimento das atividades diárias e a obtenção de equilíbrio entre saúde e bem-estar na vida.
Sistemas, Processos e Aplicações	Formação para a implementação de processos e utilização de ferramentas específicas da atividade.

Segue-se um resumo das principais atividades de formação realizadas ao longo do ano, com o objetivo de garantir que os nossos colaboradores possuem as ferramentas necessárias para o desempenho das suas funções:

Formações principais	Ex: 2025		Ex: 2024	
Temas	Horas de formação	Estudantes	Horas de formação	Estudantes
Ética e Conformidade	39.289	84.437	39.645	101.839
Corrupção e suborno	4.199	5.616	17.334	40.090
Diversidade e igualdade	14.291	36.366	15.587	45.357
Sustentabilidade e RSC	11.305	21.649	18.457	31.085
Segurança e saúde no trabalho	129.952	125.764	145.117	106.047
Prevenção da lavagem de dinheiro	2.277	849	1.169	1.016
Outro ⁴⁶	1.008.264	675.390	1.345.751	945.061
TOTAL	1.209.577	950.071	1.583.060	1.270.495

Neste exercício, o número de horas de formação diminuiu devido à mudança de estratégia na oferta dos cursos, com sessões de formação mais curtas, mas com formatos mais flexíveis (formação digital ou virtual).

O Centro de Estudos Universitários Ramón Areces (CEURA), ligado à Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), oferece aos colaboradores do Grupo com contratos permanentes (tanto a tempo inteiro como a tempo parcial) a possibilidade de alargarem a sua formação académica através dos diferentes cursos e disciplinas que oferece, através de um sistema de reembolso de propinas ou taxas.

No ano fiscal de 2025, estavam inscritos na CEURA 437 colaboradores, principalmente nos cursos de Psicologia, Direito e Gestão de Empresas.

Desenvolvimento interno de talento

[S1-4 / DP 38 c, d] [S1-4 / DP 40 a] [S1-13 / DP 83 a] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

O El Corte Inglés considera o talento interno um dos seus principais ativos e, por isso, promove o desenvolvimento profissional e a mobilidade dentro da organização. A empresa fomenta oportunidades de crescimento que permitem aos seus colaboradores assumir novos desafios, progredir na carreira e alinhar os seus objetivos individuais com os objetivos estratégicos do negócio, reforçando assim o seu compromisso com a promoção, retenção e consolidação dos seus talentos.

Para isso, foi lançado um novo **Portal de Mobilidade Interna**, partilhado por todas as empresas do Grupo, onde são publicadas a maioria das vagas e oportunidades de estágio disponíveis. Da mesma forma, foi implementado um modelo organizacional que permite a qualquer colaborador recomendar candidatos facilmente através da plataforma Workday, fortalecendo assim os canais de recrutamento e mobilidade de talento.

Para capitalizar estas oportunidades, o Grupo recorre a ferramentas como a **Avaliação e Desenvolvimento de Gestão** (MAD), que facilitam a identificação e análise das principais

⁴⁶Refere-se à formação relacionada com o conhecimento de produtos, conteúdos jurídicos e corporativos, finanças e economia, competências de gestão, línguas, ofícios e profissões, sistemas, processos e aplicações.

competências dos profissionais, bem como a criação de mapas de talento que permitem a gestão eficiente das suas competências e potencial. Emprega, ainda, instrumentos específicos para a avaliação objetiva do potencial, contribuindo para um melhor alinhamento dos talentos com as necessidades estratégicas da Organização, otimizando, assim, tanto a produtividade como o desenvolvimento profissional.

A avaliação de desempenho para 2025 abrange todas as empresas e grupos dentro do Grupo. Foram realizadas um total de 62.212 avaliações (17.360 em 2024), representando 76% dos trabalhadores por conta de outrem em 2025 (21,5% em 2024). De todos os colaboradores do sexo masculino do Grupo, 72,8% (10,7% em 2024) participaram nos processos de avaliação de desempenho e desenvolvimento profissional, enquanto que para as colaboradoras do sexo feminino a percentagem foi de 78,0% (10,8% em 2024).

Por sua vez, o Grupo dispõe de **planos de sucessão** para os seus cargos de gestão, 49 no exercício de 2025, concebidos para garantir a continuidade do negócio e assegurar a preservação dos seus valores e cultura ao longo do tempo.

Além disso, são elaborados roteiros de **desenvolvimento profissional** com o objetivo de definir e estruturar os principais caminhos de progressão dentro da Organização, consolidando o compromisso com a mobilidade interna e dando aos colaboradores a oportunidade de enfrentar novos desafios e progredir na sua carreira dentro da Organização.

Estas ferramentas são reforçadas por iniciativas como o **"You Import"**, que incentiva a participação de talentos através do contributo de ideias e propostas de melhoria, bem como pela identificação de talentos seniores, que valoriza os profissionais cuja experiência, conhecimento acumulado, cultura corporativa e visão estratégica representam um diferencial e um contributo essencial para a sustentabilidade e competitividade da empresa.

Promoção de colaboradores	Ex: 2025			Ex: 2024		
Grupo profissional	Hombres	Mujeres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Equipa desde a base até ao nível profissional.	680	1.362	2.042	403	694	1097
Pessoal básico a técnico	2	9	11	1	3	4
Equipa de base para coordenação	1	5	6	2	3	5
Pessoal da base sob comando	1	1	2	1		1
Profissional para a Coordenação	75	87	162	99	84	183
Profissional para Técnico	12	46	58	21	46	67
Profissional responsável	52	57	109	36	43	79
Técnico responsável	18	10	28	16	24	40
Coordenação de Comando	55	48	103	42	38	80
TOTAL	896	1.625	2.521	621	935	1556

Atração de talentos externos

[S1-4 / DP 38 c] [S1-6 / DP 50] [MDR-A / DP 68 a, b, c, e]

O El Corte Inglés está a desenvolver a sua Marca Empregadora com o objetivo de consolidar a sua imagem como uma organização atrativa, fiável e desejável para trabalhar. Esta estratégia procura transmitir uma proposta de valor aos colaboradores que esteja alinhada com a cultura corporativa, os valores da empresa e as expectativas dos talentos atuais e potenciais.

Ao longo do ano, os esforços concentraram-se na definição, desenvolvimento e implementação do Manual da Marca, uma ferramenta fundamental para garantir a consistência visual e narrativa em

todas as iniciativas relacionadas com a aquisição de talento e a comunicação externa. A implementação deste manual permitiu a uniformização dos materiais criativos utilizados nas campanhas de recrutamento, bem como em diversas comunicações e publicações no LinkedIn e noutras plataformas, fortalecendo a identidade do Grupo e garantindo uma presença sólida, clara e reconhecível.

Em paralelo, incentivou-se a criação de conteúdos especializados focados no talento, com o objetivo de fortalecer o posicionamento do El Corte Inglés enquanto empregador. Este conteúdo, distribuído principalmente através do LinkedIn, aumentou a visibilidade da proposta de valor para o colaborador, destacando as oportunidades de carreira, o desenvolvimento interno e os valores corporativos. Como resultado, as publicações relacionadas com o talento registaram um aumento significativo do engagement, refletindo um maior interesse e participação da comunidade profissional na marca empregadora.

Foi ainda estabelecido um novo protocolo para a participação em feiras de emprego, eventos de talentos e encontros corporativos. Este ano, o Grupo participou em 75 feiras de talentos e de emprego organizadas por instituições de ensino, universidades, associações e agências de emprego. Estas iniciativas ajudam a fortalecer a marca empregadora da empresa, a consolidar a relação com a comunidade profissional e a posicionar a organização como líder no setor.

Assim, ao longo do ano, foram publicadas quase 300 ofertas de **emprego no portal externo**, recebendo mais de 280.000 candidaturas. A participação demonstrou uma maior presença feminina (58% mulheres, 35% homens e 7% sem género definido), refletindo um ambiente diversificado e inclusivo, alinhado com os valores corporativos. Este portal tornou-se o principal canal de recrutamento, complementado por outras fontes como o LinkedIn, InfoJobs e referências de colaboradores atuais e antigos.

Ao longo do ano, decorreram atividades de recrutamento em diversas áreas profissionais, adaptando-se às necessidades estratégicas da Organização. Os períodos de maior atividade foram identificados entre maio e julho, bem como entre outubro e dezembro, coincidindo com as épocas de verão e de Natal. Neste contexto, foi implementado um modelo de recrutamento unificado para todas as empresas do Grupo, diferenciando entre perfis para centros comerciais e logística, com foco no atendimento ao cliente, e perfis especializados ligados às áreas corporativas.

Além disso, a estratégia de atração de talento foi reforçada pela consolidação de **acordos com organizações líderes nos setores do trabalho, da educação e da assistência social**. Estas colaborações diversificam as fontes de recrutamento, facilitam o acesso a perfis especializados e promovem contratações mais inclusivas. Destacam-se os programas desenvolvidos com a Fundación ONCE, a Cruz Vermelha, a Generation Spain e a Fundación Inserta, que visam melhorar a empregabilidade das pessoas com deficiência e de outros grupos vulneráveis, reforçando, assim, o compromisso social e a igualdade de oportunidades da Organização.

Neste sentido, foram reforçadas as alianças com instituições como a Marinha Espanhola, com o objetivo de recrutar profissionais com competências técnicas em áreas como a manutenção, especialmente valiosas em ambientes operacionais e logísticos. Paralelamente, a empresa mantém o seu compromisso com as iniciativas internacionais de recrutamento de talento, permitindo-lhe aceder a profissionais com competências alinhadas com as novas exigências do mercado e reforçar a capacidade inovadora do Grupo.

Nesta mesma linha, mantém-se uma estreita colaboração com os centros educativos, as instituições de formação profissional e as universidades, o que facilita a integração dos jovens nas fases iniciais do seu desenvolvimento profissional. Através de programas de estágios, acordos de formação e iniciativas de orientação, promove-se a empregabilidade dos jovens e garante-se um fluxo contínuo de talentos qualificados.

Neste contexto, a **aposta nos jovens talentos** reflete-se na contratação de mais de 1.200 estagiários em 2025, provenientes de universidades, centros de formação profissional e associações. Além disso, foi lançado o programa “Novos Talentos”, dirigido a recém-licenciados e focado no desenvolvimento de futuros líderes. Este programa de dois anos combina formação, rotações por

diferentes departamentos e planos de desenvolvimento personalizados para cada área. No seu primeiro ano, 2025, 43 participantes integraram os Serviços Corporativos e os centros comerciais de todo o país.

O impacto destas iniciativas resultou na contratação de 6.324 novos colaboradores para o Grupo durante o ano, atingindo uma taxa de novas contratações de 7,7% (5,9% no ano anterior).

3.1.4.4. Ambiente de trabalho seguro e saudável (S1-14)

[S1-1 / DP 23] [S1-4 / DP 38 c, d] [S1-4 / DP 41] [S1-14 / DP 88 a]

O bem-estar e a segurança dos nossos colaboradores são pilares essenciais do nosso compromisso com a qualidade do trabalho. Com o objetivo de gerar um impacto positivo e sustentável nas nossas equipas, promovemos ambientes de trabalho seguros e saudáveis, apoiados por uma forte cultura de prevenção e pelo envolvimento ativo dos nossos colaboradores.

O Grupo dispõe de um **Sistema de Saúde e Segurança** e de uma **Política de Saúde e Segurança** integrados na Política de Recursos Humanos.

O Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho, integrado na Organização e com a participação de representantes sindicais, baseia-se em normas regulamentares e internas e é aplicado em todas as empresas do Grupo. Visa a melhoria contínua do desempenho em matéria de saúde e segurança, bem como o reforço de uma cultura de prevenção a todos os níveis hierárquicos.

Nesta área, 100% dos colaboradores do Grupo em Espanha e Portugal estão abrangidos por um sistema de saúde e segurança no trabalho. Em Espanha, os colaboradores estão abrangidos pelo **Serviço Conjunto de Prevenção do Grupo**, enquanto nos centros localizados em Portugal, todos os trabalhadores estão protegidos por um sistema de prevenção em conformidade com a legislação em vigor no país.

O sistema baseia-se em programas e processos que permitem a identificação, avaliação e eliminação ou controlo dos riscos profissionais; formação e informação sobre medidas de proteção e prevenção; a implementação de ações corretivas e preventivas; e a monitorização contínua da saúde física e mental das pessoas, adaptada às suas condições e ao cargo que ocupam.

O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho realiza avaliações de risco para cada função antes do início do trabalho e periodicamente depois disso, identificando as atividades perigosas e promovendo a implementação das medidas preventivas e corretivas necessárias ao seu controlo. Além disso, centraliza e coordena as ações dos serviços regionais e empresariais de saúde e segurança no trabalho, garantindo a proteção uniforme da saúde e segurança de todos os colaboradores.

Estas ações incluem a realização de avaliações periódicas dos riscos ergonómicos, higiénicos, psicossociais e de segurança no trabalho, bem como o respetivo planeamento preventivo; a investigação de acidentes e doenças profissionais; a vigilância da saúde de acordo com a função desempenhada; e a coordenação com entidades externas ao Grupo, entre outras.

A supervisão das medidas preventivas resultantes destas avaliações cabe aos Comitês de Saúde e Segurança, fóruns de diálogo onde os representantes da empresa e do sindicato colaboram estreitamente. Estes organismos reúnem-se trimestralmente para acompanhar as medidas preventivas propostas e implementadas.

Além disso, as informações sobre as normas de saúde e segurança aplicáveis a cada função estão sempre disponíveis para os colaboradores através do **portal interno (NEXO)**. Este portal oferece ainda acesso à ferramenta "My Health Service" (MiSS), que facilita o acesso aos serviços de saúde, agiliza a marcação de consultas e promove uma comunicação bidirecional mais eficiente. Adicionalmente, através de programas de promoção da saúde, o Serviço de Prevenção incentiva o desenvolvimento de recursos de saúde individuais para prevenir e tratar potenciais problemas de

saúde física ou mental, independentemente de terem origem no trabalho ou em circunstâncias pessoais.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos seus próprios colaboradores, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

[MDR-A/DP 68 a, b, c, e] [MDR-A/DP 69 a]

Neste período, o Grupo reforçou a sua estratégia de prevenção através da implementação e consolidação de iniciativas específicas destinadas ao controlo e minimização dos riscos ocupacionais, bem como à melhoria contínua do seu **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho**. As principais ações realizadas incluem:

- Avaliação do risco psicossocial e plano de ação 2026–2030

No final de fevereiro de 2025, foi concluída a atualização da avaliação de risco psicossocial realizada junto dos colaboradores dos centros comerciais El Corte Inglés, Outlet e Sfera.

A participação atingiu os 49,3%, com 24.600 questionários respondidos. Os resultados desta avaliação foram obtidos no início deste ano, refletindo uma pontuação média de 3,43 em 5 na avaliação de risco e de 3,28 em 5 na satisfação global. Estes resultados foram integrados no Observatório de Bem-Estar dos Funcionários do Centro Comercial, permitindo a análise das perceções por género, tempo de serviço, idade e grupo de funcionários.

Com base nesta informação, foi definido um Plano de Ação Preventiva 2026–2030, estruturado em cinco áreas de melhoria com o objetivo de reforçar as condições de trabalho:

A) Gestão do tempo e equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal	Implementação de uma ferramenta de controlo de tempos e renegociação do acordo de distribuição de horas de trabalho.
B) Remuneração e desenvolvimento	Revisão de incentivos, avaliação de cargos, transparência salarial, promoção interna e planos de carreira.
C) Planeamento e carga de trabalho	Ferramenta para dimensionamento de modelos e avaliações ergonómicas sistemáticas.
D) Liderança	Implementação do programa LIDERA e incorporação dos indicadores de saúde da equipa na avaliação de desempenho.
E) Melhoria dos recursos pessoais	Vigilância em saúde mental, consolidação do programa de promoção da saúde mental, formação em gestão emocional e assédio no local de trabalho, e estudo de uma rede de agentes de saúde mental.

- Extensão da avaliação psicossocial a outras sociedades

Foram também realizadas avaliações de risco psicossocial em:

- As empresas do Grupo Viajes e dos seus Serviços Centrais registaram uma taxa de participação de 42,2%, tendo sido respondidos 370 questionários. A pontuação média obtida foi de 3,42 em 5, com um índice de satisfação de 3,18 em 5. No caso dos Serviços Centrais da Viajes El Corte Inglés, os resultados ainda estavam a ser analisados à data da elaboração deste relatório.⁴⁷
- Nos estabelecimentos em Portugal (El Corte Inglés-Grandes Armazens Centers, Supercor, Opportunities and Logistics Centers of Portugal) a quota atingiu os 34,9%, com 1.071 questionários respondidos, registando uma pontuação média de 3,41 em 5 e um índice de satisfação de 3,30 em 5.

⁴⁷A rede comercial Viajes El Corte Inglés realizou a avaliação psicossocial em 2023.

- Plano de avaliação e gestão de riscos ergonómicos no retalho

Foi implementado um plano específico para a avaliação e gestão dos riscos ergonómicos no sector do retalho, com o objetivo de prevenir as perturbações músculo-esqueléticas, um dos problemas de saúde mais frequentes entre os trabalhadores e uma das principais causas de absentismo.

O plano inclui as seguintes ações:

- Obtenha um mapa de riscos ergonómicos que lhe permita priorizar as medidas.
- Promover a adoção corporativa de medidas técnicas e organizacionais.
- Reduzir o absentismo laboral resultante de perturbações musculoesqueléticas.
- Confirmar ou descartar a origem ocupacional de determinadas patologias.
- Melhorar a produtividade e a satisfação dos trabalhadores.
- Melhorar a imagem corporativa e a reputação da empresa.
- Facilitar o cumprimento da legislação em vigor, bem como das exigências da Inspeção do Trabalho.

As principais fases deste Plano são as seguintes:

A	Formação especializada: desenvolvimento de um programa de formação ministrado por uma empresa especializada, destinado aos coordenadores e técnicos do Serviço de Prevenção participantes no projeto. A primeira turma teve início em novembro de 2025 e terminará em março de 2026, com a participação de 34 técnicos do Serviço de Prevenção.
B	Avaliação ergonómica: realização de avaliações ergonómicas de todas as ocupações do setor do retalho ao longo dos anos fiscais de 2025 e 2024.
C	Implementação das medidas: implementação das medidas técnicas e organizacionais derivadas destas avaliações.
D	Monitorização e medição: conceção e implementação de indicadores que permitam verificar a eficácia ou o retorno do investimento e o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano.

Relativamente às medidas técnicas, em dezembro de 2025, o Comité de Coordenação de Investimento autorizou uma dotação de 828.372€ para a aquisição de equipamento de trabalho no refeitório e nas zonas de produtos frescos, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho.

O equipamento inclui porta-paletes elétricos, mesas elevatórias, empurradores de carrinhos, tábuas de corte ajustáveis, goivas, descascadores e fatiadores automáticos. Este equipamento inicial será progressivamente ampliado com outros equipamentos, após testes, bem como com as medidas técnicas e organizacionais resultantes de estudos ergonómicos previstos para os próximos anos.

- Projeto para um novo modelo de Centro de Saúde Ocupacional

Durante o ano de 2025, foram desenvolvidos trabalhos num novo modelo de Centro de Saúde Ocupacional (CSO), representando um avanço no modelo de cuidados de saúde, adaptado às necessidades de saúde dos trabalhadores. A 23 de março de 2026, foi inaugurado o primeiro centro deste tipo em Madrid, substituindo os centros de saúde localizados em centros comerciais no centro da cidade. Este modelo, que conta com uma equipa multidisciplinar organizada em diferentes unidades clínicas e preventivas, será progressivamente implementado noutras províncias espanholas.⁴⁸

⁴⁸Da mesma forma, os serviços de saúde tradicionais dos centros comerciais continuam a operar noutras regiões. Tal como a CSL, prestam cuidados de saúde aos colaboradores das empresas do Grupo abrangidas pelo Serviço Conjunto de Segurança e Saúde no Trabalho.

O novo CLS coloca o colaborador no centro das atenções e prioriza a prevenção, através de cuidados planeados, presenciais ou remotos, através do MiSS (My Health Service).

O Centro de Saúde Ocupacional oferece:

- Adaptação ao atual contexto jurídico e social.
- Eficiência.
- Participação de outras especialidades de saúde.
- Um ambiente atrativo para profissionais talentosos interessados no seu desenvolvimento profissional.
- Maior valor, autonomia e privacidade para o colaborador.
- Flexibilidade para ajustar os recursos de saúde com base na procura média.

- **Formação em Prevenção de Riscos Ocupacionais (PRO)**

O sistema de informação e formação para a prevenção está incluído no Plano de Prevenção de Riscos Ocupacionais, e as necessidades de formação são identificadas na avaliação de riscos de cada atividade.⁴⁹

A oferta formativa está estruturada através do Catálogo de Cursos do Produto, que detalha os objetivos, o conteúdo, os grupos-alvo, o método de entrega (online, presencial ou misto) e a duração de cada ação de formação.

O catálogo inclui 52 cursos (13 presenciais, 24 online e 15 semipresenciais) e estabelece, através de uma matriz de formação, o percurso formativo em Saúde e Segurança no Trabalho para cada cargo, diferenciando entre formação inicial, formação pós-emprego e formação de reciclagem. O formato online é utilizado principalmente para os cursos iniciais de integração e manuseamento de cargas, enquanto a formação presencial é reservada para casos que exijam instrução prática. Os colaboradores em cargos de gestão recebem formação presencial específica em Gestão e Supervisão de Saúde e Segurança no Trabalho.

Com o objetivo de reforçar o sistema de formação em matéria de segurança e saúde, foram desenvolvidas e incorporadas novas ações de formação ao longo do ano:

NOVOS DESENVOLVIMENTOS DE FORMAÇÃO 2025

Curso de Trabalho
em Altura

Curso de Ergonomia

Curso para membros
do serviço de
prevenção

Curso básico sobre
prevenção de riscos
profissionais

- **Auditorias de acompanhamento do Sistema de Gestão em conformidade com a ISO 45001**

Ao longo do ano, foram realizadas auditorias de acompanhamento ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, em conformidade com a norma ISO 45001, no El Corte Inglés (El Corte Inglés Empresas e El Corte Inglés Inmobiliária).

Em ambos os casos, o grau de implementação do sistema de gestão de prevenção de riscos ocupacionais da Organização, nas atividades incluídas no âmbito, em relação aos requisitos da norma ISO 45001:2018, é considerado adequado e atualmente não existem não conformidades pendentes.

- **Programas de promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores**

O bem-estar dos colaboradores é uma prioridade para o Grupo e é abordado numa perspetiva holística, que engloba não só a proteção da saúde e a prevenção dos riscos ocupacionais, mas

⁴⁹Estes cursos de formação em matéria de prevenção aplicam-se aos colaboradores de todas as empresas do Grupo em Espanha e Portugal.

também a promoção de um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e equilibrado. Neste contexto, são implementados programas de promoção da saúde para reforçar a prevenção e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores.

Programa	Mirar	Principais implicações
Programa de Promoção da Saúde Mental	Identificar situações de vulnerabilidade emocional e melhorar a saúde mental.	Identificação de pessoas em situações de vulnerabilidade emocional. Intervenção clínica psicoterapêutica Abordagem preventiva para reduzir processos com incapacidade temporária devido a patologia psiquiátrica.
Programa para a Cessação Tabágica – “Escolha a Saúde”	Apoiar o colaborador na sua decisão de deixar de fumar.	Conselhos de saúde. Tratamento farmacológico durante o processo de desintoxicação.
Iniciativa “Com M de Mulher”	Promover a saúde integral da mulher.	Campanhas sobre a enxaqueca. Campanhas sobre a menopausa. Campanhas de saúde mental.

[S1- 4/ DP 38 c] [S1-4 / DP 40 b] [S1-14 / DP 88 b, c, d, e]

Adicionalmente, e no âmbito desta abordagem abrangente ao bem-estar, que incorpora dimensões psicossociais, participação e sentimento de pertença, o Grupo está a trabalhar na finalização do seu Plano de Voluntariado Corporativo, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2025-2030. Este plano inclui a criação do Comité de Voluntariado Corporativo, o desenvolvimento da imagem e dos elementos criativos do projeto, bem como a elaboração do plano de comunicação interna, lançando as bases para um maior envolvimento social dos colaboradores e reforçando o compromisso com o bem-estar das pessoas e do ambiente.

Ao longo do ano, os indicadores de segurança foram monitorizados e analisados, permitindo-nos avaliar a eficácia das medidas implementadas nos nossos locais de trabalho e estabelecer planos de ação focados na melhoria contínua. Em consonância com este compromisso, não houve fatalidades entre os nossos próprios colaboradores devido a lesões ou doenças relacionadas com o trabalho, nem entre os colaboradores da cadeia de valor que operam nas instalações do Grupo. Também não houve fatalidades em 2024.

No que diz respeito ao impacto dos incidentes relacionados com o trabalho, o número de dias perdidos devido a lesões e problemas de saúde relacionados com o trabalho durante 2025 foi de 39.522 (30.584 em 2024).

Relativamente ao número de horas de absentismo por doenças comuns e acidentes não relacionados com o trabalho, foram registadas 9.461.406 horas no total (em comparação com 8.540.151 horas em 2024). Além disso, foram registadas 619.089 horas de absentismo por acidentes de trabalho (em comparação com 505.688 em 2024). O aumento das horas perdidas em relação ao ano anterior deve-se principalmente à inclusão de informações de empresas que não estavam disponíveis em 2024, resultando em 39.547 horas adicionais perdidas devido a imprevistos comuns. O restante aumento das horas perdidas reflete um aumento generalizado do absentismo, tanto a nível nacional como internacional.⁵⁰

⁵⁰As horas de ausência, tanto por doença comum e acidentes não relacionados com o trabalho como por acidentes de trabalho, abrangem Espanha e Portugal. Os dados de 2024 referem-se ao ano civil.

Taxas de acidentes⁵¹

Número de acidentes registados ⁵²	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Homens	3	2	1
Mulheres	2	0	0
TOTAL	5	2	1

Índice de frequência ⁵³	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Homens	0,07	0,02	0,01
Mulheres	0,03	0	0
TOTAL	0,04	0,02	0,01

Índice de gravidade ⁵⁴	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2023
Homens	0,01	0,14	0,11
Mulheres	0,00	0	0
TOTAL	0,01	0,14	0,11

Doenças, lesões e outros eventos de saúde relacionados com o trabalho⁵⁵

	Doenças ocupacionais		Outros eventos de saúde		TOTAL	
	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2025	Ex: 2024	Ex: 2025	Ex: 2024
Homens	5	12	333	379	338	391
Mulheres	10	13	407	402	417	415
TOTAL	15	25	740	781	755	806

⁵¹Os dados apresentados nas tabelas para o ano fiscal de 2025 abrangem todas as empresas do Grupo em Espanha, Portugal e México. Para os valores de 2024 e 2023, os dados correspondem a Espanha. Além disso, o total de horas trabalhadas por género foi estimado com base na distribuição da força de trabalho, atribuindo 62% às mulheres e 38% aos homens.

⁵²Consideram-se acidentes registados as lesões que ocorrem no local de trabalho e em consequência do trabalho, excluindo os acidentes de deslocação para o trabalho, incluindo tanto os casos de morte como as lesões graves relacionadas com o trabalho, que devem ser comunicadas imediatamente à autoridade laboral do país (por exemplo, hospitalização, amputações, perda de consciência, queimaduras que cubram mais de 10% do corpo ou acidentes que envolvam mais de dois trabalhadores).

⁵³A taxa de frequência é calculada utilizando o número de acidentes comunicáveis dos próprios trabalhadores por milhão de horas trabalhadas.

⁵⁴O índice de gravidade é calculado utilizando o número de dias de baixa médica devido a lesões reportáveis dos próprios trabalhadores da empresa por cem mil horas trabalhadas.

⁵⁵Os dados apresentados nos quadros abrangem as empresas do Grupo em Espanha e Portugal. Neste caso, são consideradas as doenças, lesões e outros eventos de saúde relacionados com o trabalho (incluindo doenças profissionais reconhecidas pela OIT e perturbações músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho).

3.2. TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR (NEIS S2)

3.2.1. Políticas e compromissos relacionados com os colaboradores na cadeia de valor

3.2.2. Diálogo com os colaboradores na cadeia de valor

3.2.3. Principais ações relacionadas com os colaboradores na cadeia de valor

3.2.3.1. Gestão Responsável da Cadeia de Abastecimento

3.2.3.2. Monitorização e auditorias ESG

3.2.3.3. Formação de fornecedores

.2. Trabalhadores da cadeia de valor (NEIS S2)

[SBM-3 / DP 11 a (i-v), d, e] [SBM-3 / DP 12]

O Grupo El Corte Inglés mantém um firme compromisso com o respeito e a proteção dos direitos humanos. Este compromisso está estruturalmente integrado na cultura empresarial e no modelo de gestão da organização. Esta visão é concretizada através da incorporação de critérios éticos, sociais e de due diligence nos processos de tomada de decisão, bem como pela exigência de padrões de conduta responsável por parte dos fornecedores e parceiros comerciais em todas as fases da cadeia de valor. Desta forma, a empresa promove práticas comerciais alinhadas com os principais marcos internacionais e orientadas para a prevenção, mitigação e correção de potenciais impactos negativos nas pessoas.

No âmbito da análise de dupla materialidade, o Grupo avaliou minuciosamente todas as etapas da sua cadeia de valor, considerando os impactos reais e potenciais, bem como os riscos e oportunidades decorrentes de cada fase em relação aos colaboradores da cadeia de valor, em conformidade com o requisito de divulgação IRO-1. Este exercício identificou um impacto positivo significativo e um risco potencial, ambos com origem nas atividades a montante nas nossas operações.

Ao longo deste capítulo são descritas as principais ações que visam reforçar o impacto positivo e prevenir e gerir os potenciais riscos identificados.

IP	Promoção de boas práticas laborais e de respeito pelos direitos humanos dos colaboradores dos fornecedores, com foco na diligência devida reforçada e na certificação ASG.
R	Prejuízo à reputação devido a potenciais violações das normas laborais ou dos direitos humanos dos colaboradores da cadeia de abastecimento do Grupo, incluindo a produção por fornecedores de <i>Retail</i> de marcas própria.

Neste contexto, o Grupo El Corte Inglés garante o cumprimento da legislação laboral em vigor em toda a sua cadeia de valor. Este compromisso estende-se a todos os seus fornecedores, nacionais e internacionais, que devem operar de acordo com os mesmos padrões de conformidade regulamentar e respeito pelos direitos humanos.

Para tal, dispomos de um processo de due diligence, delineado no Plano de Desenvolvimento Sustentável 2025-2030, que integra a qualificação de fornecedores, auditorias ESG e acompanhamento. Esta abordagem permite-nos identificar ambientes e perfis com maior exposição a riscos relacionados com os direitos humanos e condições de trabalho, considerando fatores como a localização geográfica, o setor de atividade e o quadro regulamentar aplicável. O funcionamento e o âmbito deste processo são explicados com mais detalhe ao longo deste capítulo.

A cadeia de valor do Grupo envolve diferentes grupos de colaboradores, diferenciados de acordo com a fase em que desenvolvem a sua atividade:

Os profissionais que trabalham para entidades em fases anteriores da nossa cadeia de valor (a montante) incluem os colaboradores de empresas fornecedoras dedicadas, entre outras atividades, ao fabrico e produção de produtos, à produção de matérias-primas e materiais incorporados nos artigos comercializados pelo Grupo El Corte Inglés, bem como ao transporte, armazenamento de mercadorias e prestação de serviços auxiliares nos locais de trabalho.

Profissionais que trabalham para entidades em fases posteriores da nossa cadeia de valor (a jusante): Isto inclui colaboradores de empresas fornecedoras que participam em atividades de logística, distribuição e serviço pós-venda relacionadas com os produtos comercializados pelo Grupo.



Para mais informações sobre as fases anteriores e subsequentes da cadeia de valor, consulte a secção “1.3.3. Cadeia de Valor” do capítulo “1. Informações Gerais”.

Os nossos fornecedores



40.578

Fornecedores



12.907 M€

Volume de compra



Principalmente situados em Espanha e Portugal

Os fornecedores são um pilar estratégico para o Grupo, possibilitando o fornecimento de produtos e serviços que cumprem os exigentes padrões de qualidade, segurança e sustentabilidade. A nossa cadeia de abastecimento caracteriza-se pela diversidade e elevado nível de especialização, sendo gerida sob um modelo colaborativo responsável, baseado na confiança mútua, no profissionalismo e na melhoria contínua. Esta abordagem garante uma gestão sólida e contribui para o reforço progressivo de toda a cadeia de valor.

Todos os fornecedores qualificados partilham princípios e compromissos alinhados com os valores corporativos do Grupo.

Importância do retail



- 80% do volume total de compras é do **retail**.
- Marca própria sujeita a **avaliações adicionais**.

Compras locais e de proximidade



- 63,7% do total de fornecedores e 78,3% volume de compras em Espanha.
- Desenvolvimento do protocolo “Produzido em Espanha”.

Cadeia de abastecimento global



- Rede global de abastecimento de **154 países**.

O Grupo coordena a gestão da due diligence a partir da sua sede em Madrid, contando com uma rede de gabinetes de recrutamento localizados em diferentes países, que reforçam a monitorização e a supervisão a nível local.

Escritórios de fornecimento	Principais países compradores do retalho		
Braga (Portugal)	Alemanha	França	Paquistão
Nova Iorque (EUA)	Áustria	Hong Kong	Portugal
Tânger (Marrocos)	Bangladesh	Índia	Reino Unido
Istambul (Turquia)	Bélgica	Indonésia	Cingapura
Hong Kong (China)	China	Irlanda	Suécia
Xangai (China)	Coreia do Sul	Itália	Suíço
Daca (Bangladesh)	Dinamarca	Luxemburgo	Tailândia
Cidade de Ho Chi Minh (Vietname)	EUA	Marrocos	Taiwan
Gurgaon-Nova Deli (Índia)	Espanha	México	Turquia
	Finlândia	Holanda	Vietnã

Neste contexto, a rede de escritórios assume um papel essencial na supervisão operacional dos fornecedores de marcas próprias e dos seus centros de produção, assegurando a correta implementação das políticas e procedimentos da empresa.

Esta infraestrutura reforça a capacidade do Grupo de manter um diálogo contínuo e estruturado com os fornecedores e as fábricas. Este diálogo é complementado pela participação do El Corte Inglés e da ECIGA em plataformas e iniciativas internacionais, como a amfori e a Cascale, em colaboração com outros intervenientes do sector, para promover padrões comuns e progresso sustentável em matéria social, laboral e ambiental.⁵⁶

A tabela seguinte mostra a distribuição do número de fornecedores e o volume de compras pelas principais áreas geográficas:

Dados dos fornecedores do Grupo El Corte Inglés ⁵⁷	Espanha	Outros países da UE	Países terceiros	Ex: 2025	Ex: 2024
Número de fornecedores	25.839	6.285	8.454	40.578	44.179
Consumo do fornecedor (milhões de euros)	10.104€	1.548€	1.255€	12.907€	12.773€

⁵⁶amfori BSCI (Business Social Compliance Initiative): uma associação que oferece um sistema para monitorizar o cumprimento do seu código de conduta na esfera social empresarial.

⁵⁷No exercício de 2025, foi incorporado um ajustamento metodológico no processo de cálculo e divulgação do número e consumo de fornecedores. Este ajustamento consiste na exclusão de empresas do mesmo grupo e na eliminação de fornecedores duplicados em diferentes linhas de negócio, adotando uma abordagem consolidada ao nível do grupo. Além disso, para garantir a consistência e a comparabilidade anual da informação divulgada, os dados do exercício de 2024 foram recalculados utilizando os mesmos critérios metodológicos.

3.2.1. Políticas e compromissos relacionados com os colaboradores na cadeia de valor

[S2-1 / DP 17 a, b] [S2-1 / DP 18] [S2-1 / DP 19] [MDR-P / DP 65 a]

O respeito e a proteção dos direitos humanos são prioridades para o Grupo El Corte Inglés, que trabalha para garantir que os colaboradores de toda a sua cadeia de valor desempenham as suas funções em condições dignas e seguras. Este compromisso está integrado no Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) 2025-2030 e é implementado através da Política Corporativa de Sustentabilidade, da Política Corporativa de Compras e do Código de Conduta dos Fornecedores, que estabelecem o quadro de ação e alinham as suas operações com os princípios de due diligence descritos neste capítulo. Além disso, a sua aplicação é monitorizada através de mecanismos de qualificação e auditorias ESG.

Política Corporativa de Sustentabilidade

Esta Política desenvolve os princípios da sustentabilidade que estão presentes no Código Ético do El Corte Inglés e é aplicada em consonância com as restantes políticas corporativas. Baseia-se no cumprimento da normativa nacional e internacional, nos compromissos voluntariamente assumidos pelo Grupo e numa abordagem da diligência devida com objetivos em relação à cadeia de valor. Neste contexto, estabelece a qualificação ASG dos fornecedores, a diligência devida reforçada nas marcas próprias e a identificação e mitigação de riscos e impactos nos colaboradores da cadeia de abastecimento.

Código de Conduta

Reúne as normas éticas e sociais de cumprimento obrigatório para os fornecedores, com base no Código de Conduta da amfori BSCI. Proíbe expressamente práticas como o trabalho infantil, o trabalho forçado ou condições de trabalho sem segurança.

Política Corporativa de Compras

Estabelece os princípios de atuação que devem prevalecer em toda a cadeia de valor, promovendo padrões de responsabilidade que vão além do cumprimento normativo. Integra critérios éticos e sociais no processo de seleção, avaliação e acompanhamento de fornecedores, fomentando relações comerciais estáveis e sustentáveis, alinhadas com os compromissos do Grupo em matérias de direitos humanos e diligência devida.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos trabalhadores da cadeia de valor, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

3.2.2. Diálogo com os colaboradores na cadeia de valor

O Grupo El Corte Inglés considera essencial fomentar um diálogo ativo e contínuo com os colaboradores da cadeia de valor, de forma a abordar as preocupações, opiniões e necessidades, no âmbito do seu compromisso com uma gestão responsável e o respeito pelos direitos humanos.

Mecanismos de colaboração para os colaboradores da cadeia de valor (S2-2)

[S2-2 / DP 22 a, b, c, d, e] [S2-2 / DP 23]

Para compreender e gerir eficazmente os incidentes reais e potenciais que possam afetar os trabalhadores em toda a cadeia de valor, o Grupo aplica um modelo colaborativo estruturado e proativo. Esta abordagem é implementada através de várias iniciativas desenvolvidas em coordenação com os principais intervenientes do sector, com o objetivo de abordar os impactos nos direitos humanos de uma forma abrangente e generalizada.

Através dos seus escritórios locais e centrais, o Grupo realiza uma monitorização contínua e direta dos seus fornecedores de marca própria e das suas fábricas, incluindo, quando apropriado, a implementação e supervisão de planos de remediação.

O Acordo-Quadro Global assinado com os sindicatos aplica-se aos fornecedores de marcas próprias do Grupo e, por extensão, aos trabalhadores da cadeia de abastecimento. Este acordo permite visitas de acompanhamento às instalações de produção e entrevistas com os trabalhadores, bem como reuniões de acompanhamento com o Departamento de Sustentabilidade, responsável por integrar estas interações nas decisões estratégicas da empresa.

Além disso, participamos em iniciativas sectoriais e fóruns internacionais com retalhistas (amfori, Cascale...), sindicatos e sociedade civil, o que nos permite obter informação directa sobre as condições de trabalho, o cumprimento dos direitos humanos e a segurança e saúde no trabalho.

Mecanismos de comunicação para os colaboradores da cadeia de valor (S2-3)

[S2-1 / DP 19] [S2-3 / DP 27 a, b, c, d] [S2-3 / DP 28] [S2-4 / DP 36]

Para prevenir, remediar e mitigar as violações dos valores e princípios éticos empresariais, o Grupo monitoriza o desempenho dos seus fornecedores para reforçar o seu compromisso com a ética e a conformidade. Para tal, disponibiliza vários canais de comunicação e reporte acessíveis aos seus diferentes stakeholders (colaboradores, fornecedores diretos e indiretos, clientes e colaboradores ao longo de toda a cadeia de valor) em todas as fases da produção.

O Grupo dispõe de uma Linha Direta de Ética própria que garante a confidencialidade das comunicações e foi concebida para gerir eficazmente as preocupações ou queixas recebidas. As reclamações são processadas através de um procedimento que inclui: (i) receção e registo da comunicação, (ii) análise e investigação dos factos, (iii) tomada de decisão e (iv) resolução da questão, que inclui a comunicação das conclusões às partes afetadas.



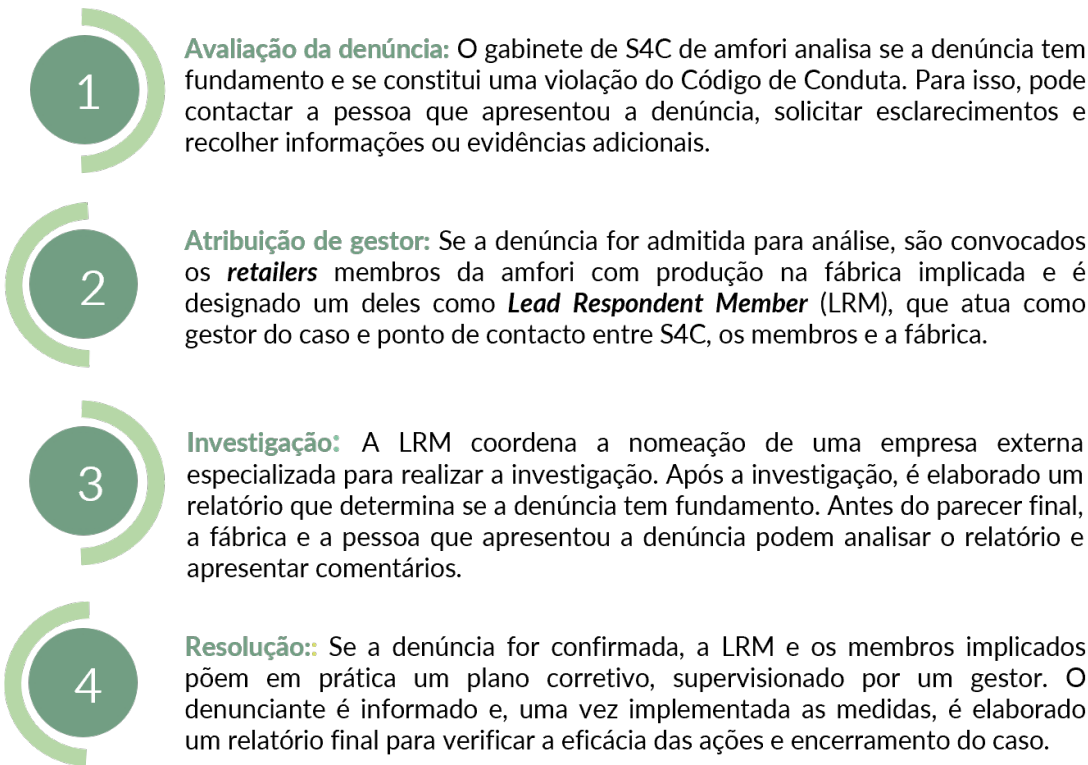
Para mais informações, consulte a secção “4.1.2. Canal de Ética” do capítulo “4.1. Conduta Empresarial”.

Além disso, o Grupo El Corte Inglés dispõe de canais de comunicação externos, como o sistema Speak for Change (S4C) da amfori BSCI e o canal International Accord, que são de fácil acesso para os colaboradores da cadeia de valor.⁵⁸

Especificamente, o canal de denúncias da amfori BSCI é um mecanismo independente, confidencial, anónimo e multilingue que ajuda a detetar, monitorizar e remediar possíveis violações. O processo de denúncia é o seguinte:

⁵⁸O Acordo Internacional é um pacto vinculativo entre marcas de moda, retalhistas e sindicatos globais, concebido para garantir a segurança no local de trabalho na indústria têxtil, principalmente no Bangladesh e no Paquistão.

PROCESSO DE GESTÃO DE DENÚNCIAS DE AMFORI



Para além deste processo, o Grupo El Corte Inglés possui informação do Acordo Internacional sobre os processos abertos e encerrados em cada ano fiscal.

Neste contexto, o Grupo promove a transparência e o acesso efetivo aos mecanismos de denúncia, e incentiva os fabricantes a tornarem visíveis os sistemas disponíveis. Como membro da amfori, verifica, através de auditorias, se os canais de denúncia estão claramente expostos nos quadros de avisos dos fabricantes, garantindo que os colaboradores podem aceder a estes recursos com facilidade.

Além disso, para avaliar a fiabilidade e a eficácia dos canais descritos, o Grupo analisa todas as queixas recebidas através destes mecanismos, incluindo as apresentadas pelos sindicatos locais.

Além disso, e no âmbito do Acordo-Quadro, são realizadas entrevistas durante as visitas aos colaboradores da cadeia de valor para obter informações sobre os factores relacionados com os colaboradores, incluindo, entre outros aspectos, os canais de queixa disponíveis.

A tabela seguinte apresenta o número de reclamações sobre fornecedores ativos recebidas durante o ano, classificadas por canal de reclamações, assunto e fase de gestão.

Canal de denúncias	Ex: 2025		Ex: 2024		Fase de gestão / Comentários
	Número de reclamações	Objeto da reclamação	Número de reclamações	Objeto da reclamação	
Canal de Ética	0	N / D	4	Direitos humanos	-
ânforas	0	N / D	1	Direitos humanos	A queixa de Amfori, apresentada em 2024, foi encerrada em 2025.

Canal de denúncias	Ex: 2025		Ex: 2024		Fase de gestão / Comentários
	Número de reclamações	Objeto da reclamação	Número de reclamações	Objeto da reclamação	
Amfori S4C	0	N / D	2	Direitos humanos	A reclamação apresentada referente ao ano fiscal de 2023 ainda está pendente. Das reclamações apresentadas em 2024, uma foi encerrada e a outra ainda está pendente.
Acordo Internacional	183 ⁵⁹	Direitos humanos	23	Direitos humanos	Das 7 reclamações que ainda estavam em curso desde 2024, 5 foram encerradas e 2 ainda estão em curso. Em 2025, as reclamações foram divididas em 173 resolvidas, 6 em que não trabalhamos com a fábrica e 4 em curso.

3.2.3. Principais ações relacionadas com os colaboradores na cadeia de valor (S2-4) (S2-5)

3.2.3.1. Gestão Responsável da Cadeia de Abastecimento: Foco na Due Diligence

[SBM-3 / DP 11 b] [S2-4 / DP 32 a, c, d] [S2-4 / DP 34 a] [MDR-A / DP 68 a, b, c, d]

A gestão responsável da cadeia de valor do Grupo está estruturada em torno de um sistema de due diligence integrado no plano estratégico e alinhado com os resultados da análise de dupla materialidade. Esta abordagem permite a identificação dos potenciais impactos que a atividade pode ter nas pessoas que trabalham na cadeia de valor e rege-se por uma série de mecanismos concebidos para promover a proteção e o respeito pelos direitos humanos.

O modelo de gestão baseia-se em normas e estruturas internacionalmente reconhecidas, incluindo as promovidas pelas Nações Unidas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e a Declaração Tripartida da Organização Internacional do Trabalho sobre Empresas Multinacionais e Política Social. Estes princípios estão operacionalmente integrados no denominado "Ciclo de Boas Práticas", que constitui o núcleo do sistema de gestão de fornecedores nas empresas de retalho do Grupo.

El Corte Inglés, Supercor e El Corte Inglés-Grandes Armazéns gerem os seus fornecedores sob um sistema unificado baseado no Ciclo de Boas Práticas. Este sistema incorpora processos estruturados para identificar, avaliar e monitorizar os riscos ESG, com especial enfoque nos direitos humanos e nas condições de trabalho em toda a rede de produção.

Por outro lado, para linhas de negócio não relacionadas com o retalho, como a Viajes El Corte Inglés e a Telecor, a gestão de fornecedores é estruturada principalmente através de instrumentos contratuais específicos, concebidos para garantir o alinhamento com os princípios corporativos do Grupo. Em particular:

- Na Viajes El Corte Inglés, os contratos incluem cláusulas que permitem a cessação da relação comercial em caso de incumprimento das normas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa.
- A Telecor inclui uma cláusula de sustentabilidade que obriga expressamente os fornecedores a respeitar a Carta de Compromisso de Conformidade do Grupo, o Código de Ética e as demais políticas internas aplicáveis.

⁵⁹De notar que, do total de reclamações recebidas pelo canal do Acordo Internacional, 120 correspondem à mesma fábrica, pelo que o número total não reflete casos independentes.

Caso estes fornecedores também atuem na cadeia de abastecimento do retalho, serão também regidos pelo Ciclo de Boas Práticas, para garantir uma aplicação consistente e homogênea do modelo de gestão em toda a organização.

Análise e qualificação de riscos ESG

O Grupo estabeleceu um processo para identificar, avaliar e mitigar os riscos associados aos seus fornecedores, visando antecipar e prevenir potenciais impactos negativos nos colaboradores da cadeia de produção. Esta abordagem permite também reduzir a exposição a riscos reputacionais, operacionais e de conformidade regulamentar.

O sistema de avaliação é desenvolvido numa perspetiva abrangente, assente em três áreas de risco que permitem priorizar as ações e adaptar o nível de controlo de acordo com o contexto.

1. Risco reputacional

Está associado à comercialização de produtos cuja origem ou condições de produção podem envolver violações dos direitos humanos ou laborais.

A due diligence é adaptada consoante o tipo de fornecedor:

- **Fornecedor externo de marca** (due diligence básica): Esta categoria aplica-se a fornecedores que detêm a marca dos seus produtos e serviços. Em 2025, representaram 81,5% das vendas a retalho (81,7% em 2024). Estes fornecedores devem aderir à Carta de Compromisso de Conformidade ESG do Grupo e, por conseguinte, aceitar formalmente os princípios éticos e de conformidade relacionados com:
 - Respeito pelos direitos humanos.
 - Cumprimento das normas laborais, sociais e ambientais, desde a aquisição da matéria-prima até à obtenção do produto final.
 - Alinhamento com o Código de Ética do Grupo.
 - Garantia de alinhamento da cadeia de abastecimento com os valores e normas do Grupo.



Para mais informações, consulte o link para a Carta de Compromisso de Conformidade ESG:
<https://dam.elcorteingles.es/espacios/web-corporativa/doc-portal-2024-10-14-carta-de-compromiso-de-cumplimiento.pdf>

- **Fornecedor de marca própria** (diligência reforçada): Estes fornecedores fornecem produtos comercializados sob marcas pertencentes ao El Corte Inglés, que em 2025 representaram 18,5% das vendas a retalho (18,3% em 2024). A diligência, neste caso, é mais rigorosa e sujeita a auditorias e processos de verificação adicionais. Dado o maior nível de influência e responsabilidade direta do Grupo, estes fornecedores estão sujeitos a:
 - Cumprimento da Carta de Compromisso.
 - Cumprimento do Código de Ética e do Código de Conduta para Fornecedores de Marcas Próprias.
 - Declaração obrigatória de todas as fábricas de produção.
 - Processo contínuo de qualificação ASG.
 - Aprovação em auditorias sociais e monitorização periódica.

Para garantir o cumprimento eficaz destes requisitos, o Grupo dispõe de um conjunto de mecanismos de monitorização e controlo que incluem auditorias periódicas às instalações de produção, a definição e o acompanhamento de planos de ação corretiva em caso de incumprimento, programas de formação e apoio dirigidos a fornecedores, incluindo PME, a gestão das comunicações recebidas pelo Canal de Ética e a colaboração com organizações sindicais no âmbito do Acordo-Quadro internacional.

2. Risco do Produto

A avaliação do risco associado ao produto baseia-se na identificação dos fornecedores com maior nível de exposição e tem em conta as características estruturais do setor em que operam.

São considerados diversos fatores, tais como:

- Produção intensiva em mão-de-obra pouco qualificada.
- A existência de margens de lucro muito baixas por parte dos fornecedores pode aumentar a probabilidade de incumprimento das normas ESG, especialmente no local de trabalho.

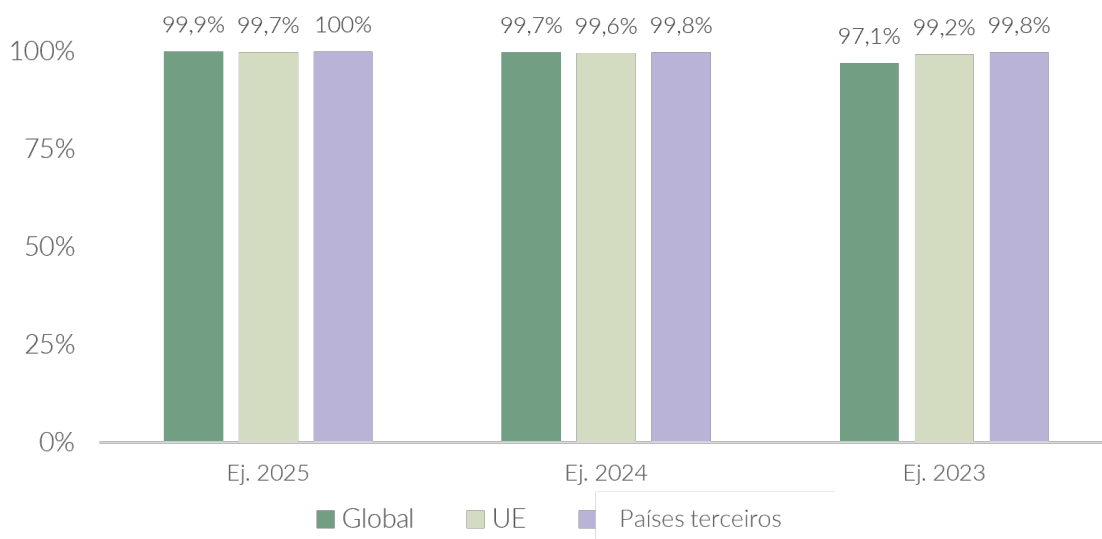
Quando estes casos ocorrem, é ativado um esquema de due diligence reforçado, que inclui auditorias específicas e monitorização contínua, com o objetivo de prevenir e corrigir possíveis desvios.

3. Risco-país

A avaliação deste risco baseia-se no scorecard BSCI da amfori, que classifica os países de acordo com o seu nível de exposição a riscos sociais e laborais. Com base nesta avaliação, o Grupo ajusta a intensidade da sua diligência prévia e reforça os controlos nos ambientes considerados de maior risco. Neste contexto, o Paquistão apresenta uma maior exposição ao risco de trabalho forçado, e a República Democrática Popular do Laos, a Etiópia e o Peru, ao risco de trabalho infantil. Contudo, não foram detectados casos de tolerância zero (ZT) relacionados com trabalho forçado e trabalho infantil em nenhum país da cadeia de abastecimento do Grupo. Este critério é aplicado a todas as categorias de produtos de marca própria, incluindo moda, artigos para o lar, lazer, eletrónica e bens de consumo.

De acordo com esta análise, o Grupo monitoriza sistematicamente o nível de cobertura de auditoria nas suas fábricas de marca própria, com especial atenção às instalações de primeiro nível onde ocorre a produção final. No ano em análise, a cobertura global atingiu os 99,9%, um aumento face a 2023 e 2024. Nos países terceiros, o nível de cobertura atingiu os 100%, o seu nível mais elevado de sempre, ultrapassando o valor dos dois períodos anteriores, enquanto na União Europeia se registou uma melhoria, passando de 99,6% em 2024 para 99,7% em 2025.

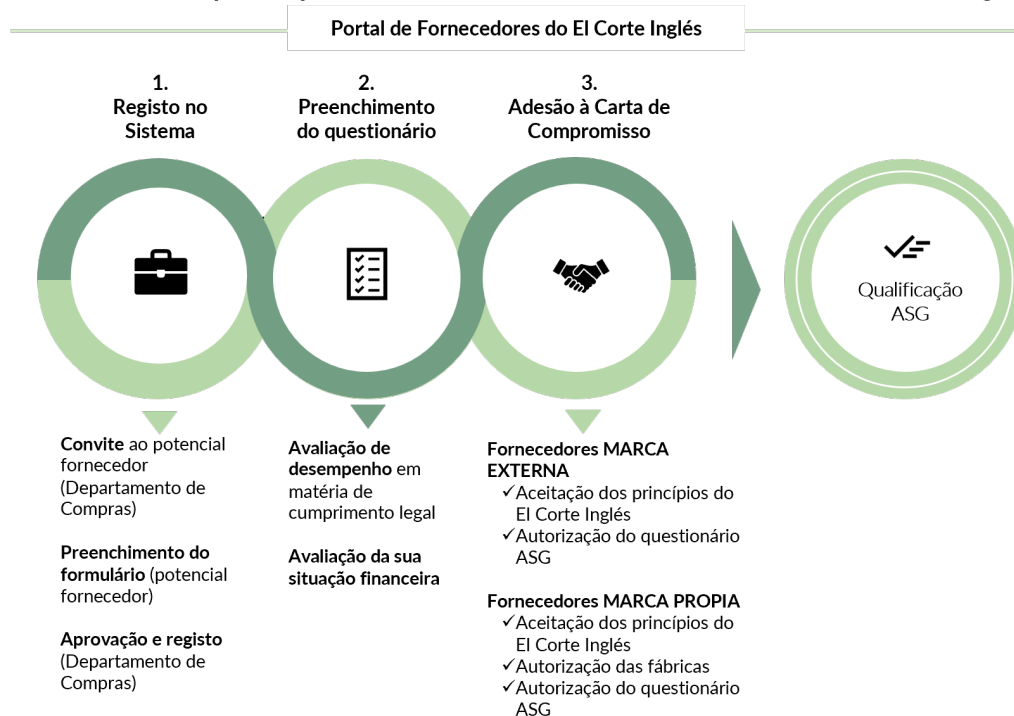
Dados de fábricas TIER 1



O Grupo deu também continuidade ao projeto-piloto iniciado com os seus fornecedores de têxteis de marca própria no Bangladesh e no Paquistão. Esta iniciativa incorpora fábricas envolvidas em etapas intermédias de produção (Nível 2), como a estamparia, a lavagem, o tingimento, a tecelagem e o bordado, no perímetro de controlo, possibilitando, assim, avanços na rastreabilidade e na

monitorização de etapas adicionais da cadeia de abastecimento. Neste sentido, foi assumido o compromisso de auditar pelo menos 90% dos fornecedores de Nível 2 no Bangladesh até 2026.

Processo B2B de qualificação ASG de fornecedores Portal de Fornecedores do El Corte Inglés



O processo de análise de risco é complementado por um sistema formal de qualificação ESG, pré-requisito para o início de qualquer relação comercial com fornecedores de retalho. Apenas os fornecedores pré-selecionados pelo departamento de Compras podem aceder a este procedimento, que avalia o seu desempenho ambiental, social e de governação antes da qualificação.

No ano fiscal de 2025, todos os novos fornecedores incorporados na cadeia de abastecimento das empresas de retalho passaram com sucesso esta avaliação, obtendo uma classificação favorável na perspetiva ESG.

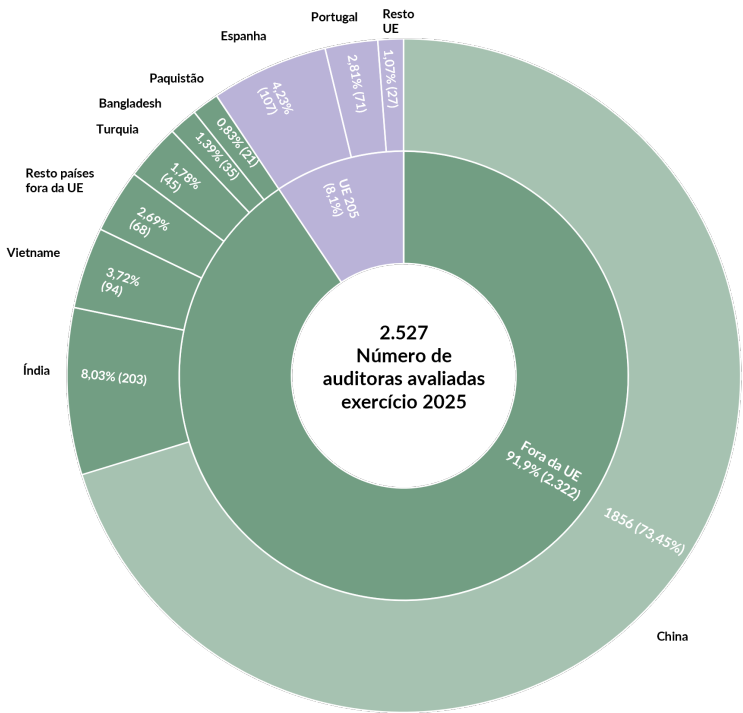
Através deste modelo, o Grupo reforça o seu compromisso com o respeito pelos direitos humanos e o desenvolvimento de uma cadeia de abastecimento baseada na integridade, transparência e responsabilidade. A abordagem combina a avaliação regular, a monitorização contínua e, quando apropriado, a implementação de planos de melhoria para antecipar riscos, corrigir desvios e contribuir para a melhoria progressiva das condições de trabalho em toda a cadeia de valor.

3.2.3.2. Monitorização e auditorias ESG

[SBM-3 / DP 10 a] [S2-1 / DP 17 c] [S2-4 / DP 38] [MDR-A / DP 68 a, b, c, d, e] [MDR-M / DP 75 b]

O Grupo realiza auditorias ESG regulares aos seus fornecedores de marcas próprias, reconhecidos e geridos pelo El Corte Inglés, para monitorizar a eficácia das políticas e ações dirigidas aos trabalhadores em toda a cadeia de valor. Estas auditorias são realizadas em todas as fábricas declaradas para identificar, avaliar e gerir quaisquer riscos relacionados com aspetos sociais, ambientais e de governação.

Durante o exercício de 2025, foram realizadas 2.527 auditorias, em comparação com 2.685 em 2024.



Tal como nos anos anteriores, a maioria destas auditorias foi realizada segundo a norma amfori BSCI, a iniciativa de referência do Grupo. Especificamente, foram realizadas 73,37% (1.854 auditorias) segundo esta norma este ano, seguindo-se a SEDEX SMETA com 15,31% (387 auditorias) e a ECI-FASP com 5,86% (148 auditorias). Os restantes 5,46% (138 auditorias) corresponderam a outras normas, refletindo a diversificação dos mecanismos de avaliação utilizados.

% de auditorias ESG avaliadas por norma no ano fiscal de 2025



Os fornecedores auditados são classificados nos níveis A, B, C e D. As fábricas de nível A e B são reavaliadas de dois em dois anos, enquanto as de nível C são submetidas a uma avaliação anual. Nos casos excepcionais de fábricas classificadas como D, é estabelecido um plano de remediação obrigatório, concebido para mitigar os riscos, corrigir as deficiências e garantir o cumprimento das normas laborais e de direitos humanos.

Classificação de fábrica			
Nível de conformidade com o Código de Conduta do El Corte Inglés	Distribuição do total de auditorias no ano fiscal de 2025	Distribuição do total de auditorias no ano fiscal de 2024	Evolução do ano fiscal de 2025 em comparação com o ano fiscal de 2024
A (86-100%)	5,8%	7,4%	-1,6%
B (71-85%)	11,8%	11,6%	0,2%
C (51-70%)	81,8%	79,9%	1,9%
D (30-50%)	0,6%	1,1%	-0,5%
E (1-29%)	0,0%	0,0%	0,0%
ZT (0%)	0,0%	0,0%	0,0%

O Grupo gere o processo de due diligence a partir da sua sede em Madrid e complementa este trabalho com uma rede internacional de escritórios que garante um acompanhamento local rigoroso dos fornecedores. Atualmente, uma equipa de 16 profissionais dedica-se a esta área, coordenando e supervisionando as ações de controlo e melhoria.

Ao longo do ano, um total de 11 fábricas foram monitorizadas continuamente por esta equipa. Trabalharam em estreita colaboração com os fornecedores para implementar planos de melhoria específicos ou realizar novas auditorias, o que resultou em classificações mais elevadas para as instalações e em maior conformidade com os direitos humanos, as condições de trabalho e as normas de sustentabilidade em toda a cadeia de abastecimento.

A dimensão e complexidade da cadeia de valor do Grupo implicam que possam ocorrer tanto incidentes isolados em centros de produção específicos como riscos mais generalizados. Para gerir estes casos, foram desenvolvidas ferramentas específicas para identificar os trabalhadores mais expostos a condições de trabalho sensíveis, avaliando factores como a localização geográfica, o sector de actividade e o actual quadro regulamentar.

A tabela de não conformidades reflete os vários aspetos avaliados nas auditorias. Os resultados baseiam-se nos dados da amfori BSCI obtidos a partir de auditorias partilhadas por mais de 2.400 membros em mais de 46 países e da própria auditoria do El Corte Inglés.

Auditorias com não conformidades						
Percentagem (%) de não conformidades por aspeto ESG auditado	Ex: 2025	Ex: 2024	Melhoria das não conformidades em 2025 em comparação com 2024	Tolerância Zero	Convenções Fundamentais da OIT	Meta dos ODS ligada
Resultados gerais das auditorias BSCI e ECI FASP realizadas pela amfori	0,6%	1,1%	↑			
Aspetos ESG auditados						
1. Sistema de gestão e efeito cascata	6,6%	13,8%	↑			8,5, 8,8
2. Envolvimento e proteção dos trabalhadores	1,4%	0,9%	↓			8,5, 8,8
3.º Liberdade de associação e negociação coletiva	0,0%	0,0%	=		x	8,5, 8,8
4.º Não discriminação	0,0%	0,2%	↑		x	8,5, 8,8
5. Remuneração justa	0,4%	0,7%	↑			8,5, 8,8
6. Horário de trabalho digno	77,3%	74,4%	↓			8,5, 8,8
7. Segurança e saúde no trabalho	3,1%	4,8%	↑	x		8,5, 8,8
8.º Não ao trabalho infantil	0,0%	0,0%	↑	x	x	8,5, 8,7, 8,8
9. Proteção especial para os jovens trabalhadores	0,0%	0,0%	=			8,5, 8,8
10.º Não ao trabalho irregular	0,0%	0,0%	=			8,5, 8,8
11.º Não ao trabalho forçado	0,0%	0,0%	=	x	x	8,5, 8,8
12. Proteção Ambiental	0,1%	0,3%	↑			8,4
13. Comportamento ético nos negócios	0,4%	0,4%	↑	x		8,5, 8,8

Em linha com a tendência observada nos anos anteriores, verificou-se uma melhoria nos resultados globais das auditorias amfori BSCI e ECI FASP, reduzindo a percentagem de incumprimentos de 1,1% em 2024 para 0,6% em 2025. Os progressos mais significativos foram identificados em áreas-chave como “Sistema de Gestão e Efeito Cascata” (Indicador 1), “Remuneração Justa” (Indicador 5) e “Saúde e Segurança no Trabalho” (Indicador 7), refletindo os avanços na melhoria das condições de trabalho.

Além disso, o Grupo mantém um controlo rigoroso sobre os aspetos considerados TZ, que incluem:

- Trabalho infantil
- Trabalho forçado

- Risco iminente para a saúde ou segurança dos trabalhadores
- Comportamento antiético
- Subcontratação não declarada

A tabela seguinte descreve as etapas dos casos de Tolerância Zero identificados durante o ano fiscal. Qualquer não conformidade nestas áreas desencadeia um plano de remediação imediato e específico, visando corrigir as deficiências identificadas o mais rapidamente possível. Nos casos em que as medidas tomadas sejam consideradas inadequadas ou insuficientes, o fornecedor é bloqueado permanentemente dos sistemas do Grupo, resultando no termo definitivo da relação comercial.

Aspetos de Tolerancia Zero e nº de casos de fornecedores em 2025			
Aspetos de Tolerancia Zero (TZ)	Casos (nº de fornecedores em fase de remediação)	Casos (nº de fornecedores remediados)	Casos de bloqueio (nº de fornecedores)
Trabalho Infantil	0	0	0
Trabalho forçado	0	0	0
Saúde e Segurança	1	0	1
Falta de ética (incluindo subcontratação não declarada ou não autorizada)	0	0	0
TOTAL	1	0	1
Total fornecedor com TZ no exercício		2	

O Grupo mantém o compromisso com a decisão de não produzir em Myanmar e, de facto, nenhum dos fornecedores do El Corte Inglés fabrica atualmente nesse país. Tal decorre do compromisso do grupo em garantir o respeito pelos direitos humanos e laborais em toda a sua cadeia de abastecimento, independentemente do país em que os seus fornecedores operam.

O Grupo está empenhado em definir e implementar um quadro de objetivos específicos para a gestão dos riscos relacionados com os trabalhadores (RRR) em toda a cadeia de valor. Estes objetivos incorporarão indicadores quantificáveis e prazos definidos. Serão integrados em sistemas internos de monitorização para avaliar sistematicamente a eficácia das ações tomadas e serão estabelecidos em conformidade com as referências internacionais e as expectativas das partes interessadas. Além disso, o progresso será reportado periodicamente nos relatórios de sustentabilidade para reforçar a transparência e a prestação de contas.

3.2.3.3. Formação de fornecedores

[S2-4 / DP 32 c] [MDR-A / DP 68 a, b]

A formação é um elemento fundamental do modelo de gestão de colaboradores da cadeia de valor, contribuindo diretamente para a prevenção de riscos ocupacionais e para o fortalecimento de uma cultura empresarial baseada no respeito pelos direitos humanos. A formação é concebida tanto como uma medida de sensibilização como uma ferramenta preventiva, visando reduzir potenciais riscos adversos e promover melhorias sustentáveis nas condições de trabalho. Neste contexto, o Grupo manteve o seu compromisso ao longo do ano com programas de formação tanto para equipas internas como para fornecedores.

Através da academia amfori, os fornecedores de marcas próprias têm acesso a conteúdos especializados sobre direitos humanos e normas laborais, o que ajuda a reforçar as suas capacidades de gestão e a reduzir os riscos associados a práticas inadequadas.

Além disso, os profissionais de segurança de empresas externas que prestam serviços nas instalações do Grupo recebem formação especializada adicional. Durante o exercício, 25 pessoas receberam formação em matéria de direitos humanos (31 em 2024) e 79 pessoas receberam formação na utilização de desfibriladores automáticos externos (DAE), totalizando 200 pessoas em 2024, reforçando assim a preparação em segurança e a resposta a emergências.

No que diz respeito às iniciativas de formação na cadeia de abastecimento, o Grupo concluiu este ano a sua participação na segunda edição do Programa "Fornecedores Sustentáveis", promovido pelo Pacto Global da ONU em Espanha. Este programa teve como objetivo capacitar as pequenas e médias empresas (PME) fornecedoras na integração dos Dez Princípios do Pacto Global e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na sua gestão empresarial. O programa de formação decorreu de março a setembro de 2025.

3.3. CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS (NEIS S4)

3.3.1. Políticas relacionadas com o cliente

3.3.2. Diálogo com os clientes

3.3.3. Principais ações relacionadas com os clientes

3.3.3.1. Oferta diversificada e de elevada
qualidade

3.3.3.2. Marketing responsável

3.3.3.3. Proteção de Dados

3.3.3.4. Acessibilidade universal

3.3. Consumidores e utilizadores finais (NEIS S4)

[SBM-3 / DP 10 a, c, d] [SBM-3 / DP 11] [SBM-3 / DP 12]

No Grupo El Corte Inglés, colocamos os nossos clientes no centro de todas as nossas decisões. A confiança que depositam em nós motiva-nos a evoluir continuamente e a agir com rigor e responsabilidade, focando cada passo em melhorar a sua experiência. Por isso, promovemos uma proposta de valor que responde às suas necessidades e fortalece a nossa relação com eles a cada dia.

Neste contexto, a nossa análise de materialidade dual identificou três impactos positivos, dois riscos e duas oportunidades associados aos clientes e consumidores finais:

IP	Promoção de informação objetiva e transparente para o cliente, através de práticas de <i>marketing</i> responsável e de transparência na informação referente à oferta de produtos e serviços.
IP	Aumento da disponibilidade da oferta de bens e serviços, resultado da implementação de medidas de acessibilidade universal (física, online, sensorial e cognitiva).
IP	Satisfação das necessidades dos clientes através de uma experiência de compra alinhada com as suas expetativas atuais.
R	Quebra de reputação e confiança por má gestão da proteção de dados dos clientes.
R	Perda de reputação e prejuízo económico decorrentes da comercialização de produtos e serviços que não cumprem as normas de segurança e que podem afetar a saúde e bem-estar dos clientes.
O	Atração de clientes que valorizam a sustentabilidade nas suas decisões de compra (produtos e serviços).
O	Fidelização de clientes através de estratégias de atenção personalizadas

Este capítulo explica como o Grupo desenvolve as suas atividades para gerar **impactos positivos nos consumidores** e fortalecer a sua confiança. Isto é conseguido através de uma gestão rigorosa da privacidade e segurança dos dados dos clientes, fomentando o diálogo e a transparência, e desenvolvendo práticas de marketing éticas, juntamente com uma oferta diversificada e de alta qualidade que integra critérios de sustentabilidade. Tudo isto visa proporcionar uma experiência diferenciada, acessível e conectada.

A análise de dupla materialidade identifica **riscos e oportunidades** relacionados com o consumidor, alguns dos quais decorrem da dependência de impactos previamente definidos. Esta análise orienta a implementação de ações estratégicas para prevenir e gerir potenciais incidentes, garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços e tratar os dados pessoais dos clientes de forma responsável, reforçando a sua confiança e protegendo os seus direitos. Simultaneamente, estas boas práticas permitem às empresas aproveitar as oportunidades para atrair e fidelizar clientes.

Os indicadores de desempenho relevantes (IROs) relacionados com os consumidores impactam tanto as operações de distribuição e comercialização de produtos e serviços do próprio Grupo, como as fases posteriores da cadeia de valor (a jusante), onde influenciam diretamente a experiência do consumidor.

Na abordagem da dupla materialidade, o Grupo identifica e considera especificamente os diferentes **tipos de consumidores e utilizadores finais** que podem ser afetados pela materialização destes IRO:



Clientes finais cuja privacidade e proteção de dados pessoais possam ser comprometidas, com o objetivo de garantir a confidencialidade e a segurança da informação em todas as interações.



Clientes finais que necessitam de informação clara, precisa e acessível sobre os produtos e serviços, para facilitar uma tomada de decisões informada.



Clientes finais que possam ser mais sensíveis às estratégias de comercialização e venda, como os menores de idade, para os quais se reconhece a necessidade de uma atenção especial no que diz respeito às medidas de proteção específicas em caso de impactos adversos.

Especificamente, no **El Corte Inglés Travel Group**, a análise de dupla materialidade abrange todos os seus clientes, desde viajantes individuais a empresas que gerem viagens e eventos corporativos. É dada especial atenção aos clientes seniores (55+), que podem estar mais expostos a riscos durante as suas viagens, sendo, por isso, oferecido um serviço especializado e adaptado às suas necessidades. Além disso, o Travel Group tornou a acessibilidade um foco estratégico do seu negócio de turismo, aumentando progressivamente a sua gama de produtos adaptados para garantir que as pessoas com deficiência possam desfrutar de viagens em igualdade de condições, com serviços seguros, acessíveis e personalizados.

De forma semelhante, na **KUMO Networks**, empresa de data center, os clientes são sobretudo empresas que utilizam serviços de infraestrutura e alojamento de dados. Todos os clientes estão incluídos na análise de dupla materialidade e, dado o seu perfil corporativo e a natureza dos serviços prestados, não foram identificados grupos particularmente vulneráveis. No que diz respeito aos riscos associados à privacidade e à proteção de dados, a KUMO atua exclusivamente como fornecedor de infraestrutura (IaaS) e, por conseguinte, não tem acesso ao conteúdo da informação, dados pessoais ou aplicações que os clientes alojam ou processam nessa infraestrutura. A gestão de dados e a conformidade com as normas de proteção de dados são da responsabilidade dos próprios clientes, enquanto responsáveis pelo tratamento de dados, enquanto a KUMO limita a sua atuação ao fornecimento e operação da infraestrutura física e lógica, aplicando medidas de segurança, disponibilidade e continuidade de serviço em conformidade com os contratos celebrados.

3.3.1. Políticas relacionadas com o cliente (S4-1)

[S4-1 / DP 16 a, b, c] [MDR-P / DP 65 a]

O Grupo reafirma o seu compromisso com uma gestão responsável da relação com o cliente, assente no respeito pelos direitos humanos, na proteção de dados, na transparência e na promoção de práticas sustentáveis. Este compromisso é implementado através de um conjunto de políticas e planos corporativos que servem de estrutura para a identificação e gestão de riscos.

Estas incluem a **Política Corporativa de Sustentabilidade**, a **Política Corporativa de Serviço ao Cliente**, a **Política Corporativa de Proteção de Dados** e a **Política Corporativa de Diversidade, Equidade e Inclusão**. Estes são complementados pelo **Plano de Cultura de Segurança Alimentar**, que garante a qualidade e a segurança dos produtos e protege a saúde e o bem-estar do consumidor; e pelo Código de Ética do Grupo, que estabelece princípios de conduta focados na satisfação do cliente, na transparência e no respeito pelos direitos humanos em toda a cadeia de valor.

O Grupo disponibiliza ainda aos clientes canais de comunicação acessíveis e transparentes, que facilitam o diálogo contínuo e garantem a gestão eficaz de quaisquer incidentes que possam surgir.



Para mais informações sobre os canais de comunicação do Grupo com os consumidores e utilizadores finais, consulte a secção "3.3.2. Diálogo com os clientes" no capítulo "3.3. Consumidores e utilizadores finais".

Política Corporativa de Sustentabilidade

Orienta a sua atuação para a excelência no serviço e a satisfação do cliente, e oferece uma experiência adaptada às suas necessidades. Além disso, garante a saúde, bem-estar e segurança, assim como a confidencialidade e proteção dos seus dados pessoais. O Grupo incentiva para um consumo responsável e sustentável através de uma oferta omnicanal com características sustentáveis e numa lógica de economia circular. Ainda promove a acessibilidade universal e a inovação através de uma digitalização verde e inclusiva.

Política Corporativa de Atenção e Serviço ao Cliente

Define os critérios e princípios gerais que devem orientar a relação, atenção e serviço ao cliente do Grupo, baseado no respeito pela legalidade, a máxima satisfação, a segurança e confiança. Além disso, garante uma atenção acessível, omnicanal, ágil e transparente, que protege a confidencialidade e integra a inovação, a melhoria contínua e a sustentabilidade.

Política Corporativa de Proteção de Dados

Estabelece o quadro geral para garantir a privacidade e a proteção de dados de carácter pessoal dos clientes das empresas do Grupo, e assegura a utilização ética e responsável dos dados, adaptando-o à legislação em vigor em cada momento. Além disso, são aplicadas medidas preventivas contra incidentes, o que permite mitigar os riscos relacionados com a reputação e a confiança.

Política Corporativa de Diversidade, Equidade e Inclusão

Garante a acessibilidade universal e a atenção a grupos vulneráveis, alcançando uma relação próxima e sensível às necessidades específicas destes clientes.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos consumidores e utilizadores finais, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

3.3.2. Diálogo com os clientes (S4-2; S4-3)

[S4-2 / DP 20 a]

O Grupo utiliza diversos canais de comunicação com os seus clientes para garantir um diálogo aberto e fluído e manter uma relação consistente e eficaz com os mesmos. Esta colaboração ocorre tanto diretamente com os clientes como através de associações de consumidores e de organismos representativos, e é apoiada por mecanismos consolidados, como a escuta ativa e a análise contínua das suas opiniões. Através destes processos, o Grupo integra as expectativas e preocupações dos consumidores na gestão dos seus impactos reais e potenciais, permitindo orientar a tomada de decisões estratégicas em áreas-chave como a proteção de dados e a privacidade, a transparência e o marketing responsável, e a inclusão social nos seus produtos e serviços.

Comunicação permanente multicanal

[S4-2 / DP 20 b, c, d] [S4-2 / DP 21] S4-2 / DP 25 c] [S4-3 / DP 26]

O **Serviço de Apoio ao Cliente** do El Corte Inglés é um sistema multicanal concebido para oferecer aos consumidores uma assistência rápida, acessível e especializada durante todo o processo de compra. A empresa disponibiliza aos utilizadores diversos canais, incluindo telefone, WhatsApp, e-mail, SMS, formulário online e chat, permitindo-lhes resolver dúvidas, gerir problemas, registar reclamações ou solicitar informações de forma rápida e fácil. Este modelo é complementado pelo atendimento presencial nas lojas de departamento, onde os clientes podem obter informações sobre os produtos e tratar de outros assuntos relacionados com a experiência de compra. De um modo geral, o serviço destaca-se pela sua ampla disponibilidade, pelo foco na resolução eficaz de problemas e pelo compromisso com a satisfação do cliente, fomentando, assim, uma relação de confiança e de apoio contínuo.

Todas as solicitações são processadas através de um sistema de gestão abrangente que permite respostas rápidas e eficazes. Estes canais são configurados de acordo com critérios de acessibilidade e equidade, com o objetivo de garantir um serviço inclusivo para todos os clientes e atender adequadamente às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade.

No que respeita aos canais de atendimento ao cliente descritos, o Grupo garante que as comunicações dos consumidores e dos utilizadores finais serão tratadas com estrita confidencialidade e poderão ser feitas de forma anónima, se assim o desejar. As reclamações comerciais são processadas diretamente pelo nosso Departamento de Apoio ao Cliente, de acordo com as normas e princípios estabelecidos na Política Corporativa de Serviço ao Cliente. Em caso de violação desta Política (e, portanto, dos princípios fundamentais do Serviço ao Cliente), os clientes podem apresentar uma reclamação à Central de Ética ou o **Departamento de Compliance e Gestão de Riscos** poderá iniciar uma investigação.



Para mais informações sobre o Departamento de Conformidade Regulamentar e Controlo de Riscos, consulte o capítulo "4.1. Conduta Empresarial".

Este contexto corporativo, que integra a Política Corporativa de Serviço ao Cliente e o Código de Ética do Grupo, coloca a satisfação do cliente, a qualidade do serviço e a transparência como princípios orientadores da atividade comercial.

A abordagem de comunicação multicanal é complementada por uma estratégia digital que permite ao Grupo expandir a sua capacidade de interação com os clientes para além dos canais de atendimento direto, reforçando a sua presença em ambientes online e redes sociais.

A **estratégia de conteúdos** baseia-se na criatividade e nas tendências, oferecendo inspiração e conselhos práticos, e destacando produtos exclusivos em categorias como moda, casa, gastronomia, beleza, desporto, cultura e tecnologia. O conteúdo é publicado diariamente em mais de 20 redes sociais, apoiando o cliente e reforçando o posicionamento das lojas como espaços de experiência e prazer.

Durante o exercício foram criados 10 novos perfis no Instagram: Coconut, Southern Cotton, Lloyds, Stella Rittwagen, Jo & Mr Joe, Emidio Tucci, Boomerang, Culture, Sports e Technology, fortalecendo a identidade das marcas e expandindo a sua presença digital.

No âmbito da sua estratégia de marca, o El Corte Inglés colaborou com mais de 800 criadores de conteúdos, que geraram mais de 2.000 publicações, posicionando a empresa como uma das marcas líderes do setor.

No ano fiscal de 2025, o número de visitas às nossas redes sociais foi de 20,5 milhões e têm uma comunidade total de 9,6 milhões de seguidores, com um crescimento de 32,3% em relação ao ano anterior.

O Grupo tem um amplo alcance através dos seus canais digitais — websites, aplicações móveis e redes sociais — bem como pela sua rede de lojas físicas, que funcionam como canais essenciais de relacionamento com o cliente. Em relação às visitas às lojas, sites e aplicações do Grupo, bem como ao número de clientes registados nos sites de retalho e seguidores nas redes sociais, os principais dados são os seguintes:



Neste contexto, a **eficácia da colaboração** é continuamente avaliada através da monitorização da experiência e da perceção do consumidor, tanto numa perspetiva relacional, ligada ao posicionamento e às relações de longo prazo com a marca, como numa perspetiva transaccional, associada a cada interação específica. Esta abordagem permite a identificação de oportunidades de melhoria tanto a nível estratégico como operacional. Para tal, o Grupo combina a monitorização contínua e abrangente das redes sociais através da escuta ativa com a aplicação regular de inquéritos de satisfação do cliente a nível corporativo (4.717.754 inquéritos realizados em todo o Grupo), que recolhem feedback direto dos clientes. Os relatórios semanais, incluindo comentários diretos e indiretos, são elaborados e partilhados com os chefes de departamento para apoiar a tomada de decisões e a melhoria contínua.

O Grupo continua a utilizar ferramentas como o **Net Promoter Score (NPS)** para monitorizar a **satisfação dos clientes**, identificar os níveis de fidelização e avaliar a qualidade das suas interações com a empresa. Ao longo do ano, os índices de satisfação dos clientes atingiram os 46 para o El Corte Inglés, os 58 para o El Corte Inglés-Grandes Armazéns e os 63,89 para o Grupo Viajes. Estes resultados servem de incentivo para impulsionar a melhoria contínua e a excelência dos serviços.

O Grupo mantém ainda uma relação de colaboração e transparência com a **Organização de Consumidores e Utilizadores (OCU)**, reafirmando o seu compromisso com a proteção dos direitos dos consumidores e com a melhoria contínua dos seus serviços e produtos. Esta colaboração permite ao Grupo responder às preocupações e exigências dos consumidores de forma responsável e personalizada, reforçando a confiança e a satisfação a longo prazo.

Gestão de Incidentes

[S4-3 / DP 25 a] [S4-3 / DP 25 b, d] [S4-2 / DP 26]

O Grupo estrutura o seu Serviço de Apoio ao Cliente como um modelo abrangente, visando proporcionar uma gestão de incidentes eficaz e personalizada, adaptada às necessidades do cliente, com o suporte de um ambiente multicanal que facilita o acesso e a interação, conforme descrito na secção anterior.

Para garantir a rastreabilidade e o acompanhamento de todas as consultas e reclamações, é utilizada a plataforma CRM Salesforce Services. Esta plataforma atribui um identificador único a cada caso e permite a sua monitorização durante todo o processo. Dependendo da natureza e complexidade, os pedidos podem ser resolvidos no primeiro contacto (FCR) ou encaminhados para departamentos especializados, como Compras, Logística ou Armazém. Em situações particularmente críticas, a Unidade de Resolução de Problemas do Cliente (URC) assume a gestão para prestar cuidados prioritários.

Além disso, o El Corte Inglés realiza análises contínuas da utilização e desempenho dos seus canais de atendimento ao cliente, tanto presenciais como remotos, monitorizando indicadores operacionais importantes, como o Tempo Médio de Operação (TMO), o Tempo Médio de Resolução (TMR) e os Níveis de Serviço (NS), com o objetivo de otimizar a eficiência e os tempos de resposta.

No ano fiscal de 2025, o El Corte Inglés registou um total de 1.560.904 reclamações e queixas (1.618.533 em 2024), das quais 0,27% foram consideradas oficiais. O tempo médio de resolução foi de 5,08 dias, em comparação com os 10,50 dias do ano anterior. Além disso, foram atendidas 2.943.237 consultas através dos vários canais de contacto disponíveis. As interações com os clientes estiveram relacionadas principalmente com o estado dos pedidos, gestão de devoluções e atrasos na entrega. Observou-se uma melhoria contínua no Nível de Serviço Logístico (NSL), juntamente com uma redução no volume de encomendas pendentes de entrega, o que impactou diretamente o número de relatórios de incidentes registados. O Tempo Médio de Resolução (TMR) apresentou uma tendência positiva, resultante do aumento da eficiência da equipa operacional. Adicionalmente, a monitorização proativa do indicador-chave de desempenho (KPI) de Tempo

Médio de Resolução (TMR) contribuiu significativamente para a melhoria dos resultados operacionais.

Em relação às restantes empresas do Grupo, foram registadas 2.110 reclamações oficiais no exercício de 2025 (2.870 no ano anterior). A heterogeneidade das atividades e dos modelos operacionais das diferentes linhas de negócio implica prazos de resolução variáveis, que dependem de fatores como a natureza do produto ou serviço, a complexidade do caso e a necessidade de intervenção de departamentos técnicos ou especializados. Em qualquer caso, as reclamações são processadas de acordo com os procedimentos internos estabelecidos, garantindo o seu acompanhamento, rastreabilidade e resposta em tempo útil, com o objetivo de oferecer soluções proporcionais e adequadas a cada situação.

3.3.3. Principais ações relacionadas com os clientes (S4-4; S4-5)

3.3.3.1. Oferta diversificada e de elevada qualidade

[S4-4 / DP 31 c]

O Grupo oferece aos seus clientes uma **vasta e variada gama de produtos e serviços**, assente em princípios como a qualidade, a segurança e a transparência. Esta abordagem reflete-se na Política Corporativa de Serviço ao Cliente, cujo objetivo é assegurar uma **excelente experiência de compra** baseada na confiança, na proteção adequada dos dados pessoais e no reforço da relação com o cliente, contribuindo assim para a preservação da reputação da empresa.

A gestão responsável da informação e a comunicação clara e verídica do produto ou serviço são essenciais para garantir práticas de marketing éticas e facilitar decisões informadas por parte do consumidor. Nesse mesmo sentido, a sustentabilidade integra-se como um valor diferenciador na proposta de negócio do Grupo, respondendo a uma crescente procura por parte dos clientes que priorizam critérios responsáveis nas suas escolhas de compra. Este compromisso concretiza-se através da melhoria contínua e da inovação de produtos e serviços, com o objetivo de promover um **consumo mais consciente e ambientalmente responsável**.

Além disso, abordar a **diversidade social** é parte integrante da estratégia de relacionamento com o cliente, em consonância com a Política Corporativa de Diversidade, Equidade e Inclusão, que promove um tratamento justo e equitativo, adaptado às diferentes necessidades e realidades. Desta forma, o El Corte Inglés garante uma experiência inclusiva e transparente para o cliente, alinhada com os princípios de responsabilidade e sustentabilidade que orientam as suas operações.

Oferta de produtos sustentáveis do Grupo

[S4-4 / DP 33 b] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

O compromisso do Grupo com a sustentabilidade reflete-se numa seleção rigorosa de produtos, tanto de marcas próprias como de terceiros, que integram critérios ambientais e sociais, respondendo assim à crescente procura de um consumo mais responsável.

Com o objetivo de melhorar esta abordagem e reforçar a clareza e o nível de detalhe dos nossos compromissos no que respeita à oferta de produtos sustentáveis, estamos a trabalhar na definição de objetivos. Neste sentido, para o próximo ano, foram estabelecidos uma série de compromissos associados a diferentes certificações ambientais, permitindo-nos refletir com maior precisão os esforços e o progresso do El Corte Inglés e da ECIGA nesta área:

Ações (de longo prazo)	Compromissos específicos para o ano fiscal de 2026
Aumento da oferta de pesca sustentável	
Aumentar a presença de marisco com certificação global no balcão de peixe fresco.	Aumentar a oferta de peixe com certificação MSC e ASC em pelo menos 3% do total.
Continuar a apoiar a aquacultura certificada no balcão de alimentos frescos.	Manter mais de 60% do fornecimento de aquacultura certificado e certificar pelo menos uma nova espécie.
Alargar a certificação de pesca sustentável para a ECIGA.	Certificar os produtos frescos do balcão da ECIGA de acordo com as normas MSC e ASC.
Escolha a agricultura biológica.	
Aumentar a oferta de produtos biológicos disponíveis na categoria de nutrição e bem-estar.	Garantir que pelo menos 30% dos produtos de nutrição e bem-estar possuem o selo de produto biológico.
Aumentar a oferta de produtos biológicos disponíveis na categoria de produtos para bebés.	Garantir que pelo menos 25% das referências a produtos para bebés possuem o selo de produto biológico.
Garantir o fornecimento de produtos sustentáveis de papel e celulose.	
Manter o fornecimento de produtos de papel e celulose (exceto toalhetes) provenientes de florestas geridas de forma responsável na categoria de produtos de farmácia e limpeza.	Garantimos que 100% dos nossos produtos de papel e celulose de marca própria são certificados pelo FSC ou PEFC. Garanta que pelo menos 75% das referências de marcas externas possuem certificação FSC ou PEFC.
Bem-estar animal	
Manter um elevado nível de fornecimento de produtos que cumpram os padrões de bem-estar animal na categoria de ovos.	Garantir que 100% dos ovos da nossa marca própria possuem certificação de bem-estar animal (Welfare). Garantir que 100% dos ovos frescos vendidos são provenientes de galinhas criadas ao ar livre.
Manter uma vasta gama de produtos que cumpram as normas de bem-estar animal na categoria de frango e peru frescos.	Manter 100% do fornecimento de toda a categoria de frango e peru frescos com certificação de bem-estar animal (Welfare). Manter 100% do fornecimento de frango fresco de marca própria e de crescimento lento.
Compromisso com as fibras têxteis	
Manter ou aumentar os níveis de fornecimento responsável de algodão e consolidar e expandir a utilização de certificações de fibras recicladas (GRS, RCS - Textile Exchange) na marca própria.	Garantir que pelo menos 90% do algodão de marca própria está incluído nos programas da Iniciativa de Boas Práticas (BCI) ou possui certificação biológica (OCS).
Dinamizar a produção local ao abrigo do "Protocolo Produzido em Espanha/Portugal"	
Valorização de produtos e acessórios têxteis.	
Aumentar a oferta de brinquedos.	Garantir que pelo menos 50% dos fornecedores de marcas próprias com sede e produção em Espanha ou Portugal cumprem o protocolo "Produzido em Espanha/Portugal" e são auditados.
Aumentar a oferta de copos, talheres e acessórios de cozinha.	
Aumentar a oferta de louça de barro e porcelana.	Garantir que pelo menos 80% dos fornecedores de marcas próprias com sede e produção em Espanha ou Portugal cumprem o protocolo "Produzido em Espanha/Portugal" e são auditados.

Além disso, e em linha com o nosso compromisso com os produtos locais, comercializamos leite convencional e milkshakes da marca própria El Corte Inglés, ambos 100% de origem espanhola, com rastreabilidade garantida, apoiando assim a sustentabilidade económica do setor.

O El Corte Inglés estabelece requisitos de rastreabilidade e de diligência prévia como garantia de um fornecimento sustentável de matérias-primas, em conformidade com os princípios da sua Política Corporativa de Compras.

Neste contexto, está em curso o desenvolvimento de um sistema de due diligence que permita a rastreabilidade das matérias-primas essenciais até à sua origem, como a madeira e os produtos de madeira, o café, o cacau, a soja, o óleo de palma, o gado e a borracha. Este sistema distingue diferentes cenários:

- Na nossa responsabilidade para com as nossas marcas próprias, reforçamos a rastreabilidade até à origem, apoiando os fornecedores, solicitando documentação comprovativa e estabelecendo controlos que garantam uma cadeia de valor robusta.
- No caso das marcas externas, aplica-se um processo de categorização e análise de risco com o objetivo de garantir um fornecimento responsável desde a origem.
- Relativamente aos produtos certificados, são utilizados esquemas de certificação independentes de terceiros, com normas rigorosas de sustentabilidade e rastreabilidade desde a produção até ao produto final, focadas na proteção da biodiversidade, na redução das emissões e no apoio às comunidades locais. Entre estes, destacam-se o Forest Stewardship Council (FSC), o Program for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) e a RSPO (Round Table on Sustainable Palm Oil).

Em consonância com esta abordagem estruturada, o Grupo dispõe de **políticas, procedimentos internos e orientações específicas** de compras responsáveis, elaboradas para orientar os diversos intervenientes na cadeia de valor. Entre elas, incluem-se:

Guia de Produtos Sustentáveis

Estabelece os atributos de sustentabilidade que os fornecedores devem considerar nos seus produtos, tanto os das suas próprias marcas como os das marcas externas.

Procedimento interno de compras sustentáveis

Regulamenta e uniformiza o processo de aquisição de produtos sustentáveis de marca própria, para garantir o cumprimento das disposições do Guia de Produtos Sustentáveis.

Protocolo interno para “Produzido em Espanha” e “Produzido em Portugal”

O Grupo dispõe de protocolos internos específicos destinados a destacar e valorizar a produção local. O Protocolo "Made in Spain", implementado em 2023 na divisão de moda infantil, foi este ano alargado às restantes divisões de moda, reforçando o reconhecimento da origem nacional de determinados produtos. De forma complementar, o Protocolo "Made in Portugal" visa reconhecer e valorizar a produção local neste mercado, contribuindo para fomentar um sentimento de proximidade e identidade local através da oferta de produtos.

Cliente sustentável

[S4-4 / DP 31 c] [S4-4 / DP 33 b] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

Neste contexto, identificámos um grupo de consumidores cujos padrões de compra demonstram claramente uma preferência por produtos com atributos sustentáveis, que designamos por cliente sustentável. Este perfil, que tem apresentado um crescimento constante nos últimos anos e demonstra um elevado nível de engagement nas iniciativas promovidas pela empresa, constitui um segmento estratégico do negócio.

Em linha com esta evolução e no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2025-2030, o Grupo definiu a fidelização sustentável dos clientes como um dos seus compromissos prioritários. Para tal, estabeleceu o objetivo de aumentar o número de campanhas direcionadas para

consumidores interessados na sustentabilidade até 2026, expandindo os formatos e as estratégias de engagement para melhorar as taxas de conversão e impulsionar o crescimento sustentável dos negócios. Nesta abordagem, o cliente é visto como um parceiro fundamental na criação de valor a longo prazo.

Ao longo do ano, os esforços concentraram-se no consumidor sustentável nos setores alimentar, eletrodomésticos e eletrónica. A primeira fase envolveu uma análise mais aprofundada das suas preferências em matéria de sustentabilidade. Com base nas descobertas, foram desenvolvidas campanhas de micromarketing direcionadas para destacar as características sustentáveis dos produtos que melhor se adequam às suas expectativas.

Entretanto, a **Viajes El Corte Inglés** realizou um estudo populacional sobre a perceção e as expectativas em relação à sustentabilidade no sector das viagens, com o objetivo de compreender o nível de consciencialização do consumidor nesta área e o que este exige de uma agência de viagens em termos de sustentabilidade.

Qualidade e segurança

[S4-4 / DP 31 c] [S4-4 / DP 33 a] [S4-4 / DP 37] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

O Grupo El Corte Inglés mantém um firme compromisso com a qualidade, a segurança e a excelência na prestação dos seus serviços e na comercialização dos seus produtos, visando a salvaguarda da saúde, bem-estar, proteção e segurança dos seus clientes. Este compromisso está descrito na **Política Corporativa de Serviço ao Cliente**.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos consumidores e utilizadores finais, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

No âmbito deste compromisso, várias empresas do Grupo possuem **sistemas de gestão certificados** segundo normas internacionais reconhecidas, garantindo processos normalizados, melhoria contínua e gestão adequada do risco. Estas certificações incluem as seguintes:

ISO 9001 – Gestão da Qualidade	El Corte Inglés Empresas, SICOR, KUMO Networks e Viajes El Corte Inglés
ISO 14001 – Gestão Ambiental	El Corte Inglés Empresas, SICOR e KUMO Networks
ISO 45001 – Saúde e Segurança no Trabalho	El Corte Inglés Empresas e SICOR
ISO/IEC 27001 – Segurança da Informação	KUMO Networks, SICOR e Viajes El Corte Inglés

Estas certificações envolvem auditorias internas e externas periódicas, controlo de documentos e revisão contínua de processos.

A Organização reforça o seu compromisso com a segurança dos produtos como pilar fundamental da sua estratégia de qualidade, alinhando com os princípios estabelecidos no Regulamento Geral de Segurança dos Produtos (RGSP). Neste sentido, a Empresa integra uma abordagem de “segurança desde a conceção” ao desenvolvimento dos seus produtos, garantindo que estes cumprem os mais elevados padrões de proteção do consumidor ao longo de todo o seu ciclo de vida. Este compromisso traduz-se na implementação de procedimentos que visam a prevenção de riscos, a garantia da conformidade regulamentar e a promoção da melhoria contínua, contribuindo, assim, para a construção da confiança entre os nossos clientes.

Neste sentido, o Grupo dispõe de um **Procedimento de Alerta** que permite identificar, localizar e retirar de venda, de forma rápida, qualquer produto que possa representar um risco para os consumidores. Estes protocolos aplicam-se tanto a produtos alimentares como a produtos não alimentares e são coordenados com as redes nacionais de alerta, os sistemas oficiais de vigilância e

os próprios fornecedores, garantindo uma resposta eficaz e alinhada com as melhores práticas em matéria de segurança dos produtos.

Para garantir a correta implementação destes sistemas e procedimentos, o Grupo atribui recursos especializados e dispõe de equipas técnicas dedicadas à supervisão da qualidade e segurança dos produtos e serviços. O Departamento de Qualidade e Segurança de Produtos atua em diversas áreas da empresa, oferecendo consultoria técnica e facilitando a implementação de normas e melhores práticas.

Na área tecnológica, empresas como a **KUMO Networks**, operadora de centros de dados do Grupo, possuem sistemas de gestão certificados que garantem a disponibilidade, a resiliência e a segurança dos serviços digitais, incluindo normas internacionais de qualidade, gestão de serviços de TI, segurança da informação e continuidade de negócio.

Da mesma forma, outras empresas do Grupo, como a **SICOR** ou a **Viajes El Corte Inglés**, dispõem de procedimentos específicos destinados a reforçar a qualidade do serviço e do atendimento ao cliente, incluindo sistemas de gestão de reclamações, mecanismos de melhoria contínua e certificações em segurança da informação e proteção de dados.

Alimentação – Bens de Consumo

[S4-4 / DP 31 c] [S4-4 / DP 33 a] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

Para garantir o cumprimento dos compromissos de qualidade e segurança, todas as ações assentam numa cultura de segurança alimentar. Neste sentido, a empresa tem um **Plano de Cultura de Segurança Alimentar**, que é monitorizado através de indicadores específicos alinhados com os objetivos corporativos nesta área. Com base nestes objetivos, são definidos protocolos e procedimentos essenciais para orientar as operações diárias e garantir a excelência e a segurança dos produtos.

Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (SGSA)	Sistema baseado nos princípios da Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo (HACCP) e nas boas práticas de higiene e manuseamento, aplicado em toda a cadeia de valor e em conformidade com as normas em vigor.
Gestão de fornecedores	Os fornecedores de produtos de marca própria possuem certificações de segurança alimentar reconhecidas pela Global Food Safety Initiative (GFSI) e estão sujeitos a processos de seleção, qualificação e monitorização.
Normas de segurança alimentar	As nossas próprias instalações de fabrico são certificadas pela norma FSSC 22000, o que reforça a gestão de riscos e a melhoria contínua dos processos.
Plano de Auditoria de Segurança Alimentar	Verificar a implementação do SGSA, incluindo as boas práticas de manipulação e as medidas de higiene nas instalações, reforçando os controlos de segurança alimentar.
Plano Analítico	Inclui controlos analíticos realizados por laboratórios externos acreditados para verificar a segurança e a qualidade dos produtos.
Plano de Educação Contínua	Formação contínua em higiene e manipulação de alimentos dirigida às equipas em lojas, centros de logística e centros de produção.

Em 2025, foram realizadas 1.379 auditorias de segurança alimentar, mantendo-se um número em linha com o ano anterior (1.358). Destacamos o aumento de 11,34% das auditorias em Portugal, que totalizaram 108 este ano, contra 97 em 2024.

Adicionalmente, foi lançado o Plano de Reforço do Controlo dos Fornecedores de Alimentos, um novo projeto que visa intensificar a supervisão dos fornecedores externos de alimentos. Este plano aplica-se aos fabricantes de matérias-primas utilizadas na padaria de Valdemoro (Madrid), nas secções de alimentos preparados e produtos frescos dos supermercados e no setor da hotelaria (Fase II), bem como a operadores externos aos quais alocamos espaço nas nossas instalações para oferecer os seus produtos e serviços. Durante este período, foram realizadas 25 auditorias às

instalações destes fornecedores, com base em requisitos alinhados com as normas da GFSI (Global Food Safety Initiative).

Têxtil (Soft Lines)

[S4-4 / DP 31 c] [S4-4 / DP 33 a] [MDR-A / DP 68 a, b, c, e]

O El Corte Inglés aplica a **Norma de Segurança para Têxteis, Calçado e Acessórios**, que inclui:

- Utilização e presença de substâncias químicas durante o processo de fabrico, com proibições, limitações e diretrizes obrigatórias para todos os nossos fornecedores.
- A segurança dos produtos para crianças, com requisitos específicos para minimizar qualquer possível risco associado a esta categoria.

A correta aplicação deste quadro regulamentar exige uma estreita cooperação com os fornecedores. Para tal, o El Corte Inglés disponibiliza-lhes informação técnica e ferramentas que facilitam a adaptação adequada dos seus processos e produtos aos requisitos estabelecidos. Entre estas ferramentas encontra-se a **Lista de Substâncias Restritas à Fabrico** (MRSL), que serve de guia para as melhores práticas e orienta a produção para produtos seguros e isentos de substâncias proibidas ou restritas.

Para garantir a conformidade eficaz com a Norma de Segurança para Têxteis, Calçado e Acessórios, o Grupo dispõe de um **Plano de Amostragem** abrangente para detetar e prevenir potenciais riscos nos seus produtos. São realizados diversos testes e verificações, incluindo análises químicas e testes específicos de segurança infantil, garantindo que os artigos cumprem os requisitos estabelecidos e mantêm os níveis de segurança exigidos.

Tipo de teste	Compromisso	Progresso em 2025
Ensaio físico-mecânico de têxteis, calçado e acessórios (marca própria).	Verificar a conformidade com as normas de qualidade.	Elaboração de 5.009 relatórios. Existem três padrões de qualidade, A, B e C, e é a marca que define o seu posicionamento.
Testes químicos em têxteis (marca própria).	Garantir a conformidade com o Regulamento REACH e outras normas de segurança.	Elaboração de 8.233 relatórios, dos quais 76% correspondem a substâncias químicas perigosas.
Testes de segurança infantil para artigos de bebés e crianças (marca própria).	Verifique a resistência dos componentes mais pequenos, bem como o posicionamento e o comprimento dos cabos em 100% dos modelos.	Elaboração de 1.974 relatórios, representando 100% dos modelos.

Além disso, durante o ano fiscal de 2025, foram realizados testes em produtos de farmácia e perfumaria de marca própria, totalizando 149 testes.

Bazar (Hard Lines)

[S4-4 / DP 31 c] [S4-4 / DP 33 a] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

Esta categoria abrange uma gama muito diversificada de artigos, incluindo artigos para a casa, brinquedos, eletrodomésticos, mobiliário, artigos desportivos e artigos em contacto com alimentos, como utensílios de cozinha. Para gerir adequadamente os riscos associados, o El Corte Inglés classifica os produtos de acordo com o seu nível de risco e exige que os fornecedores cumpram os requisitos específicos descritos nos procedimentos de Requisitos de Qualidade do ECI. Estes requisitos detalham as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, determinam os ensaios laboratoriais que devem ser realizados na origem, estabelecem as certificações obrigatórias e definem limites de tolerância e controlos específicos para cada tipo de produto.

No caso das **marcas próprias**, o Grupo desenvolveu **mecanismos adicionais** para reforçar a gestão e o controlo dos riscos associados a cada categoria. Neste contexto, foi implementado o **Procedimento Geral para Produtos de Marca Própria**, de forma a garantir que os produtos de marca própria cumprem as normas de segurança e de comercialização em vigor em cada mercado, bem como as normas internas de qualidade, desempenho e comparabilidade.

Para isso, são realizados diversos **testes de segurança e qualidade**, suportados por uma matriz de categorização que classifica os produtos de acordo com o seu nível de risco. Com base nesta avaliação, é definido um sistema de controlo específico, que inclui testes pré-mercado.

Requisitos específicos por categoria

Equipamentos elétricos e eletrónicos	Os dispositivos elétricos estão sujeitos a regulamentos relativos à baixa tensão, compatibilidade eletromagnética, ecodesign e química. Para garantir a conformidade, exigimos que os nossos fornecedores apresentem certificações e relatórios de ensaios de acordo com as respetivas normas europeias e espanholas, que reforçamos com os nossos próprios ensaios.
Brinquedos	Em conformidade com a Diretiva Europeia 2009/48/CE e as suas alterações relativas à segurança dos brinquedos, implementámos controlos rigorosos que abrangem a avaliação de substâncias e materiais, bem como a realização de testes físico-mecânicos, químicos e de inflamabilidade, garantindo que estes produtos cumprem os mais elevados padrões de segurança.
Produtos em contacto com alimentos	As substâncias presentes nestes produtos estão sujeitas a rigorosos controlos regulamentares. Além disso, para determinados materiais, aplicamos os critérios estabelecidos pelo Centro Comum de Investigação (CCI), garantindo o cumprimento das melhores práticas e dos mais exigentes padrões de segurança alimentar.

Transparência e Rotulagem de Produtos

[S4-4 / DP 31 c] [S4-4 / DP 37] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

Fornecer informação completa, precisa e transparente sobre os produtos e serviços que comercializa é um aspeto fundamental para o Grupo El Corte Inglés. A transparência permite aos clientes avaliar adequadamente as diferentes opções e escolher aquelas que melhor se adequam às suas necessidades e expectativas.

Para tal, o Grupo implementou protocolos para garantir uma rotulagem detalhada que esteja em conformidade com as normas em vigor, além de fornecer manuais de instruções claros e abrangentes. Ademais, os clientes têm acesso a informação adicional através do site, o que lhes permite encontrar de forma rápida e fácil os dados essenciais de cada produto.

A rotulagem é revista por técnicos especializados em cada categoria, que verificam a sua exatidão e conformidade com a legislação aplicável. Este procedimento de revisão é adaptado às características específicas de cada tipo de produto comercializado nas diferentes áreas do comércio a retalho.

1. Eletrodomésticos e aparelhos elétricos de marca própria

O Grupo valida a informação sobre eficiência energética através da análise da documentação emitida pelos laboratórios acreditados, garantindo a conformidade com as normas regulamentares. Além disso, responde à crescente procura por produtos mais sustentáveis e com menor impacto ambiental.

2. Alimentos e Bens de Consumo

Na categoria de produtos alimentares, o Grupo garante informação transparente que vai ao encontro das expectativas do consumidor, apoiada por processos rigorosos de revisão e auditoria:

- As auditorias de segurança alimentar são realizadas para avaliar a informação obrigatória para o consumidor em produtos embalados e manuseados em loja, reforçando a conformidade com as normas regulamentares e a precisão da informação apresentada.
- Para os seus produtos alimentares de marca própria, o Grupo segue protocolos internos que definem a informação essencial que deve ser fornecida.
Além disso, o Grupo adapta a sua rotulagem para destacar aspetos relacionados com a qualidade, a saúde e a sustentabilidade dos seus produtos. Estes incluem o seguinte:
- Designações distintivas, como Denominações de Origem Protegida (DOP), Indicações Geográficas Protegidas (IGP), selos de bem-estar animal, certificações de produtos biológicos e sem glúten, entre outras. Todas as certificações acima referidas são verificadas através de testes analíticos ou de certificação.
- Em consonância com o conceito de "Rótulo Limpo", colaboramos com os fornecedores para avaliar a eliminação de determinados aditivos dos produtos sem comprometer a sua qualidade ou segurança, refletindo estas alterações na rotulagem.

3. Têxteis de marca própria

As peças de vestuário são submetidas a testes de qualidade e segurança para verificar a exatidão das fibras e das percentagens declaradas na etiqueta. O site complementa esta informação com avisos de utilização, pictogramas e declarações de conformidade para têxteis e artigos para o lar, disponíveis em três línguas.

4. Brinquedos inclusivos de marca própria

O Grupo, em colaboração com agências governamentais, laboratórios e institutos de tecnologia, desenvolveu um estudo para identificar brinquedos adequados a crianças com deficiência ou que possam ser adaptados. O sistema Iconotoys destaca os brinquedos recomendados ou adaptáveis, bem como aqueles que estimulam competências como a criatividade, a socialização e o raciocínio. Estas informações são depois apresentadas na embalagem e no catálogo de brinquedos.

O nosso compromisso com a transparência e a sustentabilidade traduz-se em garantir uma rotulagem clara e verificável dos produtos que comercializamos. Continuamos também a trabalhar para assegurar que todas as informações ambientais fornecidas são precisas e compreensíveis para os consumidores.

Além disso, para incentivar decisões de compra mais responsáveis, o Grupo disponibiliza no seu site e no catálogo online do supermercado informação sobre as certificações de sustentabilidade associadas aos seus produtos. Esta secção inclui certificações como o Forest Stewardship Council (FSC), o Marine Stewardship Council (MSC) e o Aquaculture Stewardship Council (ASC), além de destacar iniciativas relacionadas com o bem-estar animal, o comércio justo e a redução do impacto ambiental, entre outros aspetos.

Personalização dos serviços e produtos do Grupo

[S4-4 / DP 33 b] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

O Grupo está a reforçar o seu modelo de personalização e especialização como alavanca para melhorar a experiência do cliente. Para isso, está a promover várias linhas de ação que visam a adaptação de produtos e serviços a necessidades específicas:

Assessoria especializada

Formação contínua das equipas para que atuem como consultores especializados nas diferentes áreas de negócio, tanto na venda de produtos, como na prestação de serviços diferenciados, entre os quais se destacam o *Personal Shopper*, o serviço de intérpretes, devolução imediata do IVA a turistas internacionais e Assessoria Personalizada de Viagens (APV).

Conhecimento do cliente

Desenvolvimento de iniciativas em ambientes físicos e digitais que permitam antecipar necessidades e oferecer propostas mais adequadas, incorporando informação sobre interesses e preferências em áreas como a sustentabilidade, gastronomia, moda, puericultura ou animais de estimação, sempre no contexto da legislação aplicável em matérias de proteção de dados.

Alimentação adaptada

Oferta específica para grupos com necessidades alimentares específicas, com mais de 15.919 referências adequadas para pessoas com restrições alimentares por motivos de saúde e 660 produtos que cumprem requisitos kosher e halal. Além disso, a proposta gastronómica inclui alternativas adaptadas a diferentes intolerâncias, preferências e requisitos dietéticos, garantindo uma oferta diversificada para todos os clientes.

Meios de pagamento personalizados

O Cartão El Corte Inglés conta com cerca de 11,9 milhões de utilizadores, dos quais 3,8 milhões já dispõem da nova modalidade. Constitui uma ferramenta fundamental de personalização, ao oferecer condições de pagamento flexíveis, promoções exclusivas e vantagens adicionais, tanto na loja física como na loja online.

Serviços personalizados de Viagens

A Viagens El Corte Inglés adapta a sua proposta a diferentes segmentos de clientes. Por um lado, participa, na qualidade de agência acreditada em programas nacionais e regionais destinados a pessoas com mais de 55 anos, que visam promover um estilo de vida ativo através de atividades culturais e recreativas que contribuem para melhorar a saúde, o bem-estar, a qualidade de vida e a integração social, ao mesmo tempo favorecem a dinamização do turismo e a atividade económica do setor.

Por outro lado, lançou as Viagens El Corte Inglés Empresas +, uma plataforma digital personalizada para clientes corporativos que permite gerir viagens de forma ágil, simples e 100% online. Com tecnologia própria e um design centrado na experiência do utilizador, esta ferramenta responde às necessidades de eficiência, controlo e qualidade do segmento empresarial.

Serviços para casa (SICOR)

No âmbito dos serviços para casa, o Grupo SICOR personaliza as suas soluções, principalmente através do SICOR Teleassistência e SICOR Alarmes, adaptando tanto o atendimento prestado como a tecnologia utilizada às necessidades específicas de cada cliente, com o objetivo de reforçar a proteção, a autonomia e a segurança no ambiente doméstico e profissional.

3.3.3.2. Marketing Responsável

[S4-4 / DP 31 b, c, d] [S4-4 / DP 33 b] [MDR-A / DP 68 a, b, c, d, e] [MDR-M / DP 75] [MDR-M / DP 77 a]

O El Corte Inglés desenvolve uma abordagem abrangente à comunicação comercial responsável, visando gerar impactos positivos na relação com os nossos consumidores, mitigando os riscos regulamentares e de reputação e gerando relações de confiança sustentáveis.

Em primeiro lugar, garantimos que toda a **comunicação é objetiva, transparente e verídica**, de forma a assegurar que as informações sobre produtos, preços e promoções refletem fielmente as suas características, não induzam em erro e sejam consistentes com as condições reais e a validade de cada campanha.

Em termos de conformidade regulamentar, o Grupo respeita rigorosamente a legislação aplicável em matéria de publicidade, práticas comerciais, transparência de preços e promoções,

regulamentos específicos do setor (como financiamento ao consumidor ou produtos para crianças) e regulamentos de proteção de dados pessoais.

Como medida preventiva adicional, o El Corte Inglés é membro activo da **Autocontrol**, um organismo independente de auto-regulação do sector publicitário em Espanha. As campanhas de alto impacto, como as dirigidas a menores ou as relacionadas com financiamento, são submetidas ao sistema de consultoria Copy Advice® para verificação da sua conformidade legal, ética e com as melhores práticas. Em caso de reclamações, é acionado um procedimento interno em coordenação com o Departamento Jurídico, com resposta no prazo de cinco dias úteis e, quando aplicável, a adoção de medidas corretivas, como a remoção ou modificação de materiais ou suportes publicitários.

Em 2025, foi recebida uma reclamação referente à informação do produto no site. Esta reclamação foi encaminhada para o departamento responsável para gestão e resolução. A monitorização destas questões baseia-se em métricas como o número e o tipo de incidentes e reclamações registados pela Autocontrol, bem como os incidentes incluídos nos relatórios trimestrais de Conformidade. Isto permite a análise de tendências, a antecipação de riscos e o reforço da tomada de decisões responsáveis.

Do ponto de vista operacional, a disponibilidade e a consistência comercial dos produtos promovidos são asseguradas, garantindo que estão acessíveis nos canais físicos e digitais durante a vigência das campanhas e que a sua apresentação não gera confusão quanto aos preços, condições ou âmbito das promoções.

O Grupo promove também um marketing responsável e inclusivo, livre de conteúdos discriminatórios nas suas comunicações comerciais. Este compromisso foi reafirmado em 2025 através da renovação do **Certificado de Responsabilidade Social Corporativa** da Autocontrol, que atesta a conformidade com o Código de Conduta Publicitária. Este código inclui, entre outros aspetos, o compromisso da empresa em cumprir as deliberações emitidas pelo Júri de Publicidade em resultado de quaisquer reclamações apresentadas a este organismo extrajudicial de resolução de litígios, quer sejam apresentadas por consumidores ou associações de consumidores, concorrentes ou outros setores ou organismos governamentais. Além disso, são incorporados critérios de acessibilidade em determinadas iniciativas, como o catálogo de brinquedos, que identifica produtos recomendados para crianças com deficiência auditiva, visual ou motora através de iconografia específica.

Por fim, como parte da gestão preventiva e da melhoria contínua, realizamos estudos de mercado e análises de perceção para avaliar a eficácia e a compreensão das campanhas, e as redes sociais são constantemente monitorizadas através da escuta ativa. Esta monitorização inclui a análise do volume semanal de mensagens e a sua comparação com o ano anterior, a identificação de perfis e tópicos em alta, a análise do volume por fonte e a realização de análises de sentimento. São também realizadas reuniões semanais dos comités de Marketing e de Marca, bem como dos comités para departamentos específicos, para supervisionar a conformidade regulamentar e a correta aplicação dos protocolos internos. Caso seja detetado qualquer impacto real nos consumidores, agimos prontamente removendo as comunicações, emitindo pedidos de desculpas quando apropriado e implementando medidas corretivas.

Estas ações aplicam-se a todas as lojas El Corte Inglés, Hipercor, Supercor e Sanchez Romero localizadas em toda a Espanha e são implementadas através de diversos canais de comunicação comercial: lojas físicas, redes sociais, comunicação direta com o cliente e campanhas nos media. Além disso, são ações anuais, recorrentes e estruturais, sujeitas a revisão periódica.

No Grupo El Corte Inglés, o envio de comunicações comerciais a qualquer destinatário (clientes, colaboradores da empresa, os nossos próprios colaboradores...) requer o seu consentimento expresso para o efeito e, por isso, está centralizado num único departamento.

3.3.3.3. Proteção de Dados

[S4-4 / DP 33 a] [S4-4 / DP 35] [MDR-A / DP 68 a, b, c, d]

A proteção dos dados pessoais dos clientes e outras partes interessadas é um elemento essencial do compromisso do Grupo, tal como estabelecido na nossa **Política Corporativa de Proteção de Dados**.

Esta Política, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece princípios e compromissos obrigatórios para todos os colaboradores, gestores e gestão de topo do Grupo El Corte Inglés. O seu objetivo é prevenir, detetar e responder a potenciais violações da privacidade de dados, visando a salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas, nomeadamente o direito à proteção dos seus dados pessoais. Isto demonstra, mais uma vez, o compromisso do Grupo com os direitos humanos. A Política foi atualizada em junho de 2025 e é implementada através de diversas normas e procedimentos.

A gestão contínua e atempada de todos os direitos exercidos pelos interessados relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais é assegurada pelo Encarregado da Proteção de Dados (EPD) do Grupo El Corte Inglés, através da área de Desenvolvimento Corporativo Interno.

Existe um procedimento específico para avaliar o impacto na privacidade de incidentes de segurança que envolvam dados pessoais, de forma a determinar as necessidades de comunicação e as medidas corretivas para qualquer potencial dano detetado.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos consumidores e utilizadores finais, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

Em 2025, o Grupo reforçou continuamente o seu modelo de conformidade com a proteção de dados, implementando uma série de ações estratégicas destinadas a mitigar potenciais riscos para a privacidade, garantir a proteção dos direitos dos titulares dos dados e reforçar uma cultura de conformidade em toda a organização. **As principais iniciativas** incluem:

- **É oferecida formação contínua e especializada** de forma recorrente aos Encarregados de Proteção de Dados Funcionais das diferentes áreas de negócio e subsidiárias, bem como sessões específicas para as áreas de negócio que gerem dados pessoais de forma intensiva, com o objetivo de garantir a correta aplicação das normas de privacidade e promover as boas práticas no tratamento da informação.
- **Alargamento e reforço da estrutura de proteção de dados** do Grupo, adaptando-a para responder a novos negócios e garantindo uma supervisão eficaz.
- **Atualização e evolução contínuas do Registo de Actividades de Tratamento**, mantendo-o como uma ferramenta dinâmica que reflecte fielmente a realidade dos processos de tratamento de dados em todas as áreas do Grupo.
- **Realização sistemática de análises de risco** de conformidade e de direitos e liberdades, associadas ao novo tratamento de dados e às diferentes finalidades definidas para o Grupo.
- **Avaliação objetiva e prévia antes da implementação de qualquer nova atividade** (desde a fase de projeto), incluindo a elaboração de Avaliações de Impacto na Proteção de Dados quando necessário, incorporando o ciclo de vida dos dados.
- **Governança regulamentar interna**, através do desenvolvimento e atualização constante das políticas e procedimentos corporativos de proteção de dados na ECÍclopedia, a plataforma interna para a divulgação de processos e regulamentos.
- **Manutenção e reforço dos direitos e condições aplicáveis ao tratamento dos dados pessoais** dos clientes e utilizadores, recolhidos nas Políticas de Privacidade do website, do Registo Único e da MINHA CONTA do El Corte Inglés.

- **Tratamento adequado e individualizado das reclamações** relacionadas com os direitos dos titulares dos dados relativamente aos seus dados pessoais. Um total de 13.525 pedidos foram processados.

No exercício de 2025, o Grupo geriu 18 novos requisitos (16 em 2024) formulados pela **Agência Espanhola de Proteção de Dados**, dos quais 11 permanecem em processo e 7 foram resolvidos.

3.3.3.4. Acessibilidade universal

[S4-4 / DP 31 c, d] [MDR-A / DP 68 a, b, c]

O Grupo acredita no valor de uma sociedade inclusiva que fomenta e respeita a diversidade. Neste sentido, promove a acessibilidade universal como parte do seu compromisso com as pessoas, tal como delineado na sua **Política Corporativa de Serviço ao Cliente** e na sua **Política Corporativa de Diversidade, Equidade e Inclusão**.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis aos consumidores e utilizadores finais, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

Para atingir este objetivo, incorporámos a **acessibilidade nas nossas estratégias de negócio e de comunicação**, bem como no design e na adaptação dos nossos ambientes físicos e digitais. Isto passa por facilitar o acesso à informação e avançar na eliminação de barreiras físicas, tecnológicas, cognitivas e sensoriais, para que os ambientes, processos, bens e serviços sejam compreensíveis, utilizáveis e acessíveis a todos, independentemente das suas capacidades ou circunstâncias.

O Grupo trabalha nesta área há anos e, durante o último ano, reforçou ainda mais as suas ações nas quatro dimensões da acessibilidade universal:



ACESSIBILIDADE FÍSICA

Adaptação dos espaços e mobilidade acessível



ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Experiência digital inclusiva e navegação acessível



ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Eliminação de barreiras visuais e auditivas



ACESSIBILIDADE COGNITIVA

Comunicação clara e compreensiva

Acessibilidade física

O Grupo adapta os espaços dos seus estabelecimentos para melhorar a acessibilidade e a experiência de compra para todos, bem como para cumprir as normas aplicáveis aos edifícios públicos. Estas ações visam garantir condições adequadas de segurança, conforto e independência, facilitando sobretudo o acesso e a mobilidade de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

O **Plano de Acessibilidade dos Centros Comerciais do Grupo** para 2025-2030 foi incorporado no Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDS), que inclui a elaboração de relatórios técnicos específicos para diferentes estabelecimentos. Este plano está a ser implementado progressivamente e em coordenação com o plano de negócios de cada exercício, de forma a gerar sinergias entre as reformas do retalho e as iniciativas de acessibilidade.

A implementação do plano foi organizada em três fases, tendo sido estabelecidos critérios de priorização para a execução das ações. À medida que o desenvolvimento avança, será realizada uma monitorização contínua e serão fornecidas novas informações.

A **Supercor** consolidou-se como líder interna em acessibilidade, graças à adaptação e certificação progressivas das suas lojas, contribuindo para reforçar a autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. No final do ano fiscal, 93 supermercados Supercor possuíam a certificação AIS (Accessibility Indicators System).

Está actualmente a ser desenvolvido um curso específico sobre acessibilidade física para todos os colaboradores do Grupo, com o objetivo de sensibilizar para as medidas implementadas nos locais de trabalho e reforçar a sua correcta aplicação.

Acessibilidade tecnológica

A inovação e a digitalização são ferramentas fundamentais para adaptar dinamicamente a oferta de produtos e serviços às necessidades em constante evolução da sociedade e para melhorar a experiência do cliente em diversos canais digitais. Neste contexto, têm sido feitos avanços na incorporação de tecnologias que promovem uma navegação intuitiva e inclusiva em websites e aplicações, garantindo um processo de navegação e compra acessível.

Ao longo do ano, o Grupo desenvolveu um **projeto de acessibilidade digital** para todos os seus websites, com o objetivo de obter a certificação AA de acordo com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdos Web (WCAG), em conformidade com os requisitos da Lei Espanhola de Medidas para a Promoção da Sociedade da Informação (LISI). O projeto está a ser implementado progressivamente e inclui a adaptação de todos os websites e aplicações do Grupo. Em março de 2026, após o encerramento do exercício, o website corporativo do El Corte Inglés obteve a primeira certificação AA, que será progressivamente alargada aos restantes websites nos anos seguintes.

Acessibilidade sensorial

Os estabelecimentos do Grupo implementam iniciativas que visam eliminar as barreiras sensoriais e facilitar a acessibilidade a todos. Estas medidas incluem a sinalização em Braille e a orientação para pessoas com deficiência visual, bem como a instalação de sistemas de indução magnética para melhorar o atendimento a pessoas com deficiência auditiva.

Além disso, alguns centros incorporaram tecnologias inovadoras, como o SVisual, um sistema de interpretação em língua gestual em tempo real acessível através de um tablet disponibilizado aos clientes. Esta ferramenta facilita a comunicação entre pessoas surdas ou com deficiência auditiva e pessoas ouvintes, contribuindo para um atendimento mais acessível e personalizado.

Acessibilidade cognitiva

Este tipo de acessibilidade facilita o acesso a informação e serviços adaptados às necessidades das pessoas com dificuldades cognitivas, como a deficiência intelectual ou as perturbações do desenvolvimento. Para a promover, o Grupo está a implementar medidas que simplificam a comunicação e a tornam mais compreensível através da utilização de materiais visuais, pictogramas e linguagem simples.

No âmbito deste compromisso, foram lançadas várias iniciativas para garantir que todas as pessoas, independentemente das suas capacidades cognitivas, se possam deslocar mais facilmente em estabelecimentos comerciais, tais como:

- **Materiais informativos e catálogos de fácil leitura:** os catálogos e materiais informativos foram adaptados para formatos de fácil leitura, de forma a facilitar a compreensão do conteúdo escrito e a promover a autonomia e a tomada de decisões por parte de todas as pessoas.

- **Sinalização melhorada em espaços comerciais:** a sinalização em lojas e áreas comerciais foi revista e melhorada para facilitar a orientação dentro dos estabelecimentos e reduzir possíveis situações de desorientação.
- **Design de ambiente mais intuitivo:** foram concebidos percursos claros e funcionais dentro dos estabelecimentos, incorporando critérios de orientação acessíveis. As medidas implementadas incluem a colocação visível de pontos de informação nas entradas, a criação de zonas de espera abertas e facilmente identificáveis e a diferenciação de espaços públicos e privados através da utilização de cores e iluminação.

Neste sentido, existe uma linha de atendimento prioritário para clientes com deficiência, gerida por agentes especializados, e é garantido que todos os colaboradores recebem formação específica para oferecer um serviço adequado.

Além disso, o selo Bequal, uma certificação líder na área da acessibilidade, avalia periodicamente o cumprimento dos requisitos de acessibilidade, tanto físicos como tecnológicos. O selo Bequal Plus, atribuído ao El Corte Inglés e às empresas do Grupo Viajes (Tourmundial, Club de Vacaciones e Viajes El Corte Inglés), é renovado a cada três anos e, após o encerramento do exercício fiscal a 16 de abril de 2026, foi renovado em reconhecimento do nosso compromisso com a inclusão.

3.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E PATROCÍNIOS (INFORMAÇÃO ESPECÍFICA)

3.4.1. Políticas relacionadas com a responsabilidade social corporativa e patrocínios

3.4.2. Principais ações relacionadas com a responsabilidade social corporativa e patrocínios

3.4.2.1. Participação em organizações e instituições

3.4.2.2. Ligações com a sociedade

3.4.2.3. Compromisso social

3.4.2.4. Outras atividades sociais

3.4. Responsabilidade Social Corporativa e patrocínios (Informação específica)

O Grupo El Corte Inglés desempenha um papel fundamental na geração de valor social, promovendo iniciativas que contribuem para o bem-estar e desenvolvimento das comunidades onde se insere. Este compromisso com o ambiente demonstra-se através de colaborações contínuas com organizações, associações e instituições de diversos setores. Através destas parcerias, a empresa reforça a sua capacidade de apoiar grupos diversificados e promover projetos com impacto social, cultural e desportivo.

Neste sentido, como resultado da análise de dupla materialidade atualizada realizada no exercício, a área da responsabilidade social corporativa e patrocínios foi integrada como um tópico informativo específico, tendo sido identificado um impacto material positivo:

IP	Contribuição para o desenvolvimento da sociedade através de patrocínios e promoção de projetos de investimento, assim como outras atividades de compromisso social desenvolvidas em colaboração com fundações e associações sem fins lucrativos.
----	--

3.4.1. Políticas relacionadas com a responsabilidade social corporativa e patrocínios

Para garantir que as decisões relativas a donativos e patrocínios são tomadas de forma responsável e com base em critérios objetivos e bem definidos, o Grupo desenvolveu a sua **Política Corporativa de Donativos e Patrocínios**. Esta política está alinhada com a Política Corporativa Anticorrupção e Antifraude e com o Código de Ética, de modo a que a gestão das contribuições, apoios e iniciativas sociais reflita os valores e objetivos estratégicos do Grupo. Além disso, a Política considera não só os interesses da Organização, mas também as expectativas dos seus membros, parceiros comerciais e outras partes interessadas, reforçando, assim, uma abordagem ética e transparente.

Política Corporativa de Doações e Patrocínios

Estabelece um quadro de atuação baseado na legalidade, na integridade e na transparência, garantido uma gestão ética e responsável de todas as doações e colaborações. A Organização assegura práticas financeiras em conformidade com a legislação em vigor, evita qualquer conflito de interesses e proíbe expressamente as contribuições a partidos políticos. Além disso, promove iniciativas alinhadas com os seus valores e orientadas para gerar impacto positivo na comunidade, dando prioridade a projetos sustentáveis e avaliando todos os pedidos com base em critérios de equidade. Promove ainda alianças estratégicas com entidades que partilhem os seus princípios, com o objetivo de maximizar o alcance social, cultural e desportivo das suas ações.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis à ação social e aos patrocínios, consulte a secção "1.5. Políticas na área da sustentabilidade" do capítulo "1. Informações gerais".

3.4.2. Principais ações relacionadas com a responsabilidade social corporativa e patrocínios

3.4.2.1. Participação em organizações e instituições

[MDR-A/DP 68a] [MDR-A/DP 68b] [MDR-A/DP 68c]

Mantemos uma presença ativa nas organizações empresariais e económicas, o que nos permite antecipar tendências nos ambientes político, regulamentar e financeiro que afetam as nossas atividades. Esta colaboração contínua facilita a gestão eficaz do contexto do setor e melhora a nossa capacidade de adaptação a mudanças significativas nas regulamentações ou no mercado.

Ao longo do ano, o Grupo esteve ligado a 271 associações e instituições, quer a nível nacional, quer internacional, entre as quais se destacam as seguintes:



Além disso, reforçamos o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável através da participação em fóruns e iniciativas de referência no setor empresarial. Neste sentido, o El Corte Inglés e o El Corte Inglés Grandes-Armazéns têm colaborado com diversas instituições de prestígio, como a Rede Global Compact da Espanha, a Forética, a Fundação SERES, o FSC Espanha, o Fórum para a Contratação Pública Socialmente Responsável, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), a Empresas Responsables, a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) e a Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI), contribuindo ativamente para a promoção de práticas responsáveis e padrões de sustentabilidade no setor.

Através destas parcerias, o El Corte Inglés contribui para o desenvolvimento sustentável, melhorando a experiência do consumidor e criando valor para a sociedade, reforçando o seu papel de agente económico e social responsável.

3.4.2.2. Ligações com a sociedade

O Grupo El Corte Inglés reafirma o seu compromisso com a sociedade através de iniciativas que promovem a igualdade de oportunidades, estilos de vida saudáveis e o enriquecimento cultural. Através de patrocínios, fomenta o desenvolvimento social e facilita o acesso universal ao desporto e à cultura, fortalecendo o seu contributo em áreas que geram valor partilhado e impacto positivo na comunidade.

Durante o ano, foram realizadas 4.176 atividades desportivas, culturais e sociais a nível nacional e internacional (3.844 atividades em 2024).

Desporto

[MDR-A/DP 68a] [MDR-A/DP 68b] [MDR-A/DP 68c] [MDR-A/DP 68e]

O desporto é uma ferramenta fundamental para promover a saúde, a inclusão e o bem-estar. Através das nossas iniciativas, incentivamos estilos de vida ativos e contribuimos para a disseminação de valores como o esforço, a superação pessoal, a igualdade e a cooperação.

Neste sentido, a aposta do Grupo El Corte Inglés reflete-se no patrocínio de 286 iniciativas desportivas (273 em 2024), com um investimento de 2,62 milhões de euros (2,1 milhões de euros em 2024). Estas iniciativas abrangem diversas modalidades e incentivam a participação de pessoas de todas as idades e origens. Entre elas, destacam-se:



O nosso apoio materializa-se também em eventos desportivos que contribuem para dinamizar a vida social e cultural das comunidades onde operamos, destacando-se o patrocínio do World Sports Champions Trophy em Barcelona e da National Sports Press Gala.

O Grupo realizou ainda 160 patrocínios corporativos e institucionais (146 em 2024) relacionados com os setores do desporto e da educação, em colaboração com entidades públicas e privadas. Estas iniciativas reforçam o compromisso do Grupo com a coesão social, promovendo projetos que criam oportunidades, fomentam a aprendizagem e incentivam a participação de diversos grupos.

Cultura

[MDR-A/DP 68a] [MDR-A/DP 68b] [MDR-A/DP 68c] [MDR-A/DP 68e]

A cultura é um motor essencial do progresso, da coesão social e do desenvolvimento, capaz de fomentar a criatividade, a inovação e a aprendizagem. Em 2025, o Grupo El Corte Inglés reafirmou o seu compromisso com a promoção cultural através da participação em 232 iniciativas (202 em 2024) e de um investimento de 1,58 milhões de euros, contribuindo para o alargamento do acesso à cultura e para o fortalecimento do tecido artístico e patrimonial.

Ao longo do ano, reforçámos a nossa presença no setor cultural através do patrocínio de instituições de referência como o Museu Nacional do Prado, o Museu do Centro Nacional de Arte Reina Sofía, o Teatro Real e a Fundação Coleção Thyssen-Bornemisza, entre outras.

Além disso, participamos em projetos musicais como o Prémio 40 Principales, o Mallorca Live Festival e o Las Noches del Botánico. Estivemos também presentes em festivais culturais e projetos educativos, incluindo o Natal em Madrid, o Prémio Taurino Puerta del Príncipe em Sevilha, o Concurso de Moda Aguja Goyesca em Saragoça, as Fallas de Valência, o Carnaval de Tenerife e Las Palmas de Gran Canaria e o Programa de Empreendedorismo StartInnova Santander. Estas colaborações consolidam uma rede de importantes parceiros culturais e reforçam o nosso compromisso com o acesso à cultura.

MUSEO NACIONAL
DEL PRADO

SOHO

BILBOKO ARTE
EDERREN MUSEOA
MUSEO DE BELLAS
ARTES DE BILBAO

TEATRO REAL
CERCA DE TI

Noches del
Botánico

PHOTOESPAÑA
Festival Internacional
de fotografía y artes visuales

THYSSEN-
BORNEMISZA
MUSEO NACIONAL

ORQUESTRA
SIMFÓNICA
ILLES BALEARS

Mallorca
Live
Festival.

Em 2026, o Âmbito Cultural do El Corte Inglés celebra 30 anos de criação, programação e promoção de atividades culturais para a comunidade. Ao longo destas três décadas, organizou mais de 30.000 eventos culturais gratuitos, consolidando-se como uma referência no acesso à cultura. Atualmente, opera 18 espaços culturais em Espanha e 2 em Portugal.

Ao longo do ano, foram realizadas 2.856 atividades culturais (1.893 em Espanha e 963 em Portugal), reunindo cerca de 151.000 pessoas e reforçando o nosso compromisso com a divulgação cultural em ambos os países. Além disso, foram realizadas 104 transmissões em direto a partir da Sala Callao, em Madrid. O conteúdo do Âmbito Cultural gerou ainda mais de 46 milhões de visualizações em transmissões em direto e nas redes sociais, alargando significativamente o alcance da nossa programação.

Paralelamente a estas atividades, o Âmbito Cultural participa ativamente em iniciativas que visam a promoção da criação artística, entre as quais o Prémio Primavera, o Prémio Ateneo de Sevilla e o Prémio Getafe Noir. Organiza ainda o Prémio Nacional de Poesia ao Vivo, um dos prémios mais prestigiados do género.

Entre os pontos altos do ano, esteve a intervenção da artista Soledad Sevilla nos centros comerciais Serrano e Preciados, integrando arte contemporânea em espaços comerciais icónicos acessíveis a todos os públicos, no âmbito do nosso programa de intervenções na ARCOmadrid. Outro acontecimento notável foi a celebração do Dia Mundial da Poesia em colaboração com o Museu Thyssen-Bornemisza, em Madrid, com recitais de poetas de renome em diversos locais, gerando um impacto significativo nos media.

3.4.2.3. Compromisso Social

[MDR-A/DP 68 a, b, c, e] [MDR-A/DP 69 a] [MDR-M/DP 75]

A nossa estratégia de compromisso social está estruturada em torno de três pilares fundamentais: Saúde e Bem-estar, Infância e Juventude e Progresso Local Inclusivo.

Neste sentido, o Grupo estabelece acordos de colaboração com fundações e associações sem fins lucrativos, de forma a construir alianças duradouras que gerem um impacto positivo direto e mensurável nas pessoas e comunidades onde opera.

Ao longo do ano, o Grupo realizou um total de 538 iniciativas de compromisso social (570 em 2024), destinando para este fim 2.763.465€, dos quais 620.225€ correspondem a donativos diretos do Grupo e 2.143.240€ foram angariados através de vendas aos clientes nos centros.

Estes contributos foram dirigidos principalmente a projetos que promovem o desenvolvimento local inclusivo (51,6%), seguindo-se iniciativas na área da saúde e bem-estar (26,7%) e programas dedicados a crianças e jovens (16,3%). Os restantes 5,3% foram alocados a atividades transversais que complementam as operações gerais da empresa.

Além disso, foram atribuídos 2,51 milhões de euros a entidades sem fins lucrativos e fundações (2,5 milhões de euros em 2024).

Saúde e Bem-estar

Promover a saúde e o bem-estar das pessoas é uma prioridade para o Grupo. Por isso, apoiamos iniciativas que fomentam o bem-estar e contribuem, sobretudo, para o combate ao cancro, colaborando com organizações que trabalham para melhorar a qualidade de vida dos doentes e dos seus familiares.

Cancro da mama

Há mais de dez anos que o Grupo colabora com a Associação Espanhola Contra o Cancro (AECC) para apoiar projetos de investigação que visem o avanço da luta contra o cancro da mama. Graças a este compromisso contínuo, a empresa figura entre as cinco maiores empresas espanholas que contribuíram com recursos para a AECC.

Através da campanha #ECIVesteseRosa, promovemos iniciativas de sensibilização junto de clientes, colaboradores e público em geral para destacar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce. Estas iniciativas permitem-nos financiar projetos de investigação de elevado impacto, como o estudo liderado pelo Dr. Julio Delgado, desenvolvido em colaboração com o Hospital Clínic de Barcelona, o Hospital 12 de Octubre de Madrid e a Universidade de Navarra. Este projeto centra-se no desenvolvimento de um novo medicamento de terapia celular personalizada. É o quinto projeto financiado pelo El Corte Inglés e dá continuidade ao anterior, com uma duração estimada de cinco anos, sendo este o segundo ano. O estudo é um ensaio clínico de Fase I de um tratamento para o cancro da mama HER2+.

Por sua vez, o Grupo Viajes El Corte adere a esta iniciativa, atribuindo 1 euro por cada reserva efetuada entre 3 e 20 de outubro de 2025 para determinados destinos e produtos turísticos.

Como resultado de todas estas iniciativas, o montante total angariado pelas empresas do Grupo durante o ano ascende a 354.530 euros, que se destinam integralmente ao apoio à investigação e à sensibilização na luta contra o cancro da mama.

Cancro infantil

O Grupo mantém um acordo de colaboração com a Fundação Aladina, uma organização espanhola dedicada a ajudar crianças e adolescentes que sofrem de cancro.

Em 2025, esta colaboração centrou-se no apoio aos programas abrangentes que a fundação desenvolve em diversas Unidades de Oncologia Pediátrica, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das crianças hospitalizadas e das suas famílias. Promovemos também em conjunto o projeto solidário "Animaladinos", uma coleção de peluches feitos com materiais 100% sustentáveis, cuja receita é integralmente destinada ao financiamento destes programas. Uma edição especial com novas personagens é lançada todos os anos. Além disso, o Grupo continua a colaborar com a Fundação El Sueño de Vicky para promover a investigação sobre cancros infantis raros. Parte da receita obtida com a venda das coleções de moda infantil da UNIT é doada a esta causa, contribuindo para os avanços científicos na investigação destas doenças raras.

Iniciativas Sociais da ECIGA

Em Portugal, o El Corte Inglés–Grandes Armazens realizou 25 iniciativas sociais, entre as quais campanhas de solidariedade com a Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), que envolveram um donativo de 40.000 €, bem como diversas ações realizadas em colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). No total, foram doados mais de 84.000 € a instituições sociais.

Infância e Juventude

Mantemos um firme compromisso com a proteção e a promoção dos direitos da criança, em consonância com os princípios estabelecidos pelas Nações Unidas. Colaboramos com diversas iniciativas que visam melhorar as condições de vida e o acesso à educação de crianças e adolescentes vulneráveis. Através de diversas ações, promovemos o bem-estar e o desenvolvimento infantil, com especial destaque para as iniciativas centradas na educação e nos cuidados infantis.

Brinquedos para doação:

Durante a campanha de Natal de 2025, foram entregues mais de 5.200 brinquedos a mais de 50 organizações, incluindo ONG, fundações, paróquias e mercados de caridade, com o objetivo de promover a aprendizagem através do brincar e oferecer às crianças e adolescentes a oportunidade de desfrutar de um dos momentos mais especiais do ano.

O El Corte Inglés criou também uma seleção de brinquedos com o selo "Brinquedo Solidário", disponível tanto nas lojas físicas como no seu site e aplicação. Esta iniciativa significava que, por cada brinquedo adquirido desta seleção, a empresa doava outro a organizações de assistência à infância: a Cruz Vermelha Jovem, para crianças de famílias em situação socioeconómica vulnerável, e a Fundação Aladina, para crianças com cancro hospitalizadas em vários hospitais. Os clientes tinham ainda a oportunidade de participar diretamente na iniciativa, comprando um brinquedo e depositando-o nos contentores de recolha do Brinquedo Solidário localizados nas lojas.

Progresso Local Inclusivo

No Grupo El Corte Inglés, mantemos um forte compromisso e dedicação às comunidades locais onde operamos. Neste âmbito, promovemos iniciativas em colaboração com diversas organizações para contribuir para o bem-estar e desenvolvimento destas comunidades.

Recolha de alimentos

Continuamos a nossa colaboração com a Federação Espanhola de Bancos Alimentares (FESBAL), reforçando assim o nosso compromisso com as pessoas em situação de vulnerabilidade através dos seus 54 Bancos Alimentares. Realizamos duas campanhas anuais, a "Recolha de Primavera", em maio, e a "Grande Recolha", em dezembro, recolhendo alimentos no valor total de 1.019.156€.

Economia circular com apoio à empregabilidade

- Colaboramos com o projeto Ellas lo Bordan APRAMP (Associação para a Prevenção, Reintegração e Cuidado de Mulheres Prostituídas), fornecendo tecidos para que as mulheres vítimas de tráfico e exploração sexual possam ser capacitadas na costura e confecção de vestuário.
- Doamos roupas femininas à Fundação Quiero Trabajo, que ajuda as mulheres a preparar-se para entrevistas de emprego.
- Em parceria com a Cáritas Espanha, instalamos contentores nas nossas instalações e locais de trabalho para a recolha e reciclagem de roupa usada. Esta iniciativa promove a sustentabilidade têxtil, gerando simultaneamente emprego e formação para pessoas em risco de exclusão social, facilitando a sua integração no mercado de trabalho.

Cartões de Solidariedade

Nas caixas dos supermercados El Corte Inglés, Hipercor, Supercor e Sanchez Romero, os clientes podem apoiar várias ONG's comprando cartões de solidariedade por 1€, 3€ e 5€. Esta iniciativa apoia diferentes organizações sociais.

Todos os anos, colaboramos também com o Grupo Social ONCE por ocasião da Festa de Santa Luzia, através da doação de artigos têxteis e da participação em diversas iniciativas de solidariedade.

Turismo acessível

Por sua vez, a Viajes El Corte Inglés promove diversas iniciativas com o objetivo de fomentar um turismo mais acessível e inclusivo. Neste âmbito, foi assinado um acordo de colaboração com a Envera (Associação de Funcionários da Iberia que são Pais de Pessoas com Deficiência), visando potenciar o desenvolvimento de um modelo turístico que elimine as barreiras no atendimento, planeamento e usufruto das viagens. Esta aliança procura normalizar a presença de pessoas com necessidades especiais de acessibilidade, sejam elas permanentes ou temporárias, em toda a cadeia de valor do turismo.

O acordo inclui atividades de formação e sensibilização para as equipas de vendas, o desenvolvimento de ferramentas para facilitar a acessibilidade na oferta turística e a incorporação das melhores práticas que colocam as pessoas no centro do planeamento da experiência de viagem.

Além disso, o Grupo Viajes El Corte Inglés adquiriu o contrato de produção de merchandising para a Viajes El Corte Inglés, Club de Vacaciones e Tourmundial ao Centro Especial de Emprego Juan XXIII, atingindo um volume de negócios total de 448.531 euros em 2025. Esta colaboração reforça o seu compromisso com a inclusão social e profissional.

3.4.2.4. Outras atividades sociais**[MDR-A / DP 68 a, b, c] [MDR-A / DP 69 a]**

As diversas subsidiárias promovem também as suas próprias iniciativas sociais. Neste sentido, o El Corte Inglés Travel Group participou numa atividade ambiental organizada com a cadeia Hilton Hotels em Madrid, com o objetivo de contribuir para a regeneração das áreas afetadas pelos incêndios florestais de verão. Durante o evento, os colaboradores da empresa construíram hotéis para insetos, estruturas que promovem a recuperação dos solos e a biodiversidade. Além disso, o Travel Group colaborou com a campanha "Um Sorriso para o Natal", organizada pela ONG Cooperación Internacional nos seus escritórios em Madrid, Palma de Maiorca e Sevilha, e patrocinou a iniciativa "Nenhum Idoso Sem Presentes", promovida pela associação Mima Mis Mayores e realizada no Hospital Puerta de Hierro (Madrid), que teve como objetivo entregar presentes a doentes idosos hospitalizados durante o período natalício.

Por sua vez, o El Corte Inglés–Grandes Armazéns participou também com iniciativas relacionadas com a sustentabilidade e a ação climática, como a Semana da Responsabilidade Social, promovida pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial com o apoio do Pacto Global da ONU, e o evento Unidos Contra o Desperdício, organizado pela Federação dos Bancos Alimentares Contra a Fome, num investimento total de 10.000 euros.

Além disso, ao longo do ano, o El Corte Inglés contactou todas as câmaras municipais da área afetada pela tempestade DANA em Valência. Foram formalizados diversos acordos de colaboração para atender às necessidades materiais contínuas dos residentes destes concelhos através da doação de móveis e eletrodomésticos.

Estas ações foram realizadas em coordenação com as autoridades e organizações locais presentes no território, de forma a contribuir para a recuperação progressiva das áreas afetadas e apoiar as pessoas que sofreram as consequências deste evento climático extremo.

4. INFORMAÇÕES DE GOVERNO

4.1. Conduta empresarial (NEIS G1)

4.2. Cibersegurança (Informações específicas)

4.3. Fiscalidade (Informações Específicas)

4.1. CONDUTA EMPRESARIAL (NEIS G1)

4.1.1. Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial

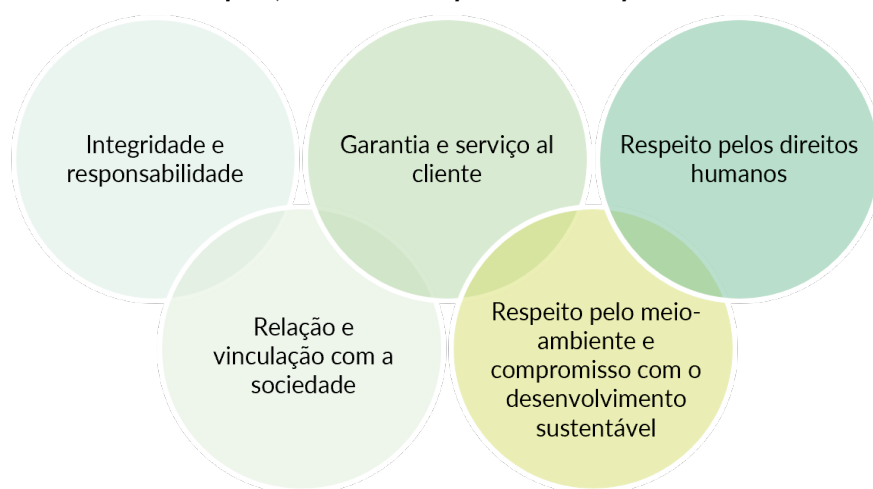
4.1.2. Canal Ético

4.1.3. Programas de formação em conduta empresarial

4.1. Conduta empresarial (NEIS G1)

A governança corporativa é um pilar fundamental do compromisso do Grupo El Corte Inglés com a promoção de um crescimento ético, responsável e sustentável. A organização adota um modelo de gestão baseado em princípios sólidos que orientam a conduta de todos os seus membros e previnem quaisquer práticas contrárias aos seus valores. Neste contexto, as decisões e ações são pautadas pela honestidade, integridade, profissionalismo e transparência — qualidades que fortalecem a confiança das partes interessadas e contribuem para a criação de valor a longo prazo.

Princípios, valores e compromissos corporativos



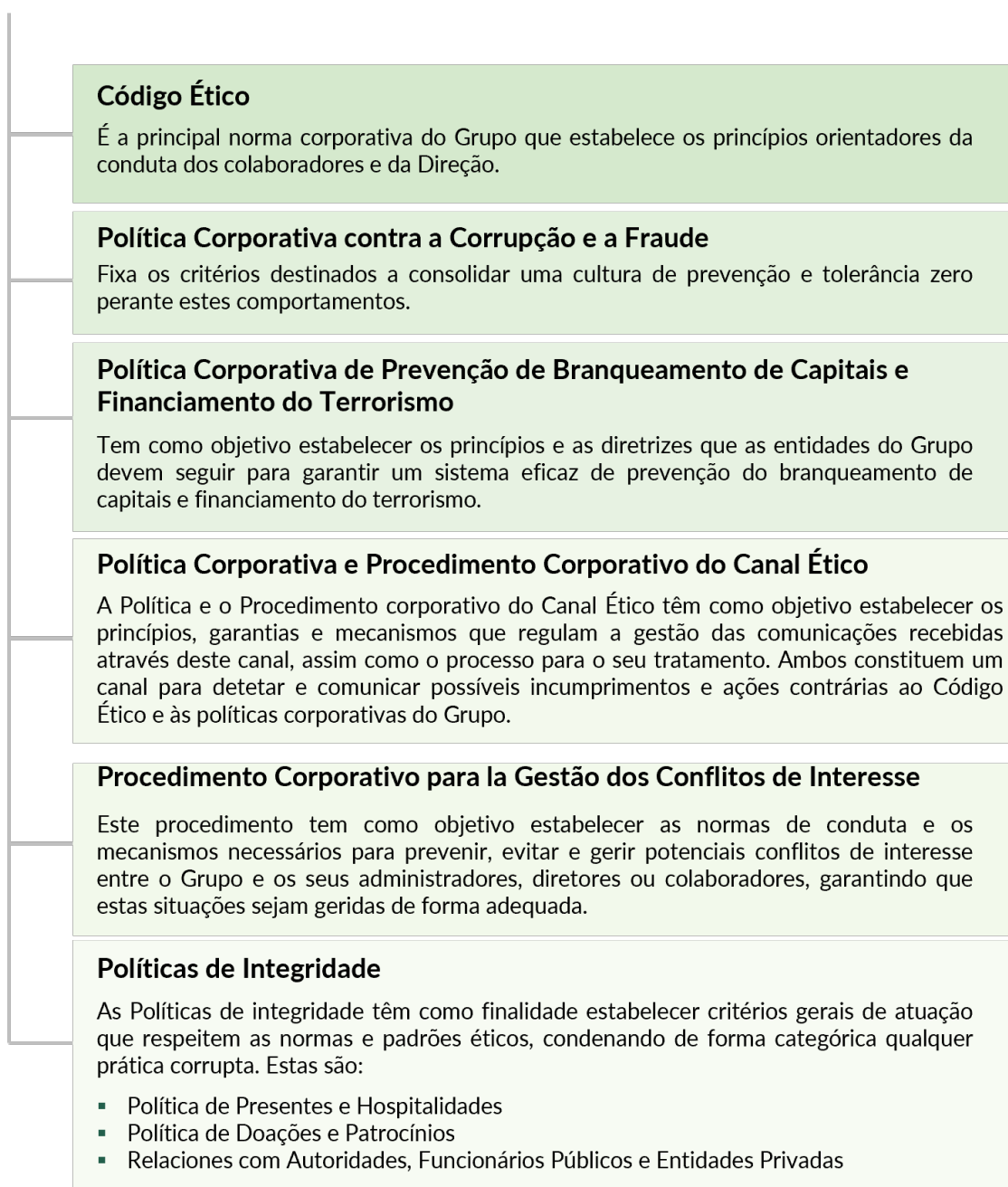
Nesta área, a análise de dupla materialidade identificou tanto um impacto positivo como uma oportunidade relacionada com o reforço da boa governação corporativa. Ambos os elementos refletem o compromisso do Grupo com uma gestão ética e responsável, baseada na tolerância zero para com qualquer conduta que viole os seus princípios e valores.

IP	Disponibilidade do Canal Ético como instrumento para identificar condutas inadequadas e tolerância zero por parte do Grupo.
O	Fortalecimento da cultura corporativa através da implementação de boas práticas de ética e integridade na Organização.

4.1.1. Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (G1-1; G1-3; G1-4)

[G1-1 / DP 9] [G1-3 / DP 20] [NEIS 2 MDR-P / DP 65 a, b, c]

O Grupo aborda os aspetos essenciais da conduta empresarial através de um conjunto de normas internas que estabelecem os princípios éticos e a estrutura exigida aos colaboradores e chefias. Estas normas constituem a base da sua cultura empresarial e orientam o comportamento da Organização em consonância com os seus valores e padrões de integridade.



Todas as políticas corporativas são obrigatórias e aplicam-se globalmente a todas as empresas do Grupo, em todas as atividades da sua cadeia de valor, tanto a montante como a jusante, e em todos os países em que opera, independentemente da sua localização geográfica.

O Código de Ética e as políticas acima referidas são aprovados pelo Conselho de Administração da El Corte Inglés, S.A. Além disso, o Departamento de Conformidade Regulatória e Controlo de Riscos atua como uma unidade organizacional independente, responsável pela direção e coordenação da deteção, avaliação e gestão dos riscos de conformidade decorrentes de obrigações regulatórias externas e internas com impacto na atividade do Grupo.

Estas regras estão disponíveis na intranet corporativa (NEXO) para todos os membros da Organização e no site corporativo para os diversos grupos de partes interessadas.

Código Ético

[G1-1 / DP 10 a] [MDR-P / DP 65 a, c]

Abordamos aspetos fundamentais da conduta empresarial através do nosso Código Ético, que estabelece os princípios e as diretrizes éticas que regem o comportamento da Organização, dos seus colaboradores e chefias. O Código baseia-se nos princípios, valores e compromissos corporativos mencionados no início deste capítulo.

Exige-se que todas as operações comerciais, bem como qualquer outra atividade do Grupo, sejam conduzidas de forma honesta, ética, profissional e transparente, e impõe-se a obrigação de cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos aplicáveis em todos os momentos e locais, bem como os códigos de conduta internos e quaisquer outros que possam ser adotados voluntariamente. A estrutura é reforçada pela devida diligência para a prevenção, deteção e erradicação de qualquer conduta inadequada.

Especificamente no que diz respeito ao combate à corrupção e ao suborno, o Código estabelece que os colaboradores e gestores do Grupo devem relacionar-se e interagir com as autoridades e instituições públicas de forma lícita e respeitosa, de acordo com os princípios da cooperação e da transparência, e proíbe expressamente pagamentos em dinheiro ou outros bens de valor para facilitar ou agilizar procedimentos perante qualquer órgão judicial, administração pública ou agência oficial.

O **Diretor de Conformidade e Controlo de Riscos** (CCO) tem entre as suas responsabilidades:

- Promover a divulgação, o conhecimento e o cumprimento do Código Deontológico.
- Desenvolva as ações relacionadas com o mesmo.
- Para sanar quaisquer dúvidas que possam surgir quanto à sua interpretação.

Política Corporativa contra a Corrupção e a Fraude

[G1-3 / DP 18 a] [G1-4 / DP 24 a, b] [NEIS 2 MDR-P / DP 65 a] [NEIS 2 MDR-A / DP 68 a, b, c, d]

O Grupo está firmemente empenhado em combater a corrupção, o suborno e a fraude, através de uma estratégia abrangente destinada a identificar e mitigar os riscos associados à sua atividade.

A Política Corporativa contra a Corrupção e a Fraude estabelece os princípios, obrigações e controlos destinados a prevenir, detetar e punir qualquer forma de corrupção ou fraude dentro do Grupo, com o objetivo de desenvolver uma cultura de prevenção e tolerância zero à corrupção e à fraude, e implementar as medidas organizacionais, técnicas e disciplinares que facilitem um controlo interno eficaz nesta área. A Organização, seguindo os desejos expressos dos seus órgãos sociais, proíbe categoricamente que qualquer membro do Grupo se envolva ou participe em atos de corrupção, suborno ou fraude, quer nas suas atividades profissionais, quer nas suas relações com entidades públicas ou privadas.

Além disso, esta política é desenvolvida através das chamadas "**Políticas de Integridade**", que são as seguintes:

- A **Política de Brindes e Hospitalidade Corporativa** estabelece que nenhuma vantagem de natureza duvidosa, nem qualquer presente com o objetivo de obter um benefício económico ou comercial, deve ser aceite ou oferecido, direta ou indiretamente, e que nenhum dos membros da Organização deve aceitar ou oferecer qualquer tipo de prémio, presente, gratificação ou hospitalidade com segundas intenções ou tratamento preferencial para estes fins.
- A **Política de Donativos e Patrocínios Corporativos** estabelece um quadro claro e transparente, bem como critérios básicos para a gestão de donativos, patrocínios ou ações sociais, de forma a que todos os contributos estejam alinhados com os valores e objetivos estratégicos da Organização.

- A **Política Corporativa sobre Relações com Autoridades, Funcionários Públicos e Entidades Privadas** estabelece uma estrutura clara e ética para as interações com autoridades, funcionários públicos e entidades privadas, garantindo que todas as relações são desenvolvidas com integridade, transparência e respeito.

O El Corte Inglés implementou procedimentos específicos para prevenir e gerir os riscos de corrupção e suborno, com especial atenção aos processos de seleção e monitorização de terceiros, sobretudo parceiros comerciais. Os departamentos envolvidos na seleção e qualificação devem seguir o procedimento de due diligence, que inclui a assinatura, pelos fornecedores, de uma carta de compromisso explícito com os princípios e valores estabelecidos no Código de Ética e no seu regulamento de implementação. Este documento define os princípios que regem a relação entre as empresas do Grupo El Corte Inglés e os seus fornecedores, no que diz respeito aos direitos humanos, direitos laborais, compromisso ambiental e código de conduta. É complementado por uma monitorização contínua ao longo da relação comercial, de forma a detetar eventuais alterações que possam afetar estas relações comerciais.

O objetivo de tudo isto é verificar se o fornecedor conduz as suas atividades de forma ética e sustentável, em conformidade com as normas em vigor, e se demonstra ter integrado processos nas suas políticas e sistemas de gestão de risco, ter identificado e avaliado os efeitos adversos e estar comprometido com a sua prevenção, mitigação e eliminação. Da mesma forma, o Grupo dispõe de mecanismos de controlo dos seus processos de aquisição junto das Administrações Públicas, os quais são sujeitos a revisão periódica.

Estas ações visam garantir que terceiros operam de forma ética e em conformidade com as normas em vigor, que implementam processos de gestão de risco adequados e que identificam, previnem e mitigam potenciais efeitos adversos relacionados com as suas atividades. Os procedimentos aplicam-se a todos os parceiros comerciais e terceiros com os quais o Grupo mantém relações comerciais em todas as suas atividades e regiões geográficas, sem exclusões específicas.

Durante o exercício, as Políticas de Integridade foram revistas como parte da revisão anual das Políticas Corporativas.

A due diligence e os controlos associados estão contínua e permanentemente integrados nos processos de seleção, contratação e monitorização de terceiros. Além disso, a estrutura implementada permite a adoção de medidas corretivas de acordo com o sistema interno de compliance, caso sejam detetadas quaisquer violações ou riscos significativos.

Foram recebidas 469 comunicações no âmbito do Sistema Interno de Informação (Canal de Ética).

Política Corporativa de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (AML/CFT)

[NEIS 2 MDR-P/DP 65 a] [NEIS 2 MDR-A/DP 68 a, b, c, d, e]

Em conformidade com a legislação em vigor sobre a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, o Grupo está sujeito a obrigações específicas em relação a determinadas atividades, quando legalmente exigidas, como a comercialização de artigos de elevado valor (por exemplo, bens de luxo ou antiguidades) ou a prestação de serviços de câmbio. Neste contexto, o Grupo dispõe de uma Política Corporativa de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), que estabelece os princípios e as orientações de atuação para todas as entidades do Grupo, bem como as medidas organizacionais, técnicas e de controlo interno necessárias para prevenir, detetar e mitigar os riscos associados.

Em conformidade com as obrigações exigidas pela regulamentação, o Grupo dispõe de um sistema de controlo interno aprovado pelo órgão de administração, tendo em conta, em particular, as disposições dos seguintes principais grupos de obrigações:

- O **Órgão de Controlo Interno** (OCI) é responsável por coordenar e supervisionar a aplicação eficaz das políticas e procedimentos, bem como por manter o diálogo com os órgãos de supervisão nacionais nesta matéria.
- Desenvolvimento e divulgação de procedimentos e medidas de due diligence baseados em análises de risco que consideram o tipo e volume das transações, o perfil do cliente e a área geográfica associada às transações. As medidas implementadas estão alinhadas com os resultados da referida análise de risco, que geralmente indicam um risco baixo. Nos casos identificados como de maior risco, existem mecanismos de detecção, análise e comunicação ao organismo regulador competente: o **Serviço Executivo da Comissão para a Prevenção do Branqueamento de Capitais** (SEPBLAC).
- Desenvolvimento da **formação** correspondente que proporcione os conhecimentos e competências necessários, sobretudo para a correta aplicação das medidas de due diligence estabelecidas pelo regulamento interno.

As medidas aplicam-se a todas as atividades e entidades do Grupo sujeitas a regulamentação, sem exceções, e fazem parte de um sistema permanente, totalmente integrado nos processos operacionais e de controlo interno.

Além disso, o Grupo cumpriu atempadamente as suas obrigações de comunicação ao Supervisor (SEPBLAC), submetendo as comunicações sistemáticas exigidas. Na sequência da revisão especial estabelecida pela regulamentação, aplicada a 33 casos (39 casos em 2024), foram elaborados 2 relatórios devido a indícios de eventuais ligações ao branqueamento de capitais (3 em 2024).

O sistema de combate ao branqueamento de capitais do Grupo, juntamente com os seus controlos e procedimentos internos e as medidas de due diligence aplicadas, continua a evoluir positivamente. Esta melhoria é o resultado tanto dos processos de monitorização e revisão internos como externos, bem como da implementação das medidas incluídas nos planos de ação. A execução destas medidas contribuiu significativamente para a redução de incidentes e para a consolidação de um ambiente operacional de baixo risco.

Desenvolvimentos relacionados com políticas

No que respeita aos progressos e melhorias no ano fiscal de 2025, destacam-se a aprovação de uma nova Política Corporativa e a revisão e atualização do atual quadro regulamentar interno. Em concreto, foi aprovada a Política Corporativa de Ciber-Resiliência, reforçando o compromisso do Grupo com a segurança da informação, a continuidade do negócio e a resiliência organizacional. Esta política contribui para reforçar a capacidade de antecipar, resistir e recuperar dos riscos e desafios tecnológicos.

Além disso, todas as políticas são revistas anualmente para as adaptar aos novos contextos regulamentares, tecnológicos e sociais. Este processo resultou na atualização de 14 Políticas Corporativas, 2 Procedimentos, 2 Regulamentos e 1 Estatuto, que reforçam a transparência, a segurança e a sustentabilidade em todas as áreas da empresa.⁶⁰



Para mais informações sobre as políticas do Grupo em matéria de conduta empresarial, consulte a secção "1.5. Políticas no domínio da sustentabilidade" do capítulo "1. Informações Gerais".

⁶⁰As Políticas Corporativas são publicadas no site corporativo do El Corte Inglés (a data da versão da Política corresponde à data da sua aprovação ou à data da sua última atualização, se aplicável).

Programas e procedimentos adicionais

O Programa de Conformidade Regulatória tem como objetivo estabelecer uma estrutura organizacional e processual eficaz para a prevenção de riscos dentro do Grupo, com especial atenção aos riscos criminais. O seu objetivo é fornecer à Organização um sistema estruturado que permita a identificação de actividades que possam conduzir a actividades criminosas, a definição de protocolos e controlos adequados para prevenir tais actividades e a garantia de uma resposta imediata e eficaz a qualquer incumprimento. O Programa serve como estrutura reguladora que consolida e articula os princípios, estruturas e procedimentos estabelecidos nos regulamentos internos que compõem o Sistema de Gestão de Riscos Criminais. Descreve sistematicamente as medidas que o El Corte Inglés implementa nesta área.

No que respeita ao Procedimento Corporativo para a Gestão de Conflitos de Interesse, este estabelece os canais adequados para a gestão de potenciais conflitos sem impactar negativamente a atividade empresarial, os princípios éticos que regem as suas operações ou os legítimos interesses dos afetados. Considera-se que existe um potencial conflito de interesses entre o Grupo El Corte Inglés, por um lado, e os seus administradores, gerentes ou colaboradores, por outro, quando a imparcialidade das ações destes ou daqueles sob a sua supervisão, atuando em nome próprio ou em nome de terceiros, possa ser direta ou indiretamente comprometida. O presente regulamento visa estabelecer as regras de conduta e o procedimento a seguir pelo Grupo, pelos seus órgãos de administração, gestores, colaboradores e outras pessoas envolvidas para prevenir, evitar, gerir e resolver, quando aplicável, potenciais conflitos de interesses.

4.1.2. Canal Ético

[G1-1 / DP 10 a, c (i), e] [G1-3 / DP 18 a, b, c] [S1-3 / DP 32 c, e]

O Canal Ético do Grupo El Corte Inglés permite a comunicação confidencial e direta para que tanto os membros do Grupo como outras partes interessadas possam denunciar possíveis condutas irregulares ou qualquer ato que considerem contrário à lei, ao Código Ético e a outros regulamentos internos aplicáveis.

Existe uma Política de Linha Direta de Ética Corporativa que estabelece os princípios e salvaguardas que regem o processamento das denúncias recebidas através da Linha Direta, e um Procedimento de Gestão da Linha Direta de Ética Corporativa que define os mecanismos necessários para a gestão dessas denúncias. O cumprimento deste procedimento é obrigatório para todo o Grupo. Além disso, existe um protocolo interno de investigações concebido para estabelecer orientações comuns de atuação, garantindo que as investigações são conduzidas de forma imparcial, eficiente e confidencial, e assegurando a conformidade com as normas internas e externas aplicáveis.

Os princípios e garantias que regem a gestão das comunicações e o funcionamento do Canal Ético são os seguintes:

Obrigação de comunicar incumprimentos	Os membros da Organização e outras partes interessadas que tenham indícios razoáveis de uma possível irregularidade ou de incumprimento legal, devem comunica-lo através do Canal �tico.
Defensa e sigilo profissional	A investigação interna � confidencial e está protegida pelo direito de defesa da Organização e pelo sigilo profissional, sendo realizada em benefício da mesma.
Garantia de confidencialidade	A identidade da pessoa que comunicar um potencial incumprimento através do Canal �tico será tratada como informação confidencial.

Proteção do informante	O Grupo garante a proibição de represálias contra qualquer pessoa que realize uma comunicação de boa-fé, promovendo um ambiente seguro e confiável.
Direito de acesso à informação	O denunciante poderá solicitar informações sobre o estado de tramitação da sua comunicação.
Boa-fé e presunção de inocência	Presume-se que todas as comunicações são feitas de boa-fé e que todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário.
Diligencia e celeridade	O Responsável pelo Canal Ético tratará com diligência as informações que lhe forem comunicadas, garantindo a máxima rapidez e sem comprometer o seu objetivo.
Idoneidade, necessidade e proporcionalidade	Apenas serão aplicadas medidas que sejam úteis para esclarecer os factos relevantes que constituem o objeto da investigação e que estejam relacionados com a mesma.
Legalidade	A legislação em vigor será respeitada em todos os momentos, nomeadamente no que se refere à proteção de dados, à privacidade e às relações com as autoridades judiciais e administrativas.

Da mesma forma, a Política identifica também os comportamentos que devem ser reportados através do Canal Ético, sendo todos aqueles que implicam ou podem implicar uma violação dos princípios e valores contidos no Código Ético, nas políticas e procedimentos internos da Organização e na legislação em vigor.

Especificamente, e sem pretender ser exaustivo, os seguintes **tipos de comportamento** são considerados como estando dentro do âmbito do Canal Ético:

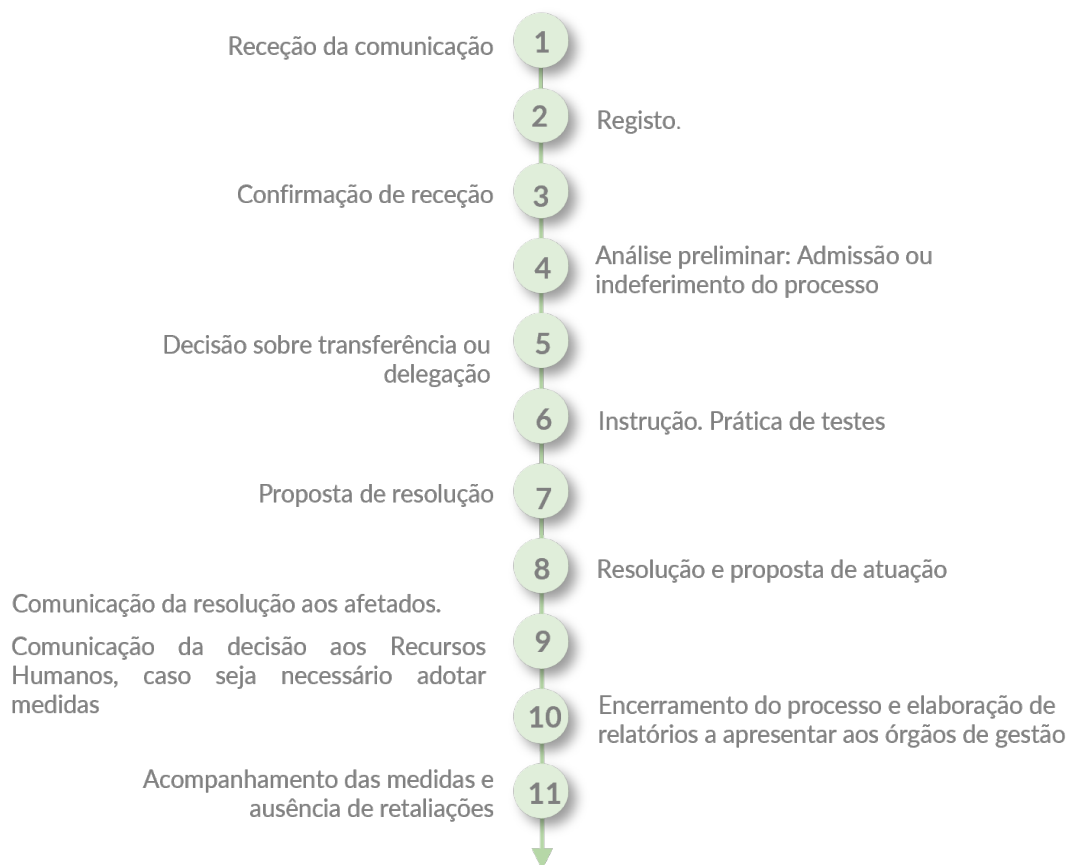
- Fraude, corrupção e branqueamento de capitais: ações como o suborno, a fraude, a corrupção, a ocultação da origem ilícita de recursos financeiros, bem como qualquer prática que contrarie os princípios da integridade financeira.
- Condutas de assédio e discriminação: incluem o assédio no local de trabalho (conduta sistemática que prejudica a dignidade do trabalhador) e o assédio sexual (conduta física ou verbal de natureza sexual), bem como a discriminação com base no género, raça, orientação sexual, crenças ou deficiência, entre outros.
- Danos ambientais: circunstâncias ou fatores que ocorrem na empresa e que podem causar danos diretos ou indiretos ao ambiente.
- Incumprimento da legislação ou regulamentos internos: incumprimento das leis, regulamentos e outras normas internas que devemos cumprir enquanto colaboradores do Grupo.
- Discriminação ou violação dos direitos humanos: qualquer ação ou omissão que viole a Declaração Universal dos Direitos Humanos relacionada com as condições de trabalho dos trabalhadores, incluindo as que ocorrem na cadeia de valor da empresa.
- Violação de propriedade intelectual ou industrial: atos que envolvem a violação dos direitos de um autor sobre uma obra (artística, literária ou científica, incluindo fotografias, obras musicais e software de computador).
- Violação do Tratamento de Dados: qualquer ação ou omissão que possa envolver o tratamento ou a divulgação ilícita de dados pessoais, bem como qualquer transgressão das normas relativas aos direitos dos titulares dos dados no que diz respeito aos seus dados pessoais.
- Ações irregulares contra a livre concorrência: práticas que visam, entre outras coisas, fixar preços direta ou indiretamente, determinar condições discriminatórias de venda ou

comercialização em relação a terceiros ou a divisão de mercados entre produtores ou distribuidores.

- Outros: qualquer ação ou omissão que constitua algum tipo de irregularidade e não esteja descrita nas secções anteriores.

Além disso, através do Canal Ético, é possível colocar questões sobre qualquer ação que possa ser contrária ao Código Ético e às suas normas de implementação.

Por outro lado, o Procedimento Corporativo para a Gestão do Canal Ético visa estabelecer o processo de tratamento das comunicações recebidas através do Canal, de forma a definir os mecanismos necessários para a gestão célere de qualquer comunicação recebida. O diagrama seguinte mostra as fases de gestão para todas as notificações recebidas através do Canal:



A área de Compliance é responsável pelo Sistema de Informação Interno e assegura o bom funcionamento da Linha Direta de Ética, incluindo a receção, processamento e guarda das denúncias recebidas. É também responsável por garantir a correta gestão e arquivo da documentação relativa a cada caso. Após a análise das denúncias e a conclusão do processo de investigação, a área de Compliance emite a respetiva resolução e reporta periodicamente a informação consolidada ao Comité de Compliance, comunicando as conclusões às partes envolvidas (tanto a parte denunciante como a parte afetada). Ao longo do ano, os membros da área de Compliance recebem formação específica nesta área.

O CAC é o órgão responsável pela apresentação de relatórios ao Conselho de Administração sobre o funcionamento da Linha Direta de Ética. Este relatório inclui, entre outros aspetos, a evolução comparativa do número de denúncias recebidas por tipo, o estado dos casos em análise, as conclusões alcançadas e, quando aplicável, as medidas adotadas ou propostas em consequência das investigações realizadas.

[S1-3 / DP 32 d] [S1-3 / DP 33][G1-3 / DP 10 c ii] [G1-3 / DP 11]

Durante o ano foram recebidas 473 comunicações (338 em 2024), das quais 4 eram instruções oficiais (8 em 2024) e 469 foram submetidas pelo Canal Ético (330 em 2024). Das comunicações recebidas pelo Canal Ético, 309 foram aceites para processamento (219 em 2024), representando um aumento de 41,10% em relação ao ano anterior.

Comunicações recebidas através do Canal Ético	Ex: 2025	Ex: 2024
Número de comunicações admitidas para processamento	309	219
Assuntos	% total	% total
Assédio sexual ou no local de trabalho	33,0%	23,3 %
Conduta não ética no desempenho profissional	14,6%	19,6 %
Danos ambientais	0,3%	0,9 %
Discriminação ou violação dos direitos humanos.	0,0%	1,8 %
Fraude e corrupção	2,3%	4,1 %
Incumprimento da legislação ou dos regulamentos internos	8,7%	8,7 %
Outros	8,4%	9,6 %
reivindicações comerciais	1,3%	0,0 %
Tratamento desrespeitoso, desigual ou injusto	30,1%	31,5 %
Violação da propriedade intelectual ou industrial	0,0%	0,5 %
Violação de processamento de dados	1,3%	0,0 %
TOTAL	100 %	100 %

O Canal Ético está disponível através de diversos meios, incluindo uma caixa de correio eletrónico no website da empresa, um endereço postal, um número de telefone para o Departamento de Conformidade Regulamentar e Controlo de Riscos, a intranet da NEXO para os membros da organização e o pedido de uma reunião presencial ou por telemedicina.

O Encarregado de Conformidade e Controlo de Riscos, bem como as pessoas que, pela sua designação, atuaram como formadores e qualquer pessoa que intervenha colaborando no processamento das comunicações, devem agir em conformidade com as disposições do Estatuto da Função de Conformidade, desempenhando as suas funções com a máxima diligência e confidencialidade, abstendo-se de divulgar informações, dados ou antecedentes a que tenham acesso no exercício das suas funções, bem como de os utilizar em benefício próprio ou de terceiros, em conformidade com a Diretiva (UE) 2019/1937 relativa à proteção das pessoas que denunciam infrações ao direito da União.

Para garantir esta confidencialidade, todos os indivíduos envolvidos na investigação das comunicações devem assinar um termo de compromisso para preservar a confidencialidade da informação e proteger os informadores, testemunhas e partes afetadas. Este termo implica que as partes concordam em manter a confidencialidade dos dados fornecidos durante a investigação e em não os divulgar a terceiros, exceto em casos de transferência para uma autoridade administrativa ou judicial, ou em casos de legítimo exercício de direitos. Qualquer violação do disposto acima será considerada uma violação da boa-fé que deve reger o procedimento e poderá torná-lo inválido.

Além disso, informa-se que o Grupo El Corte Inglés adotou as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir a segurança dos dados obtidos e/ou utilizados no âmbito das investigações decorrentes das comunicações recebidas.

Por último, e em conformidade com a Lei 2/2023, que regula a proteção das pessoas que denunciam infrações regulamentares e o combate à corrupção, o denunciante é informado, quando

aplicável, que se, no prazo de dois anos a contar da resolução da denúncia, tomar conhecimento de qualquer facto que possa constituir uma espécie de retaliação resultante da comunicação que deu origem à investigação, deverá informar a Direção de Conformidade Regulatória e Controlo de Riscos para análise e verificação.

Comunicações recebidas referentes a:

[S1-17 / DP 103 b, c] [S1-17 / DP 104 a, b] [S2-1 / DP 19] [S2-4 / DP 36] [S4-1 / DP 17] [S4-4 / DP 35] [G1-4 / DP 24 a]

- Os direitos humanos e as normas internacionais

No exercício de 2025, não foram identificados incidentes ou situações com impacto significativo nos direitos humanos que afetassem a força de trabalho do Grupo, os trabalhadores da sua cadeia de valor ou os consumidores e utilizadores finais. Da mesma forma, os mecanismos internos de monitorização e os canais de comunicação disponíveis não revelaram qualquer violação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho ou das Directrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.

Durante o período em análise, o Grupo não foi sujeito a quaisquer processos ou ações perante os Pontos de Contacto Nacionais da OCDE, nem recebeu quaisquer sanções, multas ou indemnizações relevantes decorrentes de queixas relacionadas com discriminação, incluindo assédio, e/ou direitos humanos, tratadas através do Canal de Ética.

- Integridade empresarial: corrupção e suborno

Durante o período de 2025-2026, não foram identificados casos confirmados de corrupção ou suborno com efeitos significativos para o Grupo. Além disso, nenhum processo judicial relacionado com estas questões foi levado ao conhecimento do Grupo, quer pelo Comité de Ética, quer por outros meios internos ou externos. Consequentemente, o Grupo não foi sancionado nem sujeito a coimas ou penalizações não pecuniárias significativas por violações das normas anticorrupção ou anti-suborno aplicáveis.

4.1.3. Programas de Formação em Conduta Empresarial

[G1 / GOV-1 / DP 5 b] [G1-1 / DP 10 g]

O objetivo da formação em conduta empresarial é consolidar o conhecimento das normas internas e regulamentos aplicáveis, e garantir que os funcionários, gestores e colaboradores dispõem das ferramentas necessárias para prevenir, detetar e gerir adequadamente os riscos associados às suas responsabilidades.

Para além do cumprimento dos requisitos legais, estas iniciativas contribuem para consolidar uma cultura empresarial baseada na ética, integridade e responsabilidade, reforçando o compromisso da empresa com a conformidade regulamentar e os princípios estabelecidos no seu Código Ético.

Neste contexto, o Grupo El Corte Inglés mantém um processo de atualização contínua do conteúdo das suas formações para garantir o seu alinhamento com as melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de conduta empresarial. Os programas abordam áreas-chave como a prevenção da fraude e da corrupção, a gestão adequada da relação com os fornecedores e as administrações públicas, e o reforço dos mecanismos internos de controlo e supervisão.

O Plano de Formação em Compliance foi concebido com uma abordagem segmentada, adaptada às responsabilidades e ao nível de exposição ao risco de cada grupo. Além disso, existe formação obrigatória em compliance para todos os colaboradores da organização. Existem ainda formações específicas para gestores, líderes de equipa, pessoas com funções de controlo e outros perfis críticos, de forma a aprofundar temas relevantes (Direito da Concorrência, relações com a Administração Pública, etc.).

Em 2025, foram realizadas sessões de formação para promover uma cultura de conformidade e tolerância zero para condutas contrárias ao Código Ético, incluindo corrupção e suborno. Estas sessões incluíram:

- Workshops de Ética e Compliance: Embora os workshops não se concentrem exclusivamente na corrupção ou no suborno, o seu objetivo é promover e disseminar uma cultura de compliance, destacando as principais funções dentro da organização e a sua relação com a conformidade. Este treino também é oferecido à alta direção.
- Comissão Administrativa: O objetivo desta iniciativa é sensibilizar e informar os membros das comissões administrativas de diversos centros comerciais para a importância do cumprimento das normas em vigor em diferentes áreas, como por exemplo o relacionamento com os organismos públicos. Concretamente, foi ministrado um curso de formação intitulado "Relação com os órgãos e administrações públicas". O conteúdo deste curso abordou os seguintes pontos:
 - Para garantir que a nossa relação com a Administração Pública é honesta, transparente e ética.
 - Como devemos identificar o cliente da Administração Pública?
 - Quais os aspetos relevantes das vendas indiretas às Administrações Públicas?
 - O que fazer perante um comportamento irregular.

Além disso, o Grupo oferece formação obrigatória para todos os colaboradores, destacando temas relevantes como o branqueamento de capitais. Esta formação oferece uma visão geral prática e essencial de como a Empresa aborda esta questão e quais os procedimentos que devem ser seguidos quando uma transação é alvo de investigação. A formação explica claramente quais as atividades afetadas pela lei, as obrigações dos colaboradores e o procedimento correto a adotar em cada situação.

[G1-3/DP 10 h][G1-3/DP 21 c]

Os dados que se seguem referem-se à formação em conduta empresarial, incluindo o combate à corrupção:

Dados relevantes sobre Formação em Conduta Empresarial		
Percentagem de membros do Conselho de Administração formados		100 %
Percentagem de membros da alta direção formados		100 %
Percentagem de postos em risco abrangidos por programas de formação		100 %
Assunto	Número total de horas de formação	Número de colaboradores formados⁶¹
Ética e conformidade	39.289	84.437
Corrupção e suborno	4.199	5.616
Prevenção da lavagem de dinheiro	2.277	849
TOTAL	45.764	90.902

⁶¹Um colaborador pode completar vários cursos de formação durante o ano, e isto conta tantas vezes como o número de cursos concluídos.

No processo de desenvolvimento do Mapa de Risco Criminal, são identificadas as posições com maior exposição a determinados crimes, incluindo corrupção e suborno. Na área da corrupção pública, as posições com ligações diretas à administração pública são consideradas particularmente vulneráveis. Em relação à corrupção entre particulares, os grupos de maior risco são os que interagem com os fornecedores. Consequentemente, os seguintes grupos são especialmente vulneráveis:

- Alta direção e membros dos comités corporativos.
- Funcionários das divisões de Compras (diretas e indiretas), especialmente os que têm relações diretas com fornecedores ou Administrações Públicas.

Além disso, o Grupo, por vontade expressa dos seus órgãos de administração, não permite, autoriza ou consente, de qualquer forma ou em quaisquer circunstâncias, que os membros da Organização pratiquem ou participem em qualquer ato de corrupção, suborno ou fraude no âmbito da sua atividade profissional e perante entidades públicas ou privadas.

4.2. CIBERSEGURANÇA (INFORMAÇÃO ESPECÍFICA)

4.2.1. Políticas relacionadas com a cibersegurança

4.2.2. Principais ações relacionadas com a cibersegurança

4.2. Cibersegurança (Informações específicas)

Na atualização da análise de dupla materialidade realizada durante este exercício, a cibersegurança foi identificada como um tópico informativo específico de elevada relevância para o Grupo El Corte Inglés, devido ao seu papel essencial na proteção dos ativos digitais, na continuidade operacional e no reforço da confiança das partes interessadas.

Este reconhecimento permite-nos concentrar os nossos objetivos e estratégias na gestão dos riscos tecnológicos e na promoção de impactos positivos na cibersegurança. Os impactos e riscos identificados nesta análise são apresentados abaixo:

IP	Reforço da ciber-resiliência e da continuidade das operações através da implementação de medidas preventivas que garantam serviços mais robustos e seguros face a possíveis ameaças digitais.
R	Risco operacional e reputacional devido à exposição de ciberataques ao longo da cadeia de valor do Grupo, que possam interromper as operações, comprometer dados sensíveis ou dar origem a incumprimentos regulamentares.

O progressivo avanço da digitalização e a constante troca de informação posicionaram a cibersegurança como um pilar essencial para preservar a confiança, a privacidade e a integridade dos sistemas de informação. Num contexto em que as ameaças digitais estão em constante evolução, aumentando em complexidade e frequência, a cibersegurança deixou de ser apenas um desafio técnico e passou a ser uma prioridade estratégica com impacto direto tanto na sociedade como no mundo empresarial.

Neste contexto, e partindo do pressuposto de que o risco zero é impossível, a cibersegurança assume uma importância particularmente crítica no setor do retalho, caracterizado pela convergência de operações físicas e digitais, bem como por elevados níveis de interação com clientes, fornecedores e colaboradores. Uma gestão adequada da cibersegurança é essencial para proteger a informação sensível, garantir a continuidade do negócio e assegurar uma experiência de compra fiável, segura e consistente.

Para o Grupo El Corte Inglés, a cibersegurança é um elemento fundamental para proteger os ativos digitais, garantir a continuidade do negócio e cumprir as normas em vigor. A infraestrutura tecnológica assenta em controlos de segurança avançados, políticas de gestão de incidentes bem definidas, sistemas de monitorização contínua e planos de resposta específicos, permitindo à empresa antecipar, detetar e mitigar eficazmente potenciais ameaças em ambientes digitais.

4.2.1. Políticas relacionadas com a cibersegurança

[MDR-P / DP 65 a, c]

A segurança da informação é parte essencial do modelo de governação do Grupo e está integrada em todos os seus processos de gestão e controlo. Para tal, dispomos de um quadro regulamentar específico que estabelece os princípios, as responsabilidades e as orientações para a governação, a gestão e a operação da segurança da informação em toda a empresa.

Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI)

A PCSI estabelece o quadro de atuação do Grupo para garantir uma proteção adequada da informação em todas as suas empresas. Através desta política, o Grupo assume o compromisso de implementar e manter medidas técnicas e organizacionais que salvaguardem a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação, bem como de reforçar a capacidade da organização para prevenir, detetar, responder e recuperar face a possíveis incidentes de segurança.

Política Corporativa de Ciber-resiliência

Esta política visa reforçar a capacidade da organização para antecipar, resistir, responder e recuperar face a possíveis incidentes cibernéticos, de modo a garantir a continuidade das operações e a resiliência dos sistemas críticos. Estabelece objetivos como reforçar a preparação e a capacidade de resposta perante ameaças à cibersegurança que possam afetar serviços e processos essenciais, garantindo, ao mesmo tempo, a continuidade do negócio e a rápida recuperação das atividades em caso de eventos que causem perturbações. Além disso, promove a integração da ciber-resiliência como um princípio transversal na conceção, operação e evolução dos sistemas e processos do Grupo.

Política Corporativa de Segurança da Informação (CISP)

A aplicação do PCSI está estruturada em três níveis complementares: governação, gestão e operação.

Em termos de governação, o Grupo dispõe de três órgãos responsáveis pela supervisão e coordenação das ações nas respetivas áreas de responsabilidade:

- **Comité de Segurança da Informação (ISC):** organismo responsável por promover e monitorizar a segurança da informação em toda a Organização, garantindo a aplicação eficaz e consistente das melhores práticas.
- **Subcomité de Segurança da Informação (SCSI):** responsável por garantir a execução e o cumprimento das atividades de segurança promovidas e supervisionadas pelo CSI.
- **Comité Delegado de Segurança da Informação (CODES):** responsável pela gestão operacional e implementação da Estrutura de Controlo de Segurança da Informação do Grupo.

No que diz respeito à gestão e operação da segurança da informação, estas funções são desempenhadas através de cinco áreas funcionais sob a direção do Departamento de Segurança da Informação e Cibersegurança. O Diretor de Segurança da Informação e Cibersegurança (ISCO) coordena, supervisiona e integra as capacidades de governação, risco e conformidade, proteção, deteção, resposta e segurança desde a conceção.

Como suporte transversal a estas áreas, o Centro de Operações de Segurança (COS) fornece a capacidade operacional necessária para monitorizar, detetar, analisar e responder a incidentes de segurança, atuando de forma coordenada com o departamento e as equipas técnicas envolvidas, garantindo assim uma abordagem abrangente e eficaz à segurança da informação em todo o Grupo.

Política Corporativa de Resiliência Cibernética

O Sistema de Gestão da Resiliência Cibernética (CRMS) está também estruturado em torno de três eixos: governação, gestão e operação da resiliência cibernética.

A função de governação cabe à Direção de Segurança Corporativa e Prevenção, órgão responsável por dirigir, coordenar e supervisionar a estratégia abrangente de cibersegurança e resiliência do

Grupo, garantindo o seu alinhamento com os objetivos estratégicos corporativos e a conformidade com o atual quadro regulamentar. Os seguintes organismos estão sob a sua supervisão:

- **Gabinete de Assessoria para Crises, Emergências e Catástrofes:** um órgão consultivo de grande relevância que oferece apoio estratégico à gestão de topo. Tem como objetivo assessorar na tomada de decisões críticas, propor a ativação de planos de gestão de crises e auxiliar na comunicação com as autoridades e organizações externas relevantes.
- **CSI (Comité de Segurança da Informação):** um organismo multidisciplinar de natureza periódica responsável por promover e supervisionar a segurança da informação em toda a Organização, garantindo a aplicação homogênea e transversal das boas práticas nesta área.

A gestão é canalizada através da Área de Resiliência Cibernética, integrada na estrutura de GRC (Governança, Risco e Conformidade). Esta unidade é responsável por coordenar, definir e regular as capacidades de resiliência cibernética, promover a implementação de políticas e controlos comuns e garantir a consistência das ações em todas as áreas da organização.

Os aspetos operacionais, por sua vez, são da responsabilidade das áreas operacionais encarregadas de implementar e executar as medidas definidas. Estas áreas asseguram a disponibilidade e a alocação adequada dos recursos necessários, bem como a gestão apropriada da infraestrutura, dos sistemas e dos terceiros envolvidos, de forma a preservar a resiliência global do Grupo.



Para mais informações sobre as políticas do Grupo aplicáveis à cibersegurança, consulte a secção "1.5. Políticas na área da sustentabilidade" do capítulo "1. Informações Gerais".

Ambas as políticas são complementadas pela **Política Corporativa de Proteção de Dados**, que visa mitigar os riscos associados ao tratamento de dados pessoais dos diversos grupos de partes interessadas.



Para mais informações sobre a Política Corporativa de Proteção de Dados, consulte a secção "3.3.3.3. Proteção de Dados" no capítulo "3.3. Consumidores e Utilizadores Finais".

4.2.2. Principais ações relacionadas com a cibersegurança

MDR-A / DP 68 a, b]

O El Corte Inglés continuou a reforçar as suas capacidades de cibersegurança ao longo do ano através de diversas iniciativas técnicas, organizacionais e de formação implementadas em todas as atividades do Grupo. Estas ações contínuas incluíram o desenvolvimento de soluções que visam o aumento da proteção interna, a segurança dos dispositivos empresariais, a otimização da gestão de credenciais e certificados digitais e a melhoria dos processos de deteção e resposta a vulnerabilidades. Neste sentido, a empresa respondeu devidamente aos pedidos de informação dos supervisores em resultado do incidente de segurança da informação reportado no Relatório de Sustentabilidade de 2024.

Na área da GRC (Governança, Risco e Conformidade), o Grupo consolidou o seu quadro estratégico através da atualização contínua dos regulamentos internos, alinhados com as principais normas internacionais. Durante o ano, foi renovada a certificação ISO 27001, tendo sido obtidas as certificações ISO 22301 e a certificação correspondente ao Quadro Nacional de Segurança. O âmbito destas certificações abrange as principais operações corporativas e plataformas tecnológicas críticas do Grupo, reforçando a robustez do Sistema de Gestão de Segurança e Continuidade de Negócio. Além disso, os procedimentos de gestão de riscos de terceiros (TPRM) foram reforçados, e o Plano de Resiliência Cibernética foi melhorado através da análise de serviços críticos e da definição de planos de recuperação específicos.

Com o objetivo de fortalecer a cultura de cibersegurança e aumentar a consciencialização sobre os riscos reais associados ao cibercrime e o seu impacto na organização, o Grupo lançou um curso para todos os colaboradores. Esta iniciativa aborda a forma como as ameaças digitais podem comprometer a informação, os sistemas e as operações essenciais da empresa, além de fornecer uma visão abrangente dos principais riscos nesta área e dos princípios que regem a segurança da informação no ambiente empresarial. A formação procura fortalecer uma cultura de proteção digital junto dos colaboradores, promover práticas seguras no trabalho diário e reforçar o cumprimento das normas internas.

Além disso, foram realizadas campanhas de sensibilização e simulações personalizadas de smishing, vishing e phishing para que os colaboradores avaliassem e reforçassem as suas capacidades de resposta a este tipo de ameaças. Ademais, foram oferecidas formações específicas sobre phishing para melhorar a capacidade dos colaboradores de identificar, prevenir e responder a tentativas de falsificação de identidade e outras técnicas de engenharia social utilizadas para obter informações confidenciais ou acesso não autorizado. Estas ações visam melhorar as capacidades de identificação de ameaças e promover um comportamento online seguro.

Em relação à proteção e gestão de identidades, os controlos e a proteção de acessos foram intensificados através de ferramentas avançadas de gestão de identidades (IAM) e de gestão de acesso privilegiado (PAM). A segurança no local de trabalho foi reforçada através da encriptação dos dispositivos, da restrição de equipamentos não autorizados e da implementação de soluções de deteção e resposta de endpoints (EDR) e de gestão de dispositivos móveis (MDM). Estas medidas são complementadas pelo reforço do perímetro de segurança através de firewalls de nova geração (NGFWs), sistemas de deteção e prevenção de intrusão (IDS/IPS), proxies seguros e arquiteturas SASE e CASB em ambientes de cloud.

O Centro de Operações de Segurança (COS) mantém um serviço de 24 horas por dia, 7 dias por semana, e reforçou as suas capacidades de monitorização, análise forense, gestão automatizada de vulnerabilidades e resposta coordenada a incidentes, em conformidade com estruturas internacionais como o NIST e o MITRE ATT&CK.

Relativamente à estratégia e à ciberinteligência, é adotada uma estratégia proativa e ofensiva, baseada na monitorização da superfície de ataque, bem como da deep web e da dark web, na realização de exercícios de Red Team, simulações de ameaças persistentes avançadas (APT) e no desenvolvimento de iniciativas que visem a redução da superfície de ataque (ASR). Tudo isto é complementado pelo reforço das capacidades de prevenção e mitigação de ataques de phishing, fraudes digitais e roubo de identidade.

Em ambientes de Tecnologia Operacional (TO), foram implementadas soluções de análise de tráfego de rede (NTA) e de deteção de ameaças em ambientes SCADA/ICS. Paralelamente, a proteção do canal de comércio eletrónico foi reforçada com soluções de deteção de bots, análise comportamental, navegação anónima e monitorização da reputação digital, com o objetivo de preservar a confiança do cliente e garantir a continuidade do negócio.

4.3. FISCALIDADE (INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS)

4.3.1. Políticas relacionadas com a tributação

4.3.2. Principais ações relacionadas com a tributação

4.3.3. Contribuição para fundos públicos

4.3.4. Tabela de Informação Fiscal

4.3. Fiscalidade (Informações Específicas)

O Grupo El Corte Inglés considera a fiscalidade um fator essencial para a sua contribuição para o meio económico e social em que se insere. Esta visão traduz-se em práticas transparentes, éticas e socialmente responsáveis.

Em linha com este compromisso, e como resultado da análise de dupla materialidade atualizada realizada este ano, a fiscalidade foi identificada como um novo tópico específico de reporte para o Grupo. Neste contexto, foi determinado o seguinte impacto positivo:

IP	Consolidação de boas práticas fiscais e contribuições para a economia e para os cofres públicos através de uma estratégia fiscal responsável, transparente e em conformidade com a legislação em vigor.
----	---

4.3.1. Políticas relacionadas com a tributação

[MDR-P / DP 65 a, b, c, d, e, f]

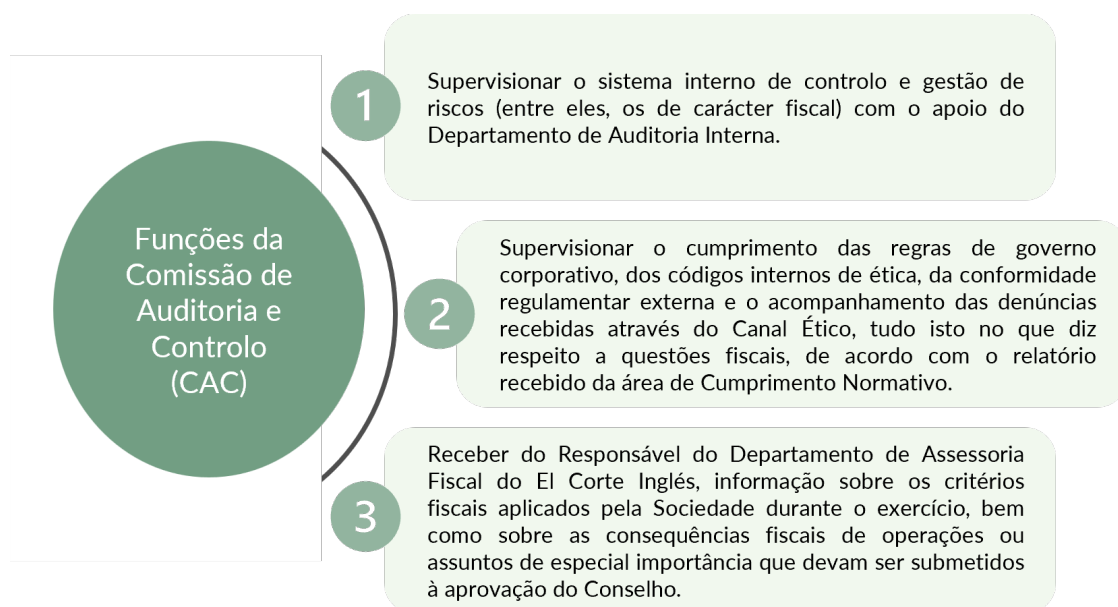
O Grupo El Corte Inglés, consciente do impacto económico e social que gera, reafirma o seu compromisso com as comunidades em que se insere, cumprindo as suas obrigações fiscais, que constituem não só um dever legal, mas também refletem diretamente a sua vontade de contribuir para o progresso e a criação de valor nos territórios onde está presente.

Política Fiscal Corporativa

A Política Fiscal Corporativa do Grupo estabelece os princípios que orientam a gestão responsável das suas obrigações fiscais e reforçam o compromisso com a responsabilidade social. Neste contexto, o Grupo define os princípios gerais que incluem o cumprimento e a garantia do cumprimento da legislação fiscal em vigor em cada jurisdição, mantendo elevados padrões de diligência para prevenir, detetar e erradicar possíveis incumprimentos ou condutas irregulares. Além disso, promove uma gestão prudente dos riscos fiscais, a transparência e a fiabilidade da informação financeira e contabilística, bem como uma relação com as Administrações Públicas baseada na legalidade, na colaboração e boa-fé. Esta política também procura evitar duplicações e ineficiências fiscais e reconhece que os impostos pagos pelas empresas do Grupo constituem uma das suas principais contribuições para a sustentabilidade dos cofres públicos e por, conseguinte, da sociedade.

A última atualização da Política Fiscal, realizada em outubro de 2024, consolida uma estratégia fiscal assente na adoção de boas práticas na tomada de decisões fiscais e na execução das obrigações fiscais, em consonância com os princípios estabelecidos no nosso Código Deontológico.

Da mesma forma, o Conselho de Administração deve receber, através do Comité de Auditoria e Controlo (CAC), informação prévia e suficiente sobre o conteúdo, as implicações e as consequências fiscais decorrentes dos critérios e operações que exigem a sua aprovação, desde que esses aspetos sejam relevantes para a tomada de decisão ou correspondam a operações que devam ser comunicadas ao CAC.



O Departamento de Consultoria Fiscal é responsável por analisar e gerir todas as questões fiscais que afetam as diversas áreas de negócio do Grupo, prestando assessoria especializada a todas as empresas e identificando oportunidades de melhoria. Para garantir a continuidade e a coerência na aplicação dos princípios da estratégia fiscal, foi implementado um Plano Abrangente de Formação e Desenvolvimento, visando assegurar a preparação adequada e o planeamento da sucessão para as funções-chave na área fiscal.

Neste sentido, o El Corte Inglés promove uma relação baseada na colaboração, transparência e confiança mútua com as autoridades fiscais e outras partes interessadas. A sua política fiscal está alinhada com as expectativas da sociedade e visa contribuir de forma responsável para a construção de um ambiente fiscal justo, equilibrado e consistente, em consonância com os valores de boa governação corporativa do Grupo.



Para mais informações sobre a política fiscal do Grupo, consulte a secção "1.5. Políticas de Sustentabilidade" no capítulo "1. Informações Gerais".

4.3.2. Principais ações relacionadas com a tributação

[MDR-A / DP 68 a, b, c, d, e]

Para garantir uma gestão fiscal responsável e transparente, em conformidade com a legislação em vigor, o Grupo desenvolveu um conjunto de ações que visam a correta identificação, controlo e mitigação dos riscos fiscais. Neste contexto, os riscos fiscais do Grupo são identificados e analisados no Submapa de Riscos Fiscais, uma ferramenta de monitorização contínua que, com base nos procedimentos e controlos existentes, avalia o nível de risco inerente e residual de acordo com a eficácia dos controlos aplicados.

Para fortalecer a administração fiscal, foram implementados diversos procedimentos internos que atribuem responsabilidades claras a cada fase do processo e definem as ações necessárias para a elaboração das declarações e acertos fiscais. Estes procedimentos garantem a rastreabilidade, a fiabilidade e a correta revisão da informação.

Além disso, são realizados controlos periódicos, tanto automáticos como manuais, destinados a garantir uma gestão eficaz e a mitigar os riscos decorrentes de discrepâncias na interpretação fiscal com a Administração, que podem gerar passivos contingentes, penalizações ou dificuldades associadas à recuperação de ativos fiscais.

Todos estes procedimentos e controlos, incluindo os ligados ao Sistema de Controlo Interno para os Relatórios Financeiros (ICSIF), estão sujeitos a avaliações periódicas pela equipa de auditoria interna, de forma a garantir a sua adequação às normas fiscais em vigor e às operações reais do Grupo, mantendo assim um baixo perfil de risco.

Esta abordagem de controlo e supervisão interna é complementada pelo compromisso do Grupo com a transparência e a colaboração institucional, refletido na nossa participação ativa e regular no Fórum das Grandes Empresas, uma plataforma de cooperação institucional onde as principais corporações do país trabalham em conjunto com a Administração Fiscal Estatal. Através deste fórum, fomentamos a confiança mútua e contribuímos para a troca de conhecimentos, bem como para a análise dos desafios futuros associados à aplicação do Sistema Fiscal. Desde 2010 que somos signatários do Código de Boas Práticas Fiscais, reafirmando o nosso compromisso em aderir às suas recomendações e normas.

Da mesma forma, com o objetivo de manter um diálogo construtivo e contínuo com os nossos stakeholders — actores sociais, económicos e políticos — participamos activamente em diversas organizações empresariais e económicas. Esta colaboração permite-nos antecipar possíveis alterações regulamentares e promover soluções alinhadas com os princípios da boa governação e da transparência, reduzindo os riscos e os impactos fiscais associados ao longo do tempo.

Em conformidade com as melhores práticas fiscais e com o nosso compromisso com a criação de valor sustentável, utilizamos as estruturas jurídicas de forma responsável e apenas quando justificadas por razões comerciais. Rejeitamos qualquer transferência artificial de valor para jurisdições com baixa tributação, e todas as transações entre empresas do Grupo são realizadas a preços de mercado, em conformidade com o princípio da livre concorrência. A nossa política proíbe a utilização de estruturas jurídicas para fins fiscais obscuros, bem como o estabelecimento de sedes sociais em territórios considerados paraísos fiscais, jurisdições não cooperativas ou jurisdições similares.

Cientes da crescente importância da responsabilidade fiscal e do valor da formação nesta área, ao longo do ano fiscal de 2025, foram desenvolvidas periodicamente diversas atividades de formação e sessões de trabalho para as nossas equipas, com o objetivo de reforçar uma cultura de integridade, conformidade e gestão adequada do risco fiscal.

Estas sessões de formação realizadas ao longo do ano abordaram temas como o Sistema de Conformidade Fiscal, os novos procedimentos de faturação, a tributação imobiliária (registo de imóveis e Imposto Predial), os Preços de Transferência, o Imposto sobre a Construção, Instalações e Obras, o Imposto sobre o Rendimento para Não Residentes, o Imposto Geral Indireto das Canárias, o impacto fiscal das iniciativas de visibilidade do El Corte Inglés e os procedimentos de revisão do valor cadastral. Estas sessões contribuíram para alargar o conhecimento técnico dos membros do departamento fiscal e fortalecer as competências de outros departamentos que necessitem desta expertise.

Por último, todos estes elementos, que visam garantir a conformidade com os princípios e objetivos da Política Fiscal Corporativa, estão integrados no Sistema de Conformidade Fiscal, liderado e supervisionado pelo Órgão de Conformidade Fiscal do El Corte Inglés. Este organismo, que atua no âmbito do Organismo de Conformidade Regulatória, promove a identificação e a gestão dos riscos fiscais, bem como as iniciativas que visam a sua prevenção, deteção e gestão adequada.

No âmbito fiscal, o Grupo El Corte Inglés mantém como compromisso estratégico garantir o cumprimento integral, diligente e transparente de todas as suas obrigações fiscais, em plena consonância com os princípios definidos na Política Fiscal Corporativa.

Este compromisso, aplicável globalmente a todas as empresas do Grupo, assenta num Sistema de Gestão de Conformidade Fiscal concebido para prevenir, identificar e mitigar os riscos fiscais, promover a adoção de boas práticas fiscais e garantir que as ações são realizadas em conformidade com a legislação vigente e os padrões éticos e de integridade exigidos.

Em consonância com as restantes funções, a governação deste compromisso cabe ao Conselho de Administração, que, com o apoio da Comissão de Auditoria e Controlo, do Departamento de Consultoria Fiscal e do Órgão de Conformidade Fiscal, é responsável pelo seu desenvolvimento, acompanhamento contínuo e supervisão periódica.

Neste sentido, a atualização dos compromissos é realizada de acordo com o procedimento formal estabelecido para a revisão das políticas corporativas e é ativada tanto em caso de alterações regulamentares relevantes como de modificações na estratégia, enquanto a monitorização do desempenho é realizada através de revisões e auditorias internas periódicas que garantem a melhoria contínua do sistema, permitindo assegurar o alinhamento do objetivo com as expectativas das partes interessadas e com o compromisso do Grupo em contribuir de forma responsável para o apoio às obrigações públicas e para o desenvolvimento económico e social.

4.3.3. Contribuição para as finanças públicas

Ao cumprir as suas obrigações fiscais, o Grupo El Corte Inglés contribui significativamente para as contas públicas. Esta contribuição é concretizada tanto através dos impostos suportados e pagos diretamente pelas empresas do Grupo durante o exercício, como através dos impostos cobrados no decurso da sua atividade económica, para além da correspondente contribuição para a segurança social.

No exercício de 2025, a contribuição para os cofres públicos ascendeu a 2.068,8 milhões de euros (2.087,3 milhões de euros em 2024), correspondendo aos seguintes impostos ou pagamentos:

1. IMPOSTOS SOBRE LUCROS Baseados nos lucros obtidos pelas sociedades (tais como o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o imposto sobre as atividades económicas ou as retenções na fonte suportadas), bem como nos montantes cobrados (retenções na fonte sobre pagamentos a terceiros).	2. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS DE PESSOAS SINGULARES Relacionados com os colaboradores, tanto os encargos suportados como os montantes cobrados, tendo em conta o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos colaboradores e os pagamentos à Segurança Social a cargo da empresa.	3. IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS Relativos aos impostos indiretos sobre a produção e consumo de bens e serviços, tais como o IVA, os direitos aduaneiros, etc.
Tipologia dos impostos		
4. IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADES Decorrem da titularidade, venda, transferência ou ocupação da sociedade.	5. IMPOSTOS AMBIENTES Relacionados com o fornecimento, a utilização ou o consumo de produtos e serviços que, direta ou indiretamente, afetam o meio-ambiente.	6. OUTROS Aqueles que, embora não se enquadrem na definição de imposto, constituem pagamentos às administrações pelo uso de um bem ou serviço. Entre estes pagamentos, destacam-se as taxas e os pagamentos de licenças

A contribuição total do Grupo para as finanças públicas está discriminada da seguinte forma:

Impostos suportados (em milhares de €)	Ex. 2025	Ex. 2024	Impostos cobrados (em milhares de €)	Ex. 2025	Ex. 2024
Sobre beneficios	71.725,3€	67.363,2€	Sobre beneficios	10.154,6€	8.183,6€
Próprios	617.973,3€	603.412,1€	Personales	448.320,7€	397.992,8€
Sobre productos	55.240,3€	61.394,9€	Sobre productos	768.084,2€	861.404,0€
Sobre propiedades	79.767,5€	78.952,3€	Sobre propiedades	70,5€	22,7€
Meio-ambientais	11.125,0€	5.964,5€	Medioambientales	0,0€	—€
Outros	5.433,1€	1.973,6€	Otros	879,5€	601,6€
TOTAL	841.264,6€	819.060,6€	TOTAL	1.227.509,5€	1.268.204,7€
Contribuição tributária total Ex. 2025		2.068.774,1€			
Contribuição tributárias total Ex. 2024		2.087.265,3€			

Além disso, o Grupo recebeu subsídios e subvenções públicas no valor total de 4,8 milhões de euros (6,4 milhões de euros em 2024). Destes subsídios públicos, 98,3% eram provenientes de Espanha e os restantes 1,7% de Portugal e de outros países (98,7% para Espanha e 1,3% para Portugal em 2024). Uma discriminação dos dados económicos e fiscais por país encontra-se disponível abaixo.

4.3.4. Tabelas de Informação Fiscal (GRI 207-4)

Impostos pagos (em milhares de euros) | Ex. 2025

País	Impostos pagos sobre sociedades	Outros impostos sobre benefícios	Contribuições para Segurança Social e outros impostos associados ao emprego	Impostos sobre produtos	Impostos sobre propriedade	Impostos ambientais	Outros
Alemanha	5,20	—	1,71	—	—	—	—
Arábia Saudita	—	—	—	—	—	—	—
Argentina	—	—	—	—	1,20	0,72	0,07
Austria	—	—	—	—	—	—	—
Bangladesh	—	—	—	—	—	—	0,48
Brasil	—	—	—	—	—	—	0,49
Bélgica	—	—	—	—	—	—	—
Bulgária	—	—	—	—	—	—	—
Chile	396,70	—	126,01	72,72	—	—	103,10
China (Xangai)	13,63	—	1.292,58	376,51	—	—	22,60
Chipre	—	—	—	—	—	—	—
Colômbia	177,31	—	182,56	61,62	9,25	—	171,60
Croácia	—	—	—	—	—	—	—
Dinamarca	—	—	—	—	—	—	—
Equador	—	—	20,21	—	—	—	17,67
Emirados Arabes Unidos	435,09	—	35,84	—	—	—	5,08
El Salvador	—	—	—	—	—	—	—
Eslováquia	—	—	—	—	—	—	—
Eslovénia	—	—	—	—	—	—	—
Espanha	16.707,45	33.352,13	595.740,93	54.314,98	78.988,13	11.124,31	3.985,33
Estónia	—	—	—	—	—	—	—
Finlândia	—	—	—	—	—	—	—
França	—	—	—	—	—	—	0,54
Grécia	—	—	—	—	—	—	—

País	Impostos pagos sobre sociedades	Outros impostos sobre benefícios	Contribuições para Segurança Social e outros impostos associados ao emprego	Impostos sobre produtos	Impostos sobre propriedade	Impostos ambientais	Outros
Hong Kong	1,13	—	21,23	—	—	—	0,32
Hungria	—	—	—	—	—	—	—
Irlanda	—	—	—	—	—	—	—
Itália	39,44	—	151,06	—	—	—	0,26
Letónia	—	—	—	—	—	—	—
Lituânia	—	—	—	—	—	—	—
Luxemburgo	—	—	—	—	—	—	—
Malta	—	—	—	—	—	—	—
Marrocos	—	—	31,01	—	—	—	2,13
México	5.793,70	—	4.229,24	—	—	—	897,49
Holanda	—	—	—	—	—	—	—
Panamá	12,21	—	55,55	—	0,28	—	8,62
Peru	35,45	—	196,05	163,99	2,20	—	12,85
Polónia	—	—	—	—	—	—	—
Portugal	14.748,62	—	15.827,85	186,33	743,96	—	203,46
República Dominicana	—	—	—	—	—	—	—
Reino Unido	0,40	—	—	—	—	—	—
República Checa	—	—	—	—	—	—	—
Roménia	—	—	—	—	—	—	—
Sérvia	—	—	—	—	—	—	—
Turquia	—	—	47,70	—	—	—	0,42
Uruguai	4,81	—	0,05	64,10	10,72	—	0,59
EUA	2,05	—	13,77	—	11,80	—	—
TOTAL	38.373,18	33.352,13	617.973,35	55.240,25	79.767,54	11.125,02	5.433,09

Impostos pagos (em milhares de euros) | Ex. 2024

País	Impostos pagos sobre sociedades	Outros impostos sobre os lucros	Contribuições para a Segurança Social pagas pela empresa e outros impostos associados ao emprego.	Impostos sobre os produtos	Imposto sobre propriedade	Impostos ambientais	Outros
Alemanha			14,5				
Arábia Saudita	13,6						
Argentina	404,9		0,2	4,2			0,5
Áustria							
Bangladesh							0,6
Brasil	3,6						
Bélgica							
Bulgária							
Chile	6,4		1.114,1	743,1	51,4	43,8	
China (Xangai)	15,8		1.272,6	367,7			22,1
Chipre							
Colômbia	5,1		164,1	71,6	8,8	17,9	140,5
Croácia							
Dinamarca							
Equador	16,3		21,1	28,8			16,4
Emirados Arabes Unidos	469,2						
El Salvador	21,6						
Eslováquia							
Eslovénia							
Espanha	1.164,0	33.310,7	580.960,6	56.177,0	78.155,2	5.902,4	1.375,9
Estónia							
Finlândia							
França							
Grécia			5,1				2,8
Hong Kong	1,9		23,3				
Hungria							

País	Impostos pagos sobre sociedades	Outros impostos sobre os lucros	Contribuições para a Segurança Social pagas pela empresa e outros impostos associados ao emprego.	Impostos sobre os produtos	Imposto sobre propriedade	Impostos ambientais	Outros
Irlanda							
Itália			149,4				
Letónia							
Lituânia							
Luxemburgo							
Malta							
Marrocos			52,9				2,2
México	10.799,2		4.093,7	2.981,0			190,1
Holanda							
Panamá	21,0		32,0	8,2	0,2		23,0
Peru	40,9		45,8	343,5			3,0
Polónia							
Portugal	21.037,2		16.236,6	640,3	720,0	0,3	194,6
República Dominicana					0,2		
Reino Unido							
República Checa							
Romênia							
Sérvia							
Turquia			154,2				1,6
Uruguai	4,8		57,0	29,4	4,8		0,6
EUA	26,9		15,1		11,6		0,6
TOTAL	34.052,4	33.310,7	604.412,3	61.394,8	78.952,2	5.964,4	1.974,5

Impostos cobrados (em milhares de euros) | Ex. 2025

País	Impostos sobre lucros	Contribuições para S.S. a cargo dos trabalhadores	Outros impostos associados ao emprego	Impostos sobre produtos	Impostos sobre propriedade	Impostos ambientais	Outro
Alemanha	—	0,7	—	21,8	—	—	—
Arábia Saudita	—	—	—	—	—	—	—
Argentina	—	—	—	—	—	—	—
Áustria	—	—	—	—	—	—	—
Bangladesh	—	—	—	—	—	—	—
Brasil	—	—	—	—	—	—	—
Bélgica	—	—	—	11,2	—	—	—
Bulgária	—	—	—	—	—	—	—
Chile	—	482,9	153,5	—	—	—	—
China (Xangai)	—	632,4	227,3	—	—	—	—
Chipre	—	—	—	—	—	—	—
Colômbia	—	87,6	4,9	225,7	—	—	—
Croácia	—	—	—	—	—	—	—
Dinamarca	—	—	—	—	—	—	—
Equador	—	17,1	—	38,2	—	—	—
Emirados Árabes Unidos	—	—	—	704,5	—	—	—
El Salvador	—	—	—	—	—	—	—
Eslováquia	—	—	—	—	—	—	—
Eslovénia	—	—	—	—	—	—	—
Espanha	9.627,1	118.486,6	308.943,8	704.658,4	—	—	10,6
Estónia	—	—	—	—	—	—	—
Finlândia	—	—	—	—	—	—	—
França	—	15,7	6,0	6,9	—	—	—
Grécia	—	—	—	—	—	—	—
Hong Kong	—	21,2	—	—	—	—	—
Hungria	—	—	—	—	—	—	—

País	Impostos sobre lucros	Contribuições para S.S. a cargo dos trabalhadores	Outros impostos associados ao emprego	Impostos sobre produtos	Impostos sobre propriedade	Impostos ambientais	Outro
Irlanda	—	—	—	11,1	—	—	—
Itália	—	—	71,4	(29,7)	—	—	—
Letónia	—	—	—	—	—	—	—
Lituânia	—	—	—	—	—	—	—
Luxemburgo	—	—	—	—	—	—	—
Malta	—	—	—	—	—	—	—
Marrocos	—	—	—	—	—	—	—
México	527,5	2.182,7	899,2	5.571,6	45,2	—	272,3
Holanda	—	—	—	8,7	—	—	—
Panamá	—	23,5	—	—	—	—	0,5
Peru	—	—	109,6	—	—	—	—
Polónia	—	—	—	—	—	—	—
Portugal	—	7.686,5	8.166,0	55.962,1	25,3	—	596,1
República Dominicana	—	—	—	—	—	—	—
Reino Unido	—	28,2	8,0	(32,3)	—	—	—
República Checa	—	—	—	—	—	—	—
Romênia	—	—	—	—	—	—	—
Sérvia	—	—	—	—	—	—	—
Turquia	—	—	—	—	—	—	—
Uruguai	—	21,3	14,7	—	—	—	—
EUA	—	13,4	16,4	926,0	—	—	—
TOTAL	10.154,6	129.699,9	318.620,8	768.084,2	70,5	—	879,5

Impostos cobrados (em milhares de euros) | Ex. 2024

País	Imposto de rendimento	Contribuições para a Segurança Social em nome dos trabalhadores	Outros impostos relacionados com o emprego	Impostos sobre os produtos	Impostos sobre a propriedade	Impostos ambientais	Outros
Alemanha				25,3			
Arábia Saudita							
Argentina	10,5			26,7			
Áustria				0,2			
Bangladesh							
Brasil							
Bélgica				10,5			
Bulgária				0,1			
Chile	27,7	572,4	167,2	1.045,3			
China (Xangai)		631,0	211,3				
Chipre				0,3			
Colômbia		67,4	12,1	251,4			
Croácia							
Dinamarca				0,3			
Equador		17,7		67,0			
Emirados Árabes Unidos							
El Salvador							
Eslováquia				0,1			
Eslovénia							
Espanha	8.145,4	1.141.379,8	262.156,8	797.977,0			149,3
Estónia							
Finlândia				0,1			
França				48,6			
Grécia		3,5		10,2			
Hong Kong		23,3					
Hungria				0,1			

País	Imposto de rendimento	Contribuições para a Segurança Social em nome dos trabalhadores	Outros impostos relacionados com o emprego	Impostos sobre os produtos	Impostos sobre a propriedade	Impostos ambientais	Outros
Irlanda				12,7			
Itália				1,5			
Letónia				0,2			
Lituânia				0,1			
Luxemburgo				0,4			
Malta				0,2			
Marrocos							
México		928,1	2.644,4	5.825,5			298,5
Holanda				9,5			
Panamá		18,4	3,5	22,4			11,9
Peru		0,9	119,6	517,3			
Polónia				0,2			
Portugal		7.554,5	8.407,9	55.427,5	22,7		142,0
República Dominicana				0,2			
Reino Unido							
República Checa				0,1			
Romênia				0,4			
Sérvia							
Turquia							
Uruguai		24,3	8,5				
EUA		14,1	26,0	122,9			
TOTAL	8.183,6	1.151.235,4	273.757,3	861.404,3	22,7	—	601,7

Receita (em milhares de euros) | Ex. 2025

País	Receita proveniente de vendas a terceiros	Receitas provenientes de transações intragrupo com outros países	Resultado antes de impostos e ajustes de consolidação	Ativos tangíveis excluindo caixa e equivalentes de caixa	Imposto sobre o rendimento registado
Alemanha	511,3		10,1		(5,2)
Argentina		23,1	(137,1)	143,0	
Brasil	100,4	0,0	61,1		(1,3)
Chile	56.585,7	2.365,9	1.650,0	3.906,0	(381,4)
China (Xangai)	79,6	7.506,9	293,8	165,4	(13,6)
Colômbia	8.064,8	606,6	(222,3)	505,8	(18,4)
Equador	683,9	0,4	(97,4)	20,4	
Emirados Árabes Unidos	208.253,4	159.888,4	6.656,7	159,4	(1.820,8)
Espanha	14.139.774,2	2.475.062,4	662.162,1	10.022.442,4	(46.896,6)
França	733,1		15,7		
Grécia					
Hong Kong	15,5	1.892,8	50,9	47,7	(4,3)
Itália	1.959,7	2.778,4	97,6	12,0	(13,6)
México	266.562,1	12.203,0	21.783,5	56.727,3	(6.106,1)
Panamá	1.596,4	11,6	(83,2)	951,2	(18,8)
Peru	5.394,2	84,7	43,5	682,8	158,1
Portugal	710.245,6	10.792,8	64.074,0	387.592,8	(17.280,4)
República Dominicana			(0,8)		(0,4)
Reino Unido	3.573,8	130,6	79,7		
Rússia					
Uruguai	3.748,2	1.764,2	1.030,0	105,3	(4,8)
EUA	15.131,7	807,5	827,9	421,9	(167,6)
TOTAL	15.423.013,4	2.675.919,2	758.295,7	10.473.883,4	(72.575,3)

Receita (em milhares de euros) | Ex. 2024

País	Receita proveniente de vendas a terceiros	Receitas provenientes de transações intragrupo com outros países	Resultado antes de impostos e ajustes de consolidação	Ativos tangíveis excluindo caixa e equivalentes de caixa	Imposto sobre o rendimento registado
Alemanha	539,0	12,5	23,3		
Argentina	44,9	(41,2)	(1.016,6)	172,2	
Brasil	48,3	13,2	25,4		(0,1)
Chile	54.619,7	1.519,8	1.942,9	4.259,5	(293,7)
China (Xangai)	30,7	7.606,4	205,7	144,4	(11,4)
Colômbia	7.153,1	353,4	(90,0)	484,9	(29,7)
Equador	1.180,6	2,6	60,5	31,3	(16,2)
Emirados Árabes Unidos	220.239,2	182.743,8	7.713,3	211,4	(469,2)
Espanha	13.888.645,1	2.367.193,5	566.653,0	9.829.175,2	(136.304,6)
França	967,0	6,2	19,4		
Grécia			(295,4)		
Hong Kong	0,9	1.984,6	35,3	73,3	(4,2)
Itália	2.043,1	3.070,0	259,7	7,9	
México	270.614,8	9.081,2	32.553,1	44.994,8	(8.080,7)
Panamá	952,0	163,1	(368,3)	1.115,8	
Peru	4.866,9	6,5	131,4	741,4	(3,2)
Portugal	673.911,0	14.909,0	56.050,8	387.996,9	(4.958,7)
República Dominicana	26,2		20,2		
Reino Unido	5.148,8	738,6	(8,9)		
Rússia					
Uruguai	6.119,8	23.528,9	253,2	27,7	(4,8)
EUA	15.448,6	761,9	513,9	499,5	(150,6)
TOTAL	15.152.599,7	2.613.654,0	664.681,9	10.269.936,2	(150.327,1)

5. ANEXOS

QUADRO 1 - Lista de pontos de dados incluídos em normas transversais e temáticas derivadas de outras legislações da UE

QUADRO 2 - Índice da Lei 7/2021, de 20 de maio, sobre alterações climáticas e transição energética

QUADRO 3 - Índice dos Requisitos de Divulgação
Materiais incluídos nas Demonstrações Consolidadas Não Financeiras

QUADRO 4 – Índice da Lei 11/2018 e do Regulamento (UE) 2020/852

QUADRO 1 - Lista de pontos de dados incluídos em normas transversais e temáticas derivadas de outras legislações da UE

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS 2: Informações Gerais					
NEIS 2 GOV-1 Diversidade de género no conselho de administração, secção 21, alínea d)	Indicador n.º 13 da Tabela 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 da Comissão (5), Anexo II		O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão (págs. 9 a 16).
NEIS 2 GOV-1 Percentagem de membros do conselho que são independentes, parágrafo 21 e)			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo I		O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão (págs. 9 a 16).
Declaração de Due Diligence NEIS 2 GOV-4 - Secção 30	Indicador n.º 10 da Tabela 3 do Anexo I				Declaração sobre due diligence (págs. 21 e 22).
NEIS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com combustíveis fósseis (secção 40, alínea d), subalínea i)	Indicador n.º 4 da Tabela 1 do Anexo I	Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão (28). Tabela 1: Informação qualitativa sobre o risco ambiental e Tabela 2: Informação qualitativa.	Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Não aplicável

⁶²Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informação sobre sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (JO L 317 de 9.12.2019, p. 1).

⁶³Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais das instituições de crédito e das sociedades de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 (Regulamento sobre os Requisitos de Capital, «CRR») (JO L 176, 27.6.2013, p. 1).

⁶⁴Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativo aos índices utilizados como referência em instrumentos financeiros e contratos financeiros ou para medir o desempenho dos fundos de investimento e que altera as Diretivas 2008/48/CE e 2014/17/UE e o Regulamento (UE) n.º 596/2014 (JO L 171, 29.6.2016, p. 1).

⁶⁵Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que estabelece um quadro para alcançar a neutralidade climática e altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 ('Direito climático europeu') (JO L 243, 9.7.2021, p. 1).

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com a produção de substâncias químicas (secção 40, alínea d), alínea ii)	Indicador n.º 9 da Tabela 2 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Não aplicável
a. NEIS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com armas controversas (secção 40, alínea d), subalínea iii)	Indicador n.º 14 da Tabela 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 (7), Artigo 12.º, n.º 1, Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Não aplicável
a. NEIS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com o cultivo e a produção de tabaco, secção 40, alínea d), subsecção iv)			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1; Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, anexo II		Não aplicável
NEIS E1: Alterações Climáticas					
NEIS E1-1 Plano de transição para alcançar a neutralidade climática até 2050, parágrafo 14				Regulamento (UE) 2021/1119, Artigo 2(1)	Plano de Transição para Emissões Net Zero (págs. 85-87).
NEIS E1-1 Empresas excluídas dos índices de referência harmonizados com o parágrafo 16, alínea g, do Acordo de Paris		artigo 449.º, alínea a) do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 1: Carteira bancária – Risco de transição associado às alterações climáticas: Qualidade de crédito das exposições por setor, emissões e prazo de vencimento remanescente	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1, alíneas d) a g), e artigo 12.º, n.º 2		Plano de Transição para Emissões Net Zero (págs. 85-87).

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS E1-4 Metas de redução de emissões de GEE, parágrafo 34	Indicador n.º 4 da Tabela 2 do Anexo I	Artigo 449(a) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 da Comissão, modelo 3: Carteira bancária – Risco de transição associado às alterações climáticas: parâmetros de harmonização	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Artigo 6.º		Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos de descarbonização (pp. 88-92).
NEIS E1-5 Consumo de energia proveniente de combustíveis fósseis não renováveis, desagregado por fonte (apenas setores com elevado impacto climático) secção 38	Indicador n.º 5 da Tabela 1 e Indicador n.º 5 da Tabela 2 do Anexo I				Consumo e Eficiência Energética (pp. 92-94).
NEIS E1-5 Consumo de energia e combinação secção 37	Indicador n.º 5 da Tabela 1 do Anexo I				Consumo e Eficiência Energética (pp. 92-94).
NEIS E1-6 Emissões Brutas de Escopo 1, 2, 3 e Totais de GEE, Parágrafo 44	Indicadores n.º 1 e 2 da Tabela 1 do Anexo I	Artigo 449º bis; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, modelo 1: Carteira bancária – Risco de transição associado às alterações climáticas: qualidade de crédito das exposições por setor, emissões e prazo de vencimento remanescente	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 5.º, n.º 1, e artigos 6.º e 8.º, n.º 1		Emissões de GEE de Ámbitos 1, 2 e 3 (págs. 94 a 97).

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS E1-6 Intensidade bruta de emissão de GEE, parágrafos 53 a 55	Indicador n.º 3 da Tabela 1 do Anexo I	artigo 449a do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão; Modelo 3: Portfolio bancário – Risco de transição associado às alterações climáticas: parâmetros de harmonização	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Artigo 8.º, n.º 1		Emissões de GEE de Âmbitos 1, 2 e 3 (págs. 94 a 97).
NEIS E1-7 Parágrafo 56 sobre a remoção de GEE e créditos de carbono				Regulamento (UE) 2021/1119, Artigo 2.º, n.º 1	Não aplicável
NEIS E1-9 Exposição da carteira do índice de referência a riscos físicos relacionados com o clima, secção 66			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Implementação gradual (p. 7).
NEIS E1-9 Desagregação dos valores monetários por risco físico agudo e crónico, parágrafo 66(a)		artigo 449a do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, n.º 46 e 47; Modelo 5: Carteira bancária - Risco físico das alterações climáticas: Exposições sujeitas a risco físico.			Implementação gradual (p. 7).
NEIS E1-9 Localização de ativos significativos com risco físico significativo, parágrafo 66(c)					

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS E1-9 Detalhamento do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários por classes de eficiência energética parágrafo 67 (c)		Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, n.º 34; Modelo 2: Carteira bancária - Risco de transição climática: Empréstimos garantidos por bens imóveis — Eficiência energética dos bens imóveis			Implementação gradual (p. 7).
NEIS E1-9 Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima, secção 69			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Anexo II		Implementação gradual (p. 7).
NEIS E2: Poluição					
NEIS E2-4 Quantidade de cada poluente listado no Anexo II do Regulamento Europeu PRTR (Registo Europeu de Libertação e Transferência de Poluentes) emitido para o ar, água e solo, secção 28	Indicador n.º 8 da Tabela 1 do Anexo I, Indicador n.º 2 da Tabela 2 do Anexo I, Indicador n.º 1 da Tabela 2 do Anexo I, Indicador n.º 3 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial
NEIS E3: Recursos hídricos e marinhos					
NEIS E3-1 Recursos hídricos e marinhos - Secção 9	Indicador n.º 7 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial
NEIS E3-1 Políticas específicas secção 13	Indicador n.º 8 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS E3-1 Gestão sustentável dos oceanos e mares, secção 14	Indicador n.º 12 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial
NEIS E3-4 Total de água reciclada e reutilizada, secção 28, alínea c)	Indicador n.º 6.2 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial
NEIS E3-4 Consumo total de água em m³ por receita líquida de operações próprias, secção 29	Indicador n.º 6.1 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial
NEIS E4: Biodiversidade e ecossistemas					
NEIS 2 - IRO 1 - E4 secção 16, alínea a), secção i)	Indicador n.º 7 da Tabela 1 do Anexo I				Outros aspectos ambientais (págs. 52 e 53).
NEIS 2 - IRO 1 - E4 secção 16, alínea b)	Indicador n.º 10 da Tabela 2 do Anexo I				Outros aspectos ambientais (págs. 52 e 53).
NEIS 2 - IRO 1 - E4 secção 16, alínea c)	Indicador n.º 14 da Tabela 2 do Anexo I				Outros aspectos ambientais (págs. 52 e 53).
NEIS E4-2 Práticas ou políticas de utilização sustentável da terra ou da agricultura, secção 24, alínea b)	Indicador n.º 11 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial
NEIS E4-2 Práticas ou políticas marinhas ou oceânicas sustentáveis, secção 24, alínea c)	Indicador n.º 12 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial
NEIS E4-2 Políticas de combate à deflorestação, secção 24, alínea d)	Indicador n.º 15 da Tabela 2 do Anexo I				Imaterial

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS E5: Utilização de recursos e economia circular					
NEIS E5-5 Resíduos não reciclados, secção 37, alínea d)	Indicador n.º 13 da Tabela 2 do Anexo I				Decomposição de resíduos (p. 109).
NEIS E5-5 Resíduos perigosos e resíduos radioativos, secção 39	Indicador n.º 9 da Tabela 1 do Anexo I				Decomposição de resíduos (p. 109).
NEIS S1: Colaboradores					
NEIS 2 - SBM3 - S1 Risco de casos de trabalho forçado, secção 14, alínea f)	Indicador n.º 13 da Tabela 3 do Anexo I				Imaterial
NEIS 2 - SBM3 - S1 Risco de casos de trabalho infantil, secção 14, alínea g)	Indicador n.º 12 da Tabela 3 do Anexo I				Imaterial
NEIS S1-1 Compromissos políticos em matéria de direitos humanos, secção 20	Indicador n.º 9 da Tabela 3 e Indicador n.º 11 da Tabela 1 do Anexo I				Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
NEIS S1-1 Políticas de due diligence relativas a assuntos abrangidos pelas Convenções Fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, parágrafo 21			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
NEIS S1-1 Processos e medidas para a prevenção do tratamento de seres humanos, secção 22	Indicador n.º 11 da Tabela 3 do Anexo I				Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
NEIS S1-1 Políticas de prevenção de acidentes de trabalho ou sistema de gestão, secção 23	Indicador n.º 1 da Tabela 3 do Anexo I				Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS S1-3 Mecanismos para a gestão de reclamações ou queixas, secção 32, alínea c)	Indicador n.º 5 da Tabela 3 do Anexo I				Mecanismos de comunicação para os colaboradores (p. 121 e 122).
NEIS S1-14 Número de vítimas mortais e número e taxa de acidentes de trabalho secção 88, alíneas b) e c)	Indicador n.º 2 da Tabela 3 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149).
NEIS S1-14 Número de dias perdidos devido a lesão, acidente, morte ou doença, secção 88, letra e	Indicador n.º 3 da Tabela 3 do Anexo I				Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149).
NEIS S1-16 Diferença salarial entre géneros, secção 97(a) não ajustada	Indicador n.º 12 da Tabela 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Remuneração dos colaboradores e igualdade salarial (pp. 129-132).
NEIS S1-16 Diferença salarial excessiva entre o diretor executivo e os trabalhadores, secção 97, alínea b)	Indicador n.º 8 da Tabela 3 do Anexo I				Remuneração dos colaboradores e igualdade salarial (pp. 129-132).
NEIS S1-17 Casos de discriminação secção 103, alínea a)	Indicador n.º 7 da Tabela 3 do Anexo I				Prevenção do assédio (págs. 137 e 138).
NEIS S1-17. Incumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e das Orientações da OCDE, parágrafo 104(a)	Indicador n.º 10 da Tabela 1 e Indicador n.º 14 da Tabela 3 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II; Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Artigo 12.º, al.		Mecanismos de comunicação para os colaboradores da cadeia de valor (p. 155 a 157).

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS S2: Colaboradores da cadeia de valor					
NEIS 2 - SBM3 - S2 Risco significativo de trabalho infantil ou trabalho forçado na cadeia de valor (secção 11, alínea b)	Indicadores n.º 12 e 13 da Tabela 3 do Anexo I				Imaterial
NEIS S2-1 Compromissos políticos em matéria de direitos humanos, secção 17	Indicador n.º 9 da Tabela 3 e Indicador n.º 11 da Tabela 1 do Anexo I				Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
NEIS S2-1 Políticas relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor, secção 18	Indicadores n.º 11 e 4 da Tabela 3 do Anexo I				Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
NEIS S2-1. Incumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e das Orientações da OCDE, secção 19.	Indicador n.º 10 da Tabela 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II; Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Artigo 12.º, al.		Mecanismos de comunicação para os colaboradores da cadeia de valor (p. 155 a 157).
NEIS S2-1 Políticas de due diligence relativas a assuntos abrangidos pelas Convenções Fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, parágrafo 19			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II; Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Artigo 12.º, al.		Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS S2-4 Problemas e incidentes de direitos humanos relacionados com as fases a montante e a jusante da sua cadeia de valor, secção 36	Indicador n.º 14 da Tabela 3 do Anexo I				Mecanismos de comunicação para os colaboradores da cadeia de valor (p. 155 a 157).
NEIS S3: Grupos afetados					
NEIS S3-1 Compromissos políticos em matéria de direitos humanos, secção 16	Indicador n.º 9 da Tabela 3 e Indicador n.º 11 da Tabela 1 do Anexo I				Imaterial
NEIS S3-1 Não conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, os Princípios da OIT e as Orientações da OCDE, parágrafo 17	Indicador n.º 10 da Tabela 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II; Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Artigo 12.º, al.		Imaterial
NEIS S3-4 Problemas e incidentes de direitos humanos secção 36	Indicador n.º 14 da Tabela 3 do Anexo I				Imaterial
NEIS S4: Consumidores e utilizadores finais					
NEIS S4-1 Políticas relacionadas com os consumidores e utilizadores finais, secção 16	Indicador n.º 9 da Tabela 3 e Indicador n.º 11 da Tabela 1 do Anexo I				Políticas relacionadas com o cliente (págs. 167 e 168).
NEIS S4-1 Incumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e das Orientações da OCDE, secção 17	Indicador n.º 10 da Tabela 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II; Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Artigo 12.º, al.		Consumidores e utilizadores finais (págs. 166 a 185).

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	Referência ao Regulamento sobre a divulgação de informação relativa à sustentabilidade no sector dos serviços financeiros. ⁶²	Pilar 3 Referência ⁶³	Referência ao Regulamento relativo aos índices de referência ⁶⁴	Referência à legislação europeia sobre o clima ⁶⁵	Secção do Relatório
NEIS S4-4 Problemas e incidentes de direitos humanos, secção 35	Indicador n.º 14 da Tabela 3 do Anexo I				Proteção de dados (págs. 182 e 183).
NEIS G1: Conduta Empresarial					
NEIS G1-1 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, parágrafo 10, alínea b)	Indicador n.º 15 da Tabela 3 do Anexo I				Políticas na área da sustentabilidade (pp. 55-60). Políticas e princípios na área da conduta empresarial (pp. 197-202).
NEIS G1-1 Proteção dos informadores, secção 10, alínea d)	Indicador n.º 6 da Tabela 3 do Anexo I				Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
NEIS G1-4 Multas por violação das leis anticorrupção e anti-suborno, parágrafo 24(a)	Indicador n.º 17 da Tabela 3 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II		Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202).
NEIS G1-4 Normas anticorrupção e anti-suborno, secção 24, alínea b)	Indicador n.º 16 da Tabela 3 do Anexo I				Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202).

QUADRO 2 - Índice da Lei 7/2021, de 20 de maio, sobre alterações climáticas e transição energética

Assunto	Critérios de reporte ⁶⁶	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Governo	A estrutura de governação da Organização, incluindo o papel dos seus diversos órgãos, em relação à identificação, avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.	O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão (págs. 9 a 16). Governança da Sustentabilidade (pp. 16-18). Integração da análise de dupla materialidade na estratégia / com os processos internos do Grupo (p. 39). Procedimentos de controlo interno (p. 39).
Estratégia	A abordagem estratégica, quer ao nível da adaptação, quer da mitigação, das entidades para gerir os riscos financeiros associados às alterações climáticas, tendo em conta os riscos já existentes à data da elaboração do relatório e os que possam surgir no futuro, identificando as ações necessárias nesse momento para a mitigação de tais riscos.	Efeitos financeiros atuais dos riscos e oportunidades (p. 44). Resultados da análise de dupla materialidade (págs. 44 a 52). Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (pp. 78-85).
Impactos	Os impactos reais e potenciais dos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas nas atividades e na estratégia da Organização, bem como no seu planeamento financeiro.	Resultados da análise de dupla materialidade (págs. 44 a 52). Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (pp. 78-85).
Gestão de riscos	Os processos de identificação, avaliação, controlo e gestão de riscos relacionados com o clima e como estes são integrados na sua análise geral de riscos de negócio e na gestão de riscos global da organização.	Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (pp. 78-85).
Métricas e objetivos	As métricas, cenários e metas utilizados para avaliar e gerir os riscos e oportunidades relevantes relacionados com as alterações climáticas e, quando calculados, os âmbitos 1, 2 e 3 da sua pegada de carbono e a forma como está a abordar a sua redução.	Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Alavancas da Descarbonização (págs. 88 a 92). Emissões de GEE de Escopo 1, 2 e 3 (págs. 94 a 97).

⁶⁶Esta coluna estabelece os critérios de reporte para estimar o impacto financeiro dos riscos relacionados com as alterações climáticas na sociedade.

QUADRO 3 - Índice dos Requisitos de Divulgação incluídos na Demonstração Consolidada de Informação Não Financeira

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Informações gerais sobre o NEIS 2			
Base para a preparação	BP-1	Bases gerais para a elaboração da declaração de sustentabilidade.	Bases gerais para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade (págs. 6 e 7).
	BP-2	Informações relativas a circunstâncias específicas.	Informação relativa a circunstâncias específicas (págs. 7 a 9).
Modelo de Governo	GOV-1	O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão.	O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão (págs. 9 a 16).
	GOV-2	Informações prestadas aos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão.	Governança da Sustentabilidade (pp. 16-18).
	GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos.	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos (p. 19-21).
	GOV-4	Declaração sobre a diligência devida.	Declaração sobre due diligence (págs. 21 e 22).
	GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos para a divulgação de informação sobre sustentabilidade.	Gestão de riscos e controlos internos para a divulgação de informação sobre sustentabilidade (p. 22 a 24).
Estratégia	SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor.	Modelo de negócio (págs. 24 a 30). Estratégia de sustentabilidade (pp. 31-33). Cadeia de valor (pp. 33-36).
	SBM-2	Interesses e opiniões das partes interessadas.	Diálogo com as partes interessadas (pp. 36-38).
	SBM-3	Os materiais de RI e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio.	Efeitos financeiros atuais dos riscos e oportunidades (p. 44). Resultados da análise de dupla materialidade (págs. 44 a 52).
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	IRO-1	Descrição do processo de identificação e avaliação de materiais IRO.	Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54).
	IRO-2	Lista dos requisitos de detalhe e indicadores NEIS abordados no relatório e a sua localização.	Anexos / QUADRO 3 - Índice de conteúdo dos materiais de Requisitos de Divulgação incluídos na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira (págs. 245 a 253).

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Requisito mínimo de divulgação	MDR-P	Políticas adotadas para gerir as questões de sustentabilidade material.	Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60). Ações, objetivos e métricas no âmbito da sustentabilidade (p. 61). Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Alavancas da Descarbonização (págs. 88 a 92). Zero Resíduos (págs. 100-103). Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (pp. 103 e 104). Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107). Outros projetos de economia circular (págs. 108 e 109). Melhores práticas laborais (págs. 127-134).
Requisito mínimo de divulgação	MDR-A	Ações e recursos relacionados com questões de sustentabilidade material.	Diversidade, igualdade e inclusão (p. 134 a 139). Desenvolvimento profissional e atração de talento (pp. 139-144). Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149). Diálogo com os nossos próprios trabalhadores (p. 120 a 122). Gestão responsável da cadeia de abastecimento: foco na diligência prévia (págs. 157 a 160). Oferta diversificada e de elevada qualidade (págs. 172 a 180). Acessibilidade universal (págs. 183 a 185). Diálogo com os clientes (págs. 168 a 172). Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202).
	MDR-M	Parâmetros relacionados com questões de sustentabilidade de materiais.	Ações, objetivos e métricas no âmbito da sustentabilidade (p. 61). <i>A resposta é fornecida em todos os capítulos temáticos.</i>

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Requisito mínimo de divulgação	MDR-T	Monitorizar a eficácia das políticas e ações através de metas.	Ações, objetivos e métricas no âmbito da sustentabilidade (p. 61). Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos para a Descarbonização (págs. 88 a 92). Zero Resíduos (págs. 100-103). Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107). Plano para a Igualdade (págs. 135-137).
NEIS E1 Alterações Climáticas			
Modelo de Governo	NEIS 2 GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos.	Objetivos ligados à remuneração variável (p. 20 e 21).
Estratégia	NEIS 2 SBM-3	Os materiais de RI e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio.	Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (p. 78 e 85).
	E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas.	Plano de Transição para Emissões Net Zero (págs. 85 a 87).
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	NEIS 2 IRO-1	Descrição do processo de identificação e avaliação de materiais IRO.	Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Análise da dupla materialidade / NEIS E1 - Alterações climáticas (p. 46). Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (pp. 78-85).
	E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas.	Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
	E1-3	Ações e recursos relacionados com as políticas de alterações climáticas.	Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos para a Descarbonização (págs. 88 a 92).
	E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas.	Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos para a Descarbonização (págs. 88 a 92).
	E1-5	Consumo e combinação de energia.	Consumo e Eficiência Energética (pp. 92-94).

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Parâmetros e objetivos	E1-6	Emissões brutas de GEE dos Âmbitos 1, 2 e 3 e emissões totais de GEE.	Emissões de GEE de Âmbitos 1, 2 e 3 (págs. 94 a 97).
	E1-7	Projetos de remoção e mitigação de gases com efeito de estufa financiados através de créditos de carbono.	Não aplicável. O Grupo El Corte Inglés não utiliza créditos de carbono.
	E1-8	Sistema interno de fixação de preços do carbono.	Não aplicável. O Grupo El Corte Inglés não estabeleceu qualquer mecanismo interno de fixação de preços do carbono.
	E1-9	Impactos financeiros esperados dos riscos físicos e de transição significativos, bem como das potenciais oportunidades relacionadas com as alterações climáticas.	Implementação gradual (p. 7).
Contaminação NEIS E2 – Material não relevante			
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	NEIS 2 IRO-1	Descrição do processo de identificação e avaliação de materiais.	Outros aspectos ambientais (págs. 52 e 53).
NEIS E3 Água e Recursos Hídricos – Artigos não materiais			
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	NEIS 2 IRO-1	Descrição do processo para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades materiais.	Outros aspectos ambientais (págs. 52 e 53).
NEIS E4 Biodiversidade e Ecossistemas – Imaterial			
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	NEIS 2 IRO-1	Descrição do processo para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades materiais.	Outros aspectos ambientais (págs. 52 e 53).

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
NEIS E5 Gestão de Recursos e Economia Circular			
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	NEIS 2 IRO-1	Descrição do processo para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades materiais.	Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Análise da dupla materialidade / NEIS E5 - Utilização dos recursos e economia circular (p. 47).
	E5-1	Políticas relacionadas com a utilização de recursos e com a economia circular.	Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
	E5-2	Ações e recursos relacionados com a utilização de recursos e com a economia circular.	Zero Resíduos (págs. 100-103).
			Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (pp. 103 e 104). Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107). Outros projetos de economia circular (págs. 108 e 109).
Parâmetros e objetivos	E5-3	Objetivos relacionados com a utilização de recursos e com a economia circular.	Zero Resíduos (págs. 100-103). Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107).
	E5-4	Entrada de recursos.	Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107).
	E5-5	Saída de recursos.	Decomposição de resíduos (p. 109).
	E5-6	Efeitos financeiros esperados dos incidentes, riscos e oportunidades relacionados com a utilização de recursos e a economia circular.	Implementação gradual (p. 7).
Equipa própria NEIS S1			
Estratégia	SBM-2	Interesses e opiniões das partes interessadas.	Diálogo com as partes interessadas (pp. 36-38).
	SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio.	Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Efeitos financeiros atuais dos riscos e oportunidades (p. 44). Resultados da análise de dupla materialidade (págs. 44 a 52). Características do modelo (págs. 123 a 127).

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	S1-1	Políticas relacionadas com a nossa própria equipa.	Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
	S1-2	Processos de colaboração com os próprios trabalhadores e representantes dos trabalhadores sobre os impactos.	Processos de colaboração com os nossos próprios trabalhadores (p. 120 e 121).
	S1-3	Processos para lidar com incidentes negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais possam expressar as suas preocupações.	Mecanismos de comunicação para os próprios trabalhadores (p. 121 e 122).
	S1-4	Adoção de medidas relacionadas com os impactos materiais no próprio pessoal, abordagens para mitigar os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com o próprio pessoal, e eficácia de tais ações.	Ações, objetivos e métricas no âmbito da sustentabilidade (p. 61).
			Melhores práticas laborais (págs. 127-134).
Parâmetros e objetivos	S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos negativos materiais, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades materiais.	Diversidade, igualdade e inclusão (p. 134 a 139).
			Desenvolvimento profissional e atração de talento (pp. 139-144).
			Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149).
			Diálogo com os nossos próprios trabalhadores (p. 120 a 122).
	S1-6	Características dos colaboradores assalariados da empresa.	Plano para a Igualdade (págs. 135-137).
	S1-7	Características dos trabalhadores não assalariados no quadro de pessoal da própria empresa.	Características do modelo (págs. 123 a 127).
	S1-8	Cobertura sobre negociação coletiva e diálogo social.	Imaterial
	S1-9	Parâmetros de diversidade.	Diálogo social e negociação colectiva (pp. 128-129).
	S1-10	Salários adequados.	Características dos colaboradores (págs. 123-127).
	S1-11	Proteção social.	Remuneração dos empregados e igualdade salarial (pp. 129-132).
	S1-12	Pessoas com deficiência.	Implementação gradual (p. 7).
	S1-13	Parâmetros para treino e desenvolvimento de capacidades.	Pessoas com deficiência (págs. 138 e 139).
			Desenvolvimento profissional e atração de talento (pp. 139-144).

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Parâmetros e objetivos	S1-14	Saúde e Segurança.	Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149).
	S1-15	Equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal.	Conciliação laboral (p. 132 a 134).
	S1-16	Parâmetros remuneratórios (diferença salarial e remuneração total).	Remuneração dos empregados e igualdade salarial (págs. 129-132) Plano para a Igualdade (págs. 135-137).
	S1-17	Incidentes, queixas e impactos graves relacionados com os Direitos Humanos.	Prevenção do assédio (págs. 137 e 138). Mecanismos de comunicação para os colaboradores (p. 121 e 122).
NEIS S2 Trabalhadores na cadeia de valor			
Estratégia	SBM-2	Interesses e opiniões das partes interessadas.	Diálogo com as partes interessadas (pp. 36-38). Mecanismos de colaboração para os colaboradores da cadeia de valor (p. 155 a 157).
	SBM-3	Incidentes, riscos materiais e oportunidades, e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio.	Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Efeitos financeiros atuais dos riscos e oportunidades (p. 44). Resultados da análise da dupla materialidade (págs. 44 a 52).
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	S2-1	Políticas relacionadas com os colaboradores na cadeia de valor.	Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
	S2-2	Processos para colaborar com os colaboradores da cadeia de valor em relação a incidentes.	Mecanismos de colaboração para os trabalhadores da cadeia de valor (p. 155).
	S2-3	Processos para lidar com incidentes negativos e canais para que os colaboradores da cadeia de valor possam expressar as suas preocupações.	Mecanismos de comunicação para os trabalhadores da cadeia de valor (p. 155 a 157).
	S2-4	Adoção de medidas relacionadas com incidentes materiais, abordagens para mitigar os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com os colaboradores na cadeia de valor, e a eficácia de tais ações e abordagens.	Gestão Responsável da Cadeia de Abastecimento: Foco na Due Diligence e na Qualificação ESG (págs. 157 a 160).
	S2-5	Objetivos relacionados com a gestão de incidentes negativos relativamente importantes, a promoção de incidentes positivos e a gestão de riscos e oportunidades relativamente importantes.	Ações, objetivos e métricas no âmbito da sustentabilidade (p. 61).

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
NEIS S3 Grupos afetados – Imaterial			
NEIS S4 Consumidores e utilizadores finais			
Estratégia	SBM-2	Interesses e opiniões das partes interessadas.	Diálogo com as partes interessadas (pp. 36-38). Comunicação multicanal permanente (págs. 169 a 171).
	SBM-3	Incidentes, riscos materiais e oportunidades, e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio.	Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Efeitos financeiros atuais dos riscos e oportunidades (p. 44). Resultados da análise de dupla materialidade (págs. 44 a 52).
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e utilizadores finais.	Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
	S4-2	Processos para colaborar com os consumidores e utilizadores finais em relação aos impactos.	Diálogo com os clientes (págs. 168 a 172). Comunicação multicanal permanente (págs. 169 a 171). Gestão de incidentes (págs. 171 e 172).
	S4-3	Processos para lidar com incidentes negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais possam expressar as suas preocupações.	Gestão de incidentes (págs. 171 e 172).
	S4-4	Adoção de medidas relacionadas com os impactos materiais nos consumidores e utilizadores finais, abordagens para mitigar os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e utilizadores finais, e a eficácia de tais ações.	Oferta diversificada e de elevada qualidade (págs. 172 a 180). Acessibilidade universal (págs. 183 a 185). Diálogo com os clientes (págs. 168 a 172).
Parâmetros e objetivos	S4-5	Objetivos relacionados com a gestão de incidentes negativos relativamente importantes, a promoção de incidentes positivos e a gestão de riscos e oportunidades relativamente importantes.	Ações, objetivos e métricas no âmbito da sustentabilidade (p. 61).
NEIS G1 Conduta Empresarial			
Modelo de Governo	GOV-1	O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão.	Governança da Sustentabilidade (pp. 16-18). Programas de Formação em Conduta Empresarial (págs. 206-208).

Requisito de divulgação de informação relevante			A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Gestão de impactos, riscos e oportunidades	IRO-1	Descrição do processo para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades materiais.	Análise de materialidade dupla / NEIS G1 – Conduta empresarial (p. 51).
	G1-1	Cultura empresarial e políticas sobre cultura empresarial e conduta empresarial.	Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
	G1-2	Gestão do relacionamento com os fornecedores.	<i>Imaterial</i>
	G1-3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno.	Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202). Canal de Ética (págs. 202-206). Programas de Formação em Conduta Empresarial (págs. 206-208).
Parâmetros e métricas	G1-4	Casos confirmados de corrupção ou suborno.	Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202). Canal de Ética (págs. 202-206).
	G1-5	Influência política e atividades dos grupos de pressão.	<i>Imaterial</i>
	G1-6	Práticas de pagamento.	<i>Imaterial</i>

QUADRO 4 – Índice da Lei 11/2018 e do Regulamento (UE) 2020/852

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Descrição do modelo de negócio do Grupo	Breve descrição do modelo de negócio do Grupo, incluindo o seu ambiente de negócio, organização e estrutura, os mercados em que opera, os seus objetivos e estratégias, e os principais fatores e tendências que podem afetar o seu desenvolvimento futuro.		NEIS 2 – GOV-1		O papel dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão (págs. 9 a 16).
			NEIS 2 – GOV 2		Governança da Sustentabilidade (pp. 16-18).
			NEIS 2 – GOV 3		Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos (p. 19-21).
			NEIS 2 – SBM-1		Modelo de negócio (págs. 24 a 30).
			NEIS 2 – SBM-2		Estratégia de sustentabilidade (pp. 31-33).
			NEIS 2 – IRO-1		Cadeia de valor (pp. 33-36).
Informações sobre questões ambientais					
Políticas	Políticas aplicadas pelo Grupo, incluindo procedimentos de due diligence para a identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos, bem como verificação e controlo, para além das medidas que foram adotadas.		NEIS 2 – MDR-P		Política de Sustentabilidade Corporativa (p. 31). Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Principais riscos	Os principais riscos relacionados com estas questões e ligados às atividades do Grupo, incluindo, quando relevante e proporcional, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos nestas áreas, e a forma como o Grupo gere estes riscos, explicando os procedimentos utilizados para os identificar e avaliar de acordo com as estruturas nacionais, europeias ou internacionais relevantes para cada questão. Deve ser incluída informação sobre quaisquer impactes identificados, fornecendo uma análise detalhada destes, em particular dos principais riscos a curto, médio e longo prazo.	NEIS 2 – MDR-A NEIS 2 – MDR-P NEIS E1 – IRO-1 NEIS E1 – E1-1 NEIS E1 – E1-2 NEIS E1 – E1-3 NEIS E5 – E5-1 NEIS E5 – E5-2			Política Corporativa de Sustentabilidade (p. 31). Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60). Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Plano de Transição para Emissões Net Zero (págs. 85-87). Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos para a Descarbonização (págs. 88 a 92). Zero Resíduos (págs. 100-103). Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (pp. 103 e 104). Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107). Outros projetos de economia circular (págs. 108 e 109).
Em geral	Efeitos da atividade da empresa no ambiente, na saúde e na segurança.	NEIS 2 – IRO-1 NEIS 2 – SBM-3 NEIS E1 – SBM-3 NEIS E1 – IRO-1 NEIS E1 – E1-6			Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (pp. 78-85). Emissões de GEE de Âmbito 1, 2 e 3 (págs. 94 a 97).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Em geral	Procedimentos de avaliação ou certificação ambiental.	NEIS 2 – IRO-1			
		NEIS E1 – IRO-1			Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54).
		NEIS E2 – IRO-1			Identificação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (pp. 78-85).
		NEIS E3 – IRO-1			Certificações ambientais (págs. 112 e 113).
		NEIS E4 – IRO-1			
		NEIS E5 – IRO-1			
	Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais.				Plano Diretor de Sustentabilidade 2023-2030 (págs. 31-33).
		NEIS 2 – SBM-1			Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Alavancas da Descarbonização (págs. 88 a 92).
		NEIS 2 – MDR-A			Zero Resíduos (págs. 100-103).
		NEIS E1 – E1-3			Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (pp. 103 e 104).
		NEIS E5 – E5-2			Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107).
					Outros projetos de economia circular (págs. 108 a 109).
Aplicação do princípio da precaução.			GRI 2–23		Plano de Transição para Emissões Net Zero (págs. 85-87).
					Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixos para a Descarbonização (págs. 88 a 92).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Em geral	Disposições e garantias relativas aos riscos ambientais.	NEIS 2 - MDR-A NEIS E1 - E1-1 NEIS E1 - E1-3 NEIS E5 - E5-2		Durante o ano fiscal de 2025, não foram recebidas coimas ou penalizações financeiras por incumprimento das normas ambientais. O El Corte Inglés dispõe de um seguro de responsabilidade civil para cobrir os seus riscos ambientais.	-
Poluição	Medidas para prevenir, reduzir ou reparar as emissões de carbono que afectam gravemente o ambiente, tendo em conta qualquer forma de poluição atmosférica específica de uma actividade.	NEIS 2 - MDR-A NEIS E1 - E1-1 NEIS E1 - E1-3		As emissões atmosféricas não relacionadas com gases com efeito de estufa provêm de equipamentos específicos que operam dentro dos limites regulamentares, sem impacto significativo na qualidade do ar. Consequentemente, consideramos este indicador irrelevante.	Plano de Transição para Emissões Net Zero (págs. 85-87). Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Eixo para a Descarbonização (págs. 88 a 92).
	Poluição sonora e luminosa.		GRI 305-7	As fontes de poluição sonora e luminosa do Grupo El Corte Inglés estão localizadas em ambientes urbanos e operam dentro dos limites regulamentares, pelo que consideramos o indicador irrelevante.	-
Economia circular e prevenção e gestão de resíduos	Medidas de prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de valorização e eliminação de resíduos. Ações de combate ao desperdício alimentar.	NEIS 2 - MDR-A NEIS E5 - E5-2			Zero Resíduos (págs. 100-103). Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (pp. 103 e 104). Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107). Outros projetos de economia circular (págs. 108 e 109).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF	Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio				
Utilização sustentável dos recursos	Consumo e abastecimento de água de acordo com as limitações locais.			Consumo de água (p. 114).
	Consumo de matérias-primas e medidas tomadas para melhorar a eficiência da sua utilização.	NEIS 2 – MDR-A NEIS E5 - E5-2		Participação em novas iniciativas de responsabilidade alargada do produtor (pp. 103 e 104). Plano de Embalagens Sustentáveis (págs. 104 a 107). Outros projetos de economia circular (págs. 108 e 109).
	Consumo de energia direto e indireto.	NEIS E1 – E1-5		Consumo e Eficiência Energética (pp. 92-94).
	Medidas tomadas para melhorar a eficiência energética.	NEIS E1 – E1-5		Consumo e Eficiência Energética (pp. 92-94).
	Utilização de energias renováveis.	NEIS E1 – E1-5		Consumo e Eficiência Energética (pp. 92-94).
	Emissões de gases com efeito de estufa.	NEIS E1 – E1-6		Emissões de GEE de Escopo 1, 2 e 3 (págs. 94 a 97).
Mudanças climáticas	Medidas tomadas de adaptação às consequências das alterações climáticas.	NEIS 2 – MDR-A NEIS E1 – E1-1 NEIS E1 – E1-3		Plano de Transição para Emissões Líquidas Zero (págs. 85-87). Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Alavancas da Descarbonização (págs. 88 a 92).
	Metas de redução das emissões de GEE.	NEIS 2 – MDR-T NEIS E1 – E1-4		Principais ações e objetivos relacionados com as alterações climáticas: Alavancas da Descarbonização (págs. 88 a 92).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Proteção da biodiversidade	Medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.		GRI 304-3	O Grupo El Corte Inglés possui instalações localizadas em terrenos considerados urbanos e sem impactos significativos na biodiversidade de áreas protegidas ou de elevada biodiversidade, pelo que, consideramos este indicador como não material.	Imaterial
	Impactes causados por atividades ou operações em áreas protegidas.		GRI 304-2 GRI 303-2	O Grupo El Corte Inglés dispõe de instalações localizadas em terrenos considerados urbanos e, de acordo com a informação disponível, sem impactos significativos na biodiversidade de áreas protegidas ou áreas de elevada biodiversidade.	Imaterial
Questões sociais e relacionadas com o pessoal					
Políticas	Políticas aplicadas pelo Grupo, incluindo os procedimentos de due diligence aplicados para a identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos, bem como para verificação e controlo, para além das medidas que foram adotadas.	NEIS 2 – MDR-P			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Principais riscos	Os principais riscos relacionados com estas questões e ligados às atividades do Grupo, incluindo, quando relevante e proporcional, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos nestas áreas, e a forma como o Grupo gere estes riscos, explicando os procedimentos utilizados para os identificar e avaliar de acordo com as estruturas nacionais, europeias ou internacionais relevantes para cada questão. Deve ser incluída informação sobre quaisquer impactes identificados, fornecendo uma análise detalhada destes, em particular dos principais riscos a curto, médio e longo prazo.	NEIS 2 – MDR-A NEIS 2 – MDR-P NEIS 2 – IRO-1 NEIS 2 – SBM-3 NEIS S1 – SBM-3 NEIS S1 – S1-3			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60). Análise da dupla materialidade (p. 38 a 54). Melhores práticas laborais (págs. 127 e 134). Diversidade, igualdade e inclusão (p. 134 a 139). Desenvolvimento profissional e atração de talento (pp. 139-144). Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149). Diálogo com os nossos próprios trabalhadores (p. 120 a 122).
Emprego	Número total e distribuição dos colaboradores por sexo, idade, país e classificação profissional.	NEIS 2 - MDR-M NEIS S1 – S1-6			Características do modelo (págs. 123 a 127).
	Número total e distribuição dos tipos de contrato de trabalho.	NEIS 2 - MDR-M NEIS S1 – S1-6			Características do modelo (págs. 123 a 127).
	Média anual de contratos permanentes, temporários e a tempo parcial por sexo, idade e classificação profissional.	NEIS 2 - MDR-M NEIS S1 – S1-6			Características do modelo (págs. 123 a 127).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Emprego	Número de despedimentos por sexo, idade e categoria profissional.		GRI 401-1		Características do modelo (págs. 123 a 127).
	Remuneração média por sexo, idade e classificação profissional ou valor equivalente.		GRI 405-2		Remuneração dos colaboradores e igualdade salarial (pp. 129-132).
	Diferença salarial.	NEIS 2 – MDR-M NEIS S1 – S1-16			Remuneração dos colaboradores e igualdade salarial (pp. 129-132).
	Remuneração para cargos iguais ou médios na Sociedade.		GRI 405-2		Remuneração dos colaboradores e igualdade salarial (pp. 129-132).
	Remuneração média dos membros do conselho e dos executivos, discriminada por sexo.	NEIS 2 – MDR-M NEIS 2 – GOV-3 NEIS E1 – GOV-3			Remuneração dos membros do conselho de administração e da gestão de topo (págs. 20 e 21).
	Medidas para se desligar do trabalho.	NEIS 2 – MDR-A NEIS S1 – S1-4			Conciliação laboral (p. 132 a 134).
	Funcionários com deficiência.	NEIS 2-MDR-M NEIS S1 - S1-12			Pessoas com deficiência (págs. 138 e 139).
	Organização do tempo de trabalho.	NEIS 2 – MDR-A NEIS S1 – S1-4			Conciliação laboral (p. 132 a 134).
	Número de horas de ausência.		GRI 403-9		Ambiente de trabalho seguro e estável (págs. 144 a 149).
	Medidas para facilitar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal.	NEIS S1 – S1-15			Conciliação laboral (p. 132 a 134).
	Condições de saúde e segurança no trabalho.	NEIS S1 – S1-14			Ambiente de trabalho seguro e estável (págs. 144 a 149).
	Número de acidentes de trabalho por sexo.	NEIS S1 – S1-14			Ambiente de trabalho seguro e estável (págs. 144 a 149).
	Taxa de frequência por sexo.	NEIS S1 – S1-14			Ambiente de trabalho seguro e estável (págs. 144 a 149).
	Taxa de gravidade por sexo.	NEIS S1 – S1-14			Ambiente de trabalho seguro e estável (págs. 144 a 149).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Emprego	Doenças profissionais.	NEIS S1 - S1-14			Ambiente de trabalho seguro e estável (págs. 144 a 149).
	Organização do diálogo social.	NEIS S1 - S1-2			Diálogo social e negociação colectiva (pp. 128 e 129).
		NEIS S1 - S1-8			Processos de colaboração com os nossos colaboradores (p. 120 e 121).
	Mecanismos e procedimentos que a Empresa implementou para promover o envolvimento dos colaboradores na gestão da Empresa, em termos de informação, consulta e participação.	NEIS S1 - SBM-2			Diálogo com as partes interessadas (pp. 36-38).
		NEIS S1 - S1-2			Diálogo social e negociação colectiva (pp. 128 e 129).
		NEIS S1 - S1-3			Diálogo com os nossos colaboradores (p. 120 a 122).
		NEIS S1 - S1-8			Diálogo social e negociação colectiva (pp. 128 e 129).
Treinamento	Percentagem de colaboradores abrangidos por acordo coletivo.	NEIS S1 - S1-8			Diálogo social e negociação colectiva (pp. 128 e 129).
	Avaliação de convenções coletivas na área da saúde e segurança no trabalho.	NEIS S1 - S1-8			Ambiente de trabalho seguro e estável (págs. 144 a 149).
	Políticas de formação.	NEIS 2 - MDR-P			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
		NEIS S1 - S1-1 NEIS G1 - G1-1			Programas de Formação em Conduta Empresarial (págs. 206-208).
Acessibilidade	Total de horas de formação por categoria profissional.	NEIS 2 - MDR-M			Capacitação e desenvolvimento (pp. 139-141).
		NEIS S1 - S1-13			
		NEIS 2 - MDR-A			
Acessibilidade	Acessibilidade universal para pessoas com deficiência.	NEIS S1 - S1-4			Pessoas com deficiência (págs. 138 e 139).
		NEIS S1 - S1-12			

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Igualdade	Medidas para a igualdade entre homens e mulheres.	NEIS 2 - MDR-A			
		NEIS S1 - S1-1			
		NEIS S1 - S1-3			Plano para a Igualdade (págs. 135-137).
	Planos de igualdade.	NEIS S1 - S1-9			
		NEIS 2 - MDR-A			Plano para a Igualdade (págs. 135-137).
		NEIS S1 - S1-9			
	Medidas para promover o emprego.	NEIS 2 - MDR-A			Plano para a Igualdade (págs. 135-137).
		NEIS S1 - S1-4			
	Protocolos contra o assédio sexual e o assédio com base no sexo.	NEIS 2 - MDR-P			
		NEIS 2 - MDR-A			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
		NEIS S1 - S1-1			Prevenção do assédio (págs. 137 e 138).
Respeito pelos direitos humanos		NEIS S1 - S1-4			
		NEIS 2 - MDR-P			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
		NEIS S1 - S1-1			
	Políticas aplicadas pelo Grupo, incluindo os procedimentos de due diligence aplicados para a identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos, bem como para verificação e controlo, para além das medidas que foram adotadas.	NEIS 2 - MDR-P			
		NEIS S1 - S1-1			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
		NEIS S2 - S2-1			
	Políticas	NEIS S4 - S4-1			

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Principais riscos	Os principais riscos relacionados com estas questões e ligados às atividades do Grupo, incluindo, quando relevante e proporcional, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos nestas áreas, e a forma como o Grupo gere estes riscos, explicando os procedimentos utilizados para os identificar e avaliar de acordo com as estruturas nacionais, europeias ou internacionais relevantes para cada questão. Deve ser incluída informação sobre quaisquer impactos identificados, fornecendo uma análise detalhada destes, em particular dos principais riscos a curto, médio e longo prazo.	NEIS 2 – MDR-P			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
		NEIS 2 – MDR-A			Melhores práticas laborais (págs. 129-134).
		NEIS S1 – S1-1			Diversidade, igualdade e inclusão (p. 134 a 139).
		NEIS S1 – S1-3			Desenvolvimento profissional e atração de talento (pp. 139-144).
		NEIS S1 – S1-17			Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149).
		NEIS S2 - S2-1			Diálogo com os nossos colaboradores (p. 120 a 122).
		NEIS S2 – S2-3			Gestão responsável da cadeia de abastecimento: foco na diligência prévia (págs. 157 a 160).
		NEIS S2 – S2-4			Monitorização e auditorias ESG (págs. 160 a 164).
Direitos humanos	Aplicação de procedimentos de due diligence. Medidas para a prevenção e gestão de potenciais abusos. Denúncias de casos de violações dos direitos humanos. Promoção e cumprimento das disposições da OIT.	NEIS G1 – G1-1			Diálogo com os trabalhadores da cadeia de valor (págs. 154 a 157).
		NEIS G1 – G1-3			Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202).
		NEIS 2 – GOV-4			Declaração sobre due diligence (págs. 21 e 22).
		NEIS S1 – S1-3			Prevenção do assédio (págs. 137 e 138).
		NEIS S1 - S1-17			Diálogo com os nossos colaboradores (p. 120 a 122).
		NEIS S1 – S2-3			Diálogo com os colaboradores da cadeia de valor (págs. 154 a 157).
		NEIS S1 – S1-17			Mecanismos de notificação e reporte (p. 122).
		NEIS 2 - MDR-P			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Combater a corrupção e o suborno					
Políticas	Políticas aplicadas pelo Grupo, incluindo os procedimentos de due diligence aplicados para a identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos, bem como para verificação e controlo, para além das medidas que foram adotadas.	NEIS 2 – MDR-P NEIS G1 – G1-1			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
Principais riscos	Os principais riscos relacionados com estas questões e ligados às atividades do Grupo, incluindo, quando relevante e proporcional, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos nestas áreas, e a forma como o Grupo gere estes riscos, explicando os procedimentos utilizados para os identificar e avaliar de acordo com as estruturas nacionais, europeias ou internacionais relevantes para cada questão. Deve ser incluída informação sobre quaisquer impactes identificados, fornecendo uma análise detalhada destes, em particular dos principais riscos a curto, médio e longo prazo.	NEIS 2 – MDR-A NEIS G1 – G1-3 NEIS G1 – G1-4			Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Corrupção e suborno	Medidas para prevenir a corrupção e o suborno.	NEIS 2 – MDR-A			Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202).
		NEIS G1 – G1-3			
		NEIS G1 – G1-4			
	Medidas para combater o branqueamento de capitais.	NEIS 2 – MDR-P			Políticas e princípios no domínio da conduta empresarial (págs. 197 a 202).
		NEIS 2 – MDR-A			
		NEIS G1 – G1-1			
Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos.	NEIS G1 – G1-3			Compromisso Social (pp. 191-193).	
		GRI 2-28			
			GRI 201-1		
Informações sobre a Sociedade					
Políticas	Políticas aplicadas pelo Grupo, incluindo os procedimentos de due diligence aplicados para a identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos, bem como para verificação e controlo, para além das medidas que foram adotadas.	NEIS 2 – MDR-P			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Principais riscos	Os principais riscos relacionados com estas questões e ligados às atividades do Grupo, incluindo, quando relevante e proporcional, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos nestas áreas, e a forma como o Grupo gere estes riscos, explicando os procedimentos utilizados para os identificar e avaliar de acordo com as estruturas nacionais, europeias ou internacionais relevantes para cada questão. Deve ser incluída informação sobre quaisquer impactos identificados, fornecendo uma análise detalhada destes, em particular dos principais riscos a curto, médio e longo prazo.	NEIS 2 – MDR-A NEIS 2 – MDR-P NEIS 2 – SBM-2 NEIS 2 – SBM-3 NEIS 2 – IRO-1 NEIS S1 – S1-4 NEIS S2 – S2-4 NEIS S2 – S4-4			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60). Melhores práticas laborais (págs. 127-134). Diversidade, igualdade e inclusão (p. 134 a 139). Desenvolvimento profissional e atração de talento (pp. 139-144). Ambiente de trabalho seguro e saudável (págs. 144 a 149). Diálogo com os nossos colaboradores (p. 120 a 122). Gestão Responsável da Cadeia de Abastecimento: Foco na Due Diligence e na Qualificação ESG (págs. 157 a 160). Diálogo com os colaboradores da cadeia de valor (págs. 154 a 157). Oferta diversificada e de elevada qualidade (págs. 172 a 180). Acessibilidade universal (págs. 183 a 185). Diálogo com os clientes (págs. 168 a 172). Ação social e patrocínios (p. 187 a 194).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável	Impacto da atividade da empresa no emprego e no desenvolvimento local.	NEIS 2 – SBM-3			Resultado da análise de dupla materialidade (págs. 44 a 52). Ação social e patrocínios (p. 187 a 194).
	Impacto da atividade da Sociedade nas populações locais e no território.	NEIS 2 – SBM-3			Resultado da análise de dupla materialidade (págs. 44 a 52). Ação social e patrocínios (p. 187 a 194).
	Relações mantidas com as comunidades locais.	NEIS 2 – SBM-2 NEIS 2 – SBM-3			Díálogo com as partes interessadas (pp. 36-38). Ligações com a Sociedade (págs. 189 e 191). Compromisso Social (pp. 191-193).
	Ações de parceria ou patrocínio.		GRI 201-1		Ação social e patrocínios (p. 187 a 194).
	Inclusão das questões sociais, de igualdade de género e ambientais na Política de Compras.	NEIS 2 – MDR-P NEIS S2 – S2-1			Políticas no domínio da sustentabilidade (págs. 55 a 60).
Subcontratação e fornecedores	Consideração da responsabilidade social e ambiental nas relações com fornecedores e subcontratados.	NEIS 2 – MDR-A NEIS S2 – S2-4			Gestão responsável da cadeia de abastecimento: foco na diligência prévia (págs. 157 a 160).
		NEIS 2 – MDR-P NEIS 2 – MDR-A			
	Sistemas de monitorização e auditoria e seus resultados.	NEIS S2 – S2-1 NEIS S2 – S2-2 NEIS S2 – S2-3 NEIS S2 – S2-4			Monitorização e auditorias ESG (págs. 160 a 164).
Consumidores	Medidas para a saúde e segurança dos consumidores.	NEIS 2 – MDR-A NEIS S4 – S4-4			Oferta diversificada e de elevada qualidade (págs. 172 a 180).
	Sistema de Gestão de Reclamações e Queixas.	NEIS S4 – S4-2 NEIS S4 – S4-3			Comunicação multicanal permanente (págs. 169 e 171). Gestão de incidentes (p. 171).

Conteúdo da Lei 11/2018 INF		Requisito de Divulgação do NEIS	GRI	Comentários/Limitações quanto ao âmbito ou omissões	A resposta está incluída na Declaração Consolidada de Informação Não Financeira e na Informação de Sustentabilidade de 2025.
Modelo de negócio					
Informações fiscais	Benefícios obtidos por país.		GRI 201-1		Tabelas de informação fiscal (págs. 220 e 231).
			GRI 207-4 (2019)		
	Impostos pagos sobre os lucros.		GRI 201-1		Tabelas de informação fiscal (págs. 220 e 231).
			GRI 207-4 (2019)		
	Subsídios públicos recebidos.		GRI 201-4		Contribuição para fundos públicos (pp. 218 e 219).
Requisitos de regulamentação da taxonomia					
Regulamento (UE) 2020/852 e regulamentos delegados (UE) conexos					Divulgação de informações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento da Taxonomia e Regulamentos Delegados conexos (UE)) (págs. 64 a 75).

6. RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE

**Relatório de Verificação Limitada
emitido por um Verificador sobre o
Estado de Informação Não Financeira
Consolidada e Informação sobre
Sustentabilidade referente ao exercício
anual encerrado em 28 de fevereiro de
2026**

**EL CORTE INGLÉS, S.A. E ENTIDADES
DEPENDENTES**



The better the question.
The better the answer.
The better the world works.



Shape the future
with confidence

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO LIMITADA EMITIDO POR UM VERIFICADOR SOBRE O ESTADO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA E INFORMAÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE

(Tradução de um relatório originalmente emitido em espanhol. Em caso de divergência, prevalecerá a versão em língua espanhola.)

À Direção de EL CORTE INGLÉS, S.A.:

Conclusão da verificação limitada

De acordo com o artigo 49 do Código de Comércio, realizámos a verificação limitada do Estado de Informação Não Financeira Consolidada (doravante designado por EINF) relativo ao exercício anual encerrado em 28 de fevereiro de 2025 de El Corte Inglés, S.A. (doravante, a “Entidade”) e das entidades dependentes (doravante, o “Grupo”), que faz parte do relatório de gestão consolidado do Grupo.

O conteúdo do EINF inclui informação adicional à exigida pela legislação comercial vigente em matéria de informação não financeira, nomeadamente a Informação sobre Sustentabilidade preparada pelo Grupo relativa ao exercício anual terminado em 28 de fevereiro de 2026 (doravante, a “informação sobre sustentabilidade”), em conformidade com o disposto na Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativa à Informação Empresarial em matéria de Sustentabilidade (CSRD, na sigla em inglês). Esta informação sobre sustentabilidade também foi objeto de verificação limitada.

Com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, não chegou ao nosso conhecimento qualquer questão que nos leve a considerar que:

- a) O Estado de Informação Não Financeira do Grupo relativo ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2026 não foi preparado, em todos os aspetos significativos, de acordo com os conteúdos exigidos pela legislação comercial vigente e seguindo os critérios seleccionados das Normas Europeias de Informação sobre Sustentabilidade (NEIS ou ESRS, na sigla em inglês), bem como outros critérios descritos para cada matéria na “Quadro 4 - Índice da Lei 11/2018 e do Regulamento (UE) 2020/852” do referido Estado.
- b) A informação sobre sustentabilidade, no seu conjunto, não foi preparada, em todos os aspetos significativos, em conformidade com o quadro de informação sobre sustentabilidade aplicado pelo Grupo, identificado na secção “Bases gerais para a elaboração do relatório de sustentabilidade (BP-1)”, incluindo:
 - Que a descrição fornecida do processo para identificar a informação sobre sustentabilidade incluída na secção “Análise de Dupla Materialidade” é coerente com o processo implementado e permite identificar a informação material a divulgar segundo as prescrições das NEIS.
 - O cumprimento das NEIS.

- O cumprimento dos requisitos de divulgação, incluídos na subsecção “Divulgação de informações ao abrigo do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)” da secção sobre ambiente da informação sobre sustentabilidade, em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um quadro para facilitar investimentos sustentáveis.

Fundamento da conclusão

Realizámos o nosso trabalho de verificação limitada em conformidade com as normas profissionais de aceitação geral aplicáveis em Espanha e, especificamente, com as diretrizes constantes nas Guias de Atuação 47 Revista e 56 emitidas pelo Instituto de Censores Jurados de Contas de Espanha para trabalhos de verificação de informação não financeira, considerando também o conteúdo da nota publicada pelo ICAC em 18 de dezembro de 2024 (doravante, “normas profissionais de aceitação geral”).

A extensão dos procedimentos aplicados num trabalho de verificação limitada é inferior à exigida num trabalho de verificação razoável. Consequentemente, o grau de segurança obtido numa verificação limitada é inferior ao que seria obtido num trabalho de verificação razoável.

As nossas responsabilidades, de acordo com esta normativa, são descritas com mais detalhe na secção *Responsabilidades do verificador* do nosso relatório.

Cumprimos os requisitos de independência e os demais requisitos éticos do Código Internacional de Ética para Profissionais da Contabilidade (incluindo as normas internacionais de independência) do Conselho de Normas Internacionais de Ética para Profissionais da Contabilidade (Código de Ética do IESBA, na sigla em inglês), baseado nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência e diligência profissional, confidencialidade e comportamento profissional.

A nossa firma aplica a Norma Internacional de Gestão da Qualidade (NIGC) 1, que exige o desenho, implementação e operação de um sistema de gestão da qualidade que inclua políticas e procedimentos relativos ao cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Consideramos que as evidências obtidas são suficientes e adequadas para fornecer uma base sólida para sustentar a nossa conclusão.

Responsabilidades dos administradores

A elaboração do EINF incluído no relatório de gestão consolidado do Grupo, bem como o seu conteúdo, é da responsabilidade dos Administradores de El Corte Inglés, S.A. O EINF foi preparado de acordo com os conteúdos exigidos pela legislação comercial vigente e seguindo os critérios seleccionados das NEIS, bem como outros critérios descritos para cada matéria na “Quadro 4 - Índice da Lei 11/2018 e do Regulamento (UE) 2020/852” do referido Estado.

Esta responsabilidade inclui também o desenho, implementação e manutenção do controlo interno considerado necessário para garantir que o EINF está livre de incorreções materiais, causadas por fraude ou erro.

Os administradores de El Corte Inglés, S.A. são igualmente responsáveis por definir, implementar, adaptar e manter os sistemas de gestão dos quais se obtém a informação necessária para a preparação do EINF.

Relativamente à informação sobre sustentabilidade, os administradores da entidade são responsáveis por desenvolver e implementar um processo para identificar a informação que deve ser incluída na informação sobre sustentabilidade, em conformidade com o conteúdo da CSRD, das NEIS e com o disposto no artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, e por divulgar informação sobre este processo na própria informação sobre sustentabilidade, na secção “Análise de Dupla Materialidade”. Esta responsabilidade inclui:

- Conhecer o contexto em que se desenvolvem as atividades e relações comerciais do Grupo, bem como os seus grupos de interesse, relativamente aos impactos que o Grupo tem sobre as pessoas e o meio ambiente.
- Identificar os impactos reais e potenciais (tanto negativos como positivos), bem como os riscos e oportunidades que possam afetar, ou que razoavelmente se possa esperar que afetem, a situação financeira, os resultados financeiros, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo a curto, médio ou longo prazo.
- Avaliar a materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados.
- Realizar hipóteses e estimativas razoáveis em função das circunstâncias.

Os administradores são também responsáveis pela preparação da informação sobre sustentabilidade, que deve incluir a informação identificada pelo processo, em conformidade com o quadro de informação sobre sustentabilidade aplicado, incluindo o cumprimento da CSRD, das NEIS e dos requisitos de divulgação, nomeadamente os incluídos na subsecção “Divulgação de informação nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento da Taxonomia)” da secção sobre ambiente da informação sobre sustentabilidade, em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um quadro para facilitar investimentos sustentáveis.

Esta responsabilidade inclui:

- Desenhar, implementar e manter o controlo interno que os administradores considerem relevante para garantir que a informação sobre sustentabilidade esteja livre de incorreções materiais, causadas por fraude ou erro.
- Selecionar e aplicar métodos apropriados para a apresentação da informação sobre sustentabilidade e realizar pressupostos e estimativas razoáveis, considerando as circunstâncias, sobre as divulgações específicas.

Limitações inerentes à preparação da informação

De acordo com as NEIS, os administradores da entidade são obrigados a preparar informação prospetiva com base em pressupostos e hipóteses, que devem ser incluídos na informação sobre sustentabilidade, relativos a factos que podem ocorrer no futuro, bem como a possíveis ações futuras que, eventualmente, o Grupo poderá tomar. O resultado real pode diferir significativamente do estimado, uma vez que se refere ao futuro e os acontecimentos futuros frequentemente não ocorrem como previsto.

Para determinar as divulgações da informação sobre sustentabilidade, os administradores da entidade interpretam termos legais e outros que não estão claramente definidos, podendo ser interpretados de forma diferente por outras pessoas, incluindo a conformidade legal dessas interpretações, estando, por conseguinte, sujeitos a incerteza.

Responsabilidades del verificador

Os nossos objetivos são planejar e realizar o trabalho de verificação com o intuito de obter uma segurança limitada sobre se o EINF e a informação sobre sustentabilidade estão livres de incorreções materiais, sejam elas causadas por fraude ou erro, e emitir um relatório de verificação limitada que contenha as nossas conclusões a esse respeito. As incorreções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, se puder prever razoavelmente que influenciarão as decisões dos utilizadores com base nesta informação.

Como parte de um trabalho de verificação limitada, aplicamos o nosso juízo profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional ao longo de todo o trabalho. Também:

- Desenhamos e aplicamos procedimentos para avaliar se o processo de identificação da informação incluída tanto no EINF como na informação sobre sustentabilidade está em conformidade com a descrição do processo seguido pelo Grupo e permite, quando aplicável, identificar a informação material a divulgar segundo as prescrições das NEIS.
- Aplicamos procedimentos de avaliação de risco, incluindo a obtenção de conhecimento sobre os controlos internos relevantes para o trabalho, com o objetivo de identificar a informação a divulgar onde seja mais provável que surjam incorreções materiais, causadas por fraude ou erro, mas sem o objetivo de emitir uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo.
- Desenhamos e aplicamos procedimentos que respondem às divulgações contidas tanto no EINF como na informação sobre sustentabilidade, nas quais é provável que surjam incorreções materiais. O risco de não detetar uma incorreção material causada por fraude é mais elevado do que no caso de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões deliberadas, declarações intencionalmente falsas ou a evasão dos controlos internos.

Resumo do trabalho realizado

Um trabalho de verificação limitada inclui a realização de procedimentos para obter evidência que sirva de base às nossas conclusões. A natureza, o momento de realização e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do juízo profissional, incluindo a identificação da informação a divulgar em que seja provável que surjam incorreções materiais, causadas por fraude ou erro, no EINF e na informação sobre sustentabilidade.

O nosso trabalho consistiu em realizar indagações junto da direção, bem como junto das diversas unidades e componentes do Grupo que participaram na elaboração do EINF e da informação sobre sustentabilidade, na revisão dos processos de recolha e validação da informação apresentada no EINF e na informação sobre sustentabilidade, e na aplicação de determinados procedimentos analíticos e testes de revisão por amostragem, conforme descrito a seguir:

Relativamente ao processo de verificação do EINF:

- Reuniões com o pessoal do Grupo para conhecer o modelo de negócio, as políticas e os métodos de gestão aplicados, os principais riscos relacionados com essas matérias e obter a informação necessária para a revisão externa.
- Análise do alcance, relevância e integridade dos conteúdos incluídos no EINF do exercício de

2024, com base na análise de materialidade realizada pelo Grupo e descrita na secção “Gestão de impactos, riscos e oportunidades”, considerando os conteúdos exigidos pela legislação comercial em vigor.

- Análise dos processos de recolha e validação dos dados apresentados no EINF do exercício de 2024.
- Revisão da informação relativa aos riscos, políticas e métodos de gestão aplicados relativamente aos aspetos materiais apresentados no EINF do exercício de 2024.
- Verificação, através de testes, com base na seleção de uma amostra, da informação relativa aos conteúdos incluídos no EINF do exercício de 2024 e da sua adequada compilação a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação.

Relativamente ao processo de verificação da informação sobre sustentabilidade:

- Realização de indagações junto do pessoal do Grupo:

Para conhecer o modelo de negócio, as políticas e os métodos de gestão aplicados, os principais riscos relacionados com estas matérias e obter informação necessária para a revisão externa.

Para conhecer a origem da informação utilizada pela direção (por exemplo, a interação com os grupos de interesse, os planos de negócio e os documentos estratégicos); e a revisão da documentação interna do Grupo sobre o seu processo
- Obtenção, através de indagações junto do pessoal do Grupo, do conhecimento dos processos da entidade de recolha, validação e apresentação da informação relevante para a elaboração da sua informação sobre sustentabilidade.
- Avaliação da conformidade da evidência obtida nos nossos procedimentos com o processo implementado pelo Grupo para determinar a informação a incluir na informação sobre sustentabilidade, bem como avaliação de se esse processo permite identificar a informação material a divulgar segundo as prescrições das NEIS.
- Avaliação de se toda a informação identificada no processo implementado pelo Grupo para determinar a informação a incluir na informação sobre sustentabilidade está efetivamente incluída.
- Avaliação da conformidade da estrutura e da apresentação da informação sobre sustentabilidade com o disposto nas NEIS e no restante quadro normativo de informação sobre sustentabilidade aplicado pelo Grupo.
- Realização de indagações junto do pessoal pertinente e procedimentos analíticos sobre a informação divulgada na informação sobre sustentabilidade, considerando aquela em que seja provável que surjam incorreções materiais, causadas por fraude ou erro.
- Realização, quando aplicável, de procedimentos substantivos por amostragem sobre a informação divulgada na informação sobre sustentabilidade selecionada, considerando aquela em que seja provável que surjam incorreções materiais, causadas por fraude ou erro.
- Obtenção, quando aplicável, dos relatórios emitidos por terceiros independentes acreditados anexos ao relatório de gestão consolidado, em resposta às exigências da legislação europeia, e, relativamente à informação a que se referem e de acordo com as normas profissionais de

aceitação geral, verificação exclusiva da acreditação do verificador e de que o âmbito do relatório emitido corresponde ao exigido pela legislação europeia.

- Obtenção, quando aplicável, dos documentos que contenham a informação incorporada por referência, dos relatórios emitidos por auditores ou verificadores sobre esses documentos e, de acordo com as normas profissionais de aceitação geral, verificação exclusiva de que, no documento a que se refere a informação incorporada por referência, se cumprem as condições descritas nas NEIS para poder incorporar informação por referência na informação sobre sustentabilidade.
- Obtenção de uma carta de declarações dos Administradores e da Direção relativamente ao EINF e à informação sobre sustentabilidade.

Outra informação

As pessoas responsáveis pela governação da entidade são responsáveis pela outra informação. A outra informação inclui as contas anuais consolidadas e o restante conteúdo incluído no relatório de gestão consolidado, mas não inclui nem o relatório de auditoria das contas anuais consolidadas nem os relatórios de verificação emitidos por terceiros independentes acreditados exigidos pela legislação da União Europeia sobre divulgações específicas contidas na informação sobre sustentabilidade e que constam como anexo ao relatório de gestão consolidado.

O nosso relatório de verificação não abrange a outra informação e não expressamos qualquer tipo de conclusão de verificação sobre a mesma.

No âmbito do nosso trabalho de verificação da informação sobre sustentabilidade, a nossa responsabilidade consiste em ler a outra informação identificada anteriormente e, dessa forma, considerar se essa outra informação apresenta incongruências materiais com a informação sobre sustentabilidade ou com o conhecimento que adquirimos durante o trabalho de verificação, que possam indicar a existência de incorreções materiais na informação sobre sustentabilidade.

ERNST & YOUNG, S.L.

(Assinatura no original em espanhol)

Francisco Rahola Carral

28 de maio de 2026